



1

2

GOVERNO FEDERAL

3

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

4

5

6

7



8

9

10

11

12

13

14

**TRANSCRIÇÃO DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

15

**CONAMA**

16

17

18

19

20

**Edifício Sede do IBAMA - SCEN Trecho 2**

21

**Brasília/DF, 11 e 12 de março de 2008**

22

23

24

25

26

*(Transcrição ipso verbo)*

27

**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Quero dar bom dia a todos os Conselheiros. Nós estamos aguardando a chegada do Secretário Executivo Capobianco, que já está aqui chegando ao IBAMA. Já temos quorum para dar início, eu quero apenas aproveitar para dar dois recados aqui: o primeiro deles é que a ministra Marina Silva vai chegar um pouco atrasada para a plenária porque ela está abrindo a Conferência Estadual, na verdade a Conferência Distrital de Meio Ambiente aqui do Distrito Federal e assim que ela concluir a abertura ela vem para fazer um pronunciamento aqui à reunião, a essa 89ª reunião. Provavelmente vai ser logo antes do almoço, de

35tal forma que a nós ouçamos a ministra e saíamos para o almoço. E outro recado que eu quero  
36transmitir aos senhores aqui, principalmente aqui os representantes das ONG's ambientalistas é que  
37a reunião com o secretário Capobianco que, inicialmente tinha sido marcada para as 18 horas de hoje  
38está sendo antecipada para o horário do almoço. Então nós vamos pedir que os representantes de  
39entidades ambientalistas, logo que concluirmos aqui o período da manhã, vamos lá para a  
40presidência do IBAMA, para nos reunirmos com o secretario. É uma reunião relativamente rápida,  
41mas nós queremos ter um tempo para conversar e terminando a reunião nós almoçamos. Com isso  
42nós até aguardamos um pouco a fila do almoço, na hora que nós formos almoçar vai estar mais  
43tranquilo o restaurante. Então eu peço um pouquinho mais de paciência aos Conselheiros para poder  
44dar início com a presença do Secretário-Executivo João Paulo Capobianco. (Pausa) Bom dia,  
45secretário.

46

47

48**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Bom dia senhores e  
49senhoras Conselheiros do CONAMA, bem vindos à 89ª Reunião Ordinária do Conselho. Como todos  
50já receberam, nós temos aqui a pauta dessa reunião e eu antes de dar início vou explicar aos  
51senhores que a ministra Marina Silva está abrindo neste momento a Conferência Nacional do Meio  
52Ambiente do Distrito Federal. Houve uma coincidência de datas, ela está na abertura, fará a abertura  
53da conferência, mas por volta das 11 horas e 30 minutos estará conosco aqui para dirigir a palavra  
54aos senhores e tratar de algumas iniciativas importantes que nós temos aí previstas para este ano.  
55Portanto, a minha abertura vai ser muito curta na medida que a própria ministra virá aqui tratar com  
56os senhores da pauta deste ano com mais detalhe, digo, a pauta ambiental deste ano com mais  
57detalhe. Nesta reunião nós temos aí discussões importantes e esperamos que possamos avançar na  
58aprovação de algumas resoluções. Nós temos aí a Resolução que trata de condições e padrões de  
59lançamento de fluentes; a questão do conteúdo mínimo do plano de emergência individual para  
60incidência de poluição com óleo em águas sob jurisdição nacional; também a Resolução que trata de  
61descarte e gerenciamento de pilhas e baterias, tema da maior relevância que vem avançando muito  
62em vários países do mundo e o Brasil pode avançar muito nessa área e também a classificação e  
63diretrizes ambientais para enquadramento de águas subterrâneas. Além de recomendação e moções  
64entre as quais se destaca a que propõe a criação do dia nacional do pantanal. Todos os nossos  
65biomas possuem o seu dia nacional, é extremamente importante porque é um momento em que a  
66sociedade brasileira se articula em eventos, debates, atividades de discussão sobre a situação de  
67cada bioma e o pantanal evidentemente, não poderia fugir à regra e não ter o seu dia nacional. A  
68proposta é que nós possamos discutir isso ainda nesta reunião de hoje e de amanhã. Em relação a  
69algumas iniciativas de 2008, nós gostaríamos de informar a todos a respeito do cumprimento da  
70Portaria 357 de 2006 do MMA, que instalou, neste mês de fevereiro passado, a Comissão  
71Permanente do CONAMA CNRH, que tem a competência de articular a pauta de interface desses  
72dois Conselhos. Essa é uma reivindicação antiga de todos, para se criar maior sinergia entre esses  
73dois Conselhos, o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Recursos  
74Hídricos. É uma iniciativa importante para a transversalidade entre o SISNAMA e o SISNE, e essa  
75Comissão deverá propor também outros instrumentos de integração do sistema a serem apreciados  
76pelos dois Conselhos, portanto uma agenda importante que tem a sua implementação assegurada a  
77partir da instalação dessa Comissão agora em fevereiro. Além disso, uma outra informação que eu  
78considero relevante para todos nós foi a Portaria da ministra Marina Silva instituindo o Comitê de  
79Acompanhamento Técnico ao CONAMA, Comitê do Ministério do Meio Ambiente que não vincula não  
80só o MMA, mas o MMA no seu conjunto, portanto o MMA entre as vinculadas. Esse Comitê se  
81encarregará de preparar a situação do Ministério junto ao CONAMA criando maior eficiência, obtendo  
82maior suporte técnico para as reuniões, na medida em que o conjunto das equipes do sistema federal  
83do Meio Ambiente estará articuladas no tratamento das reuniões do CONAMA. Portanto achamos que  
84de fato é algo que vai permitir também uma contribuição relevante ao Conselho. Outra ação  
85importante, que eu gostaria de destacar também é que ontem, dez de março, foi instalado o GT, o  
86Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a preservação e restauração de áreas de preservação  
87permanente, as nossas APPs. O objetivo desse Grupo de Trabalho, que já teve a sua primeira  
88reunião ontem, como eu já disse, é de propor, organizar e apresentar essa proposta de campanha  
89nacional que visa convocar a sociedade brasileira com o slogan: “vamos cuidar das APPs”. Além  
90disso, esse GT deverá propor metodologias para o mapeamento das áreas de preservação  
91permanente no país e também para a sua recuperação, além de medidas que incentivem cidades e  
92proprietários rurais a recuperem APPs. Isso também é um processo que já vem sendo desenvolvido  
93há algum tempo, que ganha agora maior consistência e nós esperamos que ao longo desse ano nós  
94possamos, em parceria com vários órgãos envolvidos e com o CONAMA, constituir uma agenda forte  
95para que haja de fato uma maior atenção envolvendo as áreas de preservação permanente que são  
96essenciais para a qualidade da vida da população brasileira, seja no ambiente rural, seja no ambiente  
97urbano. Bom, neste ano nós estamos prevendo, em termos de reunião extraordinária do CONAMA,

98uma reunião em Fortaleza no Ceará. Essa reunião visa comemorar o dia nacional da caatinga, a  
99caatinga, como eu já disse, tem o seu, assim como os demais membros do pantanal, tem o seu dia  
100nacional e justamente a idéia é que a nós possamos levar uma reunião extraordinária do CONAMA  
101ao Ceará para debater a questão da caatinga com especial enfoque na questão dos impactos  
102climáticos sobre a caatinga. Existem já estudos importantes, os senhores devem lembrar que o ano  
103passado a Secretaria de Biodiversidade e Florestas apresentou um conjunto de estudos elaborado  
104por vários pesquisadores a partir de editais do PROBIO – Programa de Conservação da  
105Biodiversidade e um desses estudos, talvez o mais, o que teve mais destaque na mídia foi o estudo  
106coordenado pelo Doutor Marengo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, fez uma avaliação  
107sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas sobre os biomas brasileiros e mostrou que nós  
108teremos vários programas em nível nacional, mas que um agravamento especial, digamos assim, em  
109termos, inclusive de potencialização de impactos na Amazônia e no sertão, quer dizer, na região da  
110caatinga com o agravamento dos períodos de seca e com uma alteração climática mais relevante do  
111ponto de vista de impactos do que a região Centro Sul do Brasil. Então, a caatinga é um objeto de  
112preocupação grande e essa reunião em Fortaleza, reunindo nós, Conselheiros, e especialistas nesse  
113tema poderá nos levar a compreender melhor a dinâmica, o problema e quem sabe a partir daí o  
114CONAMA possa identificar contribuições relevantes que o Conselho possa dar para o tema. Portanto  
115é um ano aí que promete, nós, de fato, estamos motivados a fomentar esses debates a que eu referi,  
116além de uma agenda importante que a ministra vai trazer em especial à Conferência Nacional do  
117Meio Ambiente, que está se realizando com muito sucesso, ela vai poder esclarecer aos senhores  
118sobre isso e motivá-los a participar de forma mais ativa, inclusive da Conferência Nacional prevista  
119para Brasília ainda nesse primeiro semestre. Portanto esses são os informes e essa abertura e eu  
120pediria então, agora ao Nilo que pudesse dar seqüência às formalidades para dar início então à nossa  
12189ª Reunião Ordinária do CONAMA. Muito obrigado.

122

123

124**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Muito bem, nós passamos então ao  
125item 2 da pauta: discussão e votação da transcrição *ipsis verbis* da 88ª Reunião Ordinária realizada  
126em 27 e 28 de novembro do ano passado. Então, eu pergunto aos Conselheiros presentes se de  
127acordo com a transcrição disponibilizada no site do CONAMA algum Conselheiro tem alguma  
128observação, algum reparo a fazer à transcrição na forma em que se encontra no site do CONAMA e  
129do Ministério do Meio Ambiente. Se não há nenhuma observação, nenhuma alteração, podemos  
130considerar então aprovada essa transcrição? Conselheiros que estiverem de acordo permaneçam  
131como se encontram. Está aprovada a transcrição da 88ª Reunião Ordinária de novembro de 2007.  
132Passo então, secretário, presidente, à leitura e posse dos novos Conselheiros do CONAMA,  
133lembrando que nós vamos ter, por solicitação feita pela Câmara dos Deputados, nós daremos posse  
134ao Deputado Federal Gervázio Silva, hoje, mas ele já explicou que estará presente à plenária amanhã  
135e que amanhã, então, no momento em que ele estiver presente, nós formalizamos mesmo a posse  
136dando a ele a oportunidade de se manifestar brevemente em Plenário, secretário. Então, o primeiro  
137Conselheiro que nós formalmente damos posse é o próprio Deputado Gervázio Silva pela Comissão  
138de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, na condição de  
139suplente, o Deputado que é titular, o Edson Duarte, inclusive me parece que já se encontra presente  
140aqui no Plenário, não, esteve aqui até agora há pouco. Cristina Antonieta de Maris Danta Del Bosco,  
141tomando posse como suplente pelo MCT; o coronel de artilharia Marinho Pereira Rezende Filho,  
142Quema Marinho Pereira Rezende Filho, pelo Ministério da Defesa como titular e o Coronel de  
143Infantaria Gustavo de Souza Abreu, pelo Ministério da Defesa também como suplente; André  
144Carvalho, Ministério das Relações Exteriores como titular; Margareth Campos Rebouças, Ministério  
145do Planejamento Orçamento e Gestão como suplente; Marcos José Pereira Damasceno, Secretaria  
146de Relações Institucionais da Presidência da República como titular; Cíntia Regina de Lima Passos  
147do IBAMA como suplente; Aladdin Fernando Cerqueira do Governo do Estado do Espírito Santo como  
148suplente; Marcos Antonio de Azevedo, Governo do Estado de Sergipe também como suplente; Luiz  
149Eduardo Sorage, Governos Municipais pela Região Sudeste como suplente; Gustavo de Moraes  
150Trindade pela Associação Civil indicada pelo Presidência da República, o Instituto Direito por um  
151Planeta Verde como suplente; Patrícia Pinto das entidades ambientalistas da Região Centro-Oeste,  
152Oca Brasil como suplente. Então, queremos dar a todos esses novos Conselheiros, novos e antigos,  
153porque têm Conselheiros aqui que estão voltando e a todos boas vindas e esperamos trabalhar juntos  
154aqui neste Plenário, nesta e nas próximas reuniões. Muito bem, secretário, agora passamos para  
155alguns informes da Secretaria Executiva do CONAMA. Eu vou procurar ser bem breve aqui porque é  
156uma lista de informes. Primeiro, nós estamos nos empenhando bastante esse ano, aqui como todo  
157ano que se inicia em buscar uma maior pontualidade nas reuniões, tanto de Câmaras Técnicas,  
158Grupos de Trabalho, aqui também no Plenário, pedindo aos Conselheiros que observem os horários  
159de reuniões para nós podermos ter inícios e aproveitamento da presença dos senhores, sempre na  
160melhor medida possível, tanto nas Câmaras, GTs quanto em Plenário. Então, a solicitação que nós

161fazemos todo ano na primeira reunião e estamos repetindo hoje. Segundo, nós estamos estreando aí  
162um crachá de identificação, que vocês receberam, com o objetivo de que nós nos conheçamos um  
163pouco mais, porque às vezes nós trabalhamos aqui muitas reuniões com os Conselheiros. E o  
164tamanho do crachá eu vou até explicar porque, é uma transição, vocês estão recebendo hoje, o  
165crachá e o cartão de votação, mas na próxima reunião, espero que a reunião do Ceará, vocês vão  
166receber só o crachá e com ele também vota. Não precisa ter o cartão de votação. Hoje nós ainda  
167estamos usando o cartão de votação apenas para fazer uma transição suave nos hábitos dos  
168Conselheiros, mas a idéia é que com o crachá nós nos conheçamos melhor, saibamos mais  
169facilmente o nome de todos e possamos, inclusive com isso, facilitar o nosso diálogo em Plenário que  
170é fundamental para as decisões desse Conselho. Também acredito que até a próxima Reunião  
171Ordinária do CONAMA nós já devemos estar localizados, o Departamento de Apoio ao CONAMA, no  
172novo prédio do Ministério, lá na W3 Norte, na 505 Norte. Nós fomos lembrados pelo comandante  
173Garcia, do Ministério da Defesa, ele já se encontra aqui em Plenário? 505 Norte. Comandante Garcia  
174ainda não está aqui entre nós, mas ele lembrou sobre estacionamento, mas ele nos lembrou bem do  
175estacionamento lá e eu até hoje estive estudando isso aqui, com a equipe do CONAMA. Nós não  
176vamos ter problemas de estacionamento naquela área, porque a maior parte dos Conselheiros  
177chegam de avião, táxi, carona e ônibus, então não vai precisar de estacionamento lá, próximo. E os  
178do Governo Federal vão ter que chegar um pouco mais cedo para poder encontrar estacionamento,  
179comandante Garcia, eu estou lembrando aqui todos da nossa mudança para W3. O senhor lembrou a  
180respeito do estacionamento lá, mas depois fizemos aqui um levantamento e a maioria dos  
181Conselheiros chegam de avião, ônibus, carro, táxi, carona, não vai precisar de estacionamento e os  
182do Governo Federal chegam mais cedo, para dar o exemplo, e aí nós não vamos ter dificuldade com  
183estacionamento, sendo que o senhor eu sei que tem o seu motorista também, não vai precisar  
184estacionar lá, certo? Tranquilo. Também eu quero passar rapidamente aqui para Dominique,  
185secretário, porque ela tem uma informação a respeito das resoluções consolidadas no sítio do  
186CONAMA.

187

188

189**A Sr<sup>a</sup>. DOMINIQUE LOUETTE (COORDENAÇÃO ÁREA TÉCNICA)** – Nós alteramos no site a  
190maneira de disponibilizar as resoluções. Até agora o que está lá sendo disponibilizado é o texto tal  
191como tinha sido aprovado no Diário Oficial, mas não havia nenhuma maneira de saber se aquela  
192Resolução tinha sido alterada, tinha sido revogada. Então, o que está sendo disponibilizado agora é o  
193texto consolidado das resoluções, isto é, uma Resolução que teve algum artigo revogado, algum  
194artigo modificado, consta dentro da Resolução indicando qual a Resolução que provocou essa  
195alteração e quando vocês entram no índice já está indicada a Resolução que foi revogada, a  
196Resolução que já cumpriu o seu objeto. Então nós estamos nos associando um pouquinho ao sistema  
197do Planalto, por enquanto o que está disponibilizado é um recorte em PDF do livro do CONAMA, mas  
198mais à frente nós vamos editar em outro formato para que possa haver links entre as resoluções. Nós  
199vamos caminhar até lá, mas por enquanto o que temos são as resoluções consolidadas no sítio.

200

201**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigado Dominique, outra  
202informação importante que eu peço que os senhores agendem é o que o secretário Capobianco já  
203mencionou é a nossa reunião de Fortaleza que vai acontecer exatamente nos dias 24 e 25 de abril  
204próximo. Vai coincidir com outras atividades programadas para comemorar o dia da caatinga, mas  
205vão ser absolutamente harmonizadas na agenda, nós temos na mesma ocasião de 23 a 25 o  
206encontro do Conselho da Reserva da Biosfera Caatinga, que está sendo organizado em Recife, mas  
207já estamos em entendimento com a Presidente do Conselho, que é a Alexandrina, para que nessa  
208reunião em Fortaleza, nós façamos uma adequação na programação e integremos com essa reunião  
209do CONAMA as atividades todas de comemoração do dia da caatinga, inclusive essa do Conselho da  
210Biosfera também. O Ministério do Meio Ambiente está envolvido, está ajudando a organizar o núcleo  
211caatinga e nós vamos fazer com que as atividades sejam complementares. Também rapidamente, o  
212informe sobre o cadastro nacional de entidades ambientalistas que está transferido para a  
213administração de nova Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do  
214Meio Ambiente. Sobre isso, nós vamos tratar na hora do almoço na reunião com as ONGs e também  
215nós precisamos agora, aqui fazer uma consulta ao Plenário. Nós precisamos fazer uma consulta  
216rápida aqui ao Plenário que é a respeito de uma portaria que a ministra Marina Silva assinaria nos  
217próximos dias e eu peço atenção aqui dos Conselheiros. Essa Portaria dispõe sobre a alteração da  
218data de eleição dos representantes das entidades ambientalistas no Cadastro Nacional de Meio  
219Ambiente – CONAMA para o biênio 2009-2010. Nós submetemos essa decisão ao CIPAM - Comitê  
220de Integração de Políticas Ambientais, tem a representação de todos os segmentos, submetemos  
221essa decisão ao CIPAM, porque a intenção da Secretaria não é uma proposta das ONGs  
222ambientalistas, essa proposta é da própria Secretaria Executiva do CONAMA e ela visa exatamente  
223compatibilizar o mandato das ONGs ambientalistas com o mandato das Câmaras Técnicas, de tal

224forma que as entidades eleitas, não como previsto agora no meio desse ano, mas no final de 2008,  
225tomem posse, exatamente no momento em que se elegem os membros das Câmaras Técnicas no  
226início de 2009. Essa coincidência vai facilitar bastante para que os atuais Conselheiros continuem  
227desenvolvendo o trabalho em Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas até o final do mandato das  
228atuais Câmaras Técnicas. E os novos Conselheiros eleitos então, por essa Portaria, no final de 2008,  
229tomem posse juntamente com os Conselheiros de outros segmentos nas novas Câmaras Técnicas a  
230se instalarem no início de 2009. Então, essa é a razão da prorrogação de cinco meses das eleições  
231dessas entidades ambientalistas, são duas entidades por região do país e mais uma de âmbito  
232nacional. Então, embora seja Portaria da ministra, uma decisão dela e do Secretário Executivo que  
233submetêssemos aqui à consulta do Plenário para verificar se algum Conselheiro é contrário a essa  
234prorrogação de cinco meses do mandato das atuais ONGs ambientalistas. Também quero esclarecer  
235que essa proposta foi levada às entidades na reunião anterior de novembro, mas elas avaliaram que  
236não seria adequado que a proposta viesse das entidades, porque elas são diretamente afetadas pela  
237mudança, não seria ético que elas viessem aqui apresentar. Nós deixamos bem claro para os  
238representantes ambientalistas que a proposta é da Secretaria Executiva do CONAMA e que diz  
239respeito exatamente à melhoria da funcionalidade do Conselho, esse é o único objetivo. Então, eu  
240pergunto aos Conselheiros aqui presentes se algum Conselheiro é contrário, se manifesta  
241contrariamente a essa Portaria da Ministra? Podemos considerar então, aprovada por unanimidade  
242por esse Conselho? Então está aprovado.

243**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Eu queria só um  
244esclarecimento: na verdade, o objetivo da consulta não é aprovação, é uma Portaria da ministra, o  
245que nós queríamos saber é se haveria algum Conselheiro contrário a esse encaminhamento, então  
246não é uma aprovação, o CONAMA não está aprovando, o CONAMA apenas está manifestando a  
247concordância, portanto, a ministra entende que a assinatura da Portaria não causará nenhum tipo de  
248constrangimento ou questionamento do próprio CONAMA. É só isso.

249

250

251**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigado, Secretário, é isso mesmo.  
252É apenas usando o caráter consultivo do CONAMA, nesse caso. Então, nesse caso vamos  
253encaminhar a portaria à ministra com o parecer do Plenário favorável. Muito obrigado. Uma última  
254informação é que nós, bom, sobre a Conferência Nacional de Meio Ambiente, nós vamos ouvir a  
255própria Ministra, Secretário, então, eu acho que nós não precisamos dar o informe aqui e com ela vai  
256estar o Secretário Hamilton Pereira, também chegando junto aqui que é o responsável, e coordenador  
257geral da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Qualquer esclarecimento, também, ele pode  
258prestar quando chegar. Então nós vamos ouvir aqui para concluir essa pequena breve sessão de  
259informes, o informe do grupo permanente de monitoramento da Resolução 362, de 2005, que trata do  
260refino de óleo lubrificante usado. Informe a ser dado pela Secretaria de Mudanças Climáticas e  
261Qualidade Ambiental e também o IBAMA. Nós vamos pedir apenas que seja breve, Edmilson.

262

263

264**O Sr. EDMILSON R. COSTA (Coordenador do Grupo de Monitoramento Permanente da**  
265**Resolução CONAMA 362 de 2005)** – Bom dia a todos. Eu venho aqui, em nome do Ministério do  
266Meio Ambiente, como coordenador do grupo de monitoramento permanente da Resolução CONAMA  
267362, de 2005, universalmente conhecida como a Resolução dos óleos lubrificantes usados ou  
268contaminados. Esse grupo de monitoramento permanente tem que, em toda primeira reunião  
269ordinária do CONAMA, disponibilizar o relatório de suas atividades e do levantamento da coleta do  
270óleo lubrificante usado no país, no ano anterior. Nós fizemos regimentalmente essa disponibilização  
271do relatório, há quinze dias atrás e reforçamos, agora sexta-feira, uma nova versão do relatório, pois  
272no período de quinze dias para cá nós tivemos a 10ª Reunião Ordinária do Grupo de Monitoramento  
273que nesse momento, resolvemos fazer algumas acréscimos de conteúdo e de informações a esse  
274relatório, mas basicamente o que temos a dizer é que a implementação da Resolução anda muito  
275bem. O percentual mínimo que está na Resolução de 30% (trinta por cento) de recolhimento desse  
276óleo lubrificante usado no país, em média de 2003 a 2007 foi atingido o recolhimento de 32,7% e a  
277partir deste ano de 2008 até 2011 uma Portaria conjunta do Ministério de Minas e Energia e o  
278Ministério do Meio Ambiente, impõe aos importadores e produtores desse tipo de óleo, novos  
279percentuais de recolhimento regionais e também nacionais. Em resumo, essa Portaria faz com que o  
280recolhimento ou deseja que o recolhimento nacional passe de 32% deste ano a 36% em 2011. O ano  
281passado o recolhimento de óleo lubrificante usado ou contaminado foi da ordem de 297 milhões de  
282litros, o que queremos situar, para resumir essa apresentação, é que já estamos acima dos 30%  
283(trinta por cento) mínimo determinado pela Resolução CONAMA e pretendemos que continuemos  
284assim ao incentivar oficinas de capacitação por todo o país a partir deste ano. A primeira será em  
285Goiânia, depois teremos uma segunda em Natal para capacitar e treinar os técnicos dos órgãos  
286estaduais de Meio Ambiente e dos órgãos municipais de Meio Ambiente para que nós incentivemos

287mais o recolhimento deste produto que é altamente tóxico. No mais,eu gostaria de agradecer a  
288oportunidade de aqui estar cumprindo esse Regimento, vamos dizer assim, que temos com relação  
289do grupo de monitoramento permanente com vocês do Conselho do CONAMA. Muito obrigado.

290

291

292**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Nós temos o IBAMA?

293Complementa o informe? Algum esclarecimento, por favor.

294

295

296**O Sr. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Bom dia a todos os Conselheiros e a todos aqui  
297presentes, meu nome é Bertoldo, represento a ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária  
298e Ambiental. Eu não poderia deixar de expressar a minha satisfação, agora eu ouvi o representante  
299do grupo que coordena essa Resolução de rerrefino, porque na época, nós estávamos juntos com  
300toda a equipe da Câmara de Saneamento e foi um trabalho árduo e dentro dessa proposta de a  
301Resolução do CONAMA terem eficácia e efetividade. É esse tipo de grupo que acompanha e propõe  
302a efetividade de uma Resolução, é o exemplo positivo. Na época, nós aprovamos a Resolução e  
303fizemos a proposta no sentido de ser o modelo e poder ser esse tipo de acompanhamento, de  
304monitoramento por ser um modelo que medisse efetividade da Resolução. E aí está o exemplo do  
305monitoramento do grupo permanente que permite vir aqui anualmente mostrar a efetividade e mostrar  
306o progresso da resolução, as metas progressivas estão aí e mostram resultado. Eu gostaria de  
307externar a minha satisfação ao ouvir esse resultado.

308

309

310**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado Conselheiro,  
311é nossa satisfação também, acho que todos os Conselheiros do CONAMA, esse seu comentário é  
312muito importante para nós. Terminado a sessão de informe da Secretaria Executiva, nós passamos  
313agora à Tribuna Livre, nós já temos dois inscritos, o nosso Conselheiro Francisco Iglesias para três  
314minutos, na seqüência Maria das Graças do Gabinete Institucional da Presidência da República.  
315Antes de Chico começar a falar eu gostaria de lembrar o seguinte, a partir da reunião de Fortaleza na  
316hora de votar por questão de saúde e de, para que não haja perda de quorum, que os senhores tirem  
317o crachá do pescoço, antes de votar, para evitar qualquer acidente mais grave.

318

319

320**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Bom dia a todos. Eu sou  
321Francisco Iglesias e represento aqui o Instituto Maranhense de Recursos Hídricos e Meio Ambiente.  
322Eu gostaria de pontualizar aqui três questões que eu acho importantes. A primeira questão é que tem  
323se colocado muito a questão de gestão do Meio Ambiente e nós tivemos ontem a oportunidade, numa  
324reunião preparatória do Grupo de Trabalho de emissões de fontes fixas, de discutir bastante a  
325questão da gestão. E nós chegamos a uma conclusão, que é genérica, de que principalmente os  
326órgãos ambientais não estão estruturados para fazer gestão porque não têm uma estrutura técnica  
327nem aparelhamento técnico suficiente para fazer isso. Então, nós, ambientalistas, sempre fizemos um  
328apelo para o fortalecimento da área ambiental dentro dos governos, todos nós sabemos que no jogo  
329político a área ambiental ainda é a mais fraca, é a que menos decide e a que menos tem poder, pelo  
330menos a nível de Governo Federal fica a minha crítica, a nível de governos estaduais não vimos  
331nenhum Governo que realmente o centro de sua atividade é a questão ambiental e não a questão  
332econômica. A outra questão que eu queria levantar é a Resolução 346 de 2004, abelhas silvestres.  
333Sobre a questão das abelhas silvestres queria que o IBAMA nos desse uma explicação porque depois  
334do dia 17 de agosto de 2004, o seu art. 9º dá um prazo de seis meses para o IBAMA fazer a  
335regulamentação e até agora isso não foi feito. Então, isso é importantíssimo para a defesa das  
336abelhas silvestres e nós não temos essa regulamentação e eu gostaria de uma explicação e gostaria  
337de solicitar um encaminhamento de que na próxima reunião o IBAMA já apresentasse essa  
338regulamentação dessa Resolução. A questão outra, nós tivemos oportunidade de ler um texto, e eu  
339acho que desse texto seria interessante uma proposta aqui dentro do CONAMA, o texto de Gilberto  
340“Como morrer mais cedo em São Paulo”. Eu vou ler só um trecho e pedir depois a transcrição, não  
341sei se pode isso Presidente, a transcrição *ipsis literis* do texto dentro da nossa ata que é o seguinte.  
342Eu vou ler só os dois primeiros parágrafos para nós entendermos o conteúdo do texto como um todo  
343para que aborda o Gilberto. Chefe do laboratório de poluição do USP, integrante do Comitê Científico  
344da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Harvard e professor titular em patologia, Paulo  
345Saudiva chegou ao topo de sua carreira, mas sinto-me médico frustrado, faço diagnóstico, mas não  
346consigo curar, lamenta. Ele e seu grupo de 30 pesquisadores da USP diagnosticam que, por dia na  
347cidade de São Paulo, a poluição mata prematuramente 12 pessoas, 12 pessoas por dia. Então, a  
348cada duas horas morre uma pessoa. Então, hoje, por exemplo, já morreu cinco pessoas. Então, isso  
349é grave, nós fazemos esse cálculo para ter uma idéia da gravidade da questão, 12 pessoas

350prematuramente e produz, por dia, 200 vítimas de pneumonia, infarto do miocárdio, asma, otite, entre  
351outras doenças. É o suficiente para reduzir em um ano a expectativa de vida do paulistano. Então,  
352isso foi uma discussão que nós tivemos ontem também nas fontes fixas, tem as fontes móveis, nós  
353precisamos tomar atitudes com relação a essa questão de poluição atmosférica que é grave, nós  
354estamos com outro problema grave que é o grande crescimento de número de veículos, em todas as  
355capitais, todas as capitais estão com problemas sérios de engarrafamento e cidades também maiores  
356que 200 mil habitantes, pelo volume de *crédito*. Então a minha sugestão é que nós fizéssemos um  
357GT, porque até respeitando a atuação e o poder, a divisão do poder entre as esferas municipal,  
358estadual e federal, um GT que estabelecesse algumas recomendações para os municípios para se  
359tentar soluções, porque as soluções que se querem criar, as mesmas da década de 50 e 60 que é  
360ampliar o espaço das ruas, aumentar os viadutos não funcionam mais. Então, eu queria recomendar  
361essa questão da criação de um GT para fazer uma série de recomendações, com a participação  
362massiva dos municípios, quanto essa questão do crescimento violento do número de veículos em  
363todo o Brasil. O último assunto, eu gostaria só de lembrar que eu faço parte do grupo assessor que  
364vai discutir o Regimento Interno, mas até para evitar uma situação mais complicada, porque eu acho  
365que o grupo assessor talvez nem consiga terminar esse ano a discussão, mas é uma questão da  
366nossa composição das Câmaras Técnicas que é de interesse de todo o Plenário, pelo menos se nós  
367pudéssemos, numa reunião ordinária do final do ano, se o grupo assessor não conseguir terminar a  
368modificação e a proposta do Regimento e ela pode ser longa, pelo menos discutíssemos e  
369alterássemos o número de participantes das Câmaras Técnicas para evitarmos futuramente  
370problemas que nós já temos há cinco anos, cinco anos que nós estamos tendo problema toda vez na  
371composição das Câmaras Técnicas. Muito obrigado e boa reunião.

372

373

374**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Com relação à questão  
375do grupo, está aqui o Volney que preside a Câmara Técnica de Controle e Qualidade, a proposta é  
376que vocês encaminhem para a Câmara essa proposta da criação do Grupo de Trabalho, que a  
377Câmara avalie e proponha algum encaminhamento ao Plenário.

378

379

380**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – É só um comentário, porque,  
381na realidade, o CONAMA não vai fazer uma Resolução, mas recomendações aos governos  
382municipais, sugestões vai poder fazer. Então é interessante pensar em outras idéias que não fossem  
383essas.

384

385

386**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Por afinidade, por  
387favor, está aqui o nosso pequeno e grande Volney para resolver e encaminhar esse processo.  
388Próxima inscrita Maria das Graças do Gabinete Institucional da Presidência da República. Por favor.

389

390

391**A Srª. MARIA DAS GRAÇAS ROLIM BILICH (GSI/PR)** – Bom dia. Meu nome é Maria das Graças  
392Bilich e represento o GSI/PR e vou passar a palavra para o professor Lucas, chefe do observatório de  
393Sismologia da UnB.

394

395

396**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Antes de ele iniciar eu  
397só gostaria de esclarecer que nós temos seis inscritos e que o tempo está encerrado já. A última  
398inscrita é a Zuleica, só para saber, o próximo depois do nosso atual interveniente é o Rosalvo, Pedro  
399Ubiratan, Domingos Ailton e Zuleica.

400

401

402**O Sr. PROFº. LUCAS RIBEIRO BARROS (Chefe do Observatório de Sismologia da UnB)** – Bom  
403dia a todos, obrigado Maria das Graças. Eu sou o professor Lucas Ribeiro Barros, chefe do  
404observatório sismológico da Universidade de Brasília. Eu trago à apreciação de todos os senhores um  
405problema da mais alta gravidade que nós estamos vivendo lá no Observatório. O observatório  
406sismológico é um centro de sismologia voltada para pesquisa de terremoto. É um centro  
407reconhecidamente, até por Decreto Presidencial e como tal tem a obrigação de divulgar e difundir as  
408informações sobre terremoto no Brasil. Os dados são deportados para a Secretaria Nacional de  
409Defesa Civil e também para a Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República. O  
410problema é que nós, do observatório, adquirimos em 2004, 22 estações sismográficas para serem  
411instaladas dentro do Parque Nacional de Brasília. A sismologia na UnB nasceu em função da  
412existência do Parque Nacional, porque tem as condições necessárias para a instalação de uma

413 estação sismográfica. Em 1968 entrou em operação o único *arranjo* sismográfico da América do Sul e  
414 todas estações instaladas no interior do Parque Nacional e algumas fora. Entretanto, com o aumento  
415 da densidade populacional na cercania do parque uma das estações, particularmente a que estava no  
416 limite, se inviabilizou, além do que os instrumentos atualmente em operação que, aliás de 18  
417 estações só tem uma em operação porque envelheceram, não há como, 40 anos, o instrumento  
418 funcionar e daí então, a UnB adquiriu 22 estações, que recebeu orçamento em dezembro de 2005, e  
419 em agosto de 2004, foi solicitada a permissão para se instalar esse instrumento e até agora não  
420 conseguimos essa autorização. O que acontece é que os terremotos estão acontecendo no Brasil,  
421 acho que todo mundo sabe disso e nós da sismologia, a despeito de não podermos prever esses  
422 terremotos, temos a grande função social de divulgar e difundir as informações, localizar as fontes  
423 sísmicas potenciais e estabelecer medidas de redução dos efeitos do terremoto, se acontecer, em  
424 função de estimativa, qualquer lugar. Então, nesse sentido, eu estou aqui, fazendo um apelo  
425 particularmente à Secretaria Executiva, no sentido de viabilizar a implantação desse arranjo. As  
426 estações estão estocadas na universidade, os instrumentos já perderam a garantia e não há como  
427 nós cumprirmos o nosso trabalho que é preconizado por decreto presidencial, de detectar e localizar  
428 e difundir as informações sobre terremoto no Brasil. Eles aconteceram, estão acontecendo e vão  
429 acontecer. Recentemente, os senhores sabem que aconteceu a primeira morte decorrente de  
430 terremoto aqui no Norte de Minas Gerais, e isso poderia ter sido evitado. Então, nesse sentido eu  
431 estou apelando para sensibilidade científica e social, Secretário-Executivo, no sentido de viabilizar os  
432 trâmites o mais rápido possível desse processo para que nós consigamos, efetivamente, autorização.  
433 Vejam os senhores, desde 1968 a UnB mantém os projetos no Parque Nacional, além do que nós  
434 temos além desse arranjo sismográfico existe uma estação sísmica lá dentro, uma estação que é  
435 responsável pelo monitoramento de explosões nucleares clandestinas. Portanto, o Brasil que assinou  
436 e ratificou o tratado de proibição de não proliferação de armas nucleares participa com as estações  
437 que estão dentro do Parque Nacional. Eu gostaria de entregar um documento ao Senhor.

438

439

440 **Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** – Sr. Presidente e  
441 senhoras Conselheiras e senhores Conselheiros, viemos aqui à tribuna livre para dar um informe e  
442 saudar, no mercado editorial brasileiro, a edição das biografias, dicionários de biografias científicas da  
443 editora Contraponto, que no nosso entendimento, no fundo é uma tradução de uma publicação que  
444 sai nos Estados Unidos. Ela já está na sua 8ª edição e no Brasil saiu agora no final de 2007 e  
445 corresponde a 25% do que saiu da versão que está nos Estados Unidos, mas creio que é uma  
446 publicação relevante e por isso viemos aqui de público colocar porque é a base de todo conhecimento  
447 da existência do homem por intermédio das conquistas científicas onde há a descrição dessa  
448 biografia, dessas grandes conquistas. É uma pena que apenas 25% da edição original e isso  
449 corresponde a três volumes, na verdade você precisaria de 12 volumes para fazer a cópia do que sai  
450 lá nos Estados Unidos. De qualquer maneira a importância dela está não só descrevendo a vida, as  
451 conquistas, mas também as grandes publicações desses biográficos, mas como também as suas  
452 publicações na língua portuguesa. Então, como tudo que nós discutimos aqui no CONAMA tem uma  
453 base científica, é produto da nossa existência no planeta, a compreensão da natureza, nossos  
454 estudos e nossos cientistas, fazemos questão de que esta publicação “Dicionário de cientistas” seja  
455 uma publicação que nós tenhamos, pelo menos em uma de nossas instituições, na biblioteca que nós  
456 possamos consultá-los sempre.

457

458

459 **Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado. Eu só  
460 queria, antes de passar a palavra ao Pedro Ubiratan, informar ao Doutor Lucas e a todos os membros  
461 do Plenário que ainda hoje um dos diretores do Chico Mendes virá aqui informá-los sobre as  
462 tratativas que já tão em curso, inclusive o GT com a Universidade de Brasília, já com trabalho de  
463 campo para solucionar o problema aqui apresentado, mas demonstrar que é um tratamento  
464 privilegiado com esse assunto dada a importância.

465

466

467 **Sr. PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO (Governo do Estado de São Paulo)** – Muito  
468 obrigado presidente. Eu só queria dar dois informes importantes a respeito daquela questão que o  
469 Francisco Iglesias veiculou. Uma é que o Estado de São Paulo ingressou com uma ação civil pública  
470 em face da ANP e da Petrobrás em dezembro de 2007, para buscar o cumprimento da Resolução  
471 1315 do CONAMA e nesse sentido reduzir o teor de enxofre no óleo diesel. A estação está sendo  
472 processada na 21ª vara federal de São Paulo e o judiciário entendeu que não era o caso de conceder  
473 medida liminar, até porque nada garantiria que os agentes demandados não fossem cumprir a  
474 Resolução em janeiro de 2009. Estamos aí no aguardo disso e esperamos que se chegue a bom  
475 termo nessa questão. E outro informe que eu gostaria de dar é que eu entreguei para o senhor

476secretário executivo e presidente um ofício pelo qual o Estado de São Paulo também pede que o  
477CONAMA comece uma discussão, abra um procedimento para que nós discutamos essa questão da  
478redução de enxofre no diesel, que na verdade nós temos o limite lá que **é o chamado (?)** e depois  
479dele não há nenhuma outra regra. Então, a idéia é que o CONAMA venha discutir essa questão,  
480como na Europa hoje já se fala em teor de enxofre dez, cinco. Nós ainda estamos vendo se vamos  
481baixar para 50, em 2009. Então eram esses os dois informes para dizer que nós vamos, na medida  
482do possível, adotar soluções globais para essa questão, já que não basta no Estado cuja capital tem  
4836 milhões de veículos é preciso que se tome medidas mais abrangentes. É isso, muito obrigado.

484

485

486**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado Pedro  
487Ubiratan. Agora com a palavra Domingos Ailton. E a próxima é a Zuleica que é a última inscrita.

488

489

490**O Sr. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO**– Bom dia a todos e a todas. Inicialmente eu  
491gostaria de fazer uma denúncia aqui. Lá no município de Jequié, a chefia da polícia rodoviária federal,  
492através do inspetor Leandro, apreendeu um caminhão de madeira ilegal e o Deputado do PP, Partido  
493Progressista da Bahia, Roberto Brito, foi lá no sentido de pressioná-lo para liberar esse caminhão de  
494madeira. Como o inspetor cumpriu a lei e é importante, inclusive salientar, que a polícia rodoviária  
495federal nesse país tem dado uma contribuição enorme ao combate aos crimes ambientais, é um dos  
496poucos órgãos nesse país que tem funcionado no trabalho de fiscalização. Como o inspetor não  
497liberou esse caminhão de madeira, não quis ir à reunião com madeireiras e donos de cerâmicas, esse  
498Deputado Roberto Brito do PP da Bahia, veio até aqui a Brasília pressionar a direção da Polícia  
499Rodoviária Federal a substituí-lo por um apadrinhado. Felizmente, nós fizemos uma mobilização  
500grande, inclusive na comunidade, na sociedade e o Deputado não conseguiu substituí-lo por um  
501apadrinhado. Mas esse fato revela que o coronelismo, a ingerência da política mais rasteira se faz  
502muitas vezes presente para prejudicar o Meio Ambiente e atender aos interesses do capital, aos  
503interesses da degradação ambiental. Além dessa denúncia, eu gostaria também de chamar atenção  
504em relação às políticas públicas ambientais e principalmente da discussão que acontece, por  
505exemplo, em relação a Conferência de Meio Ambiente. Está acontecendo um processo das  
506conferências, conferências regionais, as conferências estaduais ou até Conferência Nacional do Meio  
507Ambiente e eu chamo atenção de que a sociedade brasileira precisa, na verdade, de respostas.  
508Muitas vezes, a sociedade é convocada, discute e há um grau de discussão bastante, muitas vezes  
509até aprofundado em relação às temáticas ambientais e essas proposta muitas vezes, acabam não se  
510tornando políticas públicas e há, portanto, já me parece que a terceira ou quarta conferência e as  
511pessoas, a comunidade, a sociedade organizada já está cansada e desse fato de se aprovar  
512questões, inclusive nas conferências regionais, estaduais e na Conferência Nacional e não se tornar  
513isso política pública. Muito pelo contrário, muitas vezes se aprovam determinadas propostas, como se  
514aprovou no grupo de águas contrárias à transposição do Rio São Francisco, o Governo faz  
515justamente o contrário. Então é importante que o Governo repense isso, porque é fundamental o  
516respeito, a participação da sociedade, a discussão da sociedade. Que essas conferências realmente  
517sirvam de, para nortear políticas públicas do Governo.

518

519

520**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado Ailton.  
521Próxima, Zuleica, por favor.

522

523

524**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Bom dia. Gostaria de lembrar aqui da questão da poluição  
525atmosférica em São Paulo, que o Chico leu o artigo interessante, o Doutor Pedro também comentou,  
526o problema da poluição não é só automóvel, infelizmente, é também os distritos industriais e que são  
527regidos pela Resolução do CONAMA, continuamente a Resolução 382 de 2006, fontes fixas que foi  
528aprovada aqui nessa plenária sem nenhuma emenda. As ONGs solicitaram que essa Resolução  
529voltasse para a Câmara Técnica e não foram atendidas. Então descontentes com a atitude do  
530CONAMA nós enviamos 4 ONGs - Organizações Não Governamentais, a APROMAC, OCA Brasil,  
531Bicuda Ecológica e Associação de Combate aos Poluentes, que não é uma ONG do CONAMA, mas é  
532uma ONG ativa na luta contra a poluição, enviaram uma reclamação ao Conselho Nacional de Saúde,  
533solicitando que o Ministério da Saúde entrasse nessa discussão, porque o assunto está diretamente  
534ligado à saúde pública. Como o Chico bem leu, são 12 pessoas falecendo por dia por problemas  
535respiratórios causados pela poluição em São Paulo, não sabemos como está em outras cidades, Belo  
536Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro e etc. Cubatão. Então, o Ministério da Saúde enviou uma nota  
537técnica número 95 de 2007 que eu gostaria que os senhores soubessem disso, eu recebi essa nota e  
538fiquei satisfeita de ver que o Ministério da Saúde deu razão às ONGs e foi mais adiante. Nós

539estávamos discutindo a questão do padrão de qualidade ambiental e eles respondem que fizeram  
540uma análise e chegaram a diversas recomendações, a mais importante naturalmente que engloba  
541todas, é a revisão dessa Resolução. Eles propuseram a criação de um Grupo de Trabalho conjunto  
542com participação de técnicos da área de saúde ambiental do Ministério da Saúde e com as ONGs no  
543âmbito do *SISNAMA*, ou poderia ser também. Bom, não está bem claro, mas eu acredito que o  
544CONAMA tem que entrar nessa questão criando ou um Grupo de Trabalho para a revisão e eles  
545colocam aqui, além das recomendações eles vão direto ao ponto no item quinze da nota técnica onde  
546falam que, por exemplo, art. 2º CONAMA ao definir os critérios mínimos para o estabelecimento dos  
547limites de emissão de poluentes atmosféricos. No art. 2º não foram contemplados critérios  
548relacionados a impactos à saúde do trabalhador e da população ambientalmente exposta,  
549principalmente a população mais vulnerável: idosos e crianças. No mesmo artigo, no inciso primeiro,  
550onde fala que o uso de limite de emissões é um dos instrumentos de controle ambiental, cuja  
551aplicação deve ser associada a critérios de capacidade do suporte do meio ambiente, ou seja, ao  
552grau de saturação da região onde se encontra o empreendimento. Nesse inciso primeiro não há  
553qualquer definição que estabeleça o limite de capacidade de suporte nem o mecanismo a ser utilizado  
554para a sua recuperação, uma falha da Resolução. No art. 3º a necessidade de que sejam definidos os  
555indicadores de saúde para a população ambientalmente exposta e trabalhadores, não há esses  
556indicadores. No art. 4º os limites emissão de poluentes a serem observados devem levar em conta  
557também os padrões de mortalidade da população atingida e assim vai, porque é longo e eu não quero  
558tomar o tempo dos senhores, mas o documento é público, é uma nota número 95 2007, SGVAN,  
559SVS, Ministério da Saúde. Ela foi encaminhada pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de  
560Saúde. À senhora Marina Silva, a ministra do Meio Ambiente, foi encaminhada em 26 de setembro de  
5612007. E eu gostaria que esses documentos fizessem parte do processo da reabertura, para a  
562reabertura das discussões da revisão dessa Resolução à luz da saúde pública. E assim como essa  
563que nós vamos votar que está na pauta de emissões de efluentes líquidos está relacionada à questão  
564de saúde pública e nós apontamos no nosso relatório de pedido de vista que o Ministério da Saúde  
565não participou. Então quando chegarmos lá nós voltamos a conversar, mas eu queria que os  
566senhores soubessem que as ONGs tinham razão. Obrigada.

567

568

569**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito obrigado,  
570Zuleica. Nosso Presidente do IBAMA chegou tão discretamente, o Sr. Presidente do IBAMA, por  
571favor, Dr. Bazileu. Surgiu tão discretamente que eu nem percebi a sua entrada, queira, por favor,  
572assumir o lugar na mesa como anfitrião da reunião, por favor. Eu gostaria então de pedir, antes de  
573passar ao próximo ponto, pedir, eu solicitei que o Ricardo Soavinski, que é um dos dirigentes do  
574Instituto Chico Mendes, aliás, está lá no fundo também o Rômulo Mello também diretor do Instituto  
575Chico Mendes, que ele, em dez palavras, desse apenas uma satisfação aos senhores a respeito do  
576caso da instalação dos sismógrafos no Parque Nacional de Brasília, que é um assunto de alta  
577relevância e que eu gostaria que ele informasse aos senhores para tranquilizá-los, a respeito da ação  
578que nós estamos empreendendo. Por favor, Ricardo.

579

580

581**O Sr. RICARDO SOAVINSKI (Instituto Chico Mendes)** – Bom dia a todos. Como falou o Secretário,  
582objetivamente eu só gostaria de informar que eu consultei agora a equipe que está tratando do  
583assunto da instalação dos sismógrafos no Parque de Brasília. Eles informaram que no máximo até  
584sexta-feira o parecer estará pronto e a análise dele já é positiva, não tem problemas, tem algumas  
585recomendações apenas e depois só tem que passar pela nossa *pródiga* e nós podemos também  
586pedir prioridade. Então o assunto está resolvido. OK. (*Palmas!*)

587

588

589**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado Ricardo. Nós  
590temos agora o próximo item da pauta com relação a pedidos de inversão de pauta ou requerimento  
591de urgência. Nós temos um pedido formal de inversão de pauta encaminhamento pelo Governo do  
592Estado de Minas através do José Cláudio Junqueira Ribeiro que solicita a inversão de pauta no  
593sentido de que o item, a primeira Resolução a ser analisada o item 7.1, haja inversão para que ela  
594entre em último lugar. Justifica tal solicitação por ter sido relator da matéria nas Câmaras de  
595Qualidade e Controle e Assuntos Jurídicos e estando impossibilitado de comparecer no dia 11 de  
596março, em vista a realização por parte da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais do  
597seminário “Licenciamento ambiental e desenvolvimento sustentável” nos dias dez e onze de março.  
598Peço que poderia dar uma contribuição no o Plenário se assim meus pares julgarem necessário,  
599portanto como ele está impedido por uma missão oficial junto à Assembléia Legislativa de Minas,  
600geral ele pede vênias aos senhores e senhoras Conselheiras para que o assunto seja tratado amanhã  
601quando ele estará presente e poderá oferecer esclarecimentos que se fizerem necessários. Alguém é

602contrário a esta solicitação do nosso companheiro José Cláudio Junqueira? Em não havendo  
603nenhuma manifestação em contrário, atendemos à sua solicitação, passamos para o dia de amanhã  
604essa Resolução. Apenas sugiro que ao invés de entrar em último lugar, que ela entre no início da  
605reunião de amanhã no momento em que o Conselheiro estiver presente afim de agilizar os  
606procedimentos.

607

608

609**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma observação, que vai  
610depende de como tiver a discussão hoje.

611

612

613**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário–Executivo do CONAMA)** – Claro, na seqüência,  
614eu digo, ela seria a primeira a entrar amanhã assim que abrisse espaço para Resoluções. Correto,  
615você pode ter discutido e ela vai continuar amanhã, ela vai ter prioridade, ela entraria logo na  
616seqüência. Segunda questão trata-se de uma proposta de moção que é sugerida para que entre  
617depois em discussão, mas primeiro temos que aprovar o acolhimento da moção para entrar na pauta  
618no final da reunião, a moção encaminhada pela Associação de Preservação Ambiental das Lagunas  
619de Maricá. Trata-se de uma Moção que propõe ao MMA a criação da reserva de desenvolvimento  
620sustentável da restinga de Maricá, Ilha Cardosa e Ponta do Fundão, município de Maricá, Estado do  
621Rio de Janeiro. Se ninguém se opõe à inclusão dessa moção na pauta para apreciação no momento  
622oportuno dessa reunião, quem é contrário se manifeste, por favor. Em não havendo nenhuma posição  
623contrária, a moção será analisada no momento oportuno ainda nessa 89ª reunião. Uma informação  
624importante é que a Resolução que trata de indicadores de avaliação em cumprimento da norma  
625ambiental que deveria entrar em pauta hoje e que não entrará por um pedido de retirada de pauta  
626feito pelo Presidente da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente, na anterior, mas agora ela  
627foi solicitada para retirada, explica melhor Nilo, porque eu estou ... me perdi aqui.

628

629

630**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Os Conselheiros, acho que se  
631recordam, na sessão anterior ordinária o Presidente da Câmara Técnica de Economia e Meio  
632Ambiente solicitou a retirada da matéria dessa Resolução. Ela voltou à Câmara de Economia e Meio  
633Ambiente, foi votada lá na Câmara, foi discutida, votada e aprovada a Resolução com emendas na  
634Câmara de Economia e Meio Ambiente. Quando passou na Câmara de Assuntos Jurídicos os  
635Conselheiros entenderam por bem conceder vistas por pedido da Confederação Nacional de  
636Agricultura e também do Ministério do Meio Ambiente. Então, essa, (a ministra Marina Silva chegando  
637aqui, Presidente do Conselho, pedimos que ela venha à mesa), e apenas concluindo, então, essa  
638Resolução, por dispositivo regimental, deveria retornar a esta plenária para votação, mas como a  
639Câmara Jurídica concedeu vistas, porque nas Câmaras Técnicas vista é votada, o pedido de vista,  
640então, ela voltará na próxima reunião ordinária do CONAMA. E também aproveito, secretário, para já  
641dar a informação também no ponto seguinte que é a proposta de moção que é o item 7.12; Nós  
642verificamos depois que a pauta já estava pronta, verificamos que na verdade esse item 7.12 da pauta  
643não é exatamente uma proposta de moção, é na verdade um pedido, um requerimento de informação  
644sobre a implantação de rede elétrica em parte da RPPN Cara Preta em Alto Paraíso de Goiás, um  
645pedido feito pelo Paulo Maluhi que é da Oca Brasil. O Paulo inclusive, está aqui presente e nós  
646verificamos sim assíduo participante do Conselho agora trazendo também a Patrícia Pinto que tomou  
647posse hoje no lugar da Ana Vambert. Então nós vamos retirar esse item 7.12 da condição de moção  
648da pauta e aí precisamos apenas rapidamente consultar o plenário, se o Plenário está de acordo com  
649esse requerimento de informação seja aqui hoje, então nesse momento aprovado para que a  
650informação sobre essa RPPN seja prestada na próxima reunião do CONAMA. Eu pergunto se algum  
651Conselheiro é contrário a esse requerimento de informação? Nós definimos em Plenário até que se  
652faça uma mudança de regimento sobre introdução, sobre inclusão de matérias na pauta, no caso de  
653requerimento como nós temos recebido muito requerimento, nós subordinamos o Plenário para  
654verificar a pertinência ou não do encaminhamento. Então, se não há nenhum Conselheiro contrário,  
655então fica já aprovada a apresentação dessas informações. A Secretaria do CONAMA vai proceder  
656para que o órgão competente aí preste as informações na próxima reunião ordinária.

657

658

659**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário–Executivo do CONAMA)** – Bom, eu disse à  
660ministra aqui: se nós tivéssemos combinado, não seríamos mais felizes na chegada da ministra que  
661exatamente no encerramento do item seis da nossa pauta, ia entrando agora na ordem do dia para o  
662início do tratamento das resoluções. Portanto, temos aqui a oportunidade de fazermos uma  
663interrupção no momento adequado para que a ministra então possa, como eu informei anteriormente,

664estando na abertura da conferência do Distrito Federal não pôde participar, mas está aqui conosco  
665agora para dirigir a sua palavra ao Plenário.

666

667

668**A Sr<sup>a</sup>. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente)** – Bom dia a todos e a todas. Além  
669da gripe, o discurso da Conferência já me roubou a voz do dia. Primeiro dizer da minha satisfação de  
670poder estar aqui participando dessa Primeira Reunião do CONAMA do ano de 2008, quero  
671cumprimentar o Secretário Executivo João Paulo Capobianco que tem conduzido bem esses  
672trabalhos juntamente com todos vocês; o Nilo que é o diretor do CONAMA, que é responsável pelo  
673bom andamento dos trabalhos aqui da nossa agenda e o nosso anfitrião Bazileu que em função do  
674seu excelente trabalho na interinidade do IBAMA foi efetivado como Presidente do IBAMA e já aqui  
675cumprimentando (Palmas) o Bazileu por este desafio. Dizer que o Ministério tem um grande desafio  
676pela frente e diante desses desafios que nós temos em 2008, não tenho dúvida de que o CONAMA  
677cumpre um papel fundamental na viabilização de todos aqueles desafios que temos pela frente. Há  
678um conjunto de iniciativas que vêm sendo feitas no âmbito do próprio CONAMA para dar maior  
679funcionalidade, racionalidade aos nossos trabalhos, que é uma agenda que todos vocês têm  
680procurado aperfeiçoar e que vem sendo aperfeiçoada nesses últimos cinco anos e que em 2008 terá  
681continuidade. Eu, inclusive passaria aqui a mencionar muito rapidamente algumas delas antes de  
682fazer uma fala mais geral sobre as prioridades do Ministério para 2008 O Nilo está me dizendo que o  
683Capobianco falou das prioridades, então eu vou falar um pouco mais daquilo que está sendo o nosso  
684desafio, enfim imediato, mas que tem um papel fundamental no processo de formulação da política  
685nacional de Meio Ambiente, que é a Conferência Nacional de Meio Ambiente. Nós já fizemos oito,  
686hoje é a 9<sup>a</sup> Conferência, dessas 9 Conferências, o levantamento que fizemos é a participação de mais  
687de 60 mil pessoas. Se considerarmos que ainda temos pela frente mais do que a metade do número  
688de Conferências, então, sem sombra de dúvidas, já podemos dizer que a exemplo das demais,  
689podemos chegar ao número de participantes altamente relevante. As primeiras Conferências em  
690torno de 80 mil, 84 mil pessoas em todo o país, a previsão é de que nessa Terceira Conferência  
691nacional de Meio Ambiente tenhamos a participação de mais de cem mil pessoas em todo o país.  
692Com a invasão que é a grande participação dos municípios, um processo que vem sendo assumido  
693pelos estados, o que é muito bom, os estados têm tido um papel fundamental na organização das  
694Conferências e uma grande quantidade de prefeituras, mesmo quando em condições adversas,  
695também fizeram Conferências municipais. De sorte que a Terceira Conferência que já teve na  
696primeira e na segunda um conjunto de deliberações, que segundo o levantamento que fizemos pela  
697metodologia que foi elaborada pelo IBAMA nos dá conta de uma implementação de mais de 70%.  
698Nós estamos finalizando a avaliação já da Segunda Conferência e também o desempenho é de uma  
699implementação em torno de mais de 70% (setenta por cento) para a Segunda Conferência. De sorte  
700ainda que ainda boa parte dessas deliberações não dizem respeito apenas ao Ministério do Meio  
701Ambiente, ao setor ambiental, mas também em outros Ministérios em que o caráter dessas  
702deliberações não tem a mesma força que para nós, porque são recomendações, mas o grau de  
703implementação é muito significativo. Eu não vou aqui ficar repetindo quais foram as deliberações das  
704Conferências passadas, mas só para citar algumas como, por exemplo, a aprovação da lei de gestão  
705de florestas públicas, foi uma conquista e uma deliberação da Conferência que nós já podemos  
706contar, não apenas com a aprovação da lei, mas também com a criação do Serviço Florestal  
707Brasileiro. A aprovação do projeto de lei da Mata Atlântica que foi estabelecido como uma prioridade  
708na Conferência, nós conseguimos com apoio do Congresso Nacional fazer com que a proposta fosse  
709aprovada após 15 anos de tramitação. O plano nacional de recursos hídricos, nós temos um plano de  
710combate à desertificação, enfim um conjunto de medidas que fazem parte do fruto dessas duas  
711Conferências já realizadas. O Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando um conjunto de  
712prioridades para 2008 que não estão isolados daquelas que foram as prioridades dos primeiros 4  
713anos dessa gestão que já passou para os cinco anos da gestão Nós, nessa agenda, priorizamos para  
714além da Conferência que já acabei de mencionar aqui, outras questões que consideramos altamente  
715relevante como, por exemplo, a agenda que não pode sair da pauta que é de combate ao  
716desmatamento da Amazônia. Uma outra prioridade é a questão das mudanças climáticas, a questão  
717da revitalização do Rio São Francisco, o saneamento ambiental urbano, o licenciamento ambiental e  
718a consolidação da reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, tendo no Instituto Chico Mendes,  
719digamos assim, talvez assim, o símbolo de toda essa reestruturação. Falando especificamente da  
720questão do combate ao desmatamento, todos vocês ao longo dos últimos, anos têm ouvido da minha  
721boca, da boca dos demais parceiros quais têm sido as ações que levaram a uma redução de 59% do  
722desmatamento nos últimos três anos. Ocorre que nos últimos cinco meses nós tivemos uma  
723tendência de aumento em torno de 10% (dez por cento) e medidas desde dezembro do ano passado,  
724mais especificamente no dia 6 de dezembro do ano passado quando o presidente Lula assinou três  
725decretos voltados para o reforço ao plano de combate ao desmatamento, vem sendo tomadas as  
726duas importantes. A que criou uma força tarefa para instruir os processos que estão em tramitação na

727justiça dos maiores contraventores em que pessoas do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, da  
728Polícia Federal, da Advocacia Geral da União, da própria ABIN, enfim, dos vários setores do Governo  
729estão instruindo essas matérias para que possamos ser vitoriosos no sentido de criminalizar aqueles  
730que fazem essas práticas criminosas, mas que infelizmente os processos ficam tramitando na justiça.  
731Essa força tarefa está, digamos assim, dando uma grande contribuição à medida que a impunidade  
732também gera novos produtos da ilegalidade e a não certeza da impunidade acaba inibindo  
733determinados processos. Então, o outro decreto que foi assinado, que foi o que estabelece os  
734municípios prioritários para as ações de combate ao desmatamento, o secretário João Paulo  
735Capobianco teve um papel fundamental nesse processo de articulação juntamente com os outros  
736secretários executivos dos outros Ministérios, tivemos reuniões com Presidente da República e outros  
737Ministros, onde no decreto ficou estabelecido os 36 municípios a partir dos critérios estabelecidos em  
738portaria que teremos. Já temos uma espécie de moratória, com uma novidade, as áreas que eram  
739desmatadas ilegalmente eram embargadas, mas as pessoas continuavam produzindo nessas áreas,  
740plantando grão, criando boi ou uma exploração irregular de madeiras. As pessoas muitas vezes não  
741tinham essas áreas embargadas na sua totalidade, em termos de processos. Agora quem tiver uma  
742área embargada não poderá produzir nela e se produzir, o produto dessa área quem comercializar,  
743quem transportar será igualmente responsável como, digamos, co-participante naquele crime  
744ambiental praticado. De sorte que nós estamos com uma invasão altamente relevante, sair do  
745processo de fiscalização, da aplicação de multa, da punição apenas na porta da fazenda para um  
746processo mais amplo na cadeia produtiva como, por exemplo, os frigoríficos. Uma outra medida  
747oriunda desse mesmo decreto foi a decisão do Presidente Lula de que o Conselho Monetário  
748Nacional deveria apreciar uma proposta de que o crédito não seja dado para atividades que não  
749comprovem a sua legalidade no que concerne a estarem em acordo com a legislação ambiental,  
750reserva legal, área de preservação permanente, o licenciamento da propriedade. O Conselho  
751Monetário apreciou essa matéria e tivemos a aprovação de uma Resolução que proíbe o  
752financiamento tanto em bancos públicos, quanto em bancos privados e estamos fazendo uma revisão  
753do protocolo verde. De sorte que são medidas muito fortes, medidas que em médio e longo prazo  
754terão uma resposta que nós consideramos estruturantes e que agora estamos com a  
755responsabilidade de implementá-las. Existe uma discussão que se coloca na sociedade de alguns  
756setores questionando os dados do INPE em relação aos desmatamentos. É bom que se tenha claro  
757que o INPE não se presta para a taxa de desmatamento, ele tem um papel de nos mostrar os indícios  
758de desmatamento para que possamos ver alguns desses desmatamentos ainda no começo, tomar as  
759medidas necessárias e foi graças a esse sistema, foi graças a ele ser transparente que nos foi  
760possível tomar todas essas medidas, assinar todos esses decretos, fazer portarias, IN como é o caso  
761do INCRA, que é parceiro em relação ao cadastramento das propriedades, que as que não se re-  
762cadastraram terão os seu CCR inibido. Enfim, foi graças a esse sistema que foi possível tomar todas  
763essas medidas. E temos a expectativa que com a implementação dessas medidas também em 2008,  
764a exemplo de 2005, 2006 e 2007 tenhamos uma redução do desmatamento. Não vamos ficar fazendo  
765uma guerra para saber se é a visão desse ou daquele estado que está correta em dizer que não  
766existe desmatamento. Nós nos valem dos dados do INPE até hoje e é com eles que nós vamos  
767trabalhar. Não queremos em hipótese nenhuma, correr o risco de chegar ao final do ano e constatar  
768territorialmente que, de fato, o desmatamento aumentou ou diminuiu. Se diminuir ótimo, mas se tiver  
769aumentado nada mais poderá ser feito e a decisão é de que nós não iríamos continuar no mesmo  
770diapasão que tínhamos anteriormente de termos a taxa só como estava consolidado. O IBAMA está  
771trabalhando em parceria com a Polícia Federal, em parceria com a Polícia Federal Rodoviária, com a  
772força nacional de segurança, com os Governos estaduais, como o caso do Governo do Pará, que a  
773governadora Ana Júlia está se colocando ombro a ombro, lado a lado na agenda. Ontem eu tive uma  
774fala prolongada com o governador do Mato Grosso para que possamos, em que pesem as  
775divergências, que ele tenha apresentado dar continuidade à agenda que temos em relação ao  
776combate do desmatamento que nos últimos três anos no Mato Grosso caiu a 72%. Então, essa  
777prioridade que eu estou falando é isso, que está na ordem do dia. Como essas medidas são muito  
778significativas e fortes, aqui temos a participação dos colegas dos estados, fiz questão de mencionar  
779pala além de medidas que estão sendo tomadas em função de que não deve ser apenas as questões  
780de comando e controle, está sendo pensado um conjunto de medidas para combater os efeitos  
781indesejáveis do combate ao desmatamento como, por exemplo, o desemprego, a manipulação  
782dessas pessoas como aconteceu em Tailândia, fazendo manifestação e motins contra o IBAMA e  
783Polícia Federal. Então um conjunto de medidas como uma espécie de defesa da floresta para esses  
784segmentos da sociedade. E também para aqueles que historicamente, sempre trabalharam no  
785sentido de ter atividades sustentáveis, nesse sentido o plano de desenvolvimento sustentável das  
786populações tradicionais deverá estar sendo lançado em breve para que aqueles que estavam fazendo  
787certo possam também contar com o apoio de políticas públicas. E tem uma ação de médio e longo  
788prazo onde a EMBRAPA, o Serviço Florestal Brasileiro do MDA, vários setores do Governo estarão  
789pensando em medidas para essa agenda estruturante de apoio às práticas produtivas sustentáveis.

790Na questão das mudanças climáticas que é uma outra prioridade. Já passou o Projeto de Lei da  
791política de mudanças climáticas que está sendo elaborado para ser enviado ao Congresso, inclusive  
792contando com o apoio daquelas iniciativas, precisamos dialogar com os parlamentares que já estão  
793em tramitação. O plano de mudanças climáticas está sendo trabalhado com a coordenação do  
794Ministério do Meio Ambiente e a participação do Ministério de Relações Exteriores, Ministério da  
795Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Agricultura, enfim, são vários  
796Ministérios que trabalham juntos e teremos como principal ferramenta de implementação do plano  
797que não deverá ser um plano federal, mas um plano nacional porque se faz necessária a participação  
798dos estados. Mas a criação de um fundo para implementação do plano de mudanças climáticas. A  
799questão da revitalização do São Francisco tem força por si mesmo. É um programa de longo prazo  
800que precisa contar com os recursos, os mecanismos, inclusive o reposicionamento das políticas para  
801que possamos ser efetivos na agenda de revitalização, onde o Ministério do Meio Ambiente através  
802da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano na pessoa do Luciano, juntamente com o  
803Ministério da Integração, dos governos estaduais possam efetivamente dar continuidade a essa  
804agenda de revitalização. A questão do saneamento ambiental urbano é uma outra prioridade. Além da  
805questão do licenciamento ambiental, e nessa questão do licenciamento, além das conquistas que já  
806tivemos nos últimos anos, como ter um quadro efetivo em vez de um conjunto de temporários e que  
80710% (dez por cento) eram efetivos e 90% temporários, hoje 90% são efetivos e 10% temporários, é  
808uma inversão. Nós tivemos que passar por todo o embate de questionamento em relação ao  
809licenciamento, onde durante um período, mais precisamente no final do 2005, nós tivemos o embate  
810na sociedade, uma discussão muito forte em relação à questão do licenciamento. No meu  
811entendimento foi vitoriosa a tese de que o país precisa se desenvolver, mas o desenvolvimento tem  
812que viabilizar as ferramentas necessárias para a proteção e a qualidade ambiental, a conservação  
813ambiental e não em prejuízo dessa. Como disse, essas medidas todas, inclusive as que são tomadas  
814aqui no CONAMA, as resoluções aprovadas não podem ser colocadas como se fossem em oposição,  
815como se fosse um combate ao desmatamento, ou aliás, ao desenvolvimento. É mais do que isso,  
816mais do que a idéia de um combate é um resgate, se formos entender as medidas que estão voltadas  
817para a viabilização das sustentabilidade ambiental na dinâmica do desenvolvimento como um  
818combate ao desenvolvimento é uma visão errada, é um resgate e como eu disse nós precisamos criar  
819uma nova narrativa para as nossas práticas econômicas em todos os setores, nos mais diferentes  
820setores. E eu considero que essa agenda Bazileu, tem prosperado, precisamos aperfeiçoá-la cada  
821vez mais. Quanto à consolidação da reestruturação do Ministério e de sua vinculada no caso o  
822IBAMA, porque o serviço florestal já foi criado, mas está em processo de implementação, essa é uma  
823prioridade de, como eu disse, talvez o símbolo seja a questão do Instituto Chico Mendes. A criação do  
824Instituto Chico Mendes foi algo que foi pensado exatamente para fazer frente ao nosso grande  
825desafio, o nosso país tem 70 milhões de hectares de unidade de conservação, 70 milhões de  
826hectares de unidade de conservação que contou com a contribuição dos últimos anos de 20 milhões,  
827eram 50 milhões de hectares, passou a 70 milhões e se cumprirmos as metas que temos, não é isso  
828secretário? Juntamente com os estados poderemos chegar a cem milhões de hectares de unidade de  
829conservação até 2010. É impossível cuidar de tudo isso com apenas uma diretoria, de sorte que foi  
830um processo difícil, complexo dentro do próprio Ministério, do IBAMA, mas no meu entendimento, a  
831decisão tomada é acertada porque muitas vezes aquilo que dá mais trabalho, aquilo que pode gerar  
832até alguma incompreensão que não digo aqui que seja ilegítimo, porque nem todos temos a  
833obrigação de pensar da mesma forma, no longo prazo e no médio prazo é que nós vamos verificar se  
834de fato estava correta aquela política. E nós não podemos adiar as decisões que precisam ser  
835tomadas agora. Ficar oito anos no Governo e sair desse governo com a mesma estrutura de 20 anos  
836atrás, com certeza seria um bom serviço à questão ambiental brasileira e graças ao esforço de outros  
837anteriores a mim, Ministros e governos, nós já tivemos grandes avanços. A criação da Agência  
838Nacional de Águas, o próprio Jardim Botânico é uma conquista, mas fundamentalmente temos agora  
839também o Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Chico Mendes como parte dessa estrutura, além da  
840criação da Secretaria de Relações Institucionais e Cidadania Ambiental acertada a decisão no meu  
841entendimento do Presidente Lula de criar uma Secretaria de Mudanças Climáticas com frutos já  
842altamente relevantes como que podemos produzir em baile, onde eu juntamente o Ministro Celso  
843Amorim, no meu entendimento reposicionamos o papel que o Brasil deveria desempenhar ali, tanto  
844junto ao o PPG7 ou ao G77 quanto no contexto da discussão mais ampla em que Brasil não utilizou  
845de demandas legítimas que precisamos conquistar como transferência de tecnologias e recursos  
846adicionais, não usamos disso como desculpas para não assumirmos as nossas responsabilidades  
847assumimos que internamente teremos metas, teremos enfim, objetivos a serem alcançados a partir  
848dos nossos esforços e que não usaremos como desculpa não ter dinheiro externo para não fazer  
849aquilo que é a nossa obrigação. Espero contar sempre com o apoio de todos aqui presente, eu  
850considero o CONAMA o nosso parlamento ambiental e desse parlamento aqui, mesmo com as  
851dificuldades, com os tensionamentos, porque aqui estão representados os diferentes setores é que  
852nós conseguimos dar encaminhamento e desdobramento para aquelas resoluções que são

853necessárias e para complementar a legislação ambiental brasileira. Eu só quero terminar aqui  
854cumprimentando mais uma vez o secretário João Paulo Capobianco, o Bazileu, o Nilo e todos  
855aqueles que estão imbuídos nessa agenda, é um desafio muito grande tudo isso que eu acabei de  
856mencionar, esses pontos prioritários aqui englobam e se desdobram em inúmeros outros e os que  
857não foram mencionados não significa que não são prioritários, existe uma agenda que já está em  
858curso como, por exemplo, a Conferência já é uma conquista, já é uma prioridade, de sorte que nós  
859estamos focando aqui naqueles que se constituem os novos desafios sem prejuízo daquilo que já  
860está em curso. Então, eu queria dizer que estive agora na Conferência do Distrito Federal, foi bem  
861interessante, onde estamos com uma parceria muito forte com o Governo do Estado e espero que  
862cada um aqui possa também estar contribuindo com a Conferência Nacional de Meio Ambiente.  
863Nesses últimos cinco anos já indo para os seis anos tenho percebido que os parâmetros que são  
864colocados pela gestão pública conseguem ir bem além na visão da sociedade, como no meu  
865entendimento aqui se expressa a visão da sociedade, sem sombra de dúvida aqui um espaço aonde  
866estamos indo além daqueles parâmetros que muitas vezes nós estabelecemos. Muito obrigada e uma  
867boa reunião para todos nós. (Palmas)

868

869

870**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Ministra, eu, falando  
871em Instituto Chico Mendes, quero felicitar aqui a presença do Ricardo Marcos que está ali no fundo e  
872que foi um parceiro fundamental no debate na Câmara dos Deputados em relação ao Instituto e foi  
873relator da matéria na Câmara, um relator extremamente objetivo, que ouviu a todos e teve um papel  
874muito relevante no sentido de nos ajudar a esclarecer à Câmara dos Deputados, com reflexo depois  
875no Senado sobre a validade da proposta, dos aspectos fundamentais dela. Então é muito bom poder  
876contar com a presença do Deputado aqui na reunião do CONAMA e eu pediria inclusive que ele se  
877sentasse à mesa conosco, estamos já no encerramento da manhã, mas... E queria pedir também  
878Ministra que o nosso secretário Hamilton Pereira, coordenador das conferências de que deve assumir  
879a presidência do Plenário aqui a partir da hora do almoço que também sente-se conosco aqui A  
880mesa. Muito bem, são 12 horas e 05 minutos, portanto estamos já no final da manhã e nós temos aí  
881as resoluções para avaliar. Eu gostaria de encaminhar e consultá-los, antes, escolher qual é a melhor  
882forma do procedermos. Nós poderíamos talvez fazer a leitura, abrir o processo de discussão,  
883lembrando que nós fizemos uma inversão de pauta, portanto o item 7.1 passa para amanhã e nós  
884abriremos então o item 7.2 que é a resolução que dispõe do conteúdo mínimo do plano de  
885emergência individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional  
886originados em postos organizados, instalações portuárias, terminais, ductos, zonas terrestres,  
887plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e relações  
888similares e que orientam a sua elaboração. Portanto essa será a nossa Resolução primeira que  
889entraremos na seqüência. Então, talvez o encaminhamento, eu consulto o Nilo que é o nosso diretor  
890Executivo do CONAMA, talvez qual seria o encaminhamento, nós abrimos o debate, fazemos um  
891relato e interrompemos e voltamos na seqüência, talvez apenas para ganhar tempo ou qual é o  
892encaminhamento ideal e deixamos tudo para depois do almoço. Quanto tempo é a apresentação?  
893Então, consulto ao Plenário qual é o melhor encaminhamento, fazermos a apresentação e abrimos o  
894processo e interrompemos para o almoço ou voltamos depois do almoço com a apresentação e o  
895início da discussão. Como eu sou preocupado com o tempo eu vou encaminhar a primeira alternativa,  
896se for contrário e ficar valendo a primeira alternativa a segunda seria abre o processo, apresenta e  
897depois do almoço quem não concordar com esse encaminhamento se manifeste, por favor.

898

899

900**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Quanto à proposta  
901encaminhamento, eu queria colocar que nós estamos em meio dia e dez minutos, então é mais  
902interessante, por mínimo que vai a apresentação com 19 slides, vai ser quinze minutos, de dez a  
903quinze minutos. Então eu acho mais interessante já iniciar à tarde com a matéria, aí já entra e você já  
904vai à discussão. Eu sou favorável à segunda proposta de que seja já na parte da tarde, 14 horas.

905

906

907**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então eu estou  
908percebendo que o plenário está..., mas como nós temos um Conselheiro encaminhando na direção,  
909acolhemos então a indicação do Conselheiro. Tem um informe novo aqui. Logística, Nilo, por favor,  
910tem uma questão logística.

911

912

913**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – É o seguinte Francisco, tem uma  
914questão de conveniência logística mesmo. É que o restaurante a essa hora já está recebendo os  
915funcionários todos do IBAMA, então se nós, mais quinze minutos aqui de apresentação, nós teríamos

916uma pequena redução talvez na fila do almoço, é uma sugestão é que encaminhasse mais por  
917convênios logística. (Palmas)

918

919

920**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Nada como contra  
921fatos não há argumentos. Então, vamos. Então, abrir a discussão da Resolução item 7.2, o relator,  
922quem é o relator? Relatoria da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, cabe  
923alguma informação adicional, Nilo?

924

925

926**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Aproveitar bom dia ministra, é  
927sempre um prazer tê-la no nosso Plenário, eu gostaria de só duas questões em relação às questões  
928levantadas pela ministra. Primeiro eu gostaria de ter onde nós poderíamos consultar esses dados do  
929IBAMA que 70% (setenta por cento) das proposituras das Conferências Nacionais de Meio Ambiente  
930foram efetivadas. Eu gostaria de ter essa informação e, inclusive porque parte do movimentos  
931ambientalistas, uma das críticas que nós temos dirigido às Conferências é a baixa efetividade e  
932aplicação das discussões que nós temos tido, que isso demanda um esforço da sociedade  
933ambientalista, da sociedade civil muito grande e nós somos voluntários nesse trabalho, então é  
934importante para nós a indicação de onde se encontra essa informação para que possamos, inclusive  
935analisá-la, conferi-la, esse detalhe. A outra questão que eu gostaria de levantar aqui é um tema muito  
936afeto à nossa região, vamos dizer assim, hoje um tema que está muito em voga na área médica é a  
937questão de depressão e nós também temos depressão ecológica, tem o sentido, o sentimento do  
938esforço que nós fazemos e não vemos acontecer, sabemos disso das dificuldades, por exemplo, é a  
939questão da desertificação. Sei que a senhora tem um carinho especial com a região amazônica, com  
940a preocupação do desmatamento, foi citada a questão do São Francisco que é uma discussão que  
941nós poderíamos até ter, mas eu gostaria, eu tenho conversado muito com o pessoal da desertificação  
942e nós conseguimos fazer um plano nacional, se eu não me engano 2004 para 2005, um plano muito  
943bom, fez o Brasil cumprir um papel importante, inclusive na Conferência da desertificação com esse  
944plano, mas não existem recursos, não existem, as soluções não estão saindo do papel. Então essa é  
945a nossa preocupação.

946

947

948**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – É sempre um prazer  
949ouvi-lo, lembrando que a tribuna livre já se encerrou anteriormente. Mas com relação à questão de  
950desertificação é um tema que será tratado ainda na seqüência aí, ocasião em que puder ser  
951oferecido. Com relação à efetividade das resoluções da Conferência, eu pediria ao Hamilton que  
952muito brevemente pudesse esclarecer, porque não é uma informação do IBAMA, é uma informação  
953do Ministério do Meio Ambiente só para esclarecer esse ponto, por favor.

954

955

956**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
957Ambiental - SAIC/MMA)** – Bom dia Conselheiros e Conselheiras, boa tarde já. Conselheiro Francisco  
958Iglesias, com relação à primeira conferência, os dados estão no site do Ministério e com relação à  
959segunda conferência nós vamos disponibilizar esses dados dentro de duas semanas, com relação  
960àquilo que diz respeito às responsabilidades do Ministério do Meio Ambiente. Muito obrigado.

961

962

963**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Capobianco, posso fazer uma  
964homenagem com três dias de atraso às mulheres na pessoa da ministra Marina Silva e pedir uma  
965salva de palmas a todas as mulheres desse Plenário. (Palmas) Nosso objetivo hoje era distribuir  
966botão de rosas para todas as nossas Conselheiras e visitantes e a ministra também, mas como para  
967votar ia atrapalhar um pouquinho, então as mulheres todas sintam-se com um botão de rosa na mão.

968

969

970**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Realmente o Nilo se  
971superou agora, sintam-se com um botão de rosas, parabéns Nilo. Então, vamos iniciar, por favor, com  
972a apresentação. Repetindo, só para pontuar o item 7.2, por favor, com a palavra a nossa  
973representante da Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

974

975

976**A Sr<sup>a</sup>. LORENZA ALBERICI DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade  
977Ambiental)** – Bom dia a todos. Eu sou a Lorenza Alberite da Silva, eu sou técnica especializada da  
978gerência de qualidade costeira e do ar da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental,

979que foi quem conduziu o processo de revisão da Resolução CONAMA 293 de 2001, que versa sobre  
980o conteúdo mínimo do plano de emergência individual para incidentes de derramamento de óleo,  
981principalmente derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras, que são as águas  
982marítimas e as águas interiores que se enquadram como águas de jurisdição nacional. Eu preparei  
983essa apresentação para balizá-los para munir de subsídios para que nós possamos finalmente fazer a  
984votação.

985

986

987**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Desculpe, só, eu  
988esqueci de informar que a Ministra vai precisar se retirar. Então, dá seqüência só para informar a todo  
989o plenário da saída da ministra. Mas por favor, pode continuar.

990**Sr<sup>a</sup>. LORENZA ALBERICI DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade**  
991**Ambiental)** – A Resolução 293 ela dispõe sobre o conteúdo mínimo do plano de emergência  
992individual de empreendimentos que estão incluídos nessa classificação: portos organizados,  
993instalações portuárias, terminais, dutos, plataformas e respectivas instalações de apoio. O art. 8º da  
994Resolução 293 estava prevendo um prazo de cinco anos para a sua revisão, então visto que a  
995Resolução foi publicada em 2001 e 2006 já teríamos que ter essa Resolução em andamento. O  
996processo de revisão começou em 2005, tendo em vista a necessidade de em 2006 já termos a  
997Resolução revisada. Foram realizados seis seminários de capacitações, esses seminários de  
998capacitação foram voltados para os órgãos estaduais de Meio Ambiente visto que o plano de  
999emergência individual é um requisito do licenciamento ambiental dessas antiguidades e um dos  
1000seminários de capacitação foi feito voltado para o setor portuário, foi feito em conjunto com a ANTAC,  
1001o Ministério dos Transportes. Além disso, no período de 27 de outubro de 2005 até 31 de agosto de  
10022006 essa revisão ficou disponível para sugestões e críticas no site do Ministério do Meio Ambiente.  
1003Então, nós tivemos essa consulta pública onde as pessoas puderam tomar conhecimento, opinar,  
1004apresentar suas sugestões. Então, munidos dos resultados dos seminários e dos resultados da  
1005consulta pública foi criado um Grupo de Trabalho para elaboração da nova proposta de Resolução.  
1006Esse Grupo de Trabalho incluiu o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia, o  
1007Ministério dos Transportes, desculpe eu errei a sigla, esse não é o Ministério do Trabalho é dos  
1008Transportes, a Marinha do Brasil, o IBAMA, o IBT é o Instituto Brasileiro de Petróleo, a Agência  
1009Nacional de Petróleo, a ANTAC, a CETESB, a FEEMA, o Instituto Ambiental do Paraná, o Instituto  
1010Ambiental do Amazonas e o CRA da Bahia que representaram o setor ambiental e estadual, a  
1011Associação Brasileira de Prevenção e Controle de Urgências Ambientais representando a Sociedade  
1012Civil o setor produtivo além de estar representado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo também teve a  
1013oportunidade de participar amplamente durante o processo desse Grupo de Trabalho. Foram  
1014realizadas seis reuniões, reuniões de dois dias inteiros em Brasília, no período entre dez de outubro  
1015de 2006 a 28 de março de 2007, foi um grupo que trabalhou muito bem de modo que após seis  
1016reuniões já se tinha uma proposta consolidada dentro desse grupo. Essa proposta então, foi  
1017encaminhada ao CONAMA, A Câmara Técnica de Infra-Estrutura e Atividades Minerárias no dia 11  
1018de maio de 2007, ela foi apresentada na 7ª reunião da Câmara Técnica onde foi aprovado que ela  
1019seria votada na reunião da Câmara Técnica seguinte, que foi a 8ª reunião da Câmara Técnica. Então,  
1020na 8ª reunião dessa Câmara Técnica que ocorreu no início de setembro, a Resolução foi votada e foi  
1021aprovada mediante algumas modificações. Modificações pequenas, assim que não alteraram o cunho  
1022da Resolução, mas que vieram melhorar aquelas, os por menores digamos assim, e visto a  
1023aprovação na Câmara Técnica foi para a Câmara Jurídica, na última Câmara Jurídica do ano passado  
1024que foi a 38ª no início de dezembro, onde ela que foi aprovada sem maiores modificações. Agora, eu  
1025estou propondo aqui na apresentação, eu estou fazendo um paralelo entre que existe na 293 e o que  
1026existe nessa proposta. Eu gostaria de não me ater a detalhe técnicos, mas alguém pode estar  
1027interessado em algum detalhamento maior. Então, vou passar rapidamente, se alguém quiser  
1028interromper, eu acho que não tem nenhum problema e fique a vontade para nós podermos falar.

1029

1030

1031**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – A idéia é você fazer  
1032apresentação até o final, as pessoas anotam os pontos que querem depois fazer o esclarecimento,  
1033mas você vai até o final sem interrupção, senão não vai funcionar bem. E anotem questões para  
1034esclarecimento.

1035

1036

1037**Sr<sup>a</sup>. LORENZA ALBERICI DA SILVA (Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade**  
1038**Ambiental)** – Então o que mudou? Mudou a abrangência do plano de emergência individual, nós  
1039tínhamos portos organizados, instalações portuárias terminais, plataformas, instalações de apoio,  
1040entraram alguns elementos novos, por exemplo, sondas terrestres, refinarias, estaleiros, marinas,  
1041clubes náuticos, pequenos empreendimentos, o óleo não é a atividade fim, mas em si eles utilizam

1042 óleo como combustível e também entrou no caso de navios, não navio passando na Costa, mas  
1043 navios que fazem parte de um empreendimento dessa natureza. Algumas mudanças nos  
1044 considerando, então eu ressalto então, a alusão A lei 9966 que não era feita na 293, a 9666 é a lei do  
1045 óleo que veio instaurar no Brasil, legalizar no Brasil a Convenção Internacional sobre preparo,  
1046 resposta e cooperação em caso de poluição por óleo. A OPRC, a OPRC também não era  
1047 contemplada na 293, é importante nós citarmos que nós temos um tratado internacional do qual nós  
1048 nos comprometemos a ter ações de combate aos derramamentos de óleo aqui no Brasil. Então, o  
1049 caso dos navios, o caso de navios que se originam ou que se destinam a essas instalações que são  
1050 os portos, os terminais e os estaleiros. Então, não era contemplado e agora está sendo contemplado,  
1051 mais uma vez eu ressalto que não é qualquer navio, são os navios que fazem parte dessa atividade  
1052 produtiva. O art. 3 tem algumas diferenças, então fala de terminais de óleo, dutos, plataformas dá um  
1053 prazo de dois anos para a adequação dos empreendimentos e isso são empreendimentos que já  
1054 existem, já estão operando e que agora devem se adequar às modificações do plano, então tem esse  
1055 prazo de dois anos para terminais, dutos e plataformas e o prazo para os portos e demais instalações  
1056 portuárias aí vai depender da justificativa técnica mediante o órgão ambiental competente, vai ser  
1057 então, uma das condicionantes do licenciamento. E que eram prazos diferentes dos estabelecidos,  
1058 agora nós temos então o prazo de um ano para terminar os aquaviários, dutos marítimos, plataforma,  
1059 portos, instalações portuárias, nós temos um ano para essa adequação e para os demais casos,  
1060 terminais, sondas, dutos, estaleiros, refinarias, marinas, clubes náuticos tem o prazo de dois anos de  
1061 adequação, então nós tirou essa discricionariedade e estabelecemos um prazo fixo para essa  
1062 adequação. Uma outra proposta que essa Resolução traz, que não existia na 293 é a possibilidade  
1063 que a plataformas de um mesmo empreendedor, localizados numa mesma área geográfica podem  
1064 compartilhar a estrutura, isso é uma coisa que vem agilizar o atendimento ao incidente e é uma coisa  
1065 que para os empreendimentos veio melhorar muito. O mesmo ocorre também com instalações  
1066 portuárias de um mesmo empreendedor, esse compartilhamento de instalações, na verdade uma  
1067 racionalização dessa infra-estrutura de atendimento aos incidentes. Pequenos empreendimentos tais  
1068 quais marinas, clubes náuticos que não carregam óleo, mas que utilizam óleo no seu maquinário,  
1069 óleo combustível podem ter um plano de emergência individual simplificado, afinal não é razoável que  
1070 se exija de um clube náutico o mesmo grau de rigor que se exige de uma refinaria ou terminal. Aí  
1071 alguns por menores mais técnicos, são mais assim, digamos que mudanças de redação, algumas  
1072 mudanças de classificação em função dos novos empreendimentos que foram adicionados à  
1073 Resolução. Então, alguns cálculos aqui, tem algumas modificações de cálculo que eu não vou entrar  
1074 nesse detalhamento porque isso, eu acho que é assunto de Câmara Técnica, se alguém tiver  
1075 interesse nós podemos até voltar. Aqui também é o mesmo caso. Aqui a questão dos dispersantes,  
1076 está sendo muito discutida a questão de dispersantes, principalmente na organização marítima  
1077 internacional porque os dispersantes são substâncias, são compostos surfactantes e solventes que  
1078 provocam dispersão do óleo na água e com isso eles favorecessem a ação de biodegradação natural  
1079 do Meio Ambiente. O problema é que esses surfactantes eles mesmos têm um grau de toxicidade  
1080 para o meio marinho e em função de cada vez estarem se desenvolvendo dispersantes menos  
1081 tóxicos, então tem muito essa discussão nesse meio. Então, a 293 estabeleceu um percentual fixo de  
1082 dispersantes de 5% (cinco por cento) do total de óleo derramado, quando agora a proposta  
1083 substitutiva diz que o volume de dispersante químico deve ser compatível com a estratégia de  
1084 resposta. De qualquer forma nós temos uma Resolução específica para o uso de dispersantes em  
1085 casos de derramamento de óleo e deve seguir-se a CONAMA 269 de 2000. Então, era isso. Espero  
1086 ter sido clara e fico à disposição para maiores esclarecimentos.

1087

1088

1089 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito bem, nós vamos  
1090 ainda aguardando lá o restaurante ficar um pouco menos tumultuado nós vamos então abrir uma  
1091 rodada para esclarecimentos e depois a exemplo do nosso procedimento regular nós faremos a  
1092 votação do texto base sem prejuízo de emendas, então os esclarecimentos, na sequência a votação  
1093 do texto base sem prejuízo de emendas e voltamos a seguir do almoço com a apresentação de  
1094 emendas e discussão da matéria de forma como sempre procedemos. Então para esclarecimentos  
1095 em relação à apresentação feita, há alguma dúvida a ser esclarecida? Lembrando que teremos  
1096 depois emendas e discussões. Não há nenhuma dúvida no momento, certamente muitas dúvidas  
1097 surgirão no debate das emendas, mas no momento não há nenhuma dúvida, certo? Em não havendo  
1098 nenhuma dúvida no momento eu então, coloco em votação o texto base, repito sem prejuízo de  
1099 emendas, portanto coloco em votação o texto base e pediria aos Conselheiros, portanto que forem  
1100 favoráveis à aprovação do texto base sem prejuízo de emendas. Pois não, uma questão anterior.

1101

1102

1103 **O Sr. FRANCISCO SIMÕES FILHO (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)** – Eu acho que  
1104 para abreviar o tempo, há interesse do Estado em pedir vista do processo para análise em razão de

1105 nós temos o sistema lagunar, nós temos portos de litoral e um porto a nível de Lagoa Mirim que  
1106 intesta com o sistema de Uruguai, então independente de toda a abertura que houve de consulta não  
1107 é, a nossa administração estadual não participou desse debate, não teve a oportunidade de  
1108 acompanhar e se torna necessário, eu penso, até porque que o porto do município do Rio grande foi  
1109 o primeiro porto a obter licenciamento ambiental do IBAMA, então me parece que seria de boa  
1110 prudência para o Estado pedir vistas, fazer uma análise, contextualizar e tentar apresentar alguma  
1111 contribuição até em razão da própria disseminação final de perder a revogação da decisão anterior.

1112

1113

1114 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito esclarecimento  
1115 fundamental é que nos termos regimentais nós tivemos que fazer um ajuste, porque esse processo  
1116 tramita em regime de urgência, aprovado na 88ª reunião ordinária, 27 e 28 de novembro de 2007,  
1117 portanto o seu pedido de vistas terá que ser votado para que seja acolhido. Há algum  
1118 encaminhamento contrário a esse pedido de vistas do Conselho em relação à matéria? Ninguém  
1119 encaminha em contrário, Zuleica. Essa é uma urgência solicitada pelo próprio Ministério do Meio  
1120 Ambiente, então eu consulto aqui o Volney, por favor, que esclareça essa questão de  
1121 encaminhamento, por favor.

1122

1123

1124 **A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu fiquei na dúvida agora porque se o Estado do Rio Grande  
1125 do Sul, eles têm questões técnicas, essas questões não foram resolvidas, é isso? Ele dá a entender  
1126 que certas questões transfronteiriças e etc., não estão contempladas, eu só gostaria de ter essa  
1127 informação do Ministério. Obrigada.

1128

1129

1130 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Bom, nós tivemos na última  
1131 reunião em novembro passado uma, aprovamos um requerimento de urgência justamente devido a  
1132 essa preocupação que nós temos pelo tempo decorrido já no período de revisão de cinco anos e que  
1133 já se passaram dois anos, a importância de acelerarmos o processo de discussão dessa Resolução.  
1134 Houve aí um amplo, vamos dizer assim, um tempo razoável de discussão, para esse aprimoramento  
1135 da Resolução e eu gostaria de ouvir do nosso Conselheiro do Rio Grande do Sul se não há  
1136 possibilidade de nós continuarmos essa discussão hoje aqui no Conselho devido a uma série de  
1137 aspectos que nós poderíamos adiantar e se for necessário, se não for esclarecidas as questões  
1138 técnicas que o Conselheiro do Rio Grande do Sul apresenta que o pedido de vistas seja ao final. Não  
1139 sei se seria possível isso.

1140

1141

1142 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Mas depois de votar o  
1143 texto base não pode mais haver o pedido de vistas.

1144

1145

1146 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Mas não podemos aprovar o  
1147 texto base e depois ao final.

1148

1149

1150 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Aí não pode mais. A  
1151 questão é fundamental o seguinte: primeiro, nós temos aí um problema de prazos, o processo está  
1152 sendo discutido, nós temos a próxima reunião ordinária só em junho, final de junho, então nós vamos  
1153 jogar esse processo muito adiante. O Ministério do Meio Ambiente fez a defesa desse assunto  
1154 representa, então, vamos pôr em votação. No sentido de, só um minutinho, só para um  
1155 esclarecimento técnico aqui antes.

1156

1157

1158 **A Srª. ALESSANDRA TOLEDO (Ministério do Meio Ambiente)** – Meu nome é Alessandra Toledo,  
1159 eu era assessora técnica do Ministério do Meio Ambiente e coordenei o Grupo de Trabalho para  
1160 revisão da Resolução 293, na ocasião. É o seguinte Zuleica, a propósito da sua pergunta, na ocasião  
1161 da revisão me surpreende o fato de o órgão estadual do Rio Grande do Sul não ter participado em  
1162 função de tudo que já foi colocado ou da forma como foi feito o processo de revisão, ou seja, você  
1163 teve uma consulta pública que ficou por praticamente um ano à disposição de qualquer interessado  
1164 para fazer sugestões. Qualquer pessoa poderia estar se manifestando, essa consulta pública ficou  
1165 um ano no site do Ministério. A ANTAQ que é a Agência Nacional de Transportes Aquaviários que  
1166 trata especificamente das questões portuárias que foram levantadas pelo Conselheiro, ela participou  
1167 ativamente do processo, veio a todas as reuniões, nós fizemos um seminário especificamente para o

1168setor portuário justamente por nós entendermos que a situação no setor portuário é muito complexa e  
1169diferenciada em funções das diferentes regiões que nós temos no nosso país. Então, assim eu  
1170particularmente entendo que o processo foi bastante democratizado, todas as pessoas que tiveram  
1171interesse e quiseram participar na ocasião o fizeram, ou seja, participaram. Então para mim essa  
1172questão de se sentir participativo nessa ocasião não seria pertinente.

1173

1174

1175**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário–Executivo do CONAMA)** – Nós não vamos entrar  
1176aqui no debate. Nós não estamos debatendo a matéria. Nós temos inscritos. Assim não tem condição  
1177Zuleica, nós temos inscritos. Próximo inscrito, por favor. Vamos ser breves, por favor, nós não  
1178estamos debatendo a matéria.

1179

1180

1181**O Sr. SÉRGIO ROBERTO PEREIRA ANNIBAL (FBCN)** – Essa questão também é uma questão que  
1182evidentemente pode estar perfeita essa modificação de Resolução, mas efetivamente dentro do  
1183Regimento do CONAMA é prevista a possibilidade justamente de pedido de vistas, esse regime de  
1184urgência. O argumento é o seguinte: eu sou da FBCN no Rio de Janeiro e nós temos vários tipos de  
1185atividades portuárias, inclusive que estão sendo definidas agora, que você não tinha em novembro o  
1186acesso a uma série de portos e terminais que estão sendo construídos. Então, nós queremos poder  
1187ter um tempo, são uns 30 dias para um pedido de vistas, no máximo 45, então eu acho que é uma  
1188coisa que já demorou, a pressa é um pouco, eu compreendo a necessidade de urgência, mas é  
1189interessante que haja um pedido de vistas e a FBCN solicita do mesmo jeito que o Conselheiro do  
1190estado do Rio Grande do Sul.

1191

1192

1193**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário–Executivo do CONAMA)** – Lembrando que o  
1194pedido de urgência foi aprovado pelo plenário. Zuleica, você poderia esclarecer qual é o ponto exato  
1195de forma muito objetiva, por favor, de forma muito objetiva o que não foi esclarecido.

1196

1197

1198**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu entendi, pela fala do Conselheiro do Rio Grande do Sul,  
1199que ele tem problemas de fronteiras como o Paraná, possa vir a ter na seqüência portos e enfim,  
1200Mato Grosso e todos os estados transfronteiriços, que têm bacias e etc. Se isso está contemplado, os  
1201planos de emergência contendo as questões que ele levantou, eu perguntei isso tecnicamente,  
1202porque eu não analisei com profundidade essa proposta.

1203

1204

1205**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Na realidade, eu gostaria de  
1206ouvir do Rio Grande do Sul um posicionamento sobre quais as questões que realmente preocupam a  
1207ele e que não foram contempladas sobre esse aspectos das questões transfronteiriças que foram  
1208apresentadas aqui. Até para esclarecer, porque não está claro o aspecto, eu consultei o pessoal da  
1209secretaria, representante da Secretaria de Qualidade Ambiental e justamente a preocupação é quais  
1210são os aspectos que poderiam influenciar nessa questão transfronteiriça, nessa análise.

1211

1212

1213**O Sr. FRANCISCO SIMÕES FILHO (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)** – De modo bem  
1214objetivo, a formulação do pedido de vistas exatamente é, embora o Regime de urgência, eu entendo  
1215que o nosso estado tem uma característica, tem uma peculiaridade, tem muito mais a contribuir talvez  
1216numa proposta como eu reforço, nós já temos há muito tempo o plano de auxílio mútuo que são  
1217ações entre os operadores dos terminais portuários no porto organizado do Rio Grande. Nós estamos  
1218agora alavancando o sistemas de hidrovias, não é dentro da idéia de infra-estrutura no Estado do Rio  
1219Grande do Sul, nós temos essa questão da reativação de portos que são lagunares com fronteira com  
1220o Uruguai, com o Porto de Santa Vitória. Nós temos o sistema lagunar que é importante o  
1221comprometimento que prevê que é o porto de Pelotas, o porto de Porto Alegre também se encaixa  
1222dentro da região *estuanina* do Guariba. Então, me parece que essas questões se tornam importantes  
1223até para qualificar, ou melhor, tentar qualificar, ou buscar contribuir com esse debate. Eu penso que a  
1224questão transfronteiriça tem que ser preocupante, me parece na leitura também feita não há uma  
1225previsibilidade ou não há nem sistema de cooperação internacional enfim, e dentro da faculdade de  
1226querer participar do debate, contribuir com o debate foi formulado, sr. Presidente, o pedido de vistas,  
1227que fica à submissão do plenário, obrigado.

1228

1229

1230 **Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** – Sr. Presidente, por  
1231acaso eu estou Presidente da Câmara Técnica onde nós debatemos esse tema e quero dizer a Vossa  
1232Excelência em plenário que também sou oficial de marinha com mais de 250 mil milhas navegadas e  
1233conheço, só não conheço os portos da Europa, mas portos do oriente, do ocidente eu conheço muito.  
1234Foi o meu primeiro emprego, a minha primeira profissão e trabalhei exatamente com produtos  
1235químicos e na busca e elaborei o primeiro manual de segurança de operação de navios químicos.  
1236Então é um tema evidentemente no tema seguinte embora nós não tenhamos nenhum entendimento  
1237mais profundo, mas este tema nós temos algum entendimento. O que não quer dizer que esse é esse  
1238algum entendimento que nós temos se sobreponha a qualquer outro entendimento igual ou diferente.  
1239A segunda questão que eu gostaria de ponderar com Anníbal e com o representante do Governo do  
1240Rio Grande do Sul, é no sentido de que não é possível que nós gastemos esse tempo todo que foi a  
1241descrição que a colega fez dos seminários, Grupo de Trabalho, reuniões nas Câmaras Técnicas, que  
1242são reuniões extensas e etc. e etc. E que por uma questão regimental, absolutamente, eu defendo o  
1243direito regimental de cada um. Agora nós vamos ter que na revisão que tivermos do Regimento  
1244colocar esse pedido de vistas de uma maneira mais, sei lá, diferente do que é. Porque não é possível  
1245que a nação apague dois, três anos, a quantidade de reuniões, tempo, dinheiro e etc. e etc., e nós  
1246cheguemos aqui e tenhamos esse problema. Desculpe, eu não quero tirar o direito, sou aquele cara  
1247favorável ao debate, mas nós temos que pensar também nos custos e nas questões envolvidas. Me  
1248desculpe, eu acho que o pedido de vistas é... Quero dizer inclusive senhor presidente, já estou  
1249encerrando, de que as questões transfronteiriças e a questão de legislação que envolvem dois países  
1250elas são arbitradas, elas são decididas não no foro do CONAMA, mas por intermédio de reuniões em  
1251que o país A apresenta a sua legislação, o país B apresenta a sua e no caso do Mercosul onde tem  
1252um tratado que o Brasil assina, de que essas legislações são ponderadas. Agora eu não posso traçar  
1253a elaboração da minha legislação que é aquilo que o país quer em função do que eu vou saber se  
1254fulano e beltrano vai concordar ou não. Isso é um processo depois. Então Senhor Presidente, eu  
1255queria encaminhar no sentido de que verifique o pedido de vistas considerando que essa é uma  
1256matéria em regime de urgência, considerando que essa é uma matéria que está a mais de três anos  
1257tramitando dentro da Câmara Técnica, de Grupos de Trabalhos e etc. Senão vamos parar o  
1258CONAMA, aí na próxima matéria o Conselheiro seguinte também pede e na outra o terceiro perde e  
1259as nossas reuniões nós não avançamos. Desculpe Conselheiro Aníbal e Conselheiro do Rio Grande  
1260do Sul fazer esse desabafo, é mais que uma intervenção porque me preocupa.

1261

1262

1263 **Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito bem senhoras e  
1264senhores membros do CONAMA, eu acredito que dado ao esvaziamento aqui do Plenário, inclusive a  
1265fome não é uma boa conselheira, então eu pediria aos senhores que nós façamos uma interrupção  
1266agora. Nesse período de interrupção, a nossa equipe da Câmara Técnica poderá conversar com um  
1267pouco mais de detalhes com os Conselheiros proponentes do pedido de vistas para entender  
1268exatamente qual é o ponto que está pegando, porque há uma dúvida aqui. Há avaliações de que as  
1269consultas públicas foram feitas, audiências públicas, sistema Internet etc., que isso foi exaurido. Nós  
1270pedimos então que nós vamos interromper, voltamos no início da tarde, às 2 horas impreterivelmente.  
1271Quem sabe com acordo entre as partes para auxiliar o plenário a tomar uma decisão menos  
1272esfomeada do que nesse momento. Até às 2 horas senhores Conselheiros, muito obrigado.

1273

1274

1275 **Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Pessoal das ONGs, nós vamos fazer  
1276a reunião agora com o Capobianco lá na presidência do IBAMA. Então se puder nos deslocarmos  
1277imediatamente, eu agradeço.

1278

1279

1280 *(Intervalo para almoço)*

1281

1282

1283 **Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
1284Ambiental - SAIC/MMA)** – Boa-tarde, Conselheiras e Conselheiros do CONAMA. Retomando os  
1285trabalhos dessa reunião do Conselho, nós vamos reabrir os trabalhos para apreciar o ponto 7.2 da  
1286nossa pauta, depois da exposição feita no final da sessão da manhã e da manifestação do Estado do  
1287Rio Grande do Sul solicitando o pedido de vistas. Abrimos a possibilidade de diálogo durante o  
1288intervalo do almoço, porque houve manifestações do Plenário em desacordo com a proposta e nós  
1289gostaríamos, a mesa quer iniciar o trabalho da tarde fazendo uma indagação aos proponentes do  
1290pedido de vistas, particularmente o representante do Estado do Rio Grande do Sul, que pudesse se  
1291manifestar ao microfone, por favor. Mantém o pedido. Então, está mantido o pedido de vistas, vamos  
1292lembrar que esse pedido de vistas tem que ser apreciado pelo Plenário, porque ele se deu para uma

1293 proposta que está sendo discutida em caráter de urgência. Alguém no Plenário se manifesta contra o  
1294 pedido de vistas apresentado? Alguém quer se manifestar ao microfone contrário ao pedido de vistas,  
1295 por favor.

1296

1297

1298 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Queria convidar o Doutor  
1299 Rosalvo aqui para falar.

1300

1301

1302 **O SR. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** - Eu acho que nós  
1303 deveríamos, Presidente, e refletindo e eu uso muito aqueles sábios, sabedoria do Doutor Paulo  
1304 Nogueira Neto, fiquei muito pensando na última palavra que ele falou antes do almoço no sentido que  
1305 nós estávamos nos referindo há um estado da federação que tem o litoral, que faz fronteiras com  
1306 outros países e considerando isso, Doutor Paulo, não vejo nenhum problema de que a gente faça o  
1307 pedido de vistas para a FBCN e para o Estado do Rio Grande do Sul, até eu acho que a gente teria  
1308 até mais aporte dos conhecimentos do professor e do estado ali. Não haveria prejuízo, Sr. Presidente,  
1309 em que pese que a gente está discutindo essa matéria no CONAMA há três anos. Mas quem discute  
1310 três anos dá mais três meses, não vejo nenhum problema. Um mês. Então, acredito que devamos  
1311 encaminhar no sentido de não ter essa votação, a não ser que tenha alguém contrário.

1312

1313

1314 **O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
1315 Ambiental - SAIC/MMA)** – A votação terá que ocorrer por causa do pedido de urgência, mas eu  
1316 passo, se não houver objeção do plenário, imediatamente para o processo de votação. Os  
1317 Conselheiros e Conselheiras que se manifestam a favor do pedido de vistas apresentado, por favor,  
1318 se manifestem erguendo o crachá. Os Conselheiros contrários. As abstenções. Aprovado o pedido de  
1319 vistas apresentado e passamos para a matéria seguinte. Lembrando, atenção é um último, talvez não  
1320 seja um pormenor do encaminhamento, lembrando aos Conselheiros que apresentaram o pedido de  
1321 vistas, que os senhores terão 30 dias prorrogáveis por mais quinze dias. Então, está encaminhado.  
1322 Vamos para a matéria seguinte. O 7.3 é o próximo ponto. É uma proposta de resolução que dispõe  
1323 sobre o descarte e gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e de baterias usadas que  
1324 contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos revogando a  
1325 resolução 257/99. A mesa convida o representante da Câmara de Saúde e Saneamento, quem vai  
1326 apresentar? Quem vai apresentar é a Zilda, por favor, ao microfone, do IBAMA.

1327

1328

1329 **A SRª. ZILDA VELOSO (IBAMA)** - Boa-tarde, meu nome é Zilda Velloso sou Coordenadora Geral de  
1330 Qualidade Ambiental do IBAMA. Eu fui relatora do Grupo de Trabalho que elaborou essa proposta de  
1331 revisão da resolução 257/99. A resolução 257/99 foi aprovada nesse Conselho, em julho de 99,  
1332 entrou em vigor um ano após praticando alguns teores de pilhas e baterias. Um ano depois esses  
1333 teores tornaram-se um pouco mais restritivo. No seu art. 5º, o artigo 6º entrou em vigor em julho de  
1334 2001. A resolução teve um pedido em 2001, final de 2001, início de 2002, do Ministério Público do  
1335 Estado do Rio Grande do Sul pedindo a sua revisão. Alegando o fato de que a resolução tinha um  
1336 artigo que dizia que as pilhas e baterias que atenderem os teores dispostos nessa resolução podem  
1337 ser dispostas em aterros sanitários devidamente licenciados e sendo assim o IBAMA, na época, e o  
1338 Ministério do Meio Ambiente viram por bem coordenar com essa dificuldade que e o setor estava  
1339 tendo, principalmente os municípios tinham de recolher as suas pilhas e baterias. Então, quem seria o  
1340 responsável no caso das pilhas e baterias atenderem a resolução, não seria mais a indústria, porque  
1341 a indústria já praticava os teores que estavam ali especificados, mas seriam, isso sim, as prefeituras e  
1342 as prefeituras não apresentavam condições de fazer essa coleta seletiva. Então, essa resolução  
1343 enfrentou um período de 4 anos de revisão, onde nós tivemos alguns embates no Grupo de Trabalho  
1344 e depois na Câmara de Saúde, Saneamento e Gestão de Resíduos, para chegar a essa proposta que  
1345 hoje... Por favor, será que seria possível colocar a proposta de resolução na tela. Essa proposta, ela  
1346 com o maravilhoso, maravilhoso que não vai nada de pejorativo, por favor, é um elogio bastante  
1347 grande ao trabalho que o Conselheiro, na época Cláudio Alonso, representando o Estado de São  
1348 Paulo, fez na relatoria desse texto, onde nós conseguimos dividi-la em capítulos por tipos de pilhas e  
1349 baterias e onde esses teores foram reduzidos. Nós tivemos uma negociação com o setor, esses  
1350 teores de metais pesados foram reduzidos e hoje nós temos um ganho significativo na redução, mas  
1351 ainda não conseguimos resolver aquele problema da destinação. Mas essa resolução foi feita  
1352 especificamente para determinar teores de metais pesados em pilhas e baterias. Se você poderia por  
1353 gentileza projetar o anexo II. Primeiramente o anexo I e depois o anexo II. No anexo I nós temos  
1354 especificados uma codificação aduaneira, já que esta é uma resolução que serve para se controlar  
1355 teores de metais pesados naquelas pilhas e baterias que vão ser comercializadas, ela serve para

1356aquelas produzidas e importadas. Então, aí são especificados os tipos de pilhas e baterias que vão  
1357ser controladas por essa resolução. Por gentileza, o anexo I primeiro, esse é o anexo II. Estão lá os  
1358tipos de pilhas e baterias: baterias com bióxido de manganês, óxido de mercúrio, zinco-manganês.  
1359Agora, você pode subir um pouquinho a tela, por favor, acumuladores de chumbo para veículos e  
1360industriais e apertos, níquel/cádmio e partes que contem também esses metais. Agora, pode colocar,  
1361por gentileza, no anexo II. Então, no anexo II, nós especificamos na tabela I os teores máximos de  
1362metais pesados tolerados para pilhas e baterias poderem ser produzidas ou importadas, teores de  
1363mercúrio, mercúrio aí aparece duas vezes, porque existem dois tipos diferentes de pilhas e baterias  
1364de 0,01% em peso e 25 miligramas por elemento nas pilhas do tipo botão, os teores de cádmio e teores  
1365de chumbo. Por gentileza, a tabela II. E seguindo o mesmo indicativo da resolução anterior, a tabela II  
1366nos dá os teores de metais mínimos toleráveis e que permitem, inclusive com esses teores, que  
1367pilhas e baterias possam ser jogadas em aterros sanitários devidamente licenciamentos. Então, esta  
1368não é uma resolução onde se pretende promover a coleta, o setor vai colocar, vai iniciar uma coleta  
1369seletiva diferenciada de pilhas e baterias. Para isso nós esperamos a aprovação da nossa Política  
1370Nacional de Resíduos no Congresso Nacional e também, quem sabe com as obras do PAC, nós  
1371consigamos melhorar a condição de aterros sanitários licenciados nos municípios para diminuir dentre  
1372essas outras diversas fontes de poluição, mas o objetivo é criar esses dois limites e dentro desses  
1373limites o que estiver fora não pode ser comercializado no país. Então, ela induz também a parte  
1374educativa, nós temos um anexo III onde tem as simbologias utilizadas em pilhas e baterias. Não  
1375pareceu aí o desenho? É que nós puxamos da Internet estava a simbologia que pode ser retirada das  
1376pilhas e baterias. E o ganho que teve essa revisão basicamente foi a redução dos teores de metais  
1377pesados presentes em pilhas e baterias. Eu estou disponível, Doutor Nilo. Está aí, perfeito, o Grupo  
1378de Trabalho acreditou que seria interessante colocar isso no anexo III para que fosse facilmente...  
1379Servisse de subsídio para campanhas educativas também e fosse esclarecedor para a população de  
1380como fazer a leitura dessa simbologia. Essa foi, então, a relatoria da revisão. Eu me coloco a  
1381disposição para esclarecimentos.

1382

1383

1384**O SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
1385**Ambiental - SAIC/MMA)** – Quero me dirigir ao Plenário para abrir a palavra para esclarecimentos.

1386**A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Fazer uma pergunta para a Doutora Zilda. Pelo que eu estou  
1387entendendo aqui, por exemplo, uma pilha botão que tenha menos de 25 miligramas ou 25 para baixo,  
1388de mercúrio ela poderá ser jogada em aterros não poderá ser fabricado pelo anexo II da tabela I,  
1389pilhas com mais de 25 miligramas, pilhas botão, miniatura ou pilhas, baterias constituídas de botão ou  
1390miniatura. Estou dando exemplo, mercúrio, por elemento 25 miligramas. Eu quero saber, em relação  
1391ao cádmio e o chumbo também, quais pilhas e baterias vão ser recolhidas no Brasil. Então?

1392

1393

1394**A SRª. ZILDA VELOSO (IBAMA)** - Obrigada pela pergunta Doutora Zuleica. Dessa tipologia de pilhas  
1395e baterias, bateria de zinco/manganês e alcalino manganês, pelos valores praticados pela indústria  
1396hoje por aqueles, digamos assim, legalmente importados nenhuma vai ser recolhido, porque esses  
1397valores já são praticados pela indústria. Os valores mínimos já são praticados pela indústria, talvez a  
1398exceção de uma ou outra, mas a informação que a indústria deu durante os Grupos de Trabalho,  
1399você pode até depois pedir a palavra e falar com mais sobre esse ponto, porque participaram das  
1400discussões também, mas o recolhimento não vai haver, porque a resolução fala que aquelas que  
1401tiverem os teores desses metais: mercúrio, cádmio, chumbo com valores entre esses intervalos  
1402deverão ser recolhidas, porém hoje todas as que são fabricadas já atendem os valores mínimos. Não  
1403seriam recolhidas e estariam isentas, inclusive de apresentar o plano de gerenciamento de resíduos  
1404conforme posso postula o artigo 9º. Então, nada vai ser recolhido. Continua o recolhimento de pilhas  
1405e baterias de chumbo ácido, que isso daí por valores até, com por valor econômico que o chumbo  
1406contém, mas essas pequenas não seriam recolhidas pela resolução.

1407

1408

1409**O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMA)** - O que eu queria saber era principalmente o que vai ser  
1410recolhido e que não vai ser recolhido. Agora, as palavras foram ditas aqui me assustam porque,  
1411embora esses produtos possam ter pequenas quantidades de metais pesados, a soma de pequenas  
1412quantidades fazem grandes quantidades. Então, em alguns lugares isso pode causar problemas  
1413sérios. Agora, eu digo sinceramente, não sou especialista em metais pesados, mas o bom senso  
1414indica que potencialmente há um perigo e o que se recomenda nessas ocasiões é que o ônus do  
1415recolhimento cabe basicamente aos fabricantes porque alguém tem que ser responsável por recolher  
1416aquilo que não pode ser jogado de qualquer jeito. Então, esse ônus cabe aos fabricantes. Agora,  
1417como os fabricantes vão atender a isso, é um assunto que a gente precisa discutir aqui e ver como  
1418fazer. Eu acho que aquele velho ditado latino: "In dubio pro reo". Eu acho que havendo dúvidas

1419devemos aqui, temos o dever e obrigação de estabelecer normas que protejam o público em geral e  
1420proteja não só o público, mas também a natureza, os animais que vivem nesses lugares aonde  
1421podem ser depositados esses materiais, enfim. Eu acho que devemos fazer um estudo bastante  
1422profundo nisso para não ficar uma resolução que depois vai ser criticada dizendo que nós estamos  
1423favorecendo fabricantes ou coisas desse tipo. Quer dizer, estou apenas me adiantando numa  
1424possibilidade. Que não vi nenhuma referência, digamos assim, sobre a culpa dos fabricantes, mas de  
1425qualquer maneira eles é que serão os responsáveis pelas medidas que nós tomarmos de segurança  
1426que serão os principais responsáveis. Obrigado.

1427

1428

1429**SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - As preocupações, acho que  
1430estão convergindo, realmente, por exemplo, nós vimos uma grande publicidade do HSBC, acho que  
1431foi HSBC ou o Banco Real, se colocando a disposição de recolher baterias. Então, de repente  
1432estamos com uma resolução que, vamos dizer assim, está andando na contramão da  
1433responsabilidade sustentável que está se criando dentro das indústrias, na própria sociedade e  
1434realmente as preocupações levantadas por Doutor Paulo são as minhas também. Nós temos um  
1435problema sério no Brasil que é milhões de produtos chineses, aliás, só não invadiram o Brasil, mas  
1436invadiram o mundo inteiro, pilhas, pilha de chinês quem é que responde por ela? É o importador, mas  
1437quem é o importador? Não tem nem na caixa, nem na pilha. E nós sabemos que os produtos  
1438chineses, eles têm altos problemas de produção. A China é um desafio, não é o 10% (dez por cento)  
1439que está crescendo, não. É os 20% que ela está destruindo por ano para manter o desenvolvimento  
1440dela dos 10% (dez por cento). Então, eu queria traduzir essa preocupação, a preocupação de que se  
1441coloca onde não pode colocar, mas não como pode ser feito. As disposições finais colocam que não  
1442podem, não serão permitidas as seguintes formas de disposição e aí elenca. Ai também, mas não diz  
1443de quem é a responsabilidade. É das prefeituras? Eu gostaria até que a ANAMMA se pronunciasse  
1444aqui. Hoje as prefeituras estão qualificadas para trabalhar com um material de uma potência de  
1445poluição de metal pesado tão alta como essa? Eu, por exemplo, como ambientalista, realmente lá, as  
1446baterias, eu tenho a primeira bateria daquele tijolo do celular, porque eu não tive confiança nem... De  
1447entregar para quem? A Nokia não recolhe. Quer dizer, está guardado em casa. Um dia eu vou ter  
1448disponibilizar isso para alguém. Não vai poder ficar na minha casa. Eu sei que milhares de  
1449consumidores que têm essa preocupação fazem isso, mas um dia eles vão ter que colocar isso como  
1450resíduo. Aonde? Então, eu acho que essa resolução, aí vou pegar as palavras da doutora Zilda, ela  
1451disse bem, foi ótimo para estabelecer os níveis, mas a função dela que é a destinação não foi  
1452resolvida. Só isso é que a função não foi resolvida.

1453

1454

1455**SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua)** -  
1456Rodrigo Agostinho, Instituto Vidágua. Eu tive a oportunidade de acompanhar a tramitação dessa  
1457resolução na Câmara de Assuntos Jurídicos, cheguei naquela oportunidade até apresentar um  
1458relatório de vistas e a indagação que eu faço ao IBAMA e ao Ministério do Meio Ambiente ou é se  
1459existe hoje algum controle sobre as pilhas que são importadas. Nós sabemos que tem as  
1460contrabandeadas, mas não é o caso aqui, mas nós temos as importadas todo dia chegando em  
1461contêineres e muitas indústrias, inclusive parando de fabricar no Brasil, para importar. E nós não  
1462sabemos. A informação que nós temos é que hoje não existe controle nenhum sobre essas  
1463importadas, que com essa resolução passaria a ter algum controle. Gostaria de saber se está tendo  
1464algum controle sobre isso. Só complementando uma questão que o Chico colocou. Se a gente tivesse  
1465todas as prefeituras do Brasil com aterros sanitários, isso daria uma tranquilidade um pouco maior  
1466para gente. Só que nós sabemos que a cidade não tem aterros sanitários. São poucas as cidades  
1467com aterros regularizados, controlados, enfim. Então, essa é outra preocupação nossa.

1468

1469

1470**Sr. MÁRIO SÉRGIO RASERA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba)** - Mário  
1471Sérgio Rasera da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, apresentando na Frente  
1472Nacional. Também quero fazer algumas considerações e acho que tem que definitivamente ficar claro  
1473que não há responsabilidade pública nenhuma, nem pode ser definido recursos públicos para  
1474qualquer tipo de recolhimento, tratamento, destinação final de pilhas e baterias. Essa  
1475responsabilidade tem que ser do fabricante e do sistema dos importadores também. Eu não vi na  
1476resolução, posso ter me equivocado, mas eu não vi também a data que tem que se apresentar os  
1477planos de gerenciamento desses resíduos pelos fabricantes e importadores. Ao mesmo tempo eu fico  
1478um pouco preocupado, porque nós temos que encontrar a forma correta de apresentação desses  
1479planos. Porque não basta um fabricante o conjunto deles apresentarem ao IBAMA quando na prática  
1480acontece nos estados e principalmente dentro dos municípios. Nós precisamos na esfera do  
1481município, qual é o sistema de recolhimento que vai acontecer e que será implantado? Então, não

1482 basta ter um plano nacional se eu sei quantos pontos estão sendo instalados no município X como é  
1483 o sistema de recolhimento e aí a destinação correta. Além disso, sobre a questão de aterro eu tenho a  
1484 mesma preocupação que o Doutor Paulo citou aqui, que o conjunto delas, individualmente ela pode  
1485 não trazer nenhum dano, mas o conjunto delas ser somado, de tal forma que possa trazer grandes  
1486 prejuízos a questão ambiental. Ao mesmo tempo, eu acho que não são os aterros sanitários que  
1487 deverão absorver isso, não. Aí cabendo exclusivamente ao fabricante apresentar essa proposição  
1488 dentro de um plano que tem que ser ouvidos os estados e principalmente os municípios. Porque a  
1489 nossa preocupação no município é saber como é que vai funcionar isso dentro do nosso território.  
1490 Seriam essas as considerações.

1491

1492

1493 **A Srª. FLAVIA MOURÃO (Secretaria de Meio Ambiente de Belo Horizonte)** - Meu nome é Flávia  
1494 Mourão sou da prefeitura de Belo Horizonte Secretaria de Meio Ambiente, representando aqui a  
1495 ANAMMA Sudeste. Eu queria aqui compartilhar a preocupação. Se esses anos todos nós  
1496 trabalhamos pela separação, nós fizemos esse trabalho, que isso não fosse destinado aos resíduos  
1497 junto aos resíduos comuns. Isso não seria entendido como um retrocesso? Isso efetivamente não  
1498 seria um retrocesso? Apesar de que as pilhas hoje estão com uma composição química menos  
1499 prejudicial. Essa é uma questão. Quer dizer, eu acho que já tem algum trabalho sendo feito e seria  
1500 interessante nós incentivarmos continuidade da separação, mesmo a gente sabendo que, na  
1501 realidade, as pilhas domésticas, de uso doméstico, muitas delas são misturadas aos resíduos comuns  
1502 e essa prática vem sendo feita por anos e anos e nós também sabemos que não é isso que faz hoje a  
1503 diferença, que intacta os nossos aterros sanitários, aqueles que são efetivamente tratados, mas  
1504 realmente nós continuamos preocupados, porque nós temos que trabalhar com a redução de volume  
1505 de qualquer espécie, principalmente desses contaminantes nos nossos aterros sanitários e eu acho  
1506 que deveríamos continuar, mesmo sabendo que as pilhas hoje têm característica melhores, eu acho  
1507 que nós deveríamos continuar trabalhando para que elas não fossem misturadas aos resíduos  
1508 comuns. Eu acho que na hora que nós alterarmos essa resolução, nós realmente vamos fazer um  
1509 trabalho de incentivo a que isso seja lançado e aumente o volume de pilhas nos nossos resíduos  
1510 domésticos. Então, eu acho que, continuo defendendo que a gente deveria trabalhar uma forma de  
1511 não simplesmente permitir, mas a gente manter a obrigação não só dos fabricantes, mas acho que  
1512 seria mais fácil, não sei se poderia jogar isso para os que comercializam as pilhas. Se isso foi  
1513 avaliado?

1514

1515

1516 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
1517 Ambiental - SAIC/MMA)** – Muito obrigado conselheira. Eu passo a palavra para a Doutora Zilda  
1518 Velloso, o para os seus esclarecimentos e em seguida passaremos aos encaminhamentos.

1519

1520

1521 **A Srª. ZILDA VELOSO (IBAMA)** - Eu vou começar pelo final. Retrocesso, conselheira, não vai haver.  
1522 Porque na resolução anterior, ela estava montada de mesma forma. Só vai ser recolhido aquilo que  
1523 exceder os teores. Então, o retrocesso propriamente não existe. A separação que hoje existe, ela é  
1524 voluntária ou por parte de empresas, ou por parte... Eu gostaria de ter ouvido aqui outros governos  
1525 estaduais, porque nós temos alguns estados brasileiros que proibem a disposição de pilhas e baterias  
1526 em aterros sanitários e eu infelizmente eu não ouvi isso aqui, como não tivemos a presença de, a  
1527 exceção em alguns momentos do Estado de São Paulo que nos ajudou, mas nenhum outro Estado  
1528 participou do Grupo de Trabalho em nenhum momento. A ONG também, se eu me lembro, nós  
1529 também não conseguimos viabilizar a vinda de ninguém. Então, foi uma discussão bastante dura. Eu  
1530 venho acompanhando as discussões de resíduos nesse Conselho esse desde 1996, quando foi  
1531 elaborada a primeira proposta em 97. De lá para cá o Conselho vem discutindo resoluções sobre  
1532 resíduos específicos que nós havíamos nomeado na proposta de 1997 como resíduos que merecem  
1533 uma consideração especial. E nós temos uma dificuldade muito grande em fazer exigência que não  
1534 estão na resolução. Nós, eu falo IBAMA. Então, o IBAMA não tem como exigir coisas que não estão  
1535 na resolução. Então, houve uma expectativa da sociedade pelo recolhimento por um clamor, por  
1536 informação, mas isso nunca esteve na resolução. Então, nós ocupamos hoje uma boa parte do nosso  
1537 tempo eu diria 20% (vinte por cento) do nosso tempo respondendo ao judiciário e a sociedade sobre o  
1538 que a resolução quer dizer ou não quer dizer. Então, tem coisas que nós podemos controlar e outras  
1539 não. Então, não está clara na resolução a questão da importação. O que nós fazemos? Acreditamos  
1540 que no momento em que a resolução hoje em vigor fala em comercializadas, e essa revisão também  
1541 fala, aquelas importadas também estão sobre o nosso controle. O que nós exigimos? É impossível  
1542 nós exigimos do importador que tem o carregamento retido no porto um laudo, porque o laudo  
1543 demora 20 a 30 dias para ficar pronto, tem dois laboratórios no Brasil que fazem esse laudo  
1544 reconhecido pelo Inmetro, naturalmente, que é o trabalho que normalmente a gente faz. Então,

1545 existem dificuldades operacionais. Foi visto aí numa matéria recente na televisão, o Banco Real está  
1546 fazendo recolhimento, existe uma empresa no Brasil, localizada no estado de São Paulo, apta a fazer  
1547 reciclagem de pilhas comuns. Sai novecentos reais a tonelada do tratamento. Então, tem coisas que  
1548 às vezes são inviáveis. Eu entendo o Doutor Paulo Nogueira, eu fui relatora do grupo, mas como a  
1549 gente mesmo disse, a gente às vezes não concorda com tudo que está escrito no texto, mas como  
1550 nós vivemos em uma democracia nós temos que acatar o que os colegas, ou o que o grupo, eu não  
1551 sou Conselheira, eu sou Analista Ambiental do IBAMA, eu presto esclarecimentos e trabalho no  
1552 controle desde que ele foi criado, desde que começou a controlar a importação de resíduos em 1993.  
1553 Então, tem algumas coisas que nós temos dificuldades, que dizer, de acordo com a informação que  
1554 nós chega pelo DECEX, se o Brasil começar a pedir laudo prévio ao embarque de pilha e bateria isso  
1555 se configura numa barreira não tarifária. Isso pode existir? Pode. Desde que firmado em um acordo  
1556 internacional. Senão o Brasil vai ser chamado a OMC para poder responder sobre isso. Existem  
1557 outras formas? Existem. São as formas que nós temos procurado dar o controle, ou seja, nós  
1558 exigimos que a empresa declare, dentro do Cadastro Técnico Federal, que lá existem todas as  
1559 penalidades que deva ter se ele não declarar a verdade, e nós confiamos nessa informação. Foi a  
1560 maneira que vimos de ter algum controle sobre aquilo que era, importado. Agora, naturalmente a  
1561 maioria dos contaminantes está em contrabando. Aí contrabando já é um problema que nós  
1562 procuramos resolver com a Polícia Federal, que o IBAMA sozinho não pode dar conta de controlar a  
1563 importação no país inteiro de pilhas e baterias. É um problema grave? Eu acredito que é e o que o  
1564 Doutor Paulo falou é corretíssimo quando fala do fator cumulativo. Quando falamos em oito, dez  
1565 milhões de pilhas e baterias comercializadas e pensa que mesmo com teores baixos de metais, o que  
1566 pode vir a gerar de contaminação pelo processo de lixiviação, quando misturados a outros resíduos  
1567 em aterros sanitários ou em lixões. Nós todos ficamos preocupados. Nós todos lidamos com isso,  
1568 mas o que eu quero dizer é que era o possível que se podia fazer nesse momento. Era a redução dos  
1569 teores. Ela é limitada? É. Limitada do ponto de vista daquilo que nós gostaríamos de ter. Mas isso foi  
1570 fruto de uma negociação bastante grande com o setor de pilhas e baterias. Apesar de nós dos órgãos  
1571 de meio ambiente não concordamos com 100% do que está escrito aqui. Porque nós queríamos  
1572 brigar pelo recolhimento. Isso não foi possível. Não foi possível nesse momento, porque nós não  
1573 temos... É muito difícil. Nós temos hoje a resolução de pneus que exige o recolhimento e a destinação  
1574 final e vai vir para revisão, daqui há algumas reuniões, vai voltar a esse plenário para ser discutida a  
1575 revisão dela. Ela tem problemas de implementação. Problemas sérios pelo texto que ela tem e pelas  
1576 exigências que faz, muitas vezes pela relutância de algumas setores em poder bancar esse  
1577 recolhimento e essa destinação por outro lado também não tem incentivos para fazer isso. Então, os  
1578 dois lados da moeda. Nós como Órgãos Gestores e órgão que executa o controle emanado desses  
1579 conselheiros, nós temos essas dificuldades em relação a resíduos pós-consumo, sim. Deixa só dar  
1580 mais uma informação. Ficou faltando só uma colocação aqui. Pelo que eu respondi. Quanto aos  
1581 planos, os planos hoje da resolução 257, nós sempre exigimos que sejam apresentadas as licenças,  
1582 quem vai recolher, como vai recolher, qual o tipo de transporte, se tem licença do órgão estadual. Isso  
1583 é o que é feito hoje pela resolução 257. Nessa resolução o que está escrito nela é que vai apresentar  
1584 plano somente aquelas que vão ser recolhidas. Então, vão ser recolhidas só baterias de chumbo.  
1585 As outras não vão ser recolhidas pelos teores, porque atendem aos teores de metais pesados. Então,  
1586 que vai ser recolhido, baterias industriais, que como eu disse na minha apresentação inicial, já são  
1587 recolhidas por razões de ordem econômica o chumbo é um metal que tem valor econômico agregado.  
1588 Então, eles são recolhidos por outros motivos também, mas só vai ser apresentado o plano de  
1589 gerenciamento daquelas que vão ser recolhidas. Obrigada.

1590

1591

1592 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
1593 **Ambiental - SAIC/MMA) –** Obrigada Doutora Zilda. Feitos os esclarecimentos...

1594

1595

1596 **O Sr. PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMA) -** Eu acho que é também importante saber como os  
1597 outros países fizeram para resolver esse problema? A experiência de outros países podem indicar um  
1598 rumo. Pelo que eu vejo, nós estamos aqui meio perdidos. Meio não, completamente perdidos a  
1599 respeito do que fazer. Então, eu gostaria desse esclarecimento. Como o problema é encarado e  
1600 resolvido por outros países. Obrigada.

1601

1602 **O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH) -** Veja bem. Nós estávamos  
1603 tentando ver se a gente conseguia convencer, ali está o vice-presidente da Câmara Técnica que é o  
1604 Fernando do Ministério da Saúde, o Presidente da Câmara Técnica da ANAMMA, não lembro o nome  
1605 dele. Nós estávamos tentando para ver se nós exercíamos ali o artigo 15 para solicitar a devolução  
1606 para a Câmara Técnica para readequação da matéria. Como a gente está vendo que está  
1607 complicado, porque o Presidente não está aqui. Ele que tem que fazer essa solicitação. Eu vou fazer

1608um pedido de vistas encaminhado a mesa, porque entendemos que da forma que está colocado aqui.  
1609Eu vou repetir a palavras da Doutora Zilda só mudou os teores, a solução mesmo não foi dada.  
1610Então, o IMARH entende que tem que redesenhar essa resolução para poder ver se ela atende mais  
1611aos interesses do país e evitar essa está abaixo, não pode recolher, para nós isso é um problema. Só  
1612porque está abaixo do teor. Quem é que vai responder por isso? Aí cria uma situação que ninguém  
1613responde por isso. Então, nós estamos fazendo o nosso pedido de vista dirigido a mesa da matéria.

1614

1615

1616**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
1617**Ambiental - SAIC/MMA)** – Obrigado, Conselheiro Francisco Iglesias.

1618

1619

1620**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Volney Zanardi, Ministério do  
1621Meio Ambiente. Acho que em relação a essas considerações também que foram trazidas aqui a  
1622plenária o Ministério do Meio Ambiente também pedirá vistas a essa questão.

1623

1624

1625**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Nós também, a PROMAC também deseja pedir vistas do  
1626processo.

1627

1628

1629**O Sr. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - Conselheiro da CNI. Nós também pedimos vistas  
1630da resolução.

1631

1632

1633**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
1634**Ambiental - SAIC/MMA)** – ADEMA também acrescenta seu pedido de vistas. MEC também. A mesa  
1635acolhendo a solicitação do plenário... CNT, pedido de vistas. A mesa acolhe o pedido de vistas  
1636formulado pelo IMAR, pelo MMA, pelo MEC, pela PROMAC, ADEMA, CNT e CNI. Os proponentes do  
1637pedido de vistas têm regimentalmente. ANAMMA também.

1638

1639

1640**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - Apenas estou pedindo a palavra ao  
1641Presidente da mesa para recomendar a todos que estão pedindo vistas, porque é um grupo  
1642considerável aqui pedindo vistas, que observem os 30 dias de prazo prorrogável por mais 15 dias e  
1643vamos, inclusive, sugerir aqui porque como a partir da entrega do processo, que a rigor, assim, ele, o  
1644processo, Dominique, está no site. Veja é só um esclarecimento a documentação pertinente, a  
1645resolução propriamente conselheira Zuleica, CNI, CNT, todos que estão pedindo vista, a  
1646documentação está disponível no site. O processo mesmo, é um processo que não tem a menor  
1647condição de se tirar cópia dele todo, para todos esses Conselheiros que pediram vistas. É  
1648impraticável. Nós disponibilizamos no CONAMA todo o processo, está lá absolutamente público para  
1649quem quiser ter acesso ao conjunto do processo, mas nós já temos os documentos principais dessa  
1650resolução disponíveis no site para todos aqueles que vão fazer o seu parecer e eventualmente  
1651emendas. O que a gente quer recomendar, em função do grande número, não sei se Conselheiro  
1652Volney Zanardi está aqui. O que eu estou querendo recomendar Conselheira... Eu estou consultando  
1653aqui a Diretora adjunta Dominique Louette porque... Viu Conselheira Zuleica, não vou chamar  
1654ninguém de Doutor aqui. Todos são Doutores aqui no Conselho, mas o Chico Iglesias e todos que  
1655pediram vistas. Eu estou consultando aqui o nosso Conselheiro do Ministério do Meio Ambiente como  
1656é um número muito grande de Conselheiros pedindo vista é uma matéria que se vier emendas ou  
1657alterações de todos esses que estão pedindo, é uma quantidade grande de alterações, que eu acho  
1658que para uma Plenária, as vezes, pode ser bastante difícil de apreciar todas as alterações  
1659eventualmente. Estou pensando da gente sugerir aqui ao Plenário que apossa os 45 dias de prazo,  
1660nós em vista dos pareceres que nós recebêssemos se alterarem significativamente a proposta de  
1661resolução o Ministério do Meio Ambiente convidar as entidades que estão apresentando parecer para  
1662um diálogo preliminar informal. Se todos estiverem de acordo e, inclusive o Conselheiro Volney  
1663Zanardi, acho que pode ser útil para nós chegarmos ao plenário com a matéria um pouco mais  
1664amadurecida em vista eventualmente das alterações se forem muito significativas. Só essa sugestão.

1665

1666

1667**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Eu vi uma definição de  
1668ambientalista que achei muito interessante e quero compartilhar ela com vocês. Ambientalista é o  
1669especialista em generalidades. Então, o que acontece conosco aqui. E no CONAMA é incrível. Então,  
1670por exemplo, eu vou citar rapidinho a experiência que nós tivemos com a (...) que tivemos uma

1671 discussão muito boa nesse Plenário e nós tivemos que desdobrar durante muitos dias para entender  
1672 todo o mecanismo, tudo, para poder fazer proposições enriquecedoras junto ao texto. Então, o que  
1673 acontece, Nilo, no meu caso especificamente que estou em Natal. A gente tem uma dificuldade muito  
1674 grande, às vezes, nesse processo, nós não conseguimos todos os documentos. Nem todos os  
1675 documentos que estão no processo, nós temos como acessá-los pelo site e isso aconteceu já em  
1676 dois processos e aí eu gostaria de ver se teria condições, porque, por exemplo, a Zuleica também  
1677 teve essa dificuldade. Eu gostaria de receber, se fosse possível, integralmente o processo, até para  
1678 poder fazer uma análise mais acurada dessa questão. Então, eu gostaria de colocar isso. Sou a favor  
1679 de ter essa reunião que eu acho que é uma forma de tentar equalizar mesmo que os pareceres sejam  
1680 extremamente diferenciados, talvez dependendo até do número de matérias acabe voltando para a  
1681 Câmara Técnica.

1682

1683

1684 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
1685 **Ambiental - SAIC/MMA)** – Obrigado Conselheiro. Eu queria passar a palavra para o Nilo para  
1686 esclarecimento.

1687

1688

1689 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - Bem rapidamente. Francisco é o  
1690 seguinte, a alternativa que eu estou vendo aqui é a seguinte, como é um processo de seis volumes  
1691 totalizando mais de 1200 páginas é realmente difícil a gente fazer cópias para os pareceristas. Então,  
1692 o que eu estou propondo é que a gente traga esse processo para cá amanhã vocês dão uma olhada  
1693 nos documentos que mais interessam no processo, nós procuramos o apoio do IBAMA para tirar  
1694 algumas fotocópias que interessar para o trabalho de vocês. E aí vocês levam, assim como os outros  
1695 que também pediram vistas, porque realmente tirar cópia de tudo ecologicamente e economicamente  
1696 é desaconselhável. Sem prejuízo da gente querer ter a melhor contribuição possível de todos os  
1697 senhores.

1698

1699

1700 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
1701 **Ambiental - SAIC/MMA)** – Então, feito o encaminhamento os Conselheiros que solicitaram tem o  
1702 prazo dos 45. A proposta que a mesa encaminhou de que possamos depois desse prazo abrir um  
1703 espaço para que a gente possa, digamos, equalizar, ou equilibrar, ou dialogar sobre a partir dos  
1704 pareceres que chegam, naturalmente, sem a pretensão de substituir qualquer instância desse  
1705 Conselho. Já trabalhamos o prazo de 45. Passamos a matéria seguinte. O ponto, é o ponto 7.4  
1706 proposta de resolução que dispõe sobre classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento  
1707 das águas subterrâneas. A relatora da CETESB Doutora Dorothy, Coordenadora do Grupo de  
1708 Trabalho com a palavra. Para o microfone, por favor.

1709

1710

1711 **A Srª. DOROTHY P. CASARINI (CETESB)** – Boa tarde. Eu gostaria de fazer essa apresentação em  
1712 nome de um grupo, mais ou menos em torno de 50 pessoas, que durante um período de dois anos se  
1713 reuniu para podermos trazer essa proposta hoje aqui para vocês. Meu nome Dorothy Carmen Pinate  
1714 Casarine. Eu sou gerente de Divisão de Qualidade de Solo, Águas Subterrâneas e Vegetação da  
1715 CETESB, onde eu trabalho há algumas anos. O que a gente queria colocar aqui para vocês e  
1716 principalmente para os Conselheiros que essa é uma matéria bastante técnica e foi um grande  
1717 desafio para o grupo conseguir num assunto tão técnico quanto a questão da água subterrânea a  
1718 trazer uma terminologia que fosse de pleno entendimento para todo cidadão que faz o uso da água.  
1719 Então, esse na verdade foi o nosso maior desafio. Então, eu gostaria de passar a próxima e colocar  
1720 para vocês de uma maneira resumida o que eu quero falar aqui hoje. Nós vamos tentar fazer algumas  
1721 considerações sobre a Política de Meio Ambiente porque esse foi um assunto que gerou algumas  
1722 discussões em relação ao que era atribuição da Política de Meio Ambiente, o que era atribuição da  
1723 Gestão dos Recursos Hídricos. Falar sobre definições, objetivos, sobre o sistema de classes, falar  
1724 sobre as condições de qualidade de cada classe, sobre as diretrizes para nós prevenirmos a poluição  
1725 da água, sobre as diretrizes para nós orientarmos o enquadramento das águas subterrâneas e  
1726 disposições finais, conclusões e considerações. Como nós atuamos? Esse nosso grupo, ele estava  
1727 representado pela diferentes Secretárias do Ministério tanto de qualidade ambiental, quanto de  
1728 recursos hídricos, pelo IBAMA, órgãos ambientais e gestores, instituições de pesquisas, vários  
1729 professores universitários nos acompanhou durante esses dois anos, usuários de água subterrâneas,  
1730 como concessionárias, prefeituras, Petrobrás, Vale do Rio Doce, CNI e Fiesp, para citar alguns mais  
1731 frequentes e realmente trabalhando na discussão, as empresas de consultoria foi bastante presente,  
1732 ONGs e outros alunos e outras instituições. Nós nos reunimos a cada dois meses, em geral aqui em  
1733 Brasília, e desde 2005, desde de novembro 2005 que nós estamos trabalhando nesse assunto, sendo

1734que houve a necessidade da gente fazer um *tour* pelo Brasil considerando as preocupações dos  
1735hidrogeólogos em relação à variabilidade da água subterrânea em cada estado. Embora, de ter sido  
1736assim bastante divertido e às vezes um pouco desgastante. Nós fomos para Porto Alegre, fomos para  
1737São Paulo, para Rio Grande do Norte e nessas reuniões acabamos concordando com os nossos  
1738colegas que queriam muito fazer essas discussões em outras regiões do Brasil, que foi extremamente  
1739importante porque, houve um consenso no grupo de que apesar da água subterrânea ser diferente  
1740em cada Estado do ponto de vista da composição química, do ponto de vista de classificação nós não  
1741tínhamos que nos preocupar excessivamente com essas variedades, essa preocupação vai ser  
1742importante, sim, no momento seguinte que vai ser o enquadramento. Então, é importante a  
1743variabilidade tem que ser considerada, mas não tão prioritariamente no momento da classificação.  
1744Outro aspecto importante é que lá as discussões eram acaloradas, mas os nossos dissensos, ou  
1745seja, aquelas questões que nós não conseguimos consensuar, nós encaminhamos para a Câmara.  
1746Então, foi assim um processo razoavelmente bom porque no final acabamos com o consenso no  
1747âmbito da Câmara. Em relação às duas políticas o que eu gostaria de destacar para vocês  
1748principalmente para os Conselheiros é que na verdade a política de Meio Ambiente ela é uma política  
1749que define uma série de atribuições e designa ações para os seus órgãos. Então, no caso de água  
1750subterrânea o que a gente precisaria tirar é que existem os instrumentos para gente poder ter  
1751qualidade na água. Que são quais? Os padrões, o zoneamento de uso e ocupação do solo, a  
1752avaliação a impacto, licenciamento e estabelecimento de áreas de proteção. Quando chegarmos lá  
1753na conclusão vocês vão entender porque são importantes esses instrumentos de ação efetiva, que  
1754são executados pelos órgãos ambientais. Por outro lado se a gente for olhar as diretrizes da Política  
1755Nacional de Gestão de Recurso Hídrico, nós vamos ver que ela não confere ao executor, em nenhum  
1756momento, poder de ação, mas é uma integração das atividades que são executadas pelos órgãos  
1757ambientais ou para outros órgãos que licenciam, por exemplo, a questão de uso e ocupação do solo.  
1758Então, a Política de Recurso Hídrico, ela é de integração como está descrito lá em todas as diretrizes  
1759da política. O que a gente quer destacar aqui para os Conselheiros é o porquê disso? Quer dizer, qual  
1760é a implicação na nossa resolução da questão da Política de Meio Ambiente? Nada mais do que está  
1761escrito aí embaixo que é o seguinte: eu nunca vou ter um recurso hídrico subterrâneo, que é um  
1762recurso ambiental antes de qualquer coisa, se eu não tiver nesse recurso ambiental água  
1763subterrânea, intrínseco nesta água a qualidade e a quantidade. Quer dizer, se não tiver qualidade eu  
1764não tenho o recurso hídrico subterrâneo. Se eu não tiver quantidade eu não tenho recurso hídrico  
1765subterrâneo e aí que está, na verdade, a importância de se decidir lá nos Comitês de Bacia, as  
1766questões relativas à proteção da qualidade. Porque não adianta nada nós temos a água, mas se não  
1767tiver qualidade para consumir. Mais uma outra questão que eu gostaria de falar para vocês é essa  
1768questão do histórico. Porque nós temos uma memória curta, brasileiro tem um monte de vantagens,  
1769mas tem algumas coisas que nos persegue. E essa história de ter uma memória curta, às vezes, no  
1770leva a esquecer. Então, o histórico do que? Do enquadramento porque o que nós precisamos na  
1771verdade é enquadrar. Então, por isso fomos fazer a classificação, mas o objeto que nós buscamos  
1772com esta resolução é viabilizar o enquadramento da água subterrânea. Então, como isso nasceu da  
1773nossa resolução brasileira, na nossa legislação brasileira? Desde 76. Então, se nós fomos olhar aqui,  
1774mas temos alguns os pulos de canguru de dez anos. Em 76 nós tivemos a portaria Minter, era em 86  
1775nós publicamos a CONAMA 020 e o objetivo da CONAMA 020 foi o que eu descrevi aí: enquadrar  
1776corpo de água e a meta naquela época era efetivamente manter qualidade de água. Em 97, com a  
1777Política Nacional de Recursos Hídricos, nós conseguimos agregar a esse instrumento de  
1778enquadramento outros instrumentos importantes, por exemplo, planos de bacia e etc. e nesse  
1779momento a gente faz a reflexão de que na verdade o grande instrumento integrador da qualidade e  
1780da quantidade da água é o enquadramento, portanto no meu entendimento esse é o grande  
1781instrumento para nós protegermos os recursos hídricos, ou seja, ele superficial ou subterrâneo. Como  
1782é a ótica do enquadramento? Quer dizer, o que é enquadramento? Enquadramento é uso. Isso é  
1783enquadrar. Nós enquadramos as águas para que possamos ter hoje e daqui 50 anos em  
1784quantidades e com qualidade para sustentar o desenvolvimento. Essa é a tarefa, a nossa tarefa não é  
1785ficar brigando para deixar tudo cor de rosa. A nossa tarefa é muito maior do que isso. Tem que ser  
1786cor de rosa e sustentável. Manter o desenvolvimento. Esse é o nosso desafio. Então, seguindo esse  
1787raciocínio o que você precisa fazer, o usuário, ele é o responsável pelo custo, portanto ele vai estar  
1788no Comitê, ele vai estar lá na decisão colegiada participando, quem paga decide. Além disso, nós  
1789temos um desafio que é o que? Encontrar recursos financeiros que vá possibilitar que tenhamos  
1790qualidade da água e, além disso, nós precisamos ter, reconhecer que nas nossas condições  
1791econômicas, na maioria das vezes, nós temos aquela água que podemos ter, pode pagar para ter e  
1792não aquela que a gente gostaria e mereceríamos ter. Isso nos leva a concluir de que as classes, elas  
1793estão associadas há um padrão de qualidade e que isso é um instrumento que nós já utilizamos  
1794desde 1966 quando surgiu o primeiro órgão de Meio Ambiente nesse país. Que é a legislação  
1795ambiental. Então, quem trabalha com qualidade e Meio Ambiente já usa esse instrumento chamado  
1796qualidade e ele é a essência de classe. Na Política Nacional de Recursos Hídricos a 9433, lá no art.

179710° está escrito que quem é o responsável pela classificação das águas subterrâneas é o CONAMA, 1798ou seja, os órgãos de Meio Ambiente. Bom, vou fazer um pouquinho de paralelo com a 357, porque 1799ela foi o nosso espelho. Quer dizer, nós temos que olhar para a 357 e temos que ter a nossa 1800resolução de classificação de águas subterrâneas atrelada a 357. Obviamente atendendo as 1801especificidades da água subterrânea. Então, com esta revisão então da CONAMA 020, que começou 1802a acontecer em 2003/2005. Eu fiquei feliz porque eu falei: agora nós vamos ter a chance de rever a 180320 e eu vou colocar junto com os amigos que trabalhamos com água subterrânea a mais de 15 anos, 1804nós vamos colocar a águas subterrânea dentro da revisão da 20. Só que quando nós entendemos 1805que o objetivo da revisão da 20 era fazer, aprimorar a gestão ambiental prevenindo e controlando da 1806água superficial, manter a qualidade da água superficial em função dos padrões de classe de água 1807superficial, como estava lá, e autorizar o lançamento de efluentes, ou seja, a 20 veio porque nós 1808precisávamos de volume de água. É tudo uma questão de histórico. Então, nós tínhamos que permitir 1809lançamento em curso d'água superficial para que eu tivesse volume para captação a jusante. Então, 1810a 20, ela veio com uma proposta, que não me agradava do ponto de vista de proteção de qualidade 1811de água subterrânea. Não dá para permitir lançamento em água subterrânea. Então acabou o meu 1812sonho de colocar água subterrânea, de todos nós, dentro daquela resolução que tinha um objetivo 1813específico que era isso que está aqui no último parágrafo, ou seja: organizar a questão de qualidade 1814atrelada ao volume, a manutenção de volume no curso d'água. Em função disso a 357 acabou, por 1815tristeza de alguns colegas, se focando em água superficial e o CONAMA por bem decidiu deixar a 1816água subterrânea para um segundo momento e ela saiu com esta lógica. Que depois eu vou 1817comparar com a subterrânea. Qual lógica? Na superficial a unidade de planejamento é a bacia 1818hidrográfica e a de enquadramento é o trecho de rio. A subterrânea a unidade planejamento continua 1819sendo a bacia hidrográfica, mas a de enquadramento agora vai ser uma porção do aquífero. O 1820processo no caso da superficial é um processo de alocação de fontes. Onde? No entorno de um 1821corpo hídrico. Usa como base características hidrodinâmicas e permite o lançamento de carga 1822poluidora. Então, vamos ver para águas subterrâneas como isso fica? Para o caso da água 1823subterrânea a lógica do enquadramento é um pouquinho diferente o planejamento é a bacia 1824hidrográfica, mas a unidade de enquadramento é o aquífero é um processo que não vai mais resultar 1825em alocação de fontes ao longo do curso da água, mas é um processo que vai resultar em um 1826zoneamento do território. Um zoneamento do território para fazer um planejamento de uso e 1827ocupação do solo. Então, é um aspecto um pouquinho diferenciado. Na questão do poder de divisão, 1828na água subterrânea nós vamos ter que considerar as características hidrogeológicas, que no caso 1829da superficial não foi necessário, e a gente não vai deixar lançar carga polidora no aquífero 1830diretamente. Bom, quais são então os princípios que a gente pensou, discutimos e chegamos a 1831conclusão que seriam os principais para gente fazer um sistema de classes de águas subterrâneas. 1832Primeiro, como eu coloquei, as definições na medida do possível e os princípios fundamentais são 1833aqueles da 357. Nós não criamos nada, não reinventamos a roda. O que é classe, o que é 1834enquadramento, o que é qualidade, tudo isso vocês já discutiram tudo aqui na época da plenária da 1835357, nós mantemos isso todo o tempo. Segundo princípio, qualidade para que? Para uso 1836preponderante das águas e no caso da água subterrânea, nós com o pouco monitoramento que 1837temos, mas em função de uso de água subterrânea no Brasil sabemos que essa água tem excelente 1838qualidade. Então, temos uma água com excelente qualidade que é completamente o oposto em 1839relação à água superficial. Naturalmente. Quer dizer, essa é a grande vantagem do uso da água 1840subterrânea poder captar e usar sem grandes tratamentos. Um terceiro fundamento é a manutenção 1841da qualidade e da quantidade, ela está diretamente vinculada a que? As atividades antrópicas. Então, 1842na água subterrânea nós temos essa questão de ter que fazer, escolher áreas, o grande produto da 1843resolução é zonestar o território em termos: aqui nessa bacia hidrográfica eu vou licenciar uma região 1844onde eu vou colocar fontes potenciais de poluição, mas daqui isto será a minha área que vou reservar 1845para ter água para manter até os próprios processos industriais funcionando. E quem mora no Estado 1846de São Paulo entende muito bem o que eu estou falando. Porque nós temos mais tempo de parque 1847industrial o crescimento desordenado e hoje enfrentamos sérios problemas de abastecimento em 1848função de não termos feito o tal do zoneamento que vai ser o produto dessa resolução. Esse 1849zoneamento vai ser resultante para que a gente possa ordenar dentro da bacia hidrográfica o local 1850que eu vou querer proteger a água para abastecimento. Existe nessa resolução, se vocês já leram 1851essa resolução, eu acho que existe algum momento que fala: mais que negócio complicado esse 1852pessoal inventou. Porque nós tivemos que colocar algumas siglas para significar o que a gente estava 1853definindo como padrão de qualidade de água subterrânea. Então, é daqui dessas definições o que eu 1854queria destacar é: o que é o VRQ, que na verdade é o valor de referência de qualidade, ou seja, o 1855que é água subterrânea limpa naturalmente. O VMP é o valor máximo permitido, ou seja, para 1856consumo humano o VMP é potabilidade. Só que existe outro uso da água subterrânea. Qual? Para 1857irrigação o VMP não é potabilidade é outro valor. Então, esse é o grande diferencial dessa resolução. 1858Na verdade, o que nós estamos querendo não é estabelecer especificamente com ela o padrão, mas 1859todas as diretrizes necessárias para que os estados estabeleçam os seus padrões em função das

1860suas condições de qualidade da sua água, e em função da sua realidade das fontes potenciais de  
1861poluição e da sua realidade hidrogeoquímica. Além disso, nós temos outro VMP que nós chamamos  
1862de VMPP+ e VMPP-, que nada mais significam do que? O VMPP+ é o valor mais restritivo entre  
1863todos os usos e nós estabelecemos 4 usos básicos, que vocês vão ver depois na tabela e o VMPP- é  
1864o valor máximo permitido menos restritivo. Então, se forem perceber a nossa proposta de  
1865classificação, ela está embasada em que? Primeiro, VRQ é a água limpa, a água que você não tem  
1866ação nenhuma, segundo VMP, que são valores que são limites de qualidade. Se você for entender a  
1867resolução na sua essência, ela é extremamente conservadora. Por que? Porque você tem a maioria  
1868das classes com seus padrões com base em valores de qualidade natural ou em valores máximos  
1869permitidos, mas são menos restritivos, mas são permitidos. Bom, como é que são, então, os padrões  
1870para cada uso da água. Não estou falando em padrão de classe, estou falando em padrão de uso.  
1871Nós apresentamos na resolução um anexo que é o anexo 1 e ele contém diretrizes para cada Estado  
1872estabelecer os seus próprios padrões. Por meio de que? De monitoramento da hidrogeoquímica da  
1873água subterrânea. Então, isso é uma coisa que tem que ficar muito clara para os estados, essa  
1874resolução pressupõe conhecer as águas subterrâneas. Até hoje isso para nós é um ponto de  
1875interrogação. A maioria dos estados não monitoram, não conhecem. Então, essa resolução vai ser  
1876um instrumento para que a gente comece a conhecer essas águas do ponto de vista hidrogeoquímico  
1877e apresentamos nesse anexo os valores máximos permitidos para cada um dos 4 usos. E aí de  
1878acordo com esses anexos o que nós temos? Consumo humano, que o padrão eu já falei é potabilidade  
1879da 518, que é uma portaria do Ministério da Saúde, um dado brasileiro, a recreação que é o padrão  
1880da resolução CONAMA 274 de 2000, a irrigação e dessedentação de animais que o padrão nós  
1881decidimos usar os padrões da FAO. Aí está a tabela. Eu não pretendo aqui, em pouco tempo nós  
1882temos para conversar, detalhar isso tudo. O objetivo dele está lá: apresentar os parâmetros, que tem  
1883maior ocorrência em águas subterrâneas, os respectivos valores máximos permitidos para cada um  
1884dos usos considerados como preponderantes e os limites de quantificação, LQP consideradas como  
1885aceitáveis para a aplicação dessa resolução. Então, essa tabela é uma fonte de informações muito  
1886grande para nós possamos classificar as águas subterrâneas principalmente em relação as  
1887substâncias antrópicas. Por quê? Porque as substâncias naturais o padrão é o valor natural de maior  
1888ocorrência que é o VRQ e aqui nós estamos falando em VMP. Eu tenho aí uma seqüência para  
1889mostrar, por exemplo, no caso do nitrato, para consumo humano no caso é dez, aquilo está em  
1890micrograma por litro então está dez mil, e o menos restritivo é 90 mil. Então, é um valor bastante alto  
1891que vai ser o limite de qualidade para classe 4. Classe I vai ser VRQ, classe II vai ser VRQ e a classe  
1892IV que seria a classe com menos qualidade, com uma qualidade ruim o limite vai ser 90 mil. Então,  
1893nós vamos deixar as tabelas para as perguntas específicas. Nós temos as legendas das tabelas com  
1894todos os esclarecimentos. E finalmente as classes. Então, vamos falar como é que são as classes  
1895nessa proposta. Nós temos uma classe especial, assim como para as águas superficiais, e nós  
1896estamos definindo como sendo aquelas águas dos aquíferos que estão abastecendo ou estão  
1897permitindo a existência de áreas de proteção, consideradas como Unidades de Conservação  
1898Proteção Integral. Além, dessas águas são também onde você tiver classe I para superficial a  
1899subterrânea também será superficial e o limite, o padrão para essa água, para essa classe é o natural  
1900que estiver lá, não tem padrão. Aí nós vamos ter duas classes, que é a classe I e a classe II e a  
1901diferença da classe I e da II é que na I nós temos água subterrânea limpíssima, você vai fura o poço,  
1902capta, analisa, atendeu todos os padrões para qualquer um dos usos do anexo I então ela é classe I.  
1903Quem é a classe II? A classe II é a mesma água subterrânea limpa, entretanto, ela tem lá um  
1904parâmetro de ocorrência natural, por exemplo, cromo ou fluoreto naturalmente muito elevado. Então,  
1905essa é uma água que você não vai ter nenhuma ação de gestão. Ela vai ser II, a única coisa que tem  
1906que ser observado é a empresa de distribuição de água vai ter que adequar aquele parâmetro ao uso  
1907que for ser efetuado, no caso consumo humano se o fluoreto estiver muito alto a empresa  
1908simplesmente vai ter que misturar uma água com menos fluoreto e poder distribuir sem nenhum  
1909custo. Então, essa é a classe II. I e II são limpas. O padrão dessas duas classes VRQ. Classe III, é  
1910aquela classe que você tem a presença de substâncias antrópicas, mas a concentração é baixa,  
1911ainda não passou o limite de potabilidade, essa é a III. A classe IV é aquela que você tem o padrão  
1912VMP+, ou seja, o valor na tabela do anexo I, o valor máximo permitido menos restritivo. Então, no  
1913caso uma água que tiver nitrato da ordem de 30, de 40, de 50 como tenho em São Paulo. Eu vou  
1914poder, se quiser decidir, porque classificação, enquadramento é uma decisão. Essa água que está  
1915com nitrato elevado, eu posso classificar, enquadrar esse trecho, essa porção do aquífero como  
1916classe 4. E no caso da V seria aquela água que na verdade, ela tem condições de qualidade e não a  
1917qualifique para nenhum dos usos do anexo I, essa seria a classe V e também não tem padrão. Aqui a  
1918gente tem o anexo II que é um exército e nós colocamos para que os estados possam com base  
1919nesse exército efetuar os padrões de suas classes e fazer o seu enquadramento utilizando o anexo II  
1920e o anexo I mais o monitoramento obtendo os valores de referência de qualidade das águas do  
1921estado vai ser possível você efetuar o enquadramento. Bom, o que eu queria colocar é se eu  
1922determino uma resolução onde a classificação depende de monitoramento é de esperar que essa

1923resolução trague com muitos detalhes como deve ser feito esse monitoramento e é isso que o artigo  
192412,13 e 14 fazem orientando o usuário dessa resolução tudo que ele precisa fazer em nível de  
1925detalhes para poder efetuar um monitoramento adequado para obter um número confiável como valor  
1926de referência de qualidade. Um outro detalhe importante nessa classificação é: bom, quais são os  
1927parâmetros que serão monitorados? Nós não temos um balão mágico aqui, uma bola de cristal para  
1928poder escrever esses parâmetros. Por quê? Porque eles vão depender dos usos preponderantes da  
1929água, eles vão depender da característica hidrogeoquímica dessa água, eles vão depender das  
1930fontes de poluição naquele local que está enquadrando, eles vão depender de outros critérios que  
1931possam ser importantes numa determinada bacia. Só que nós estamos dizendo lá. Existe os  
1932parâmetros mínimos. Então, você vai ter considerar tudo aquilo, a tabela minha de São Paulo, ela é  
1933enorme. Por quê? Porque eu tenho muitas fontes de poluição. Então, tem que ter muitos parâmetros.  
1934Eu tenho características hidrogeoquímicas diferenciadas. Eu tenho minimamente dez diferentes tipos  
1935de aquíferos no estado do ponto de vista hidrogeoquímico. Só que minimamente eu tenho que fazer  
1936pH, STD, turbidez, condutividade elétrica, nitrato, coliformes e medição de nível da água. Então, esse  
1937foi um jeito que nós encontramos de poder oferecer subsídio para o usuário fazer a sua classificação.  
1938Nós, então, ali continuando, para fazer as diretrizes gerais para monitorar a qualidade da água  
1939subterrânea, nós estabelecemos questões como. Qual é a frequência e de quanto em quanto tempo  
1940os dados deverão ser interpretados? Os resultados deverão ser analisados estatisticamente de que  
1941forma? Então, realmente é uma, vamos dizer assim, uma orientação bastante detalhada. Em relação  
1942às diretrizes gerais ainda para enquadramento, nós especificamos como deve amostrado, se vai ser  
1943em poço, se pode ser poço de abastecimento, se tem que ser poço de monitoramento. Em relação a  
1944questão para obtenção das amostras: como deve ser efetuada as análises, como devem ser os  
1945controles analíticos de qualidade dessas análises e ainda continuamos falando sobre como os  
1946resultados devem ser interpretados do ponto de vista de limites de quantificação, limites de  
1947quantificação praticável. Finalmente, gente, nós estamos chegando onde nós gostaríamos. Ou seja, o  
1948que vai ser as diretrizes para controle. Você vai ter que ter áreas de proteção de aquífero, perímetro  
1949de proteção de poços e áreas de restrição e controle do uso da água subterrânea. Em relação ao  
1950controle de recarga artificial e de gestão, nós estabelecemos todos os critérios. Quer dizer, pode fazer  
1951recarga? De que forma? Como serão os controles dessa é cada? Pode efetuar injeção? Da mesma  
1952forma todo o detalhamento sobre isso. Em relação à classe V existe um conjunto de critérios  
1953especiais para você poder estar efetivamente fazendo recarga na classe V. Em relação à aplicação  
1954de resíduos e efluentes no solo, pela primeira vez no Brasil, nós vamos ter uma orientação de como  
1955isso pode ser executado, ou seja, é possível lançar efluentes no solo, é possível lançar resíduos.  
1956Então, quais são os critérios e as condicionantes para que você efetivamente execute essa atividade  
1957que hoje já é extensivamente usado em vários locais eu só dou o exemplo da indústria  
1958Sucroalcooleira que destina toda a sua produção de efluentes no solo, só para exemplificar. Em  
1959relação à questão das diretrizes para enquadrar o que nós poderíamos fazer no âmbito do CONAMA.  
1960Nós poderíamos nos limitar a dizer que o CNRH é que vai efetivamente efetuar as diretrizes para os  
1961Comitês de Bacia fazer o enquadramento e como as diretrizes ambientais para que isso ocorra, ou  
1962seja, as classes elas são estabelecidas com base em usos preponderantes mais restritivos com  
1963exceção da classe IV. O enquadramento tem que seguir o que nós discriminamos nesse artigo que  
1964deverá ter caracterização hidrogeológica, hidrogeoquímica, avaliar a vulnerabilidade ao risco de  
1965poluição, cadastrar os poços existentes e em operação. Como é o uso e ocupação de solo e seu  
1966histórico. Fazer uma avaliação de viabilidade técnica e econômica do enquadramento. Onde estão as  
1967fontes de poluição em cima daquele aquífero e qual é a qualidade natural daquela água subterrânea  
1968naquele local que você vai enquadrar. Em relação às diretrizes ainda, nós temos outras, mas eu vou  
1969passar tem muita informação e o importante realmente é nós conversarmos com vocês. Eu gostaria  
1970de ir para conclusão. Nós temos um capítulo de disposições finais e transitórias onde nos enfatizamos  
1971a importância de nós motivarmos pesquisas e estudos para nós termos os nossos próprios valores  
1972para dessedentação, para irrigação que é uma coisa que nós estamos copiando da FAU, quer dizer,  
1973fizemos uma escolha. Seria importante nós termos isso. E como conclusão final, eu queria falar a  
1974vocês que a importância da água subterrânea, acho que até dispensa comentários, eu só queria dar  
1975um dado, que no Estado de São Paulo hoje 80% (oitenta por cento) dos municípios utilizam a água  
1976subterrânea e, além disso, é uma questão importante para se discutir do ponto de vista do controle da  
1977qualidade dessa água que hoje é totalmente, em função do fato da água subterrânea ser de domínio  
1978dos estados, nós não temos uma lei nacional para proteger essa água. Então, essa resolução é de  
1979extrema importância para substituir esse vácuo que nós temos, ou seja, quem faz proteção de água  
1980subterrânea são aqueles poucos estados que têm lei de água subterrânea os outros não têm.  
1981Concluindo, eu gostaria de dizer que o resultado final dessa resolução será, então, fazer um  
1982zoneamento onde nós teremos áreas com equilíbrio ecológico e área de proteção, áreas aonde você  
1983vai poder ter todos os preponderante da água subterrânea, áreas aonde você para poder licenciar  
1984atividades antrópicas e áreas onde você vai poder fazer injeção em águas subterrâneas, recarga,  
1985aplicação de resíduos de etc. Então era isso. Obrigada pela atenção. O assunto é muito extenso, mas

1986eu gostaria de agradecer a atenção de vocês e aguardar como é que nós vamos poder discutir ou  
1987então aprovar até essa resolução e considerando a importância dessa lacuna na questão da proteção  
1988dos recursos hídricos subterrâneos. Obrigada. (Palmas)

1989

1990

1991**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
1992**Ambiental - SAIC/MMA)** – Muito obrigado, Dra. Dorothy. Depois de ouvir a minuciosa exposição nós  
1993vamos abrir para o Plenário. Antes eu quero passar a palavra ao Presidente desse Grupo de  
1994Trabalho, dessa Comissão, da Câmara Técnica Volney Zanardi para suas considerações e em  
1995seguida abrimos para o Plenário.

1996

1997

1998**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Gostaria só de como Presidente  
1999da Câmara Técnica de Controle e Qualidade, eu acompanhei, vamos dizer assim, os momentos de  
2000discussão final no âmbito da Câmara Técnica e queria registrar esse excelente trabalho que foi  
2001conduzido pela doutora Dorothy Casarini, e que teve como relatoria o Doutor Fernando Oliveira da  
2002ANA. Eu acho que é importante ressaltar aqui, vocês vêem que é difícil trazer para uma reunião como  
2003essa uma visão condensada a quantidade de informação que foi trabalhada no âmbito desse Grupo  
2004de Trabalho e que resultou, vamos dizer assim, numa resolução que passou com um enorme grau de  
2005consenso. Embora, as discussões, acho que vários dos que aqui estão presentes participaram das  
2006discussões do GT. Houve intensas discussões, quer dizer, existem aspectos aí de perspectivas,  
2007diferentes vocabulários. É uma resolução que trabalha uma intersecção entre a questão da gestão de  
2008recursos hídricos com a gestão ambiental como um todo. Então, foi um trabalho extremamente bem  
2009conduzido no âmbito do GT com alto grau de participação, mais de dois anos de discussão e que  
2010passou com enorme grau de consenso, vamos dizer assim, nessa resolução que chega aqui a essa  
2011Plenária. Então, eu entendo que seria importante fazer essa observação e acompanhar agora as  
2012discussões senhores Conselheiros. Obrigada.

2013

2014

2015**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - Está aberto para inscrição e pedidos  
2016de esclarecimento especialmente, Marcelo da SEAP, Conselheiro pela Secretaria Especial de  
2017Aqüicultura e Pesca, Rosalvo, Ministério da integração. É esclarecimento, Marcelo?

2018

2019

2020**O Sr. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (SEAP)** - Boa tarde senhoras e senhores conselheiros,  
2021Marcelo Sampaio e, da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. Primeiro parabenizar o Grupo de  
2022Trabalho e a Câmara Técnica pelo excelente trabalho realizado. Na verdade, nós temos dois  
2023questionamentos. O primeiro diz respeito a classe especial. Eu particularmente não entendi como as  
2024porções do aquífero seriam delimitadas em relação às unidades de conservação. Eu percebo que do  
2025ponto de vista geológico eu não sei como compatibilizar isso, seria muito difícil. Outra coisa seria  
2026talvez para melhorar a leitura da resolução, talvez nós não precisássemos utilizar das siglas. Eu  
2027percebo que as siglas, elas são utilizadas nos primeiros dez artigos e elas são colocadas e  
2028referenciadas e depois elas são citadas em dois incisos a posteriori, talvez facilitasse a leitura se ao  
2029invés de colocarmos lá VRQ, colocar Valor de Referência de Qualidade. Não há problema nenhum.  
2030Aparece em duas vezes, às vezes, nós tentamos simplificar e acaba complicando. Eu acho que é não  
2031há necessidade de colocar sigla, a não ser que ela fosse repetida muitas vezes e viesse a poupar  
2032realmente o texto. Por último, eu além de Conselheiro do CONAMA, eu também sou Conselheiro do  
2033CNRH eu vejo aqui que nós estamos remetendo uma atribuição uma competência para o CNRH. Eu  
2034como Conselheiro do CNRH eu acho que deveríamos também estabelecer. Acabou de ser criado um  
2035grupo para estabelecer essa interlocução entre as atribuições dos diversos Conselhos e eu percebo a  
2036necessidade de termos em algum momento uma... Já teve, mas não em plenária. Na Câmara Técnica  
2037de Águas Subterrâneas tem. A idéia aqui é, na verdade, não gerar nenhum tipo de incompatibilidade  
2038com outros Conselhos. Há Conselhos que tem atribuições específicas e nesse caso o Conselho  
2039Nacional de Recursos Hídricos tem a atribuição precípua de lidar com questão dos recursos hídricos  
2040no país. Era apenas isso eu agradeço.

2041

2042

2043**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2044**Ambiental - SAIC/MMA)** – Muito obrigado Conselheiro. Eu passo a palavra imediatamente para o  
2045Conselheiro Rosalvo, pedindo agora que nós fôssemos mais objetivos e pediria a doutora Dorothy  
2046que anotasse as questões para deixarmos para o final em vez de fazer um pingue-pongue.

2047

2048

20490 **Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** - Dra. Dorothy o  
2050Ministério da integração tem entre suas atribuições a Política Nacional de Irrigação. Então, faz parte  
2051desse Ministério, acompanhar, discutir e enfim, aprofundar esse tema e em função disso a nossa  
2052intervenção aqui agora. Preocupa-me a sua fala e eu gostaria que a senhora respondesse isto com  
2053relação a capacidade que os estados têm com relação promover o monitoramento, avaliação e  
2054enquadramento das suas águas subterrâneas ou a situação em que está o quadro de funcionários, as  
2055condições técnicas e etc. e etc.. Então, porque a senhora fez menção a algo sobre isso e que apenas  
2056considerava o Estado de São Paulo tinha alguma capacidade e outros estados não tinham. Uma  
2057outra questão que eu gostaria que fosse apresentada talvez pelo Presidente da Câmara Técnica, até  
2058para eu entender o processo, é o histórico da tramitação dessa proposta no CONAMA. Porque  
2059lamentavelmente a gente deveria, a gente quando eu digo o Ministério da Integração Nacional em  
2060função dessa atribuição legal, nós devíamos ter acompanhado, vamos dizer assim, mais essa  
2061resolução e por fim eu queria entender o art. 27 e o artigo 34. O artigo 34 fala nas regiões onde  
2062houver ocorrência de elementos radioativos os órgãos competentes deverão caracterizar  
2063radioquimicamente as águas subterrâneas. Está bom. Ele caracteriza e faz o que com isso? Eu  
2064queria entender essa determinação e do art. 27 a questão uso e da ocupação do solo e seu histórico  
2065no processo de enquadramento de águas subterrâneas. Como nós teremos condições de atender a  
2066isso se efetivamente eu tenho como uma hipótese, como um pressuposto de que os estados não  
2067estão com capacidade e, então, conseqüentemente esse histórico estaria, vamos dizer, prejudicado  
2068no seu acompanhamento, na sua evolução e por fim a questão dos laboratórios. Como que anda a  
2069capacitação e a questão dos laboratórios em nível do Brasil para que a gente possa efetivamente  
2070monitorar e ter certeza que aquele dado X é dado X e não dado Y. Eu acho que nos falta, e talvez, aí  
2071eu peço desculpa já estou concluindo Sr. Presidente, porque não participamos antes na sua  
2072tramitação esta discussão, como anda os nossos laboratórios, as nossas competências, os nossos  
2073padrões e os nossos equipamentos. Será que nós temos laboratórios efetivos? Como está a  
2074localização desses laboratórios? Se eles estão concentrados numa região, se eles estão em outras  
2075regiões. Então, eu gostaria de ter esclarecidas essas dúvidas.

2076

2077

2078**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu tenho uma pergunta estava preocupada discutindo com o  
2079Francisco Iglesias, a questão da remediação. Uma vez enquadrado o aquífero já alterado pela ação  
2080antrópica, eu estava aqui procurando a questão da remediação e eu encontrei no art. 28 o § 2º, que a  
2081adequação gradativa da condição da qualidade da água aos padrões exigidos para a classe deverá  
2082ser definida levando-se em consideração as tecnologias de remediação disponíveis, a viabilidade  
2083econômica o uso atual e futuro das águas subterrâneas. É o art. 28 § 2º aqui não diz quem vai definir.  
2084Pelo que eu entendi da sua palestra é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos que toma essas  
2085atitudes de definir, depois de enquadrado, que é um trabalho gigantesco, tem que começar o  
2086processo de remediação. Então, essa resolução não é só para proteção e prevenção, ela é também  
2087para remediação ou não? Pois é, isso que eu queria que a senhora explicasse. Porque a senhora  
2088falou no final, rapidamente, da sua palestra agora que existe a possibilidade injeção de resíduos e  
2089efluentes. Eu não entendi porque foi meio rápido. Então, a senhora poderia explicar o que significa  
2090isso.

2091

2092

2093**O Sr. PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMA)** - Bom, toda agricultura moderna exige adubação em  
2094larga escala. E os adubos principais é o NPK que tem moléculas de o nitrogênio, moléculas de fósforo  
2095e de moléculas de potássio. As moléculas de fósforo e potássio, elas ficam muito presas, digamos  
2096assim, as argilas que contém o solo e, portanto, atingem menos as águas subterrâneas, mas as  
2097moléculas de nitrogênio, de compostos de nitrogênio são pouco controlados, digamos assim, pelas  
2098argilas e vão quase que diretamente lá para os lençóis subterrâneos. E nos lençóis subterrâneos  
2099esses compostos principalmente os nitratos são elementos químicos muito prejudiciais às pessoas.  
2100Nitratos em grandes quantidades ou em certas circunstâncias podem até produzir compostos  
2101cancerígenos. Então, são objeto de preocupação. Agora, a minha pergunta, o meu pedido de  
2102esclarecimento é no sentido de como controlar a qualidade de água subterrânea sem dispor a  
2103respeito do uso de fertilizantes, os chamados fertilizantes químicos, adubos químicos. Como fazer  
2104isso? Porque isso, digamos assim, interfere tremendamente com as atividades agrícolas, mas por  
2105outro lado não podem deixar de ter um certo controle. E em relação aos adubos orgânicos também  
2106isso pode acontecer, porque os adubos orgânicos, o esterco de vaca, digamos assim, que é o  
2107material orgânico mais comumente usado na agricultura orgânica, ele contém grandes quantidades  
2108de nitrogênio. Então, na Holanda isso é um programa seriíssimo. Como proteger a água subterrânea  
2109da Holanda em relação ao nitrogênio derivado, digamos assim, do lixiviamento do contato do esterco,  
2110dos dejetos das vacas, essa água de chuva passa por esse esterco e leva para baixo quantidades

2111 muito grandes e consideradas, na Holanda, até perigosos, de nitrogenados. Então, era esse  
2112 esclarecimento que eu gostaria de saber.

2113

2114

2115 **O Sr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (ANAMMA Nacional)** - Sr. Presidente, senhoras  
2116 Conselheiras, senhores Conselheiros. Clarismino Júnior ANAMMA Nacional. Efetivamente com a  
2117 Constituição de 88 não se criou a figura das águas municipais. Só temos as figuras de domínio, de  
2118 águas de domínio estadual e de domínio federal e eu entendo que esse Projeto de Resolução, ele  
2119 esteve e está dentro, vindo em excelente hora. Realmente a 357 ficou uma lacuna e com pequenas  
2120 adequações nós podemos transformar essa resolução em quase que perfeita, pequenas adequações.  
2121 Eu queria cumprimentar a sensatez do grupo que elaborou, mas diria o seguinte, nós não podemos,  
2122 os entes federados principalmente dos municípios, que não são detentores do domínio da água,  
2123 portanto não emitem a sua outorga para o seu uso. Isso é só disponibilizado para a União e as  
2124 estados e os estados vão ficar responsável pela questão da outorga principalmente de poços  
2125 artesianos que levantasse uma questão que dos municípios licenciarem, e isso nós estamos fazendo  
2126 em Goiânia, perfuração de poços. É o licenciamento ambiental, porque em determinados bairros da  
2127 minha cidade virou um queijo suíço, virou um tabuleiro de pirulito. Porque evidentemente nós  
2128 sabemos que existe um contencioso histórico entre os órgãos, ou as empresas de saneamento e os  
2129 órgãos ambientais. Esse contencioso é histórico, não é Doutor Paulo, desde os primórdios existem  
2130 algumas contradições e várias polêmicas, mas nesse ponto de vista os órgãos, as empresa de  
2131 saneamento estão corretíssimos, por quê? Porque o cidadão quer ter a liberdade da vida de solteiro e  
2132 o conforto da vida de casado ao mesmo tempo. Senão vejamos, ele perfura o poço artesianos usa da  
2133 potabilidade daquela água, mas ele quer lançar a água residual dele onde na rede coletora de esgoto,  
2134 se porventura existir, das empresas de saneamento. Então, é fundamental que essa resolução, eu  
2135 acho que ela poderia até ter avançado mais na questão do licenciamento, estabelecer expressamente  
2136 quando a perfuração de poços, a exemplo do que nós editamos uma Instrução Normativa em Goiânia  
2137 para o processo de licenciamento ambiental que outorga, evidentemente irá compor.

2138

2139

2140 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
2141 Ambiental - SAIC/MMA)** – Obrigado, Sr. Clarismino. Com a palavra Hummel do IBAMA.

2142

2143

2144 **O Sr. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (IBAMA)** - Eu gostaria de passar a palavra para a doutora  
2145 Adriana da Diretoria de Qualidade Ambiental. Que tem uma proposta de inclusão de um artigo.

2146

2147

2148 **A Srª. ADRIANA MAXIMINIANO (IBAMA)** - Boa tarde a todos. O eu gostaria de cumprimentar os  
2149 colegas que participaram no Grupo de Trabalho, bem como da Câmara Técnica de Controle e  
2150 Qualidade Ambiental e da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos pela elaboração da proposta de  
2151 resolução CONAMA que hoje apreciamos. Conforme as falas que já me precederam, não só da  
2152 coordenadora do grupo, da Doutora Dorothy que fez a apresentação, bem como por todos os outros  
2153 manifestantes. Vejo uma convergência muito grande entre as preocupações apresentadas aqui, bem  
2154 como o bojo, a proposta da resolução, para com a proposta de emenda que o IBAMA ora traz aos  
2155 senhores para apreciação. Antes de apresentar o texto da emenda, eu queria apenas fazer um  
2156 pequeno contexto do porquê que o IBAMA traz hoje essa proposta de emenda no sentido de  
2157 aprimoramento desta norma junto aos nossos instrumentos de Política Nacional de Meio Ambiente.

2158

2159

2160 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
2161 Ambiental - SAIC/MMA)** – Doutora Adriana, por gentileza eu lhe pediria que nós aguardássemos a  
2162 apresentação de uma proposta de emenda, considerando que não votamos ainda o texto base, ao  
2163 encerramento da rodada de esclarecimento. Apresenta-se a proposta.

2164

2165

2166 **A Srª. ADRIANA MAXIMINIANO (IBAMA)** - O IBAMA se vê satisfeitos em termos de esclarecimento  
2167 e compreensão da norma proposta. Apenas a idéia posteriormente, se pertinente, fazer uma sugestão  
2168 de emenda.

2169

2170

2171 **O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Gente, eu participei desse GT,  
2172 peguei o GT no meio do caminho, por isso eu reforço a importância da participação da ONGs, garantir  
2173 a participação das ONGs nos GTs, porque melhora o produto que vem para cá. É uma matéria

2174complexa envolve, foram 17 ou 18 reuniões, bastante acaloradas as discussões, mas que um efeito  
2175extremamente positivo em termos de qualidade do que é encaminhado aqui. Queria aproveitar, por  
2176exemplo, para colocar, nós ficamos só na classificação e nas diretrizes, mas seria impossível,  
2177Clarismino, discutir licenciamento. Seria um peso enorme para o GT, já para fazer a parte de  
2178classificação levou 17 reuniões imagina para fazer licenciamento. Então, eu acho que isso pode ser  
2179pensado em uma outra resolução, pensado na outra resolução. Eu já estou aproveitando dando uma  
2180resposta até em nome da coordenação para essa questão e aproveito, inclusive, queria deixar a  
2181palavra a Dra. Dorothy já tem a palavra porque ela é a coordenadora, também aberta, como  
2182Conselheiro, para Dra. Gisela Umbuseiro se precisar, juntamente com a Dra. Dorothy para responder  
2183as questões levantadas.

2184

2185

2186**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2187**Ambiental - SAIC/MMA)** – Eu agradeço ao Conselheiro Francisco Iglesias e passaria a palavra para  
2188a nossa Dra. Dorothy para os seus esclarecimentos e quem ela julgar necessário para que o Plenário  
2189tenha pleno domínio da matéria.

2190

2191

2192**A Srª. DOROTHY CASARINI (CETESB)** – A primeira pergunta aqui do meu colega lá do CNRH. Eu  
2193não peguei de onde ele é especificamente, SEAP. Eu também faço parte do CNRH. Então, foi muito  
2194confortável para mim participar dessas discussões. Eu represento o Estado de São Paulo na Câmara  
2195Técnica de Água Subterrânea do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu queria dizer que o  
2196objetivo da gente é melhorar o entendimento a classe especial... Me pareceu que a sua dúvida seria:  
2197o que significa isso? Resumindo, como exemplo, seriam aquelas áreas importantes do ponto de vista  
2198regional onde a água subterrânea é responsável pelo fluxo de base para manter um ecossistema  
2199especial. Que ecossistema especial? Esses já definidos na legislação, mas nós poderíamos  
2200exemplificar como sendo nascentes, veredas, mangues e outras áreas consideradas de importância  
2201local do ponto de vista de ecossistema, não sei se consegui deixar claro, mas o esclarecimento que  
2202eu tenho para dar nesse momento seria esse. A questão das siglas é uma facilidade para o técnico,  
2203talvez possa ser difícil para o usuário, o cidadão, mas para o técnico de laboratório facilita bastante o  
2204entendimento. Eu não tenho nada contra em se tirar siglas. Podemos tirar siglas, mas é um vício do  
2205peçoal técnico. Eu não lembro a terceira pergunta que ele fez. Eu consegui anotar duas, essa  
2206questão da classe especial, e essa questão das siglas. Em relação à interface com o CNRH, como eu  
2207já comecei a esclarecer, essa resolução, ela nasceu na CTAS do CNRH, porque naquele momento a  
2208Câmara Técnica de Água Subterrânea queria fazer o enquadramento. E depois descobrimos pelo  
2209artigo 10º, que tínhamos que vir ao CONAMA construir as classes. Então, esse trabalho, o Grupo de  
2210Trabalho, eu diria ele é 50% representado por representantes do CNRH. Não tínhamos talvez  
2211Conselheiros no nosso GT, mas tínhamos representantes de várias Câmaras Técnicas e isso foi feito  
2212uma discussão par e passo com a Câmara Técnica de Água Subterrânea, inclusive com reuniões  
2213conjuntas. Então, eu gostaria de garantir, e gostaria mais, essa comissão que foi criada de integração  
2214de CONAMA e CNRH, ela talvez deva ter ocorrido por outros motivos, mas eu garanto que um dos  
2215motivos foi essa discussão dessa proposta de resolução, que realmente a gente começou a perceber  
2216as interfaces entre os dois Conselhos. Então, isso eu garanto que é uma coisa bem resolvida no  
2217âmbito do CNRH. Eu tenho mantido, assim como, outros colegas dos vários estados, o CNRH  
2218constantemente informado sobre todas as discussões o resultado final desse GT. Em relação à  
2219pergunta do Ministério de Integração. Teve uma pergunta sobre a questão da capacidade dos  
2220estados em promover monitoramento. Eu gostaria de responder essa pergunta da seguinte forma,  
2221essa resolução, ela vem para cobrir uma lacuna de 30 anos em relação à água superficial. Se nós  
2222tivéssemos tido essa resolução promulgada há 30 anos atrás, talvez as condições de análise e  
2223monitoramento de águas subterrâneas hoje seriam melhores. Então, eu concordo com o quem  
2224perguntou que nós não temos uma infra-estrutura laboratorial de primeiro mundo, mas nós estamos  
2225progressivamente melhorando essa infra-estrutura e nós precisamos dela, sim, se quisermos beber  
2226água. Então, ela funciona, essa resolução, como um motivador de desenvolvimento de  
2227monitoramento que na verdade são empresas. Laboratórios são empresas e isso é desenvolvimento  
2228e nós precisamos disso. Outra questão levantada sobre a questão das substâncias radioativas eu  
2229gostaria de passar a palavra aqui para minha colega Gisela e também em relação a essa questão:  
2230onde estão os laboratórios? Quer dizer, obviamente a resposta todo mundo já sabe. Os laboratórios  
2231devem estar no sudeste, mas nós queremos muito que eles estejam em todos os lugares do Brasil  
2232onde se consome água, que na verdade é no país inteiro. Mas, eu acho que a gente importa  
2233conhecimento, quer dizer, os outros estados que não têm essa capacitação, existem hoje aí várias  
2234fontes de recursos na questão mesmo do gerenciamento do recurso hídrico que poderá ser captado  
2235recursos para se capacitar esses estados para efetivamente começar pequeno, mas começar. É isso  
2236que estamos querendo, plantar uma semente quem sabe daqui há uns 30 anos, nós teremos

2237melhores condições analíticas no Brasil. Eu queria que a Gisela me ajudasse a responder a pergunta  
2238sobre substâncias radioativas e também que ela fosse aqui mais preparada para responder. Mas com  
2239certeza nesse momento as substâncias radioativas Gisela.

2240

2241

2242**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2243**Ambiental - SAIC/MMA)** – Eu pediria só para que os esclarecimentos fossem objetivos para nós  
2244avancarmos no encaminhamento dessa resolução. Que todo mundo, o Plenário está atento a  
2245importância do que estamos tratando. Nós precisamos avançar considerando o conjunto da pauta que  
2246temos que vencer.

2247

2248

2249**A Srª. GISELA UMBUSEIRO (CETESB)** - Gisela Umbuseiro, eu sou da Cetesb e participei do Grupo  
2250de Trabalho. Com relação à caracterização da radioatividade foi um pedido até das ONGs e na  
2251verdade foi uma chamada, um reforço na legislação. Porque, como está claro no restante da lei  
2252qualquer água para ser utilizada deverá atender as suas legislações pertinentes. Portanto, já existem  
2253valores de radioatividade para potabilidade e eles terão que ser cumpridos. Foi um pedido das ONGs  
2254para reforçar a importância e lembrar dessa caracterização. E com relação aos laboratórios, eu faço  
2255questão de dizer isso, houve uma preocupação enorme desse grupo para não colocar valores que  
2256ninguém consegue atingir. Porque, eu acho que todos estão exaustos desse problema. Então, o que  
2257foi feito, foi feito um grupo à parte, discutimos muito, chamamos o CRQ, o Conselho Regional de  
2258Química, vieram aqui para Brasília diversos laboratórios do Brasil e nós acordamos aqueles limites de  
2259quantificação praticáveis. Então, eu queria dizer que isto é um avanço enorme do ponto de vista  
2260analítico. Pela primeira vez nós conseguimos acordar limites que são praticáveis no Brasil. Então,  
2261isso eu acho que vai ser um primeiro patamar para que nós paremos de fazer exigências que não  
2262podemos cumprir. Então, e isso foi acordado e em tinha é por isso que tem essa última coluna  
2263chamada de limite de quantificação praticável.

2264

2265

2266**A Srª. DOROTHY CASARINI (CETESB)** – Em relação à pergunta da Zuleica sobre a questão da  
2267remediação no art. 28 § 2º, eu gostaria de esclarecer que o CONAMA está encerrando uma  
2268discussão no âmbito dessa mesma Câmara, que é o GT de Valores Orientadores e Gerenciamento  
2269de Áreas Contaminadas e esse assunto, como não poderia deixar de ser, está sendo tratado no  
2270âmbito daquela resolução. Eu acho que não caberia aqui a gente está tecendo dentro de uma  
2271resolução que trata de classificação a questão da remediação. Nós fizemos algumas referências  
2272sobre a remediação que eram importantes na questão da classe, mas o foco da resolução não é  
2273gerenciamento de áreas contaminadas e em relação a permitir injeção em água subterrânea, permitir  
2274lançamento de efluentes, não permite o lançamento de efluentes, a Resolução. Ela trata da questão  
2275do lançamento no solo. Então, na água subterrânea não é permitido o lançamento de efluentes, mas  
2276nós estamos preocupados com o que está sendo lançado no solo e queremos os mecanismos de  
2277controle para isso. Em relação à pergunta do Doutor Paulo Nogueira, muito bem lembrado, sobre a  
2278questão da agricultura. Realmente isso é um fator extremamente preocupante, é a famosa fonte  
2279difusa que na verdade funciona como uma importante fonte de contaminação de água subterrânea.  
2280Nós temos os critérios já estabelecidos, mas eu gostaria de observar que nós temos, eu digo no  
2281Estado de São Paulo, que não seria o foco específico dessa resolução de classificação, mas de uma  
2282Norma Técnica no âmbito dos órgãos ambientais onde é possível se fazer exigência técnicas e  
2283condicionantes para se controlar a questão do nitrato, principalmente, porque ele é uma substância  
2284móvel, como fonte de contaminação de águas subterrâneas. Eu acho extremamente importante a  
2285observação, mas ela também não seria um objeto específico de uma Resolução de classificação. Em  
2286relação à pergunta de Goiânia, do meu colega o Sr. Clarismino, ele foi muito amável, falando da  
2287importância dessa resolução, mas eu sinto dizer a você que não é aqui que nós vamos cobrir o  
2288problema do paliteiro de, mesmo porque, nós temos paliteiro em todas as grandes cidades de Brasil.  
2289E isso é uma questão que temos que resolver no âmbito dos estados e de preferência dos  
2290municípios, eu acredito. Nós também estamos passando por um processo de descentralização. O que  
2291existe hoje é uma exigência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos na 9433, onde a outorga é  
2292de responsabilidade dos estados, do Órgão Gestor e não existe ainda nenhum instrumento legal que  
2293transfira essa responsabilidade, essa autoridade, vamos dizer assim, para os municípios, mas o  
2294Estado, eu acho que pode muito bem fazer isso, o nosso secretário também está querendo que nós  
2295passemos a fazer uma coisa que ele está chamando de cadastro dos poços que realmente é uma  
2296coisa muito complexa essa questão da outorga dos poços clandestinos e tudo mais como a gente já  
2297conhece. Em relação à doutora Adriana, nós vamos aguardar depois a contribuição e do Francisco  
2298Iglesias, eu confesso a vocês que no primeiro momento foi uma dificuldade da gente se comunicar  
2299com as ONGs em função do assunto ser complexo, mas eu acho que valeu muito a pena o progresso

2300que tivemos em relação, tanto a nós, para poder entender os questionamentos da ONGs, quanto para  
2301as ONGs entenderem a importância desse assunto apesar da complexidade. Eu acho que  
2302respondemos todas.

2303**O Sr. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (Agência Nacional das Águas)** - Maurício Andrés da Agência  
2304Nacional de Águas. Que eu queria dar aqui é um depoimento também da participação da ANA nesse  
2305processo da elaboração dessa proposta de resolução. Desde o início nosso técnico Fernando  
2306Roberto de Oliveira foi o relator, inclusive do Grupo de Trabalho, e a gente se sente bastante à  
2307vontade com a qualidade desse resultado. Gostaria até de solicitar ao Roberto que se pudesse  
2308complementar aqui alguma coisa como relator do Grupo de Trabalho.

2309**O Sr. ROBERTO** - Boa tarde a todos só um pequeno adendo a brilhante fala da Dorothy. Em relação  
2310à pergunta do Marcelo da SEAP. Como nós vamos identificar, como nós vamos escolher aqueles  
2311trechos de aquíferos. Na verdade se nós olharmos os art. 27, lá estão todas as informações mínimas,  
2312os parâmetros mínimos, que nós vamos ter que levantar para delimitar as porções dos aquíferos que  
2313nós vamos fazer esse enquadramento. Era só isso mesmo. Agradecimento a todos. Obrigado.

2314

2315

2316**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
2317Ambiental - SAIC/MMA)** – Bem, feito os esclarecimentos, nós entramos em processo de votação do  
2318texto base sem prejuízo de emendas. Então, a mesa consulta o Plenário. Os Conselheiros e  
2319Conselheiras que são favoráveis ao texto base, sem prejuízo de emendas, por favor, levantem o  
2320crachá. Os que são contrários. As abstenções. Aprovado por unanimidade. O texto base sem prejuízo  
2321de emendas. (Palmas) Bem, Vamos então, passar ao momento seguinte. A apresentação das  
2322emendas. Eu quero me dirigir à doutora Adriana, porque eu a retirei da tribuna, espero que com a  
2323delicadeza devida, para que ela possa apresentar a emenda que ela desejava naquele momento.

2324

2325

2326**A Srª. ADRIANA MAXIMINIANO (IBAMA)** - Obrigada pela palavra. O encaminhamento da mesa foi  
2327extremamente gentil. Não há porque se preocupar. Bom, reiterando e na mesma direção de tudo que  
2328foi discutido aqui, no que diz respeito à qualidade da norma e toda a seriedade que ela foi elaborada  
2329e com todo o empenho nas diversas reuniões que se fizeram ao longo dos últimos meses. A  
2330colaboração do IBAMA nesse momento, ela não vem no sentido de, na verdade, de macular qualquer  
2331das questões já apresentadas, mas sim de complementar um aspecto que se fez falho, ou que se fez  
2332ausente, mais precisamente, na desculpa, dentro dessa normativa e que se faz necessário para  
2333gestão dos trabalhos do IBAMA, que viria a complementar, não só todo o interesse da Agência  
2334Nacional de Águas, dos trabalhos dos estados na gestão das águas, como também dos IBAMA, no  
2335que diz respeito a qualidade ambiental. O que eu gostaria de primeiramente destacar? Como já foi  
2336dito pela Dra. Dorothy, não só no Estado de São Paulo, mas nós podemos usar os dados do IBGE e  
2337chegar à conclusão de que 70 a 80% das águas subterrâneas que são extraídas no nosso País são  
2338destinadas para consumo humano. Bom, sendo esse o uso tão preponderante ao observar o anexo I  
2339onde verificamos os dados estabelecidos, valores máximos permitidos para alguns contaminantes  
2340admissíveis em água potável. Verificamos alguns limites máximos, ainda que referendado tanto em  
2341normas nacionais, quanto em normas estrangeiras, são valores que ultrapassam muito a  
2342admissibilidade de contaminantes em águas subterrâneas. Há algumas substâncias químicas  
2343elencadas como parâmetros de controle, cujas características da substância química não a faz  
2344prevista ou admissível estarem em ambiente subterrâneos em função persistência, em função  
2345características como adsorção, como dissociação, características intrínsecas das substâncias. Ora  
2346veja, uma determinada substância pode ser permitida em uma determinada concentração na água  
2347potável, mas não ter no seu comportamento ambiental admissibilidade de alcançar águas  
2348subterrâneas, quicá que sejam a baixa profundidade. Não sei se me faço clara, e fico depois a  
2349disposição disso. A norma coloca todas as suas premissas em uso. Mas balizar apenas em uso  
2350poderia dar equivocada impressão de que essas águas subterrâneas poderiam ter admissibilidade de  
2351contaminantes em pequenas escalas progressivas desde que não viesse a comprometer os seus  
2352usos. Vários colegas que atuam na área dizem que esse é um texto implícito a norma. Concordo que  
2353sim, mas nós gestores precisamos de instrumento explícitos na norma para recorreremos, quando se  
2354fizer necessário, medidas e iniciativas na área de gestão e de qualidade das águas subterrâneas.  
2355Nesse contexto é que eu faço sugestão da inclusão de um artigo. A minha sugestão é que o texto  
2356ficasse após o artigo 13, gostaria que se possível fosse apresentado em tela e aí eu tenho uma  
2357riqueza de detalhes, mas eu não vou estender, vocês verifiquem o cunho da nossa sugestão de  
2358alteração. Na verdade, são duas as sugestões do IBAMA. A inserção de um artigo. Esse artigo,  
2359logicamente a Plenária poderá modelá-lo no seu melhor entendimento, mas ele teria o seguinte  
2360entendimento. Então, seria o 13 A, ou uma renumeração futura se for aprovado, se houver aceite. E  
2361ele diria: independentemente dos valores máximos permitidos para as classes III e IV, qualquer  
2362aumento de concentração de contaminantes deverá ser acompanhada, sua origem identificada e

2363medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser adotadas pelos órgãos competentes.  
2364Temos ainda uma segunda sugestão de emenda. Que se refere ao anexo II. Posso passar ao  
2365próximo ponto? Peço a mesa se é possível registrar a segunda sugestão. Depois podemos refinar o  
2366texto.

2367

2368

2369**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2370**Ambiental - SAIC/MMA)** – Pergunto a inserção seria em seguida ou em outro momento do texto.

2371

2372

2373**A Srª. ADRIANA MAXIMINIANO (IBAMA)** - A sugestão seria em seguida ao art. 3º, em função dos  
2374seus conteúdos. A outra sugestão seria o anexo II. O anexo II é um exemplo de enquadramento de  
2375águas subterrâneas a sugestão é alteração na terceira coluna, depois de motivação da inclusão,  
2376parâmetro de origem antrópica, a segunda porção da tabela, aonde se verifica uma relação de  
2377compostos de origem antrópica, muitos desses agrotóxicos e outros solventes orgânicos. Para as  
2378classes I e II entre parênteses consta VRQ e esses valores que aí estão apresentados com sinal de  
2379maior e menor estão ligados aos limites de quantificação praticáveis. A nossa preocupação é como  
2380que o limite de quantificação praticável, ele é mutável em função de tecnologias e em função em  
2381metodologias. A fixação dos números neste exemplo poderá levar, não nesse momento em que todos  
2382discutem a matéria, mas em um segundo momento um equívoco de interpretação. A nossa sugestão  
2383é que para as classes um e dois todos esses parâmetros de origem antrópica que apresentam  
2384valores numéricos tenham seus valores substituídos pela palavra ausente e a norma, ela já apresenta  
2385que o art. 16, onde fala: limite de quantificação praticável se a metodologia aplicada não detectar é  
2386considerado como praticamente ausente. Essas seriam as sugestões. Peço apreciação de plenária e  
2387quaisquer esclarecimentos adicionais, estou à disposição.

2388

2389

2390**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2391**Ambiental - SAIC/MMA)** – Primeiro lugar, para seguir o encaminhamento considerando as duas  
2392emendas propostas pelo IBAMA. Eu solicitaria a relatora do Grupo de Trabalho, da Comissão  
2393Técnica, que se manifestasse a propósito da emenda, para que nós pudéssemos abrir a discussão no  
2394Plenário sobre a aceitação, a recusa ou a modificação eventual derivada desse diálogo.

2395

2396

2397**A Srª. DOROTHY CASARINI (CETESB)** – Nós tomamos conhecimento dessa sugestão, agora,  
2398alguns minutos antes. Tivemos a oportunidade de trocar algumas idéias e nós concordamos com  
2399essa proposta. As duas emendas. Um momentinho, por incrível que pareça, nós discutimos lá em  
2400São Paulo em função de ter tido alterações do texto pela jurídica, tem algumas questões que nós  
2401precisamos fazer algumas sugestões de alteração. Que eu não quis fazer ainda, porque não quis  
2402misturar os assuntos. Seriam emendas algumas, inclusive, a alteração de redação de um artigo.  
2403Exclusão de artigo porque retirando as referências bibliográficas, alguns artigos perderam o  
2404significado.

2405

2406

2407**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2408**Ambiental - SAIC/MMA)** – A proposta da mesa é que a gente aprecie e vote a proposta de emenda  
2409do IBAMA e em seguida a gente aprecie essas modificações agora apresentadas pela Doutora  
2410Dorothy. Se estivermos de acordo. De redação, mas tem supressão de artigo. Ela nos explicará  
2411oportunamente. Estão de acordo. Em processo de votação. Aqueles Conselheiros e Conselheiras que  
2412estão favoráveis a emenda proposta, as duas emendas propostas pela Doutora Adriana em nome do  
2413IBAMA, por favor, levantem o crachá. Os que são contrários. Dois votos. E as abstenções. Sem  
2414abstenções. Aprovado por maioria, com dois votos contrários. É a respeito redação.

2415

2416

2417**O Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** - Se não me engano seria no  
2418plural concentração de contaminantes ali, é só uma questão de... Não, eu acho, é uma questão que  
2419eu tenho, ou se é uma questão de concentração de contaminante, mesmo. Eu acho que é  
2420contaminantes que são vários. E tem outra questão, também, que teria que ter uma vírgula depois de  
2421classe três e quatro vírgula. É só isso.

2422

2423

2424**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2425**Ambiental - SAIC/MMA)** – Esclarecido. Eu passaria ao Ministério do Meio Ambiente a palavra...

2426 Monitorada é sugestão que chega do plenário em lugar da palavra acompanhado. Estão de acordo?  
2427 Estamos de acordo? Os redatores estão de acordo? OK. Doutora Dorothy com a palavra. Ponto por  
2428 ponto, além de cuidar do meio ambiente, temos que cuidar da língua portuguesa que anda sofrendo  
2429 muito. Doutora Dorothy com a palavra.

2430

2431

2432 **A Srª. DOROTHY PINATTI CASARINI (CETESB)** – Como foi retirado, eu queria ir para o art. 15, dá  
2433 para colocar o artigo 15. Desculpe é o 14 com o § único. A modificação é simplesmente para que  
2434 exista um melhor entendimento do artigo 16 e 17 a sugestão é transformar o § único do artigo 14 em  
2435 artigo 15. E a justificativa é: foi transformada em art. 15 para possibilitar o melhor entendimento dos  
2436 artigos 16 e 17 e em função do fato do anexo III ter sido incorporado no art. 15 atual por solicitação da  
2437 jurídica. Sendo acatado deverão ser mudados os números dos artigos que se seguem.

2438

2439

2440 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2441 **Ambiental - SAIC/MMA)** – Estamos entendidos. O plenário tem alguma objeção, o Plenário a essa  
2442 proposta de modificação? Então, a Mesa considera aprovada a proposta apresentada pela doutora de  
2443 Dorothy. Mais alguma observação.

2444

2445

2446 **A Srª. DOROTHY PINATTI CASARINI (CETESB)** – No artigo 17, nós deixamos escapar um poder  
2447 público que, na verdade, não tem sentido nós sugerirmos a substituição por órgãos competentes.  
2448 Poderão acrescentar... É só substituir poder público e órgãos competentes.

2449

2450

2451 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2452 **Ambiental - SAIC/MMA)** – OK, alguma objeção no plenário? Aprovado.

2453

2454

2455 **A Srª. DOROTHY CASARINI (CETESB)** – A próxima é o artigo 32. A proposta é retirada do § 1º, em  
2456 função de ter sido retirada as referências bibliográficas. Ele perde o sentido esse parágrafo. Porque,  
2457 na verdade, segundo explicou a jurídica, uma vez esses números estarem incorporados nessa  
2458 resolução eles passam a pertencer ao MMA e, portanto, se houver necessidade de revisar os valores,  
2459 a resolução necessariamente terá que ser revista. Então ele perde o sentido uma vez retirando as  
2460 referências biográficas.

2461

2462

2463 **O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Eu acho que, talvez, nós  
2464 poderíamos deixar isso escrito de outra forma, para garantir a atualização da resolução a partir de  
2465 valores, inclusive de outros países. Eu não sei de que forma que poderia ser feito isso, ou escrito.  
2466 Porque em uma das tabelas citava as fontes que originou parte dos dados. Por que parte é da 518,  
2467 que tinha, e parte não, parte foi feita uma pesquisa pela doutora Gisela e foi apresentada. Então é só  
2468 no sentido de manter o mecanismo de aperfeiçoamento da resolução.

2469

2470

2471 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2472 **Ambiental - SAIC/MMA)** – Nós pediríamos independentemente de outras intervenções, sem prejuízo  
2473 delas, Francisco, é que pudesse produzir uma alternativa. Conselheiro Rosalvo Junior.

2474

2475

2476 **O Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** - Doutora Dorothy  
2477 queria dialogar com a senhora, mas eu queria manter o mérito, a idéia contida nesse artigo. Agora,  
2478 evidentemente, que uma norma nacional, ela não pode ficar... Ela é alterada automaticamente  
2479 quando um documento lá fora foi alterado. Então, agora a redação nova, eu ainda, como fui pego de  
2480 surpresa, agora, nessa proposta. Eu queria também a sua ajuda. Eu acho que o Francisco Iglesias  
2481 está redigindo, mas eu acho que o plenário deveria manter o conteúdo, a idéia contida nesse  
2482 dispositivo, nesse parágrafo no corpo da resolução. Ela é importante para o desenvolvimento. Eu  
2483 acho que até poderia ser a ali, Sr. Presidente, “deverão ser”, ou algo como poderão ser reavaliados a  
2484 partir de um pronunciamento do órgão ambiental, algo assim, do IBAMA, do MMA. Mas de qualquer  
2485 maneira, a minha intervenção vai, no sentido de manter o espírito do dispositivo ali contido, é do  
2486 parágrafo, com nova redação.

2487

2488

2489 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2490 **Ambiental - SAIC/MMA)** – Parece que estamos chegando a uma proposta... A doutora Gisele  
2491 convidada a ir ao microfone, para uma proposta de texto.

2492

2493

2494 **A Srª. GISELA UMBUSEIRO (CETESB)** - Seria o seguinte: os valores máximos permitidos por uso  
2495 da água, adotados nesta resolução deverão ser atualizados sempre que necessário.

2496

2497

2498 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2499 **Ambiental - SAIC/MMA)** – Nós temos duas inscrições.

2500

2501

2502 **A Srª. GISELA UMBUSEIRO (CETESB)** - Essa legislação teria que ser atualizada. Os valores  
2503 máximos permitidos por uso da água deverão ser, não, desculpe, adotados nessa resolução, não sei  
2504 se cabe colocar entre parênteses, a tabela um. Por que são os valores constantes da tabela um.  
2505 Talvez seja melhor isso. Os valores constantes... Ah! tá bom, adotados nessa resolução deverão ser  
2506 atualizados sempre que necessário.

2507

2508

2509 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2510 **Ambiental - SAIC/MMA)** – Nós temos duas inscrições do plenário para: Conselheiro pode se dirigir à  
2511 tribuna.

2512

2513

2514 **O Sr. UBIRACY CRAVEIRO DE ARAÚJO (Membro Honorário)** - Boa tarde a todos. Eu queria  
2515 sugerir a manutenção da proposta do IBAMA esclarecendo que o termo reavaliado, não significa que  
2516 seja alterado. Eu posso reavaliar manter, majorar ou minorar. Então, ao passo que a segunda  
2517 proposta já prevê uma atualização, mesmo. Seria essa a minha contribuição.

2518

2519

2520 **O Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** - Na verdade, eu venho aqui,  
2521 também, defender a supressão do § 1º porque, como foi proposto inicialmente. Porque no caput você  
2522 já tem essa previsão. Vai ser reavaliado a cada cinco anos, ou em menor prazo, quando  
2523 tecnicamente justificado. Então, o § 1º só tinha uma justificativa para existir, quando você fazia a  
2524 referência biográfica internacional. Não tendo isso, o caput já cobre...

2525

2526 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2527 **Ambiental - SAIC/MMA)** – Veja bem, a defesa que foi agora apresentada. Eu quero ouvir dos  
2528 proponentes do Grupo de Trabalho, por favor, doutora Dorothy.

2529

2530

2531 **A Srª. DOROTHY CASARINI (CETESB)** – A discussão que nós efetuamos foi exatamente essa que  
2532 ele acabou de esclarecer. O parágrafo ele se refere às referências internacionais ou de outros países.  
2533 Eu gostaria de explicar para o Francisco que, efetivamente, o artigo já esclarece que esta, esses  
2534 valores deverão ser reavaliados a cada cinco anos ou em menor prazo. Nós fazemos exatamente  
2535 isso já em rotina desde 2001, em relação aos valores orientadores para o gerenciamento de águas  
2536 contaminadas. E até a nós temos na nossa redação. A cada cinco anos ou a qualquer tempo se  
2537 justificado. Não sei se colaboraria aí, esse ou a qualquer tempo, quando justificado.

2538

2539

2540 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2541 **Ambiental - SAIC/MMA)** – A questão, agora, a Mesa consulta o plenário diante dos esclarecimentos  
2542 feitos com as duas últimas intervenções. Considerando que o caput contempla aquilo que estava  
2543 exposto no § 1º, se o Plenário está esclarecido e se estamos de acordo que o parágrafo deve ser...  
2544 Supressão do parágrafo? Doutora Adriana está pedindo a palavra.

2545

2546

2547 **A Srª. ADRIANA MAXIMINIANO (IBAMA)** - Desculpa senhores se perdi um pouco do tempo  
2548 adequado da intervenção. Das várias falas que falaram no sentido de suprimir, ou não, o parágrafo  
2549 primeiro, eu acho que há preocupação de manter viva essa resolução e na sua maior atualidade no  
2550 conhecimento científico disponível. E esse conhecimento é sempre muito mutável. Essa norma ela foi  
2551 baseada por várias referências, como já foi apresentada pela coordenadora do GT, mas também em

2552referências internacionalmente reconhecidas como da OMS e da FAO. A minha sugestão, ainda, é  
2553pela manutenção do parágrafo com a seguinte sugestão de redação. Vou ler rapidamente se a Mesa  
2554concordar. Parte do parágrafo será aproveitada, então se quiser aproveitar começo e final. Os valores  
2555máximos permitidos deverão ser reavaliados quando instituições internacionalmente reconhecidas  
2556recomendarem outros valores para os usos das águas e subterrâneas, para o uso das águas, eu  
2557acho que aí se aplica, e não, para o uso das águas subterrâneas. Então, os valores máximos  
2558permitidos poderão ser reavaliados. Antes de dar continuidade, fazer a sugestão, de substituir  
2559deverão por poderão, e novos conhecimentos científicos os fundamentem. O espírito é para que  
2560todos os conselheiros e toda a sociedade se mantenham atenta às inovações do conhecimento  
2561científico sobre a matéria. É isso.

2562

2563

2564**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Veja bem. Tudo bem que seja  
2565interessante colocar isso, mas acho que o caput atende a gente. O caput ele diz: tecnicamente  
2566justificado. Se você tem uma OMS que emite o novo padrão, que é feito através de centenas de  
2567discussões, parecidas com nossos GT. Então, já é tecnicamente justificado que se altere. Então, eu  
2568acho que nós acabamos caindo em um preciosismo que, até eu entendi que deveria modificar, mas  
2569depois de vendo o caput, eu acho, que ele atende plenamente o interesse nosso, nessa questão.

2570

2571

2572**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2573**Ambiental - SAIC/MMA)** – OK. Bem nós temos duas propostas: uma proposta que é de supressão  
2574do parágrafo a partir do entendimento, de que o caput contempla e temos uma proposta de nova  
2575redação para o parágrafo, aqui apresentada, pela doutora Adriana, OK? Essa é a votação que nós  
2576vamos realizar. Então, as Conselheiras e Conselheiros que são favoráveis a supressão do parágrafo,  
2577por favor, levantem o crachá. Podem baixar. Os que são contrários... Não necessariamente. Vamos  
2578refazer a votação me desculpem. Nós temos duas propostas à Mesa. Na verdade é uma proposta  
2579contra a outra. Uma suprime o parágrafo e a outra apresenta um novo texto. Então, os que são pela  
2580supressão do parágrafo, por favor, levantem o crachá. Podem baixar. Os que são pela manutenção  
2581da proposta do IBAMA. OK. As abstenções. Foi suprimido o parágrafo por maioria. Ou seja, a  
2582resposta do IBAMA foi rejeitada. Essa proposta de redação agora, defendida pela doutora Adriana,  
2583não as outras.

2584

2585

2586**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Só uma questão. A questão de  
2587ordem que eu suscito é a seguinte, se vota à supressão do parágrafo. Se deve votar quem é a favor  
2588de suprimir, mantê-lo ou se abstém. E se e ele for suprimido, evidentemente, votar-se-á o parágrafo  
2589primeiro, pela redação do IBAMA. Por que se tem uma emenda supressiva e uma emenda de  
2590modificativa. Me parece que a ordem natural seria isso, Dr. Hamilton. Quem é a favor fica, quem a  
2591favor do IBAMA. Me parece, que são duas grandezas diferentes que deveriam ter ordem diferentes  
2592de votação.

2593

2594

2595**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2596**Ambiental - SAIC/MMA)** – A Mesa acolhe é a questão de ordem e vamos refazer a votação, está  
2597certo? Porque são grandezas diferentes, não necessariamente quem é, no Plenário, pela supressão  
2598do parágrafo é necessariamente contra a proposta defendida pelo IBAMA. Está correto o Conselheiro  
2599Francisco no nosso entendimento.

2600

2601

2602**O Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** - Não, na verdade e eu acho que  
2603fizemos a votação de modo correto. Por que você só tem essas duas opções. Ou permanece a  
2604proposta do IBAMA ou você faz a supressão porque você não tem nenhuma outra alternativa. Pelo  
2605que eu entendi, na verdade, você só tem essas duas propostas Ou você suprime ou você, e daí a do  
2606IBAMA não tem mais sentido, ou você aceita a do IBAMA. Você só tem essas duas alternativas. Eu  
2607até entendo, esse digamos assim, preciosismo processual, mas e eu acho desnecessário,  
2608especialmente, por conta da posição do pessoal do Grupo de Trabalho.

2609

2610

2611**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2612**Ambiental - SAIC/MMA)** – Nós temos que agir com a delicadeza e a maturidade necessária, para  
2613que nós não ponhamos a perder um belíssimo esforço desse plenário nessa tarde. O que temos? Nós  
2614aprovamos um texto básico sem prejuízos das emendas. O plenário aprovou por maioria a supressão

2615de um parágrafo. Aprovou por maioria. E isso no entendimento do Conselheiro Hugo, do Ministério da  
2616Justiça prejudica já a proposta apresentada pela Drª Adriana. É isso o que temos. A partir da Questão  
2617de Ordem apresentada pelo Conselheiro Francisco do Rio Grande do Sul. Então, o que nós temos  
2618que trabalhar, agora, é se no nosso entendimento, entendimento desse plenário a supressão  
2619prejudica, ou não. Ou nós temos que uma vez suprimido o parágrafo, nós voltamos para uma votação  
2620se somos contra ou a favor da emenda proposta pelo IBAMA.

2621

2622

2623**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Questão de Ordem. Não tem  
2624que votar de novo.

2625

2626

2627**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Só para te explicar Francisco. Um  
2628Conselheiro que votou a favor de supressão do parágrafo conforme a proposta que foi apresentada,  
2629ele votou a favor da supressão, ao mesmo tempo ele não é contrário à proposta do IBAMA. Na forma  
2630como apresentamos aqui deu essa impressão.

2631

2632

2633**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Desculpe, mas a mesa está  
2634fazendo de menos do Plenário, me desculpe, o Plenário já entendeu, e entendeu, inclusive com a  
2635explicação que ele deu até inicialmente que foi importante, até para mim, que não tinha percebido que  
2636caput já contemplava o representante do Ministério da Justiça, que o caput já contemplava isso. Aí  
2637tanto que nós fizemos a primeira votação, suprimimos. E aí foi apresentado. A doutora Adriana  
2638apresentou porque ela achava importante registrar, vamos dizer, essa posição, foi novamente  
2639reapresentada, foi defendida e foi rejeitada e foi suprimida. Então, eu não vejo porque de retomarmos  
2640a votação. Eu vejo, só teria necessidade se tivesse problema de contagem de votos que fosse muito  
2641próximo a diferença para ter que fazer uma votação novamente e se houvesse dúvidas no plenário. E  
2642eu acho que não existe dúvida no plenário.

2643

2644

2645**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
2646Ambiental - SAIC/MMA)** – Conselheiro Volney. Há uma dúvida, Conselheiro Francisco, no plenário,  
2647tanto um que alguém levantou uma questão de ordem. É isso que estamos querendo dirimir aqui.

2648

2649

2650**A Srª. ADRIANA (IBAMA)** - Senhores, considerando a tão linear discussão que se faz nessa  
2651proposta de resolução e nos seus avanços tão significativos que já alcançamos até o momento o  
2652IBAMA retira a sugestão do texto, na melhor compreensão, para que isto não seja polêmica que  
2653venha a interromper os procedimentos dos trabalhos.

2654

2655

2656**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
2657Ambiental - SAIC/MMA)** – A mesa quer agradecer a Doutora Adriana e nós queremos para que não  
2658paire nenhuma dúvida, agora a votação do texto com o conjunto das modificações feitas...

2659

2660

2661**A Srª. DOROTHY PINATTI CASARINI (CETESB)** – Pessoal é erro só. Foi questão de redação.  
2662Anexo I ficou faltando a palavra LQP na última coluna do anexo com I. Limite de quantificação  
2663praticável, L Q P, em cima, ficou só limite. Tem que escrever limite de quantificação praticável. Em  
2664todas as outras páginas deste anexo, são 4 páginas, na primeira coluna todas precisam ser  
2665acrescentadas... E não é só lá mesmo Limite de Quantificação Praticável e não é só na primeira, são  
26664 páginas. Além dessa correção, no rodapé desse anexo ele precisa corrigir lá todas as colunas que  
2667se seguem. Aí também, você pode fazer o corte-cola. Vamos para a outra correção, a próxima no  
2668rodapé do anexo, no item legendas. Esse item 2 e 3 com a retirada das referências bibliográficas,  
2669eles também têm que ser retirados. E aí nós temos que mudar os números das legendas seguintes.  
2670Só isso.

2671

2672

2673**O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
2674Ambiental - SAIC/MMA)** – Estamos de acordo tem alguma observação a mais sobre essa matéria?

2675

2676

2677 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - Olha só para o plenário ficar tranqüilo, 2678 aquela alteração da última coluna, do limite, vai ser feito posteriormente, está registrado porque é um 2679 problema de configuração ali da tabela.

2680

2681

2682 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania**  
2683 **Ambiental - SAIC/MMA)** – Então, a mesa considera aprovada a matéria por maioria. (Palmas) Esse  
2684 Plenário aprovou a alteração da pauta remetendo a matéria que trata de efluentes para o dia de  
2685 amanhã. O relator chegará só amanhã. Então, nós temos como próximo ponto da nossa pauta. O  
2686 capítulo das recomendações. A proposta de recomendação é 7.5, proposta de recomendação que  
2687 dispõe sobre gestão compartilhada de unidades de conservação com Organizações da Sociedade  
2688 Civil de Interesse Público. - OCIP.

2689

2690

2691 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - A tramitação dessa matéria está  
2692 constando aí, só para rememorar o plenário que é importante, foi feito um pedido de vista solicitado a  
2693 85ª reunião extraordinária nos dias 25 e 26 de abril de 2007, pelas entidades ambientalistas na região  
2694 nordeste e pelo Ministério da Justiça foi feito um pedido de retorno a Câmara Técnica de origem  
2695 durante a reunião seguinte ordinária a 86ª em julho de 2007 pelo Presidente da Câmara Técnica de  
2696 Unidade de Conservação e demais áreas protegidas para re-análise dessa resolução, que é o que  
2697 hoje é uma proposta de recomendação foi uma resolução, uma vez que o relatório de pedidos de  
2698 vistas trouxe alterações significativas de conteúdo. Matéria que não foi apreciada durante a 87ª  
2699 reunião ordinária de setembro de 2007, por não ter sido apreciada pela Câmara de Assuntos Jurídico.  
2700 Apreciada, então na 37ª reunião da jurídica, em novembro de 2007 que decidiu encaminhar a matéria  
2701 para a 87ª ordinária para apreciação da sua há admissibilidade e da competência do CONAMA para  
2702 editar a matéria por meio de resolução. Durante a 88ª reunião ordinária de novembro de 2007 o  
2703 plenário decidiu por devolver a matéria à Câmara de Assuntos Jurídicos para parecer conclusivo. A  
2704 Câmara então durante a 38ª reunião em dezembro de 2007, ainda, deliberou pela remessa do texto  
2705 com os ajustes necessários ao Plenário do CONAMA, com a sugestão de que seja encaminhado ao o  
2706 Ministério do Meio Ambiente - MMA na forma de uma recomendação e que essa recomendação  
2707 proponha alteração do decreto 4340 de 2002, com base no texto aprovado pelo Plenário, portanto, a  
2708 recomendação. Então, nós vamos passar a palavra ao Doutor Pedro Ubiratan que, inclusive, presidiu  
2709 a reunião da Câmara de Assuntos Jurídicos que encaminhe, então, ao Plenário essa recomendação  
2710 na forma que se encontra nos documentos da pauta.

2711

2712

2713 **O Sr. PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO (Governo do Estado de São Paulo)** – Boa  
2714 tarde. A questão já é de todos conhecida a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos entendeu que a  
2715 matéria objeto desta proposta de resolução é matéria de Decreto presidencial, inclusive com muitas  
2716 considerações de utilidade do representante da assessoria jurídica do gabinete da Casa Civil da  
2717 presidência e a Câmara tomou essa deliberação na sua 38ª reunião em dezembro, do ano passado, e  
2718 converteu o texto em proposta de recomendação, que é uma figura regimental que o CONAMA pode  
2719 recomendar ao Executivo que edite Decretos desta natureza. Então, muito resumidamente é isto. Os  
2720 senhores têm uma minuta de decreto e a idéia é que se aprovada a recomendação, isso siga para o  
2721 Gabinete Civil da Presidência por intermédio do Ministério do Meio Ambiente resumidamente, é isso.

2722

2723

2724 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - Muito bem. A proposta então de  
2725 recomendação que está aí no caderno da pauta dessa reunião é um texto curto que eu acho que não  
2726 há porque não ler, rapidamente. A ementa diz: recomenda ao poder Executivo Federal estabelecer  
2727 diretrizes aos órgãos dos SISNAMA para gestão compartilhada de Unidades de Conservação com  
2728 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP através de decreto. E aí diz, assim, a  
2729 recomendação: o Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA no uso das competências que lhe  
2730 são conferidas Pelo artigo 8º inciso 7º da lei 6938, de 31 de agosto de 1981 e pelo artigo 6º, inciso I,  
2731 da lei 9985 de 18 de julho de 2000 e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno recomenda  
2732 ao poder Executivo Federal estabelecer por meio de alterações ao Decreto 4340 de 22 de agosto de  
2733 2002, diretrizes aos órgãos do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente para a gestão  
2734 compartilhada de UCs com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público nos termos  
2735 definidos por este Conselho conforme anexo. Anexo se encontra o texto da proposta encaminhada ao  
2736 Executivo, de minuta de Decreto, que foi aprovada na Câmara Técnica de Unidades de Conservação  
2737 e Áreas Protegidas e analisado pela Câmara de Assuntos Jurídicos. Então, nós temos que antes de  
2738 tudo aprovar a recomendação com este anexo, como um todo, sem prejuízo de emendas. Podemos  
2739 conduzir?

2740

2741

2742 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC/MMA)** – Está em processo de votação. Os Conselheiros e as Conselheiras que são favoráveis à proposta de recomendação, sem prejuízo de emendas, por favor, levantem o crachá. Os que são contrários, as abstenções. Aprovada por unanimidade. Propostas de emendas no plenário? Não há proposta de emendas no plenário. A matéria está aprovada.

2747

2748 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - Eu quero só fazer um registro rápido aqui, aproveitando esse espaço que nós ganhamos aqui na votação das matérias agora à tarde. Eu quero fazer um registro e pedir a atenção dos Conselheiros, conversando aqui com o nosso Secretário Hamilton que está presidindo a mesa. Eu acho que vale a pena fazermos um registro e ao mesmo tempo um agradecimento para aprovação da matéria anterior que foi águas subterrâneas, a resolução sobre águas subterrâneas. Primeiro agradecimento às pessoas que se dedicaram muito a essa resolução e eu como Diretor do Departamento de apoio ao CONAMA a Cleide, a Dominique e toda a equipe, nós acompanhamos muito de perto todo o processo de debate e discussão dessa resolução está como a participação muito intensa de todos os segmentos. E isso eu acho que tem que ser e enaltecido, porque é exatamente quando a gente pode contar com a participação efetiva de todos os segmentos, ainda, mais numa matéria com uma interface muito grande como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos este diálogo também foi feito no âmbito do CNRH da própria Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do CNRH, de tal forma que tudo isso explica, mais a competência também, aqui tem que ser chamada a atenção, de alguns técnicos importantes do ponto de vista do governo de estado a Dra. Dorothy, a Dra. Gisela do ponto de vista também das ONGs, que tiveram a participação muito importante através do Chico e de outros que também acompanharam, dos governos municipais, dos órgãos Federais, também, não vou mencionar, por que, foi bem mais difusa a participação, mas de qualquer forma, eu acho que é um procedimento, ou um processo, vamos dizer, exemplar do ponto de vista, de qualquer resolução que nós tratamos no âmbito Conselho. Eu quero, apenas, registrar em nome nosso do Hamilton, eu, o Capobianco um agradecimento muito grande aos Conselheiros que atuaram na definição e na aprovação final dessa resolução. Eu acho que é o desejo de todos nós é que sempre as resoluções do CONAMA trabalhem desse jeito mesmo. Com boa qualidade técnica, com empenho de todo o segmento, não foram reuniões fáceis a Doutora Dorothy foi até muito generosa, quando falou que foram reuniões, assim, às vezes, quentes o próprio Chico foram reuniões bem animadas para ser também generoso, mas eu acho que o produto valeu a pena e vale à pena destacar e parabenizar o esforço de todos os senhores. (Palmas)

2775

2776

2777 **O Sr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (ANAMMA Nacional)** - Eu gostaria também de fazer o registro. Eu acho muito importante isso sobre essa recomendação que nós aprovamos é no sentido de maturidade do CONAMA e nós vimos que em vários aspectos houve, havia um contencioso muito grande entre decisões da Câmara de Assuntos Jurídicos com o quadro técnico. O Dr. Pedro apresentou muito bem a decisão de como a Câmara Técnica de Assuntos Jurídico a responsabilidade de dar segurança jurídica ao CONAMA. Ao deliberar que não se tratava de uma proposta de resolução e sim, dentro da e hierarquia da norma, o decreto. Então isso foi muito importante e a compreensão também daqueles que propuseram que essa efetiva parceria do compartilhamento entre os OSCIPs e Unidades de Conservação, nós não entramos no mérito, eu particularmente, entendo ser interessante, mas qual que era a norma adequada a se fazer isso. E, também faço minha, as palavras do Dr. Nilo em relação à questão das águas subterrâneas que talvez eu tenha sido mal-entendido aqui ou mal interpretado que ela poderia estender a questão do licenciamento. Eu disse que: independente da questão da outorga, qualquer ente federado pode e deve licenciar poços e, principalmente, aproveitamento de aquíferos subterrâneos. Era essa a questão, muito obrigado.

2791

2792

2793 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC/MMA)** – Obrigado Clarismino. Vamos às moções. O ponto 7.6 da pauta, proposta da moção que recomendada que o Estado Brasileiro na figura da Petrobrás aplique os mesmos princípios adotados pela legislação brasileira, no que concerne às práticas de proteção ambiental no restante dos países em que opera, quando estas forem menos restritivas.

2798

2799

2800 **A Sr<sup>a</sup>. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (Ministério de Minas e Energia)** – Antes de iniciar a votação eu queria pedir quorum da plenária, por favor.

2802

2803

2804 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - Nós vamos verificar o quorum. Então,  
2805 pedir aos Conselheiros, todos os presentes, por favor, levantar o crachá para fazermos a contagem.  
2806 Vou pedir aqui o auxílio da secretaria do para nós fazermos a contagem o quorum é exatamente de  
2807 52 Conselheiros. Nós temos presentes em Plenário 42 Conselheiros, o quorum é 52. Então não  
2808 podemos mais votar matéria hoje.

2809

2810

2811 **A Sr<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu gostaria de solicitar cópia das moções para os  
2812 Conselheiros amanhã. Porque iríamos votar hoje a moção, sem que ninguém tivesse o texto.

2813

2814

2815 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Nós já estamos fazendo as cópias  
2816 das moções para votarmos amanhã logo após efluentes. Então, a primeira matéria amanhã,  
2817 Presidente, é efluentes e iniciamos às 9h e pedimos pontualidade.

2818

2819

2820 **O Sr. HAMILTON PEREIRA DA SILVA (Secretário de Articulação Institucional e Cidadania  
2821 Ambiental - SAIC/MMA)** – A Mesa declara encerrada essa sessão e convida os Conselheiros para  
2822 amanhã às 9h da manhã. Muito obrigado.

2823

2824

2825 *(Dia 12 de março de 2008)*

2826

2827

2828 **O rR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Bom dia a todos. Nós vamos dar  
2829 início, enquanto aguardamos o quorum, em função exatamente do problema do quorum, a gente tem  
2830 antecipado alguns informes para que no momento em que tenhamos o quorum, assim que seja  
2831 completado o quorum, a gente retorna às matérias deliberativas. Conforme previsto na nossa pauta,  
2832 nós temos quatro informes que eu vou pedir que as instituições que já estão escaladas aqui para  
2833 prestar esses informes façam da forma mais breve possível para que a gente faça coincidir o quorum  
2834 com o reinício dos debates sobre, no caso hoje, a resolução que trata de efluentes. Nós temos, então,  
2835 um informe que atende à moção e o requerimento de informação sobre o processo de licenciamento  
2836 ambiental das usinas hidroelétricas de Mauá a serem instaladas no Rio Tibagi, no Estado do Paraná,  
2837 e temos aqui já os representantes do Estado do Paraná, do Instituto Ambiental do Paraná, para  
2838 prestar esse informe. Nós vamos pedir que seja breve para a gente poder passar para o informe  
2839 seguinte, que é o que trata do requerimento de informação sobre licenciamento ambiental do Distrito  
2840 Industrial de Jeceaba. Ficou de prestar esse informe o representante do órgão ambiental do Estado  
2841 de Minas. Está presente aqui o representante? Não, nós vamos deixar para o final esse informe. O  
2842 informe seguinte é a moção 85/2007 que propõe ao MMA a implantação e criação de uma Política  
2843 Nacional de Mercúrio, a ser pautada na próxima Reunião Ordinária do CONAMA. Pergunto se o  
2844 representante do Ministério do Meio Ambiente que vai apresentar essa informação já está aqui  
2845 presente? A Sêrgia já está aí. Então, vamos colocar em segundo esse informe e temos também o  
2846 informe do Programa de Avaliação da Qualidade da Água da ANA, que também já está aqui. Então,  
2847 vamos dar início com informações sobre o licenciamento ambiental da usina hidroelétrica de Mauá,  
2848 no Estado do Paraná. Peço que o representante do Estado do Paraná... O senhor acredita que em 10  
2849 minutos? Menos, ótimo, excelente. Vamos lá.

2850

2851

2852 **O Sr. HARRY LUIZ ÁVILA TELES (Diretor de Controle de Recursos Ambientais)** – Bom dia  
2853 senhoras e senhores Conselheiros, meu nome é Harry Teles, sou Diretor de Controle de Recursos  
2854 Ambientais do Instituto Ambiental do Paraná. Nós fomos solicitados por esse egrégio Conselho a  
2855 noticiar o estágio, o andamento do licenciamento de uma pretensa ou futura usina hidroelétrica de  
2856 Mauá. A usina hidroelétrica de Mauá está sendo conduzida pelo consórcio energético Cruzeiro do  
2857 Sul, que é integrado pela Companhia de Energia do Paraná, pela COPEL Geração e pela Eletrosul  
2858 Centrais Elétricas SA. O empreendimento pretendido está localizado no médio rio Tibagi, na bacia  
2859 hidrográfica do rio Tibagi, abrangendo os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira. Inicialmente  
2860 havia uma cota prevista, no estudo inicial, de 642,5 metros com um volume de  $2.824 \times 10^6$ , um total  
2861 de água a ser acumulada numa área de 99.3 quilômetros quadrados, sendo que desses 99.3, cerca  
2862 de 18.8 seriam ocupados pela calha do rio. O Instituto Ambiental do Paraná, Governo do Estado,  
2863 pediu que fosse rebaixada a cota com vistas a reduzir a área a ser alagada, o que foi feito para 635  
2864 metros, reduzindo o volume, reduzindo a área alagada para 83.8 quilômetros quadrados e a calha do  
2865 rio também reduziu para 14 quilômetros quadrados. Foi exigido também uma Área de Preservação

2866Permanente de 100 metros para o empreendimento. Quanto ao licenciamento ambiental  
2867propriamente dito, foi requerido pela empresa, CNEC de Engenharia, em agosto de 2001, foi  
2868requerida a licença prévia, ela concedida em dezembro de 2005, a licença prévia 9589/06. Mais tarde  
2869foi prorrogada por mais 8 meses, em janeiro de 2006, por solicitação do consórcio, que hoje conduz a  
2870pretensão de instalação do empreendimento. Nessa concessão dessa licença prévia, foram  
2871solicitados, pelo Instituto Ambiental, 70 complementações, complementações essas com vistas a  
2872melhor elucidar o estudo de impacto ambiental, Relatório de Impacto Ambiental que tinha sido  
2873apresentado. Isso foi apresentado pelo consórcio e essas complementações foram devidamente  
2874avaliadas, analisadas e aceitas pelo Instituto Ambiental. Na seqüência, ainda quanto à licença para  
2875eventual concessão de licença de instalação , foi solicitada a apresentação de uma avaliação  
2876ambiental integrada para toda a bacia do rio Tibagi como condicionante para a liberação possível,  
2877eventual, de uma licença de instalação. O IAP solicitou essa avaliação ambiental integrada para a  
2878empresa de engenharia em 2005, reiteramos a solicitação em 2006 e foi apresentado um termo de  
2879referência que foi pelo IAP aprovado em 2006. Na seqüência, ainda com relação a essa questão do  
2880licenciamento do empreendimento, o consórcio Cruzeiro do Sul solicitou a licença de instalação em  
2881junho de 2007. O processo ficou sobrestado porque foi instalado, impetrado uma Ação Civil Pública e  
2882essa ação foi impetrada pela ANAB - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens. O juiz federal  
2883entendeu a concessão dessa liminar pela qual era solicitada para entrada de operação um estudo  
2884global do impacto ambiental que considerasse a bacia do rio Tibagi como uma unidade territorial,  
2885levando em conta o conjunto de empreendimentos que teriam a pretensão de construir ou se estariam  
2886já construídos ou em construção, em toda a extensão do território paranaense. A avaliação ambiental  
2887integrada de todo o conjunto de empreendimentos, inclusive para avaliar a viabilidade, se questionava  
2888a viabilidade do uso da bacia hidrográfica do rio Tibagi para a produção de energia elétrica. Bom, a  
2889Ação Civil Pública foi concedida, a liminar concedia parcialmente para elaboração do cumprimento da  
2890mencionada avaliação ambiental integrada, e condicionando a liberação de uma licença de instalação  
2891não se obstando a tão somente as providências anteriores, ou seja, a concessão da licença de  
2892instalação, mas as usinas previstas para toda a bacia. Isso entrou em discussão e hoje a situação  
2893atual. Agora em final do mês de fevereiro passado a Justiça Federal emitiu um Agravo de Instrumento  
2894interposto pela União Federal, em que o juiz relator, Marcelo Denardi, da 4ª Região de Justiça  
2895Federal, deferiu o pedido de suspensão da execução da liminar outorgada pela Vara Federal de  
2896Londrina, que exigia a avaliação ambiental integrada como condição para emissão da licença de  
2897instalação do empreendimento. Na verdade o entendimento do Magistrado é que a medida deve ser  
2898suspensa até o exame do mérito do processo pelo Tribunal, uma vez que as razões para a concessão  
2899da liminar se restringem à idéia de que um Estudo de Impacto Ambiental deve ser efetuado em  
2900caráter global, tomando aleatoriamente um objeto ecológico, ambiental, de abrangência maior e o  
2901estudo pelo órgão competente sem indicação objetiva de necessidade de tal ampliação. Então, o  
2902Instituto Ambiental já foi citado com relação à decisão desse Agravo de Instrumento e agora está em  
2903fase de avaliação, uma possível emissão da licença de instalação. Esse é o informe que nós temos a  
2904fazer. Obrigado.

2905

2906

2907**O S. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigado doutor Harry. Vamos  
2908verificar a necessidade de esclarecimentos.

2909

2910

2911**O Sr. MÁRIO JOSÉ GISI (Ministério Público Federal)** – Na verdade, essa solicitação de  
2912esclarecimento sobre a usina de Mauá é um pleito já bastante antigo que foi feito pela ONG que  
2913representa a região e somente agora que se traz, enfim, as informações a respeito do que está  
2914acontecendo na região, quando após a solicitação, já foram propostas diversas medidas judiciais,  
2915enfim. Mas o que me traz aqui, especificamente, é que o ilustre representante do IAP, que trouxe as  
2916informações, ele fala do que está acontecendo em função das decisões judiciais, mas eu gostaria que  
2917o IAP informasse se entende que a avaliação da bacia do rio Tibagi é um elemento importante ou não  
2918para efeito de concessão da licença porque parece que a questão está sendo levada como que o  
2919órgão licenciador está sendo levado de roldão pelo que as circunstâncias estão colocando e não,  
2920como deve ser, a meu ponto de vista, que deve pautar pela necessidade ambiental, pelo contexto em  
2921que se coloca aquela hidroelétrica, como as demais hidroelétricas que vão ser implantadas naquela  
2922região. Enfim, que se posicione o órgão a respeito da importância e da necessidade de se considerar  
2923o contexto, os impactos sinérgicos desse empreendimento em relação aos demais empreendimentos  
2924na Usina ou se o órgão serve apenas para autorizar ou fazer o que os outros dizem que deve ser  
2925feito. Obrigado.

2926

2927

2928**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Obrigado. Zuleica.

2929

2930

2931 **A Sr<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – De fato esse requerimento é antigo e apesar de que tem ainda  
2932 algumas coisas que são atuais, a questão de que o IAP tem esse problema de ter declarado  
2933 publicamente nos autos da Ação Civil Pública número que está lá, que entende ser inconstitucional a  
2934 resolução CONAMA 237/97. Então, eu queria mostrar para vocês um fato bem recente, foi descoberto  
2935 na área de alagamento, não estava no EIA/RIMA nem nada, diversas minas de carvão abandonadas  
2936 e que pertencem a uma empresa da região de Telêmaco Borba, uma empresa de papel. Essa área  
2937 pertence à empresa, pelo menos foi confirmado pelo Secretário de Meio Ambiente, o Dr. Rasca me  
2938 confirmou pessoalmente, e foi localizado diversos pontos lá, é verdade, está nas fotos. Pode ir  
2939 passando, só para as pessoas verem porque é um documento que a Liga Ambiental, que faz parte da  
2940 frente de proteção ao rio Tibagi, produziram para mostrar o problema grave que vai acontecer se essa  
2941 área for alagada porque já é um passivo, já está vazando material para o rio Tibagi e a inundação de  
2942 minas de carvão, acho que as pessoas aqui que entendem um pouco desse assunto sabem o que  
2943 pode acontecer. Então, eu queria uma explicação do IAP, depois que isso foi denunciado, o que o  
2944 aconteceu dentro do processo do licenciamento. Obrigada.

2945

2946

2947 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – OK, são esses os pedidos de  
2948 esclarecimento. Peço que o representante do IAP possa esclarecer.

2949

2950

2951 **O Sr. VITOR HUGO BURKO (Instituto Ambiental do Paraná)** – Sou Vitor Hugo Burko, Presidente  
2952 do Instituto Ambiental do Paraná. O Instituto Ambiental tem insistido sim na necessidade do Estudo  
2953 de Avaliação Integrada da bacia do Tibagi, entretanto nós nos vemos agora na iminência de  
2954 simplesmente seguir as decisões judiciais, já que não cabe ao IAP senão a aplicação das normativas.  
2955 O IAP não tem o poder de fazer leis e nem o poder de trabalhar as leis de acordo com as suas visões  
2956 ou com seus interesses. Quem sabidamente tem o papel de resolver os conflitos na sociedade é o  
2957 Poder Judiciário e hoje nós estamos com decisões judiciais que definem os rumos pelos quais deve  
2958 se proceder o processo de licenciamento. Cabe salientar que o IAP foi absolutamente rigoroso na  
2959 análise dos impactos ambientais, foram mais de 70 exigências que foram feitas em todas as áreas,  
2960 nas áreas humanas, na área de águas, de florestas, enfim, todos os impactos causados por esse  
2961 empreendimento e essa questão que foi levantada a posteriori das minas de carvão também foi  
2962 considerada pelo IAP como mais uma condicionante para a licença de instalação. Do ponto de vista  
2963 técnico, o que nós temos até agora, e foram encomendados estudos ao LACTEC, que é uma  
2964 entidade de pesquisa do Paraná, de pesquisa e o que se sabe é que a inundação viria a resolver o  
2965 problema desse passivo nas minas de carvão, porque o contato com o oxigênio é que produz essa  
2966 contaminação que vem acontecendo nas águas, não é uma contaminação tão grave, mas é algo que  
2967 tem que ser trabalhado e nós estamos acionando a empresa, Indústrias Klabin, para que de qualquer  
2968 modo, aconteça a usina ou não, ela resolva este passivo, mas segundo os laudos técnicos que nós  
2969 temos até o momento, a inundação viria exatamente a resolver esse problema de passivo porque em  
2970 estando alagadas essas minas, o processo de oxidação cessaria ou diminuiria bastante, reduzindo a  
2971 contaminação das águas.

2972

2973

2974 **A Sr<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Só uma observação para deixar registrado. Para terminar, já  
2975 que não temos muito tempo, eu queria solicitar que os documentos apresentados aqui façam parte do  
2976 processo no *site* do CONAMA, pode ser, pessoal do apoio? Pode ser? Dr. Nilo, queria solicitar que os  
2977 documentos que foram apresentados aqui na tela sejam colocados à disposição no *site*.

2978

2979

2980 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Bom dia a todos,  
2981 senhoras e senhores. Nilo me informa que já temos quorum na nossa reunião, portanto, vamos iniciar  
2982 já a ordem do dia com o início do debate envolvendo a resolução que altera o art. 34 da resolução  
2983 CONAMA 357, de março de 2005, referente a condições e padrões de lançamentos de efluentes, item  
2984 7.1 da pauta que, conforme foi acertado conosco, entre nós e aprovado pelo Plenário no início da  
2985 reunião no dia de ontem, houve uma inversão de pauta a pedido do Conselheiro de Minas Gerais.  
2986 Então, nós daremos início à discussão dessa resolução. Temos um problema. Qual é o problema?  
2987 Bom, a ponderação que me fazem aqui é que o José Cláudio Junqueira, que justamente o motivo da  
2988 inversão de pauta foi para tê-lo na reunião, mas parece que ele está a caminho, mas a caminho de  
2989 onde? De Minas Gerais para Brasília, do aeroporto de Brasília para o CONAMA? Do aeroporto de  
2990 Brasília para cá. Então, essa é a pessoa mais esperada, esse é o Conselheiro do CONAMA!  
2991 Enquanto o José Cláudio não chega, a proposta é tratar do segundo informe, é isso? Então, puxa aí.

2992

2993

2994 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – O informe sobre a Política Nacional  
2995 de Mercúrio, que a SÉrgia está aqui, técnica do Ministério do Meio Ambiente, para prestar esse  
2996 informe. Nós ouviríamos a SÉrgia sobre a Política Nacional do Mercúrio e o José Cláudio Junqueira  
2997 chegando, a gente inicia.

2998

2999

3000 **A Srª. SÉRGIA OLIVEIRA (MMA)** – Bom dia a todos. Meu nome é SÉrgia Oliveira, sou Gerente de  
3001 Segurança Química do Ministério do Meio Ambiente, que está lotado na Secretaria de Mudanças  
3002 Climáticas e de Qualidade Ambiental. Eu vim aqui para apresentar para vocês as conseqüências da  
3003 moção 85, que foi aprovada em junho de 2007, sobre a questão do mercúrio, onde é pedida que o  
3004 Ministério do Meio Ambiente inicie ações para elaboração da Política Nacional de Mercúrio. Então,  
3005 em função desse trabalho, eu vou apresentar para vocês o que está sendo feito, quais são as  
3006 atividades que a gente está executando. Bom, a moção pede que o Ministério, em conjunto com  
3007 outros Ministérios, apenas para a gente lembrar aqui, que ela adote metas de redução de eliminação  
3008 de mercúrio, que promova a alteração tecnológica para substituição de mercúrio, que controle as  
3009 emissões de mercúrio e tudo mais. Então, é uma moção bastante ousada no que se refere ao  
3010 gerenciamento do mercúrio. De início, a gente tem aqui uma visão de qual foi a importação de  
3011 mercúrio no País, o Brasil não produz, ele apenas importa mercúrio. Então, a gente vê um  
3012 decréscimo grande a partir de 2003, 2004, com relação mercúrio metálico, uma redução da  
3013 importação, apesar de ainda ser uma importação bastante significativa. Com relação a outros tipos de  
3014 mercúrio, nós temos um quadro bastante limitado, aí está em quilos, a anterior estava em toneladas,  
3015 de sulfato de mercúrio, nitrato de mercúrio e cloreto mercurioso, então, são 3 outros produtos de  
3016 mercúrio que são passíveis de serem importados. Os usos registrados do mercúrio no País hoje,  
3017 segundo os dados do sistema de mercúrio metálico do IBAMA, 32% é para a produção da cloro-soda,  
3018 que hoje se caracteriza como a maior utilização de mercúrio do País, seguido pela revenda para a  
3019 indústria, de forma geral e 31% para a questão de uso em odontologia. Os outros usos são bastante  
3020 limitados, produção de lâmpadas fluorescentes e reagente analítico, que nós temos ali apenas 0,2%,  
3021 que é para uso em universidades e tudo mais. Bom, os usos registrados de mercúrio no País, com  
3022 relação à questão da cloro-soda, que é 32% do consumo, nós temos a lei 9.976/2000, que dispõe  
3023 sobre a produção do cloro-soda, na verdade ela determina que as plantas existentes hoje possuem  
3024 uma célula que contém mercúrio, uma quantidade bastante significativa de mercúrio, então, essas  
3025 plantas não podem se expandir utilizando células de mercúrio, qualquer expansão tem que ser com a  
3026 utilização de células alternativas. Essa lei não trata, o que do nosso ponto de vista é uma fragilidade  
3027 dessa legislação, não trata da substituição das já existentes, ela apenas determina que qualquer  
3028 expansão tem que ser sem mercúrio. Nós estivemos segunda-feira em São Paulo numa reunião com  
3029 a SOLVE, o DRT de São Paulo e a CETESB, onde está sendo discutido o primeiro acordo voluntário  
3030 que uma empresa está se propondo a substituir a célula de mercúrio, a eliminar a célula total, para  
3031 uma tecnologia alternativa. É um acordo voluntário da empresa, já que a legislação prevê que apenas  
3032 expansões estão proibidas com mercúrio, mas a utilização do que já existe permanece. Com relação  
3033 à revenda odontológica – estou andando rápido para não atrapalhar – é 31% do consumo. Nós temos  
3034 resoluções da ANVISA que determinam o Regulamento Técnico sobre Gerenciamento de Resíduos  
3035 de Serviço de Saúde, onde coloca que esses resíduos de mercúrio têm que ser colocados em  
3036 submerso em água, para evitar justamente a vaporização e define a lista de substâncias que devem ser  
3037 segregadas separadamente, na questão do mercúrio. Esse é o uso que a gente... Ainda tem  
3038 utilização do mercúrio em odontologia, apesar de existir todo esse controle. O uso em equipamentos.  
3039 Equipamentos a gente viu que nós temos as pilhas e baterias, temos as lâmpadas. Com relação a  
3040 pilhas e baterias nós temos substitutos e nós temos uma regulamentação, inclusive um resolução  
3041 CONAMA que define a concentração de mercúrio nas pilhas e baterias. Desde 2001, a concentração  
3042 máxima de mercúrio em pilhas de zinco-manganês e alcalino-manganês é 0,010% em peso e elas  
3043 têm concentração de 25mg de mercúrio. É proibido o lançamento a céu aberto, a queima a céu aberto  
3044 e o lançamento de qualquer das etapas. Essa resolução é essa que já está em revisão, que já foi  
3045 discutida acho que ontem. Com relação às lâmpadas, nós não temos substitutos para eliminação total  
3046 do mercúrio, em função que mantêm a mesma luminosidade, o mesmo poder de iluminação e o  
3047 consumo de energia. Então, atrelado a isso não existe uma tecnologia hoje que esteja totalmente  
3048 disponível, existem algumas tecnologias na Alemanha, que eles estão trabalhando, mas não estão  
3049 disponíveis ainda em larga escala para a substituição das lâmpadas fluorescentes. Nós não temos  
3050 substituto e não temos uma regulamentação que determina sobre a questão do mercúrio nas  
3051 lâmpadas, de forma mais concreta. O que nós temos hoje é uma sugestão de redução da quantidade  
3052 de mercúrio, da concentração de mercúrio nas lâmpadas, que foi feito via um trabalho voluntário  
3053 coordenado pela DRT de São Paulo, foi elaborado um documento com critérios técnicos para  
3054 eliminação, redução da concentração de mercúrio em lâmpadas. Existe um GT no CONAMA criado

3055 para discutir uma proposta de resíduos de lâmpadas contendo mercúrio que deve ser reativado. Com  
3056 relação a mineração na Amazônia, a mineração é um uso não registrado, então, supõe-se que a  
3057 quantidade de mercúrio que vá para mineração ela vá em função de caminhos alternativos, vamos  
3058 dizer assim, não é uma coisa autorizada, é de extrema dificuldade, o Dr. Guilherme Franco Neto, do  
3059 Ministério da Saúde, está aqui, a gente tem bastante discussão com relação a isso. É muito difícil o  
3060 controle desse mercúrio que vai para mineração, tanto em função da dispersão natural que ocorre no  
3061 próprio ecossistema, como pelas vias de comércio irregulares que existe e também pela própria, os  
3062 garimpos são pequenos, são nômades, eles mudam muito de lugar, então, tudo isso dificulta muito o  
3063 controle desse mercúrio que é destinado a mineração. Tem sido feitas algumas tentativas para se  
3064 buscar um número confiável, mas a extensão da bacia, a dificuldade de fiscalização dificulta bastante  
3065 essa ação. Segundo um trabalho feito em 98, e que está citado no documento que o Ministério fez  
3066 junto com o OTCA, estima-se que nos últimos 25 anos 2.500 toneladas de mercúrio tenham sido  
3067 liberadas para o ecossistema na região. É um volume bastante grande e nós entendemos como o  
3068 foco de maior dificuldade de controle do mercúrio hoje no País. Existe uma grande certeza com  
3069 relação à contribuição natural, existem estudos que mostram que o solo amazônico contém uma  
3070 concentração de mercúrio, que essa concentração de mercúrio já contribui para o aumento desse  
3071 volume de mercúrio que tem, mas são controversos, tem linhas de pesquisadores que compartilham  
3072 dessa idéia, outros já não tanto. Bom, aqui só algumas imagens para vocês do desmonte hidráulico  
3073 do mercúrio, a retirada no concentrado com ouro, então, é um processo bastante rudimentar e  
3074 algumas vezes você tem uma exposição 100% do trabalhador e do meio ambiente em geral, é uma  
3075 coisa bastante... Aqui é a retirada de concentrado, apuração do ouro na bateia, depois que ele retira.  
3076 Bom, mercúrio é usado na mineração de ouro para a formação em amálgama, a gente tem  
3077 regulamentação, ele tem substituto, o uso do cianeto, mas o cianeto também é entendido como um  
3078 produto altamente perigoso para ser lidado. Então, é uma alternativa que carece ainda de bastante  
3079 discussão. Nós temos algumas experiências interessantes, por exemplo, na Colômbia eles têm uma  
3080 precipitação gravimétrica, que é bastante mais custoso no sentido de ser mais trabalhoso para quem  
3081 está fazendo a retirada de ouro, mas ainda não são técnicas que são utilizadas em larga escala.  
3082 Realmente,, o mercúrio, infelizmente, é maravilhoso para retirada de ouro, é um problema que a  
3083 gente tem que encarar. O decreto de 99 trata do licenciamento da atividade garimpeira e veda o uso  
3084 do mercúrio em atividades não licenciadas. O decreto de 89 regulamenta o controle sobre a  
3085 comercialização de mercúrio e dá competência ao IBAMA para o cadastro de importadores. Tem uma  
3086 portaria de 89 que trata do registro de equipamentos de mercúrio, de controle de mercúrio metálico e  
3087 uma portaria de 95 que institui o cadastramento de pessoas físicas e jurídicas que importam o  
3088 produto e comercializam mercúrio. Bem, que ações estão sendo feitas atualmente dentro do  
3089 Ministério e dentro do IBAMA, isso foi feito via uma consulta formal ao IBAMA. A gente tem a  
3090 elaboração de normas e resoluções CONAMA, relativas a emissões e lançamento de efluentes,  
3091 resíduos de saúde, a questão das pilhas e baterias, a regulamentação da lei 9.976, que é a lei do  
3092 cloro, a criação do Grupo de Trabalho de lâmpadas fluorescentes no âmbito da DRT, o programa de  
3093 Cooperação com a OTCA, que é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que resultou  
3094 num plano que infelizmente, por questões de recurso, não foi finalizado ainda, um plano em  
3095 cooperação com a Embaixada Americana. O objetivo desse projeto era fortalecer a interação dos  
3096 países da bacia amazônica nessas ações voltadas para mercúrio. Além disso, no IBAMA a gente tem  
3097 o SISNEM, que é o Sistema de Informação de Controle de Mercúrio Metálico, ele funciona desde  
3098 2003, com acesso para agentes que compõem a cadeia do mercúrio, existem algumas dificuldades  
3099 técnicas que foram relatadas pelo IBAMA no sentido de operacionalizar a informação que está  
3100 contida nesse SISNEM, porque são dados brutos e têm que ser trabalhados, você saber exatamente  
3101 quanto de mercúrio que foi utilizado e importado. Então, são dados que têm que ser gerenciados,  
3102 trabalhados para você obter um relatório de tomada de decisão. Tem um PROMER, que é o  
3103 Programa Nacional de Controle e Monitoramento de Mercúrio na Amazônia e Pantanal, de 2001, que  
3104 foi feito em parceria com o IBAMA, pesquisadores, universidades e CNPq. O PROMER tinha a  
3105 finalidade de estudar uma rede nacional de controle e monitoramento dos níveis de mercúrio, ele teve  
3106 alguns resultados que foram bastante interessantes na região da Amazônia e do Pantanal,  
3107 identificaram a capacitação de laboratórios, foram feitas expedições científicas e os resultados foram  
3108 disponíveis em publicações científicas, quer dizer, são resultados que estão publicados em periódicos  
3109 e tal. Bom, após a moção CONAMA 85, a elaboração da Política Pública para o Mercúrio, o que já  
3110 fizemos? Fizemos contato com os órgãos de nível federal sobre as ações que existem sobre  
3111 mercúrio, entendemos que a elaboração de política, na verdade, carece primeiro de conhecer quais  
3112 são as atividades que nós temos já em curso, são muitas voltadas para mercúrio. A questão de  
3113 consulta aos órgãos governamentais, as OEMAs com relação às atividades em andamento voltadas  
3114 para mercúrio, o levantamento de toda a legislação ambiental já foi feita, tanto em nível federal  
3115 quanto em nível estadual, a legislação internacional, o que já existe com relação a gerenciamento de  
3116 mercúrio em nível internacional. Pretende-se iniciar agora a elaboração de um Plano Nacional  
3117 abordando a redução do uso e das emissões de mercúrio e sua substituição, a questão do inventário

3118da quantidade de mercúrio utilizada no país e suas emissões, um estudo sobre alternativa de  
3119gerenciamento de passivo, que entendemos que esse é o grande problema, porque no momento que  
3120você proíbe o uso de mercúrio, por exemplo, numa indústria de cloro-soda, que é a terceira do país,  
3121tem em torno de 200 toneladas de mercúrio como passivo. Isso mercúrio metálico, que ela vai de  
3122imediato ter como passivo, isso sem contar com a descontaminação que vai ter que ser feita toda da  
3123planta, que ainda vai gerar um mercúrio metálico aí. O gerenciamento desse passivo é um grande  
3124problema a ser resolvido. E a questão do fortalecimento das atividades junto ao IBAMA para ver a  
3125questão do SINEM e do PROMER. Nós temos alguns desafios, por exemplo, a atividades produtivas  
3126legalmente registradas são controladas por normas existentes, o principal desafio consiste nas  
3127atividades informais, porque a atividade que é forma é fácil de você saber onde está, controlar.  
3128Atividade informal realmente é um grande desafio você conhecer e conseguir fazer alguma coisa  
3129voltada para isso. É necessária melhorar conhecimento sobre a quantidade de mercúrio, alternativa  
3130tecnológica e tudo mais. Apoio na área de saúde, com relação a estudos epidemiológicos, parceria  
3131com o Ministério da Saúde para identificação da população exposta com o uso de mercúrio em  
3132mineração. Era isso que eu tinha para apresentar. Obrigada.

3133

3134

3135**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Por favor, Zuleica com a  
3136palavra.

3137

3138

3139**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu quero agradecer à SÉrgia porque eu até fiquei surpresa  
3140pelo esforço que eles estão fazendo, são tão poucos na área de contaminação química do Ministério  
3141que é surpreendente mesmo o trabalho. Eu só queria perguntar uma coisa, essa lei 9.976 de 2000,  
3142porque se a gente tem fontes que a gente pode controlar de mercúrio, a mineração está difícil, de um  
3143lado a lei proíbe a mineração, o que torna a mineração artesanal com mercúrio, de modo que só  
3144depende de fiscalização policial, quando na verdade deveria ter havido um acordo melhor ali, não sei,  
3145é um problema no momento que você deixa a atividade clandestina, fica muito difícil programas nessa  
3146área. Então, sobre essa lei 9.976 de 2000, que é muito ruim para nós, porque as indústrias de cloro-  
3147soda não foram obrigadas a fazer conversão para tecnologias que não usam amianto nem mercúrio.  
3148Significa que as empresas vão fazer a conversão se quiserem, mas algumas já tinham feito, você não  
3149citou a Klabin. A Klabin, que teve um problema e agora há pouco apresentou um passivo, ao mesmo  
3150tempo foi uma empresa que fez toda a conversão, ela não usa mais mercúrio no seu processo. Klabin  
3151e outras. Então, existe alguma idéia do Ministério, a única pergunta que eu quero fazer, teria muitas  
3152perguntas porque o assunto é gigantesco, mas a questão dessa lei, se o Ministério está fazendo  
3153alguma ação em direção à mudança da lei e a questão do Grupo de Trabalho lâmpadas. A moção  
3154pede a reabertura de um processo para o GT lâmpadas porque nós não temos uma legislação no  
3155Brasil hoje, uma resolução que normatize o gerenciamento ambiental das lâmpadas fluorescentes que  
3156utilizam mercúrio, está vendo lá que até 20 miligramas cada lâmpada de mercúrio. Então, eu queria  
3157perguntar ao presidente da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento, ou alguém que pudesse  
3158representá-la aqui, se esse GT foi aberto e qual é a previsão de iniciar os trabalhos de discussão do  
3159gerenciamento de lâmpadas.

3160

3161

3162**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – O presidente da  
3163Câmara Técnica de Saúde e Saneamento se encontra? Eu pediria, Zuleica, para esclarecer isso  
3164diretamente com o presidente da Câmara, pode ser? Há algum esclarecimento possível no momento?

3165

3166

3167**O Sr. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – O presidente da Câmara  
3168Técnica não pôde vir, o André Alliana da ANAMMA, nós estamos com a vice-presidência. Durante a  
3169última reunião da Câmara Técnica se estabeleceu um encaminhamento se criar um GT amplo para  
3170realmente trabalhar essa questão de forma geral, incluindo outros resíduos e antenado com toda essa  
3171discussão da Política Nacional que já foi apresentada com relação a essa questão do mercúrio,  
3172voltados. A verdade é que a Câmara Técnica entendeu, a gente pode fazer uma reflexão interna  
3173novamente lá, é de trabalhar não só específico para as lâmpadas, fazer um GT que aborde também  
3174outros aspectos disso, de forma mais geral. Esse que foi o encaminhamento da Câmara Técnica.

3175

3176

3177**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Mas não é o que foi aprovada na moção no Plenário.

3178

3179

3180 **Sr. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Na verdade é não que estava  
3181 excluindo, é que inclui, mas amplia, esse que foi o encaminhamento na Câmara Técnica.  
3182  
3183  
3184 **A Sr<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Já existia um GT e a moção pede para reativar. Veja, a moção  
3185 foi aprovada pela Plenária no Rio de Janeiro, sem emendas e ela pede explicitamente a reativação do  
3186 GT Lâmpadas que já existia no CONAMA, ele foi fechado, ele nunca trouxe nenhum produto, ele  
3187 nunca produziu nenhum resultado. Então, a moção, ao pedir, entre outras coisas, um relato do  
3188 Ministério do Meio Ambiente sobre o que o Ministério vem fazendo, as ações na área de mercúrio, de  
3189 prevenção, pede uma Política Nacional do Mercúrio, que vai superar em muito o Ministério do Meio  
3190 Ambiente, quer dizer, extrapolar e também pede a reativação do GT Lâmpadas, para tratar de  
3191 lâmpadas e não em geral.  
3192  
3193  
3194 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Vamos fazer o  
3195 encaminhamento seguinte, acho que ficou claro para a Câmara Técnica o que foi aprovado. Então,  
3196 nós pediríamos que na próxima reunião do CONAMA a Câmara apresente o tratamento do que foi  
3197 recomendado pelo CONAMA, nos termos do que foi recomendado e apresente para nós o  
3198 procedimento como isso vai se dar, tudo bem?  
3199  
3200  
3201 **O Sr. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Só reforçando, a idéia do GT na  
3202 verdade era incorporar realmente a moção, é que aproveitou essa problemática das embalagens,  
3203 cartucho de tinta de impressora, outras embalagens que têm relação com algum tipo de resíduo  
3204 químico, que ia trabalhar sub-grupos, mas não fica prejudicado, reativa o GT e vamos dar atenção  
3205 também para esses outros temas também porque uma coisa não prejudica a outra.  
3206  
3207  
3208 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito bem, vamos,  
3209 agora que o homem mais esperado da história do CONAMA se encontra no recinto, só não mandei  
3210 tocar o Hino Nacional na sua entrada, Conselheiro José Cláudio, porque estamos no meio de uma  
3211 apresentação, senão teríamos o Hino Nacional. Agora podemos dar início ao tratamento da resolução  
3212 que trata de classificação... Olha, só comparável à entrada do Clarimino, nós vamos filmar, pôr uma  
3213 câmera filmando a entrada desses Conselheiros, sem falar do Chico Blue, que arrasa também.  
3214 Vamos lá, recuperando aqui o nosso tema, vamos para a apresentação do relatório, foi pedido de  
3215 vista e está voltando agora para o debate a resolução que altera o art. 34 da resolução CONAMA  
3216 357, de 17 de março de 2005, referente a condições e padrões de lançamento de efluentes. Então,  
3217 nós temos, antes de iniciar, nós temos, a partir do pedido de vistas, nós temos pareceres ABES, CNT,  
3218 ANA, APROMAC, Ministério de Minas e Energia e Vid'água. Então, iniciamos com o relator, José  
3219 Cláudio? Então, vamos primeiro pelos pareceres, ABES e CNT, por favor.  
3220  
3221  
3222 **O Sr. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Sr. Presidente, colegas Conselheiros, quero que hoje,  
3223 na importância desse assunto, tenho certeza que o Conselho, confio no Conselho e sei da  
3224 importância e da maturidade do Conselho para discutir essa matéria. Nós pedimos vistas no  
3225 processo, especificamente num ponto, que preocupa muito a questão do saneamento no País. É a  
3226 questão do parâmetro de nitrogênio amoniacal que está proposto 20 miligramas. Na época da  
3227 CONAMA 20 pedia 5, se não me engano, 5 ou 20 é a mesma coisa, tendo em vista o atendimento à  
3228 realidade atual, então, não atende a situação. Eu quero dizer o seguinte, a nossa entidade é uma  
3229 entidade civil plural, está com 10 mil sócios no país e sede em todos os Estados do País. Uma das  
3230 mais antigas, quase 60 anos de idade e luta essa vida toda, ninguém mais luta como a gente para  
3231 mudar essa realidade de saneamento ambiental nesse País. Então, Sr. Presidente, nós temos hoje,  
3232 depois de 20 anos, a gente conseguiu, através do Governo atual, num esforço político, em janeiro do  
3233 ano passado, aprovar uma Política Nacional de Saneamento, que é a 1.445. O segmento, o Poder  
3234 Público brasileiro ficou quase 20 anos sem investir em saneamento e hoje nós temos uma política  
3235 que propõe metas progressivas e metas para o milênio, de avanços para tentar mudar essa realidade  
3236 de apenas 40% dos esgotos coletados e desse coletados, menos de 20% é tratado, desses tratados,  
3237 menos de 1% trabalha nitrogênio nesse nível, ou seja, nós não temos hoje nenhuma condição, ou o  
3238 setor, a Sociedade Brasileira, com todo o apelo de atingir os parâmetros que desejo, mas não a curto  
3239 prazo. Ao mesmo tempo nós vimos com muita alegria o PAC no Brasil, o PAC tem uma visão social  
3240 também, aonde investe de uma maneira histórica, prevê 40 bilhões de reais nesses 4 anos. E o  
3241 próprio Governo Federal divulgou que nós precisaríamos investir quase 200 bilhões de reais em 10  
3242 anos para mudar essa realidade, ou seja, atingir a meta do milênio, e a meta do milênio está calcada

3243pela Política Nacional de Saneamento em remover carga orgânica e coliformes, ou seja, saúde  
3244pública nesse País, parar de ver as crianças jogando água limpa e a proposta que está instalada aqui  
3245nessa casa, com 20 miligramas, só obriga estações de tratamento de nível terciário. O custo de  
3246investimento a nível terciário no País é muito caro. Então, eu faço um apelo no sentido da gente  
3247trabalhar uma proposta alternativa que proponho, dentro da nossa própria resolução, que nós  
3248trabalhamos na resolução, vocês lembram de diversos artigos nossos, da ABES, a própria resolução  
3249prevê metas progressivas, intermediárias e progressivas até o final. É a visão de planejamento.  
3250Então, eu faço um apelo que a gente trabalhe metas nesse sentido. Não estou querendo aqui pedir a  
3251liberação do nitrogênio, não ter padrão, a ABES, o setor não está com esse espírito, não quer isso,  
3252mas quer permitir que juntos e nós que somos sociedade civil vamos fiscalizar, eu falei com o  
3253Secretário Nacional de Saneamento na segunda-feira passada, em Natal, nós estamos tendo um  
3254evento luso-brasileiro, uma cooperação técnica ABES e Portugal, onde nós temos convênio com a  
3255Associação Portuguesa de Recursos Hídricos e Sanitária Ambiental, eu tive a oportunidade de falar  
3256com o Secretário de Saneamento Ambiental e disse: “Olha secretário, nós somos da sociedade civil e  
3257nós temos sede em todos os Estados brasileiros e vamos fiscalizar a eficácia desse sistema”. Ele  
3258disse: “Bertoldo, eu quero isso, eu quero que a sociedade civil, vocês que são do setor, fiscalizem a  
3259boa aplicação dos recursos porque eu sou ordenador primário”. Então, nós estamos felizes com essa  
3260situação hoje, ter recurso, ele falou para mim que tinha já quase 1.800 empreendimento já  
3261contratados pelo PAC no saneamento, desses quais a grande maioria é esgoto e nenhuma das  
3262situações dessas prevê o atendimento nesse nível, contratado com a Caixa, com o BNDES, ou seja,  
3263se nós aprovarmos aqui algo que vai contra essa lógica, que está sendo construída desde o ano  
3264passado pela Política, nós estamos dizendo “não” ao saneamento, à oportunidade de mudança de  
3265saúde pública nesse País, à oportunidade de mudar a realidade brasileira. Então, eu faço um apelo,  
3266consenso, veja, eu quero consenso, quero uma proposta que nós possamos mudar essa realidade,  
3267parar de ver crianças brincando com esgoto, não jogar o esgoto no rio, in natura como é jogado hoje,  
3268mas tratado, tratado de forma progressiva, vamos planejar esse País. Faço um apelo que a gente  
3269possa propor uma proposta progressiva, negociar aqui, não vou colocar agora parâmetros, mas quero  
3270ouvir os outros Conselheiros, que a gente possa, a partir de hoje, ter propostas progressivas, um  
3271período para as estações hoje existentes que não atenderem um padrão definido atendam e que os  
3272projetos que estão sendo contemplados não fiquem na ilegalidades antes da Caixa Econômica ou o  
3273BNDES liberar. Então, eu quero um apelo no sentido de nós construirmos alguma coisa juntos.  
3274Gostaria de sair daqui com todos vencedores e mudando a realidade desse País.

3275

3276

3277**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Como sempre tem sido  
3278no CONAMA, todos vencedores, muito obrigado. A Confederação Nacional dos Transportes, fui  
3279informado de que não tem relatório ou relato a apresentar, portanto, passamos à ANA, Agência  
3280Nacional de Águas. para o seu posicionamento, por favor.

3281

3282

3283**O Sr. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (Agência Nacional das Águas)** – Bom dia a todos. Cabe a  
3284mim aqui fazer a apresentação desse parecer de vistas da ANA sobre essa proposta de resolução.  
3285Bom, a proposta é uma avaliação geral, revê desconformidades da resolução CONAMA 357 no que  
3286se refere a temperatura em zona de mistura. Existia um erro na 357 que está sendo corrigido, é muito  
3287bem-vinda essa correção, o novo texto especifica que se trata de não exceder a 3 graus centígrados  
3288de variação na temperatura no limite da zona de mistura, desde que não comprometa os usos  
3289previstos para o corpo d’água. A proposta que está em discussão aqui hoje essa revisão corrige erro  
3290técnico relacionado a cianetos, desdobra os valores de padrões de cianeto total e cianeto livre,  
3291mantém níveis de boro total, distingue os valores de padrões para cromo hexavalente, cromo  
3292trivalente, esclarece as formas de medição de outro elemento e faz alterações necessárias no art. 34  
3293da resolução 357. O texto especifica o valor máximo de 20 miligramas por litro para o parâmetro de  
3294nitrogênio amoniacal total e define que ele não é aplicável a sistema de tratamento de esgotos  
3295sanitários. Esse é o ponto, da mesma forma como a ABES aqui apresentou as suas considerações  
3296sobre esse ponto, esse também foi o único ponto em que a ANA fez alguma avaliação e a sua  
3297proposta. A Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental tinha aprovado a argumentação de  
3298que o melhor caminho para melhoria ambiental é primeiramente a “universalização dos tratamentos  
3299primários, seguidos do secundário e a adoção dos terciários nos pontos críticos para garantir  
3300qualidade das águas dentro de padrões adequados”. Isso era a proposta da Câmara Técnica de  
3301Controle e Qualidade Ambiental. O setor de saneamento é atualmente o maior poluidor dos nossos  
3302rios, visto que os índices de tratamento no País não atingem sequer 30% dos esgotos coletados.  
3303Dessa forma, é fundamental, para a melhoria da qualidade das águas, um investimento maciço em  
3304estações de tratamento de esgoto. Nesse ponto nós concordamos plenamente com o posicionamento  
3305da ABES aqui manifestado pelo Conselheiro Bertoldo. Existem vários tipos de processo de tratamento

3306de esgoto, desde os mais simplificados aos os sofisticados. Existe, atualmente, tecnologia disponível  
3307para que se atinja a meta de 20 miligramas por litro, prevista na atual versão da resolução CONAMA  
3308357 para o parâmetro nitrogênio amoniacal, mas são tecnologias muito caras, que implicam no uso  
3309intensivo de energia. As estações de tratamento de esgoto maiores, situadas em municípios de maior  
3310porte, em que é possível arcar com as despesas de processos mais sofisticados e de maior consumo  
3311de energia geralmente agregam processos aeróbicos após os anaeróbicos e nesses casos é possível  
3312cumprir o padrão de 20 miligramas por litro. Para se alcançar esse valor de 20 miligramas por litro  
3313existe necessidade de tratamento terciário, o que eleva os custos de operação de uma ETE,  
3314especialmente os custos de energia para os processos de aeração. Isso dificulta e encarece o  
3315tratamento, o que pode tornar inviável a sua adoção pelos pequenos municípios ou para aqueles que  
3316operam ETEs de pequeno porte. Existe um precedente no CONAMA que eu acho que é importante a  
3317gente lembrar aqui, é a resolução 377, de 2006, que dispõe sobre licenciamento ambiental  
3318simplificado de sistemas de esgoto sanitário. No art. 2º, inciso II, ele define o que é Unidade de  
3319Tratamento de Esgoto de pequeno porte: “são as estações de tratamento de esgotos com vazão  
3320nominal de projeto menor ou igual a 50 litros por segundo ou com capacidade para atendimento para  
332130 mil habitantes, a critério do órgão ambiental competente”. Então, foi essa a definição que nós  
3322adotamos nessa proposta que a ANA faz em relação a esse ponto. O art. 28 da resolução 357 do  
3323CONAMA diz que os efluentes não poderão conferir ao corpo de água características em desacordo  
3324com as metas obrigatórias progressivas intermediárias em final do seu enquadramento. É  
3325fundamental assegurar que o rio se mantenha na mesma classe de enquadramento para qualquer  
3326parâmetro de lançamento de efluentes. Dessa forma, mesmo com lançamento com concentração  
3327superior ao padrão de lançamento, o padrão de nitrogênio amoniacal do rio deve ser respeitado. É  
3328razoável também diferenciar os padrões de emissão de efluentes para atividades diversas, como  
3329fazem normativas de outros países. Assim, por exemplo, a EPA, Agência Ambiental dos Estados  
3330Unidos, tem padrões de lançamento diferenciados para setores diferentes. A proposta que foi objeto  
3331do presente pedido de vistas constitui um avanço em relação à normalização contida na resolução  
3332357. Então, a proposta final da ANA é aprovar essa proposta de resolução, com uma emenda na  
3333tabela 10, lançamento de efluentes, lá onde diz “nitrogênio amoniacal total” e tem aquele asterisco,  
3334“20 miligramas por litro”, o asterisco seria, a redação que a ANA propõe é essa: “Esse valor não é  
3335aplicável a unidades de tratamento de esgoto de pequeno porte em sistemas públicos de tratamento  
3336de esgotos”. Isso significa o seguinte, que essa proposta a que ANA está fazendo é mais restritiva do  
3337que aquela que foi aprovada na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, porque a Câmara Técnica de  
3338Assuntos Jurídicos do CONAMA aprovou uma proposta que abria essa exceção para 100% dos  
3339municípios e das estações de tratamento de esgoto, mas é uma proposta um pouco mais aberta do  
3340que aquela que foi aprovada na Câmara de Controle e Qualidade Ambiental, porque lá existe uma  
3341sutileza, na Câmara de Controle e Qualidade Ambiental foi aprovada essa exceção para municípios  
3342até 30 mil habitantes e a proposta da ANA é para unidades de tratamento de esgoto de pequeno  
3343porte, que são aqueles 50 litros por segundo ou que atendam até 30 mil habitantes. Então, existem  
3344vários municípios que têm 150, 200 mil habitantes, mas que a topografia do município, as redes de  
3345drenagem, de coleta de esgoto são em bacias diferenciadas. Cada uma daquelas estações de  
3346tratamento, até 30 mil habitantes, ou 50 litros por segundo, estaria isenta desse parâmetro de 20  
3347miligramas por litro. Então, essa é a proposta da ANA, é um caminho do meio, entre a Câmara  
3348Técnica e a que veio da Câmara Jurídica.

3349

3350

3351**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado. Vamos ouvir  
3352agora a APROMAC.

3353

3354

3355**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Nós fizemos uma análise do processo, a gente pediu vista do  
3356processo, analisamos os documentos e vimos como é que essa resolução chegou na Plenária. Nós,  
3357da APROMAC, pedimos vista do processo e analisamos como que essa resolução chegou na  
3358Plenária. Nós verificamos que só aconteceram 3 reuniões do GT e as discussões não foram assim  
3359exaustivamente terminadas, ou seja, alguns documentos que foram apresentados, como por  
3360exemplo, o Conselho Regional de Química solicitando, por exemplo, que a soma dos metais pesados  
3361não ultrapasse 5 miligramas por litro, sequer foi discutido nos GTs. Foi uma discussão que envolveu  
3362bastante a indústria química, as indústrias de saneamento, alguns representantes do MMA, do  
3363IBAMA, de vez em quando, mas nas memórias a gente não consegue tirar, lendo as memórias das 3  
3364reuniões, a gente não consegue concluir que houve uma discussão exaustiva de todos os problemas  
3365e o que a gente consegue perceber é que os documentos da Sociedade Civil, no caso representados  
3366pelo Conselho Regional de Química, só foram totalmente desconsiderados. Não tem ninguém aqui do  
3367Conselho Regional de Química, nesse momento, da 4ª Região, e a gente sente que é muito diferente  
3368da resolução que a gente votou ontem. Nós votamos ontem, aprovamos a resolução de águas

3369subterrâneas, teve mais de 18 reuniões de GT. Foi um trabalho intenso de discussão com a  
3370sociedade civil, com Conselhos Regionais de Química, com universidades, para uma coisa tão séria  
3371como classificação de água subterrânea e chegou aqui na Plenária num consenso muito bom, foi  
3372votado num espírito excelente de colaboração. Já não é a mesma coisa essa resolução, lamento que  
3373o trabalho tenha chegado aqui tão prematuro porque o art. 44 da resolução 357 diz que no prazo de  
3374um ano o CONAMA complementar a tabela 10 e o que a gente vê é nenhuma complementação, ao  
3375contrário, uma flexibilização, uma discussão, em alguns momentos houve uma restrição maior e tal,  
3376uma acomodação que a gente já tinha visto na resolução de plataformas marítimas, ou seja, os  
3377metais não foram trabalhados, estamos esperando a abertura desse GT de plataformas marítimas, foi  
3378um acordo que fizemos em Plenária para discutir, no caso, quer dizer, o trabalho vai ter que ser  
3379refeito, no caso de plataformas marítimas. Aqui, não sei como vamos resolver em nível de Plenária o  
3380cumprimento do art. 44, que é a complementação da tabela 10, que não foi feito, nós estamos aqui,  
3381na verdade, trabalhando como que vamos alterar a tabela 10 e não como vamos complementar. Acho  
3382que algumas revisões devem ser feitas, concordo, não sou contrária às revisões quando você está  
3383discutindo a complementação, mas sempre com base no princípio da precaução.

3384

3385

3386**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado. O próximo é  
3387Ministério de Minas e Energia.

3388

3389

3390**A Srª. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (Ministério de Minas e Energia)** – Bom  
3391dia, basicamente minha palavra vai ser bem resumida. O entendimento que nós colocamos no  
3392parecer enviado fez uma questão histórica do processo e foi visualizado que essa questão que ao  
3393nosso foco é sobre os padrões de lançamento de boro, já vem historicamente inadequado. Então, há  
3394o entendimento, pelo próprio Ministério, que essa situação, para águas salinas, deverá ter um estudo  
3395aparte, porque conforme está colocado, nós vemos que o padrão estipulado para lançamento em  
3396efluentes é aplicado para todo tipo de água, doce e salobra, e no caso de águas salinas acontece  
3397uma situação diferencial, que o próprio mar já é rico de boro, ele já apresenta um *background* de 4.5.  
3398Então, o que a gente sugere é que esteja um padrão específico para águas salinas. O próprio setor  
3399fez um levantamento de legislação em nível de influente nacional em 7 países, Estados Unidos,  
3400México, Japão, Austrália, Portugal, França e Alemanha. Desses países, só o Japão que apresentou  
3401nível nacional de padrão de lançamento e quando ele fala em águas doces, ele aplica 10 miligramas  
3402e quando ele coloca para águas salinas, ele aplica 230 miligramas. Outra situação interessante é que  
3403nos Estados Unidos o boro e seus compostos não aparecem listados nos relatórios como substâncias  
3404tóxicas. O boro lá não é objeto de padrão de lançamento em nível nacional para efluentes. Então, o  
3405Diretor da Petrobrás, senhor Marcelino Guedes vai falar mais tecnicamente, bem rápido essa nossa  
3406defesa de que para águas salinas o boro tenha um percentual diferenciado do que hoje apresenta na  
3407resolução do CONAMA. Obrigada.

3408

3409

3410**O Sr. MARCELINO GUEDES MOSQUEIRA (Petrobrás)** – Bom dia a todos. Vou tentar falar aqui no  
3411microfone. Não sou especialista, é a primeira vez que eu venho aqui participar dessa reunião, sou  
3412engenheiro da Petrobrás há 22 anos, sou responsável, no Sistema Petrobrás, por todos os terminais  
3413e todos os dutos do sistema. Nossa apresentação vai ser bem rápida, muito mais para contextualizar  
3414as nossas dificuldades e eu gostaria de compartilhar com os senhores as nossas preocupações. A  
3415Petrobrás vem preocupada com água há muitos anos, é um dos nossos projetos prioritários em  
3416relação a como vamos tratar nossa água que vem junto do petróleo que nós produzimos. Nossa  
3417agenda é falar um pouco desse trabalho que nós fazemos e participamos do CONAMA 357, água  
3418produzida de petróleo, boro, redução de boro efluentes e propostas Petrobrás. Em relação a isso, a  
3419importância do enquadramento das águas de todos os efluentes e é um trabalho muito importante  
3420que nós estamos desenvolvendo, quando falo “nós”, estou falando toda a sociedade. A nossa  
3421participação vem desde o CONAMA 20, agora no CONAMA 357, colaborando com o aperfeiçoamento  
3422dessa nossa ferramenta de controle das nossas águas. Estamos participando dos GTs, das Câmaras  
3423Técnicas e sempre tentando, dentro do possível, acompanhar, adequando as nossas instalações, as  
3424instalações do Sistema Petrobrás a todos os CONAMAs. A nossa colocação hoje é uma adequação,  
3425uma reavaliação simplesmente do boro que na água produzida junto com o petróleo, vem um  
3426percentual que não é possível dar um tratamento que nós gostaríamos de fazer o descarte. A água  
3427produzida do petróleo e o boro, como é feito isso? Como é a produção de água, no caso de petróleo?  
3428Ele vem lá da bacia de Campos, vindo de uma plataforma fixa ou por um FPSO, que é um navio que  
3429produz petróleo, essas águas podem vir com teor menos de 1% de água, às vezes com teor acima de  
34301%, muitas vezes vindo até com água segregada. Vem por um navio, chega num terminal da  
3431Petrobrás, no terminal nós fazemos a separação, o tratamento e deslocamos o petróleo bruto para a

3432refinaria com 1% de água junto ao petróleo produzido. Isso aqui é só para mostrar para os senhores o  
3433que vai acontecer no Brasil nos próximos anos em termos de produção de petróleo. Em 8 anos nós  
3434vamos dobrar a quantidade de água produzida junto com o petróleo nacional. Nós temos que ter uma  
3435preocupação nacional de como vamos tratar essa água e é isso que a Petrobrás vem fazendo. Aqui,  
3436em termos de água produzida. Nós vamos ter uma maior produção nacional de petróleo, todos os  
3437senhores sabem, agora com a descoberta mais ainda, vamos ter mais processamento de petróleo no  
3438Brasil, vamos exportar mais petróleo brasileiro, em 8 anos vamos dobrar a quantidade de água  
3439produzida, o boro é um constituinte natural que vem do reservatório geológico da formação, em média  
3440essa água vem com em torno de 35 miligramas por litro e a legislação hoje está em torno de 5  
3441miligramas por litro. Nós temos um Programa Diretor de Águas onde nós estamos tratando e  
3442discutindo toda a parte de descarte de água produzida na parte de plataformas e também em  
3443terminais. Nós temos um grande projeto com 5 estações de tratamento de efluentes, todos eles com  
3444emissários submarinos, dois projetos que consideram a reinjeção dessa água e como todos os  
3445senhores sabem, o mar é o maior reservatório de boro do planeta. O mar, em valores médios, nós  
3446temos uma concentração de aproximadamente 3.5 a 4.5, podemos dizer que temos uma  
3447concentração média de 4. 5 miligramas por litro no mar. Aqui, só para mostrar o que hoje o CONAMA  
3448357 considera em termos de diluição, com outros elementos, nós temos aqui o boro com 5.5 e sem  
3449diluição. Nós temos outros como chumbo com 50, cádmio com 40, cianeto com 200 e no caso, para  
3450águas salinas, nós estamos falando que não é permitido diluição, então, nós temos 1 para 1 ou 0 nos  
3451fatores de diluição. Aqui comparamos só ao caso das águas. Nas águas doces nós temos um fator de  
3452diluição 10, nas águas salobras nós temos um fator de diluição 10 e no caso das águas salinas,  
3453classe 1, nós não temos diluição, zero. Aqui é um trabalho que nós fazemos no terminal de São  
3454Sebastião, muito mais para ilustrar os nossos números, nós acompanhamos esse parâmetro há mais  
3455de 8 anos em vários pontos e nós sempre temos vários pontos ao longo do canal de São Sebastião  
3456junto ao nosso píer e aqui nós temos fatores na superfície de 4.36, 4.31, 4.48, 3.98, muito mais para  
3457mostrar que nós estamos próximos de 4.5, 4.3, 4.6. Isso aqui é uma foto aérea lá da nossa área, do  
3458canal de São Sebastião, onde temos um trabalho com a FUNDESPA, que é a entidade que faz todo  
3459esse controle junto com a Petrobrás há 8 anos. Aqui os últimos resultados, também mantendo aqui  
3460em 4.5, 4.1, 4.0, 4.6. Aqui é a nossa discussão, ou seja, a capacidade de suporte do meio. Tendo em  
3461vista o *background* de 4.5 de boro nas águas marinhas, o lançamento de efluentes nunca irá  
3462promover o aumento de concentração do elemento nessas águas, isso quer dizer o seguinte, o  
3463padrão para as águas salinas classe 1 previsto no CONAMA 357, hoje de 5 miligramas, será sempre  
3464mantido. Isso se deve a que? Que nós precisamos de um volume muito grande para alterar quase  
3465nada a concentração média do boro na água marinha. Isto atesta a grande capacidade de suporte do  
3466meio nas águas marinhas, ainda colaborado pelas condições de circulação das massas de água, das  
3467correntes, que promove grande diluição e dispersão dessas substâncias. Aqui algumas  
3468características toxicológicas do boro, o boro não é um metal cancerígeno, não é teratogênico, possui  
3469ampla distribuição e há ocorrência na crosta terrestre, é metal essencial para as plantas, possui  
3470concentração aproximadamente constante nas águas marinhas, sofre grandes fatores de diluição em  
3471ambientes costeiros, aqui tem alguns aspectos em termos toxicológicos em relação a que fatores  
3472começa a ter um impacto em seres vivos e em outros ambientes. Eu gostaria que vocês frisassem um  
3473pouco esse parâmetro porque faz parte da nossa proposição. Existem estudos que dizem que  
3474existem impactos de exposição aguda em peixes, foram verificados em concentração de 105 mililitros  
3475por litro, após 96 horas contínuas, ou seja, depois de 96 horas contínuas de exposição nessa  
3476concentração, os peixes começaram a serem afetados por este elemento. Não é um parâmetro de  
3477controle de efluentes na maioria dos países com avançado controle ambiental. Quando nós  
3478percebemos isso, nós fizemos uma pesquisa bibliográfica onde nós queríamos saber como é que os  
3479outros países tratavam o boro. E a Petrobrás fez essa pesquisa bibliográfica e não encontrou  
3480nenhuma regulamentação com os critérios próximos do que nós utilizávamos no Brasil. Fizemos uma  
3481parceria, um projeto com a COPPE/UFRJ, onde ele fez o levantamento nos principais países e nós  
3482levantamos Estados Unidos, Alemanha, Portugal, Japão, França, México e Austrália. Somente o  
3483Japão tinha um controle sobre descarte de boro em águas marinhas e um fator muito maior do que o  
3484nosso, em torno de 230 miligramas por litro e hoje no CONAMA nós temos 5 miligramas por litro.  
3485Redução do boro. A redução do boro é um grande desafio para a gente. Independente do pleito junto  
3486a vocês e toda a comunidade para discutir a redução ou o aperfeiçoamento da concentração de boro,  
3487a Petrobrás começou a buscar tecnologia para fazer adequação a esse parâmetro. O que nós  
3488tínhamos como desafio? Nós tínhamos água de formação, uma concentração de 30 a 40 miligramas  
3489por litro, um grande volume a ser tratado, uma vazão de 300 metros cúbicos por hora, a inexistência  
3490dessa tecnologia a nível de compra da tecnologia no mercado mundial, então, a Petrobrás foi ao  
3491mercado procurar essa tecnologia, como nós poderíamos fazer para tratar água, para colocar na  
3492concentração de 5 miligramas por litro e não existia essa tecnologia no mundo. Começamos a discutir  
3493como seria feito todo esse processo de descarte e, por último, repassamos essa demanda para o  
3494nosso Centro de Pesquisa da Petrobrás, o CENPES, onde fez uma prospecção tecnológica no

3495 mundo, desenvolveu um teste de bancada, fez uma planta piloto e homologou uma tecnologia. E aí  
3496 que foi nossa surpresa quando nós começamos a avaliar o impacto dessa tecnologia para o meio  
3497 ambiente e para a sociedade, onde nós percebemos que o que tinha de tecnologia disponível no  
3498 mundo, o que tinha de tecnologia desenvolvida pelo Centro de Pesquisas da Petrobrás poderia estar  
3499 gerando um dano maior para o meio ambiente, para a sociedade do que o próprio descarte do boro  
3500 no meio marinho, onde é o maior reservatório de boro. Então, foi aí exatamente que nós começamos  
3501 a discutir, que é exatamente na hora da recuperação do boro por precipitação química, que esse foi o  
3502 processo que foi desenvolvido com várias tecnologias do mundo, onde nosso centro de pesquisas  
3503 desenvolveu e chegou nesses resultados. Isso era o nosso resultado final, ou seja, o efluente final de  
3504 boro menor do que 4 miligramas por litro, ou seja, é possível ser realizado isso, é um volume, como  
3505 nós falamos, de 300 metros cúbicos por hora de vazão de tratamento de efluente e aqui está a  
3506 grande dificuldade, a regeneração dessas resinas geram um impacto no meio ambiente maior do que  
3507 o próprio descarte do boro. Isso por quê? Resultado dessa tecnologia nos leva a um consumo diário  
3508 de 24 metros cúbicos de ácido clorídrico, 11 metros cúbicos por dia de soda-cáustica e gera um  
3509 resíduo de lodo inorgânico de 22 toneladas por dia, ou seja, nós fomos ao mundo, buscamos uma  
3510 tecnologia, o mundo não faz esse tipo de controle, o mundo não faz esse tipo de tratamento para o  
3511 boro, mas nós fomos lá e buscamos a tecnologia, só que é isso aqui que resulta em termos de  
3512 resultado desse tratamento para redução de 30 miligramas por litro para 4 miligramas por litro. É um  
3513 tratamento de baixa sustentabilidade ambiental e maior risco é ocupacional para os nossos  
3514 operadores, para os nossos funcionários e também para a sociedade que mora em torno de nossas  
3515 instalações. Então, nós temos duas opções, ou fazemos esse tratamento, como já apresentei para os  
3516 senhores, com essa redução de boro utilizando resinas de troca catiônica, ou podemos discutir o  
3517 descarte do boro com 35 miligramas por litro. Nós temos duas proposições. Propostas do Sistema  
3518 Petrobrás. Primeiro, simplesmente utilizar o parâmetro do Japão. O Japão é um país preocupado com  
3519 a qualidade das águas marinhas por várias razões. A primeira proposta é utilizar o parâmetro do  
3520 Japão com 230 miligramas por litro, sem tirar o acompanhamento que nós estamos fazendo em torno  
3521 de todos os locais que nós fazemos e faremos o descarte de boro, como no caso de São Sebastião.  
3522 Então, estamos aqui propondo, essa foi a proposta original do Sistema Petrobrás, onde nós iríamos  
3523 acompanhar o Japão em termos de concentração de boro, no descarte de efluentes em águas  
3524 marinhas, sem eliminar a responsabilidade do acompanhamento do índice de boro nas águas  
3525 marinhas junto aos terminais. Essa era a proposta original. Existe uma proposta que nós gostaríamos  
3526 de fazer em relação àqueles 105 miligramas por litro. Proposta alternativa. É uma concentração  
3527 intermediária de 105 miligramas por litro para lançamento em águas marinhas. Essa concentração  
3528 corresponde ao menor valor para o qual se observa toxicidade aguda para organismos aquáticos,  
3529 incluindo peixe. Esse estudo é feito, tem uma base técnica, onde diz que depois de 96 horas de  
3530 exposição nessa concentração de 105 miligramas por litro, os peixes começaram a perceber a  
3531 influência do boro, depois de 96 horas contínuas de concentração de 105, isso nunca irá ocorrer no  
3532 caso do descarte em mar. Com essa concentração, o Brasil será duas vezes mais restritivo que a  
3533 legislação japonesa, no descarte de boro em águas salinas. Com essa proposição, em termos de  
3534 pesquisas bibliográfica, considerando essa proposta de 105, nós temos o Japão com 230, o Brasil  
3535 com 105 e os outros países que ainda não tratam e não têm discussão sobre concentração de boro  
3536 em efluentes para águas marinhas. A proposição aqui existe uma que foi original, de 230, seguindo o  
3537 modelo japonês, e a outra que é o modelo duas vezes mais restritivo que o Japão, uma vez que tem  
3538 um trabalho técnico embasando esta proposição. Obrigado.

3539

3540

3541 **O Sr. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua)** – Nós  
3542 tivemos uma dificuldade muito grande em acompanhar a tramitação dessa resolução, nós não temos  
3543 especialistas em nossos quadros para discutir a questão de efluentes, a gente faz até um *mea culpa*  
3544 em relação a isso, mas eu gostaria de fazer alguns comentários rápidos em relação a essa questão.  
3545 Acho que o Brasil está conseguindo avançar bastante na questão do saneamento nos últimos anos,  
3546 investimentos pesados, acho que esse é o grande desafio hoje, fazer as cidades tratarem esgotos, os  
3547 órgãos estaduais, e aí eu vejo principalmente a questão da CETESB em São Paulo, nos últimos 20  
3548 anos a CETESB se preocupou muito com a questão do esgoto industrial e acabou deixando de lado a  
3549 questão do esgoto doméstico, nunca ninguém pressionava os municípios para que eles efetivamente  
3550 tratassem os esgotos. Acho que o Bertoldo tem uma boa parte de razão no apelo que ele fez aqui da  
3551 gente encontrar uma solução para a questão do amoniacal, isso não quer dizer que eu concorde com  
3552 a posição de liberar para todos os municípios, inclusive aqueles acima de 30 mil habitantes. Acho que  
3553 é uma questão que a gente precisa amadurecer. Um ponto que eu acho importante da gente colocar  
3554 é que quando a gente fez a revisão da resolução 20/86 e editamos a resolução 357, o espírito que  
3555 coordenou toda a discussão era de que era necessário a gente avançar no controle da qualidade de  
3556 águas dos rios e aí a gente acabou deixando de lado aquele controle individualizado de ir até as  
3557 empresas e analisar o lançamento de efluente das empresas, tanto que se a gente avaliar a O20 e a

3558357, não houve aumento nos parâmetros de lançamento de efluentes. Várias substâncias, 3559inorgânicas ou orgânicas, entraram como parâmetros para avaliar a qualidade de água dos rios, mas 3560não entraram na tabela de efluentes. Por isso, naquela discussão, naquele momento entendeu-se 3561que era necessário colocar um artigo, que era o art. 44, de que o CONAMA pudesse complementar. 3562Vou dar alguns exemplos, o cloro que é lançado às vezes como efluente na indústria de papel não 3563aparece na tabela de efluentes. Nós temos o benzeno, uma outra substância complicada e que não 3564aparece na tabela de efluentes e que agora nessa revisão essas substâncias também não entraram 3565na revisão. Nós temos muitas substâncias que estão hoje na legislação do Rio de Janeiro, de Santa 3566Catarina, de São Paulo e que não aparecem na tabela de efluentes. Então, eu acho que essa é uma 3567questão que particularmente me preocupa e que eu acho que nós não vamos conseguir resolver aqui 3568hoje. Ai eu faço um apelo ao Ministério do Meio Ambiente, inclusive ao presidente da Câmara Técnica 3569de que essa discussão não morra aqui, que a gente discuta valores com detalhamento maior, 3570inclusive para a gente não chegar numa Plenária e ter que discutir se é certo o boro ser 105 ou 230. 3571Acho que a gente precisava ter uma clareza maior. Reconheço que foi uma falha manter os 5 3572miligramas, mas não tenho certeza científica nenhuma para dizer se é 105 ou 230. Acho que a gente 3573precisava avançar nessa discussão, não sei o quanto a gente vai conseguir avançar aqui, foram 3574poucas as alterações na tabela, divisão do cromo, cianeto, selênio, algum ajuste ali, mas nós não 3575conseguimos avançar nessa complementação que era o espírito do art. 44, que a gente pudesse 3576complementar. Ai eu cito várias substâncias, por exemplo, alumínio nós não temos parâmetro, 3577antimônio, berilo, cloro, cobalto, lítio, sulfato, várias substâncias orgânicas, como benzeno, você tem 3578substâncias, por exemplo, dicloroetileno, tricloreto, está na legislação de Santa Catarina e nós não 3579conseguimos incluir nessa resolução. Então, acho que isso nos demonstra uma necessidade de 3580continuar discutindo essa questão, inclusive ter um parâmetro, uma sugestão do Conselho Regional 3581de Química que acho que precisava ser discutida, que é a história dos metais pesados na somatória, 3582não apenas individualizados, mas na somatória, que é a proposta de um teto para 5 miligramas por 3583litro para os metais pesados. Então, eu faço esse apelo para que a gente possa avançar nessa 3584discussão. Em relação ao nitrogênio amoniacal eu acho que a gente tem o grande desafio de 3585universalizar o tratamento, mas também nós não podemos ficar soltos. Eu vejo lá os municípios da 3586minha região, São Paulo já está com quase 50% de esgoto tratado, muitas cidades pequenas 3587tratando com aquelas lagoas anaeróbias, lagoas facultativas, mas lançando em corpos receptores 3588que não têm mais capacidade nenhuma para receber mesmo aquele esgoto tratado, é muito melhor o 3589esgoto tratado do que o esgoto *in natura*, mas mesmo assim a gente vê que o corpo receptor não 3590aguenta. A gente vai ter que avançar. Então, eu acho até uma conversa boa que eu tive com o Volney 3591agora cedo, a gente discutir inclusive talvez uma proposta de resolução para o setor de saneamento, 3592até a expressão que o Volney nos colocou é um PROCONVE do Saneamento, de discutir essas 3593metas, da gente poder avançar, não dá para a gente aceitar que inúmeras substâncias, como aquelas 3594que a gente colocou ali, fiquem sem parâmetro e às vezes tendo, nos Estados, legislação própria 3595para esses parâmetros. Eu particularmente defendo que a gente faça o controle da qualidade de 3596águas dos rios e o controle individualizado das empresas. Essas duas coisas, no meu entendimento, 3597precisam acontecer. É óbvio que para o órgão estadual, para o órgão que faz o controle é muito mais 3598fácil controlar só no rio, mas acho que nós temos que ter duas coisas. Não podemos hoje no Brasil 3599ainda prescindir do controle das empresas e o controle da qualidade de água. As duas coisas 3600precisam caminhar juntas. Era essa a minha manifestação.

3601

3602

3603**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado. Vamos ouvir 3604o relator, e depois abriremos as inscrições, sendo que já temos a Norma, do Ministério das Cidades, 3605inscrita.

3606

3607

3608**O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Bom dia a 3609todos. Desculpe a mesa, os senhores, se causei algum transtorno pela minha demora, mas acho que 3610a Infraero vai ter que se preocupar mais com o problema de táxis aqui no aeroporto de Brasília do que 3611com os vãos porque fiquei 35 minutos na fila para conseguir pegar um táxi. Bom, começar pelo fim, 3612pelas palavras do Agostinho, realmente a 357, que fez a revisão da 20/86, da qual nós participamos, 3613grande maioria das pessoas aqui, teve o espírito de avançar mais na gestão do que no controle. 3614Então, ao contrário do que o Agostinho falou, os órgãos ambientais preferem muito mais e trabalham 3615muito mais com padrões de lançamento do que de qualidade, porque é muito mais fácil trabalhar com 3616padrão de lançamento. Nós aqui no Brasil valorizarmos muito o padrão de lançamento porque é mais 3617fácil controlar, você vai em cada fonte e mede, quando na verdade o que interessa para todos, para a 3618população, para a fauna aquática, para a saúde, é o padrão de qualidade porque ele que compõe o 3619meio ambiente. Nisso a 357 acertou e avançou muito. A Zuleica levantou algumas questões que não 3620fazem parte do meu relato, se não houve participação, se o Grupo de Trabalho reuniu poucas vezes

3621 porque na Câmara Técnica nós recebemos o produto do GT e a partir do que recebemos nós  
3622 discutimos e é com base nisso que temos o nosso relato. É bom lembrar que a questão do boro aqui  
3623 apresentada não fez parte dessa discussão na Câmara Técnica, não faz parte do meu relato e nem  
3624 foi discutido na Câmara de Assuntos Jurídicos, pelo menos a partir do meu relato, e depois o pessoal  
3625 da Câmara de Assuntos Jurídicos pode complementar minha informação. O nosso relato, como foi  
3626 dito aí, o art. 44 previa complementação e revisão, quer dizer, é verdade que toda norma precisa ser  
3627 adequada com base no seu experimento. Há um dito na ABNT, que eu acho muito interessante, é:  
3628 “Se não há reclamação com relação à norma é porque ela não está sendo usada”. É na hora que a  
3629 gente vai aplicar a norma que a gente começa a ver a série de problemas. Do meu relato, eu vi que  
3630 alguns pontos aqui nem foram tocados, então, acho que não tem questão de discutir, a questão da  
3631 temperatura, o texto precisava estar mais claro, está aí na proposta, a questão dos cianetos, o  
3632 trabalho desenvolvido pelo Dr. Cláudio Alonso foi muito interessante porque certamente pela pressa  
3633 ou pelo tumulto, não sei, nos padrões de lançamento apareceu apenas cianeto total, quando o  
3634 importante é cianeto livre. Lá no padrão de qualidade está cianeto livre, nem sei se foi erro de  
3635 digitação ou se foi algum equívoco, porque é exatamente o cianeto na sua forma livre que é tóxico. A  
3636 primeira questão que nós discutimos, depois da temperatura, foi acertar lá na redação, na tabela 10  
3637 não é cianeto total, é cianeto livre, com o padrão de 0,2 miligramas por litro. Ele até propôs, se  
3638 necessário for, colocar o cianeto total também, nunca tivemos esse padrão de lançamento de cianeto  
3639 total aqui no País, mas pesquisando ele viu que na legislação japonesa há o padrão de 1 miligrama  
3640 por litro. Então, nossa proposta foi corrigir o padrão de cianeto porque estava escrito errado, estava  
3641 cianeto total e é cianeto livre, mas ainda assim adicionar, complementar com o parâmetro de cianeto  
3642 total de 1 miligrama por litro. O outro parâmetro que nós discutimos foi a questão do cromo. Aí  
3643 também, do jeito que foi publicado a 357, ela errou com relação ao cromo. A 10/86, na nossa opinião,  
3644 ela tratava corretamente, o cromo nas suas duas formas, o trivalente e o hexavalente e na verdade é  
3645 o cromo hexavalente que também é tóxico. Como a norma 357 colocava cromo total, portanto todas  
3646 as formas do cromo, como 1 miligrama por litro, nós estamos dizendo o seguinte, o cromo  
3647 hexavalente é, no máximo, 0,1 miligrama por litro. Então, essa revisão está sendo, não é flexibilizar,  
3648 ao contrário, ela está sendo bem mais restritiva e também propondo um padrão para cromo trivalente,  
3649 5 miligramas por litro. Um outro ponto que nós discutimos, e que foi feito o acerto, é a questão do  
3650 dicloreto, na verdade é só explicar o que é dicloreto, para não restar dúvida, que é o somatório  
3651 do 1.1, 1.2 e do 1.2 trans. O outro parâmetro, e esse que é o alvo das principais discussões ou dos  
3652 relatos, que foi da ABEMA e que foi da ANA é com relação ao nitrogênio amoniacal. Isso, na 357, foi  
3653 discutido e o que era amônia passou a ser nitrogênio amoniacal e com um parâmetro de 20  
3654 miligramas por litro. Ocorre que o parâmetro de 20 miligramas por litro para lançamento não é fácil de  
3655 se atingir, não que seja impossível. O relatório do Dr. Maurício Andrés está muito claro, muito  
3656 objetivo, é isso mesmo. Estações de tratamento de esgoto no nível secundário, como lodos ativados  
3657 e bem operadas conseguem atingir esse padrão. Lagoas de estabilização, muito apropriado ao nosso  
3658 País e outras tecnologias, como é o de filtro ascendente, eles não conseguem atingir, mesmo os  
3659 lodos ativados, grande parte deles não estão atingindo. Nós fizemos um levantamento com a Estação  
3660 de Tratamento de Esgoto de melhor desempenho no Estado de Minas Gerais, que é a Estação de  
3661 Tratamento de Esgoto do Arrudas, na área metropolitana de Belo Horizonte, com tratamento  
3662 secundário, lodos ativados, digamos que seria o nosso cartão de visita e verificamos que ainda que a  
3663 média anual do nitrogênio amoniacal chegue a 12 miligramas por litro, nós temos médias mensais em  
3664 chegam a 26. Então, num critério de média mensal ele não consegue atender. Tem uma tese de  
3665 doutorado desenvolvida na UFMG avaliando 107 estações de tratamento de esgoto, 77 em São Paulo  
3666 e 30 em Minas Gerais. Não lembro agora a porcentagem, mas é alto o índice do parâmetro 20  
3667 miligrama por litro que é superado nessas estações de tratamento de esgoto. Aqui foi dito, São Paulo  
3668 já está com quase 50% do seu esgoto gerado tratado, o Paraná, segundo dados do próprio Estado,  
3669 55%, são os dois Estados que lideram o *ranking*, não tenho os dados dos outros Estados, Minas  
3670 Gerais hoje trata apenas 10% do esgoto gerado no Estado, com uma meta de tratar 30% até 2010, e  
3671 nós temos uma dificuldade muito grande no licenciamento das estações de tratamento de esgoto com  
3672 esses padrões. É bom lembrar alguns dados internacionais. Em 1995, apenas 55% do esgoto da  
3673 França era tratado no nível secundário. Hoje já estão na casa dos 80 e tantos. Nós temos que pensar  
3674 que temos um caminho a percorrer. Claro que seria o ideal que todos pudessem ter tratamento  
3675 secundário com lodos ativados ou tratamento terciário para atender esses padrões, mas num País  
3676 que nem 30% do esgoto é tratado, propor um padrão desse é algo completamente fora da nossa  
3677 realidade. Não adianta, não tem norma, não tem lei que vai mudar essa realidade da noite para o dia.  
3678 Com certeza nesses próximos 10 anos nós não conseguiríamos atingir isso. Quem trabalha com a  
3679 área de saneamento sabe que o princípio é da universalização, nós precisamos primeiro fazer, essa é  
3680 a experiência internacional, primeiro exigir tratamento primário de tudo quanto é esgoto, depois  
3681 passar para depois para o secundário, depois passar para o terciário. Nós já queremos começar  
3682 exigindo o nível de terciário. É muito interessante observar porque quem faz é que é penalizado,  
3683 quem não faz não tem problema, não é autuado, não tem problema nenhum. Agora, quem faz é que

3684tem o problema. É isso que nós precisamos pensar, como nós queremos avançar. Exigir um  
3685parâmetro de difícil alcance, até do ponto de vista financeiro, é dizer: “Não vai fazer”. Nós vamos  
3686voltar daqui a 10 anos e praticamente ninguém fez. Ao permitirmos que nós possamos implementar  
3687sistemas, tecnologias que tenham realmente uma grande redução da carga poluidora nos nossos  
3688rios, ainda que não atinja esse parâmetro, vai ser o grande ganho, o grande salto que o País poderá  
3689dar. É por isso que nós defendemos que esse parâmetro não seja aplicado a esgotos sanitários e aí  
3690eu, pessoalmente, não estou muito preocupado se vai limitar a 30, 50, ou a 100 mil habitantes, acho  
3691que não é esse o caso. O que nós precisamos é ter esgotos tratados. Flexibilizando o parâmetro ou  
3692não aplicando o parâmetro de nitrogênio amoniacal, isso evidentemente que nós vamos continuar  
3693tendo um maior risco de antrofização por estar lançando mais nitrogênio, mas esse não é o nosso  
3694problema principal. Acho que isso é um refinamento do problema que nós nem conseguimos atingir,  
3695por isso que nós defendemos, como foi aprovado na Câmara de Assuntos Jurídicos, que a questão  
3696do nitrogênio amoniacal, pelo menos por enquanto, não seja aplicado a tratamentos de esgotos  
3697sanitários. Muito obrigado.

3698

3699

3700**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Antes da Norma, nós  
3701temos o presidente da Câmara Técnica específica que pediu para fazer um esclarecimento.

3702

3703

3704**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Boa tarde, Sra. Conselheiras,  
3705Srs. Conselheiros. Eu acho que é importante a gente só fazer um breve esclarecimento sobre um  
3706pouco da dinâmica desse processo, pois essa resolução, essa proposta de revisão se desenvolveu  
3707no âmbito da Câmara Técnica durante um bom período e houve, vamos dizer assim, todo um  
3708entendimento de manter, durante esse período que foi discutido, manter um certo foco nesses  
3709aspectos mais quase de correção da norma. Nós, quando assumimos a Câmara Técnica em  
3710setembro do ano passado, essa questão já tinha passado pela própria Câmara Técnica e estava  
3711retornando da Câmara Jurídica justamente pedindo algumas informações sobre o porquê das  
3712correções. E naquela época nós tivemos até um certo pensamento no sentido de, já tínhamos  
3713conversado com vários atores, entre eles o próprio IBAMA que tinha uma visão de trabalhar com  
3714alguns aspectos mais ligados, especialmente aos componentes tóxicos, mas nós entendemos  
3715naquele momento, como a própria demanda da Câmara Jurídica era uma demanda de justificar as  
3716correções, não seria oportuno, naquele momento, reabrir uma nova discussão e que seria importante,  
3717devido às várias implicações que esse processo tem, talvez trazer realmente para o Plenário, para  
3718que a partir de uma reflexão do próprio Plenário a gente pudesse retomar esse processo, que é um  
3719processo continuado e de aprimoramento dessa norma. Então, várias questões estão colocadas e  
3720apareceram hoje aqui e nos interessa um pouco também essa visão, não só dos parâmetros, a  
3721própria questão de boro. Eu estava conversando aqui com a representante da CETESB, Dr. Gisela,  
3722para a questão de boro está vindo uma revisão da Organização Mundial de Saúde, aumentando o  
3723boro na água potável, de 0.5 para 1.4. Então, essa é uma questão muito dinâmica e o que a gente  
3724acha é que é interessante ter uma clareza sobre esse mapa do caminho, da implementação da norma  
3725e que um pouco dessa visão de gestão tem que realmente trazer do Plenário para que a Câmara  
3726Técnica possa implementar. Tem vários aspectos que estão aparecendo aqui que tem relações com  
3727as políticas públicas de saneamento, com várias outras dimensões de Política Industrial e que muitas  
3728vezes esse trabalho acaba chegando na Câmara Técnica e a Câmara Técnica se vê muito  
3729pressionada por essa falta de uma referência mais clara do caminho a seguir. Eu acho que sim,  
3730apareceram vários encaminhamentos que eu não vou trazer agora nesse momento, retomo depois  
3731para fazer uma intervenção mais numa linha de encaminhamento, mas gostaria de registrar então  
3732que a opção, naquele momento em setembro, quando tinha retornado da Câmara Jurídica para a  
3733Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, foi de não reabrir a discussão porque nós  
3734entendíamos, naquele momento, que seria, primeiro as correções já estavam prontas e elas poderiam  
3735ser tratadas nessa Plenária de uma forma muito objetiva e, segundo, que uma certa reflexão dessa  
3736Plenária sobre o aspecto mais político de estratégia seria fundamental na idéia de orientar o próprio  
3737trabalho na Câmara Técnica e com certeza esse trabalho deveria se dividir numa série de grupos e  
3738sub-grupos no âmbito da Câmara. Obrigado.

3739

3740

3741**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito bem. Enquanto a  
3742Norma se dirige ao microfone, eu queria anunciar aqui a presença do nosso mais novo Conselheiro  
3743aqui, o Deputado Gervásio da Silva, representante a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos  
3744Deputados. Deputado, assim que o assunto evoluir um pouco, eu vou lhe passar a palavra para o  
3745senhor fazer uma colocação para a Plenária. Muito bem vindo aqui à reunião.

3746

3747

3748 **A Sr<sup>a</sup>. NORMA LÚCIA DE CARVALHO (Ministério das Cidades)** – Bom dia a todos. Represento a  
3749 Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. Eu queria fazer algumas  
3750 colocações em solidariedade aos colegas que já falaram em prol das dificuldades do setor  
3751 saneamento com relação ao cumprimento do parâmetro do nitrogênio amoniacal total. Inicialmente eu  
3752 queria fazer uma consideração com relação à colocação de que o saneamento é o maior poluidor dos  
3753 nossos cursos d'água. Eu queria que a gente pensasse e avaliasse essa frase porque eu acho ela  
3754 totalmente inadequada, não é o saneamento, somos nós, seres humanos, com a nossa excreta diária  
3755 que poluímos os nossos cursos d'água. O setor saneamento vem na tentativa de sanar esse  
3756 problema. Agora, por diversos fatores muitas vezes não se consegue coletar, tratar e disponibilizar  
3757 adequadamente os esgotos sanitários. Bom, continuando eu queria reforçar a questão da experiência  
3758 mundial que partiu de um tratamento num estágio primário, secundário, para depois pensar num nível  
3759 de tratamento com maior tecnologia. Gostaria também de reforçar alguns números com relação a um  
3760 diagnóstico do esgotamento sanitário no Brasil. Segundo o Sistema Nacional de Informações de  
3761 Saneamento 2006, o índice de coleta em torno de 48,3% e de tratamento 32,2%. A PNSB 2000  
3762 informa que no Brasil são distribuídos diretamente 44 milhões de metros cúbicos de água por dia.  
3763 Admitindo-se que um percentual em torno de 20% iria se perder no ciclo da água, efetivamente,  
3764 teríamos uma expectativa de 80% do esgoto distribuído sendo tratado e esse índice se restringe a  
3765 11,7%. Uma colocação se faz com relação às expectativas do PAC Saneamento. Estamos num  
3766 momento muito satisfatório, com muita expectativa para avanço do setor do saneamento, perspectiva  
3767 de 40 bilhões de reais sendo aplicados no setor até 2010, porém todo esse montante de recurso tem  
3768 como meta, com relação a esgotamento sanitário, elevar a taxa de cobertura de 48.3 para 55%,  
3769 incluindo coleta, tratamento e destinação final desses resíduos, o que se entende como uma meta  
3770 bastante auspiciosa. Para efetivamente universalizar o serviço de abastecimento de água e esgotos,  
3771 segundo estudos do Ministério das Cidades, precisaríamos de 178 bilhões ao longo de 20 anos, ou  
3772 seja, precisamos ainda de PACs sucessivos. Agora, isso em se tratando de processos de tratamento  
3773 bastante simplificados, lagoas de estabilização bastante compatível com a realidade brasileira. Dentro  
3774 do quadro geral do nosso País, nós temos hoje 5.564 municípios, desses, mais de 4.100 municípios  
3775 têm menos de 20 mil habitantes. Então, a minha colocação vai no sentido de, não é só se imaginar  
3776 uma tecnologia avançada em termos de custo, mas se imaginar uma tecnologia compatível com a  
3777 realidade brasileira e não pretendermos ir além da nossa realidade, no intuito de viabilizarmos  
3778 instalações não acessíveis à nossa mão de obra, nossa estrutura hoje instalada nos municípios  
3779 brasileiros. A grande maioria dos nossos municípios não contam com mão-de-obra especializada, não  
3780 vão ter condição de manter ou operar uma estação de tratamento de esgoto no nível mais avançado,  
3781 tecnologicamente falando. Bom, finalizando, eu queria apelar para a questão da gente buscar uma  
3782 solução efetivamente factível dentro da realidade do nosso País hoje, a questão de buscarmos  
3783 sustentabilidade dos empreendimentos, não adianta fazermos largos investimentos que não tenham  
3784 condição de ser operados adequadamente, e queria fazer uma ressalva final com relação à escolha  
3785 do nível de tratamento de esgotos. Ela tem uma relação profunda com as condições do corpo  
3786 receptor, onde esse esgoto vai ser lançado. Eu diria que Brasília tem um tratamento terciário não  
3787 porque é simplesmente a capital do País, está perto da Esplanada dos Ministérios ou coisa assim,  
3788 mas porque o receptor é uma barragem, é uma represa com usos múltiplos, bastante próxima da  
3789 ocupação urbana da localidade e com diversos usos, entre eles lazer, precisa de balneabilidade  
3790 adequada e tudo mais. Em outras condições de efluente final, talvez um rio não houvesse a  
3791 necessidade de tratamento terciário. Então, diante dessa realidade, eu considero muito mais coerente  
3792 a gente talvez não pretender, na resolução CONAMA, unificar um procedimento único com relação ao  
3793 efluente final, mas vemos com bons olhos a flexibilização para instalações de pequeno porte, a  
3794 questão de metas progressivas consideramos que é essencial, agora, pretendemos fixar com rigidez  
3795 a qualidade, o parâmetro nitrogênio amoniacal total para esgotamentos sanitários, tendo em vista sua  
3796 estreita relação com as condições do corpo receptor, talvez não seja uma boa opção de tentar  
3797 padronizar isso numa resolução ou talvez deixar alguma coisa a critério, avaliação do órgão  
3798 competente local quando do licenciamento. Só isso. Obrigada.

3799

3800

3801 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado. Eu vou, o  
3802 próximo inscrito é o Rosalvo, depois o Pedro Ubiratan. Eu, apenas para que nós possamos organizar  
3803 um pouco o tratamento dessa matéria, primeiro pediria mais objetividade, para a gente ir mais direto  
3804 ao ponto a partir de agora. Agora, a mesa está entendendo, eu queria só pontuar aqui não para o  
3805 debate, mas para pontuar se está correta a nossa interpretação e evidentemente podemos  
3806 esclarecer, mas estamos entendendo aqui que nós temos já, sobre a mesa, digamos assim, do ponto  
3807 de vista do mérito, nós temos questões envolvendo o nitrogênio amoniacal, inclusive com uma  
3808 proposta já objetiva de diferenciação de procedimento em relação ao porte do sistema de tratamento,  
3809 nós temos o boro, que foi aqui trazido e apresentado por vários e a Petrobrás fez uma longa

3810explicação a respeito, temos algo que tem sido pontuado como algo positivo, que seria metas  
3811progressivas e também tem algo que foi trazido aqui logo no início sobre uma proposta de que se  
3812definisse um valor máximo para metais pesados, proposta que foi trazida pela Zuleica, a partir de um  
3813documento do Conselho Regional de Química. Então, estou entendendo que mais ou menos é isso  
3814que está em discussão e eu pediria ao Rosalvo que inaugurasse agora a sessão de objetividade, para  
3815que a gente possa ir tratando o assunto de forma mais certa.

3816

3817

3818**Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** – Tentarei, Sr.  
3819Presidente, ser o mais objetivo, mas caso não seja, peço seu carinho para comigo, devido às minhas  
3820limitações pessoais. Eu sou engenheiro agrônomo e uma das discussões que a gente teve há 20, 30  
3821anos, inclusive começamos um movimento no Brasil, foi com relação aos padrões e aos pacotes  
3822tecnológicos que a gente estava importando para a nossa agricultura e pegamos muitos daqueles  
3823valores, muito daquilo que era feito nos países centrais e transportamos isso para o Brasil e aí hoje  
3824criamos a EMBRAPA e constatamos que muitas daquelas tecnologias que a gente estava usando na  
3825agricultura degradaram nossos solos, nossos solos se tornaram estéreis e precisamos novamente  
3826recuperar esses solos e montar uma outra tecnologia, inclusive mudando o enfoque da EMBRAPA  
3827que apenas utilizava o pacote e aplicava no País. Eu quero fazer esse paralelo, Sr. Presidente,  
3828porque eu quero trazer à discussão da apresentação da Petrobrás, que aliás foi minha primeira  
3829empresa que trabalhei na vida e tenho muita honra de ser ex-funcionário da Petrobrás, diga-se  
3830FRONAP. Eu acho que não dá para a gente pegar tão somente e transportar, acho que foi importante  
3831o levantamento que foi feito com relação às outras normas e padrões, mas tão somente pegar isso e  
3832dizer o levantamento que eles fizeram, que não tem em outros países e que no Japão, se não me  
3833enganho, é 250, e dizer aqui que para o Brasil 105 contempla e pronto, podemos caminhar nessa  
3834direção. Eu acho que nós temos necessidade, Sr. Presidente, por isso o meu pedido de intervenção,  
3835de escutarmos outras versões com relação ao tema do boro, por exemplo, outras versões. Eu  
3836gostaria de ter o parecer do próprio IBAMA, do órgão ambiental federal, gostaria de ter o parecer e  
3837uma discussão da academia com relação inclusive a essa grande contribuição que a Petrobrás traz,  
3838agora, o senhor imagine o seguinte, de que nós temos aqui, temos que decidir, temos a  
3839responsabilidade de decidir, mas eu não posso ter, como uma pessoa que vai decidir, apenas uma  
3840visão. Eu tenho que ter outras visões. O mesmo se aplica a essas questões de mérito, que é o senhor  
3841colocou, que é o nitrogênio amoniacal, o boro, as metas progressivas. Então, eu me sinto sem  
3842condições, hoje, pelo menos, de proceder, votar numa ou votar na outra. Eu acho que a gente tem  
3843que ter esta avaliação do órgão ambiental federal com relação a todas essas questões que estão  
3844levantadas, inclusive até em função do relato que foi dado pelo presidente da Câmara com relação a  
3845como foi a participação no processo da Câmara Técnica. Por outro lado, eu vejo também e a partir  
3846apenas da leitura e da apresentação da Petrobrás, eu não tenho o contraponto com relação a isso,  
3847por exemplo, na questão do boro, qual é o futuro das pesquisas, das constatações e desse parecer  
3848que está aqui colocado pela Petrobrás? Nós vamos ter um programa de monitoramento, um  
3849programa de pesquisa? E aí, Sr. Presidente, quero trazer também à discussão que esse Conselho  
3850prioritariamente se preocupa com normas e padrões. Acho que inclusive no Departamento de Apoio  
3851ao CONAMA nós deveríamos ter uma divisão específica junto com o Ministério das Relações  
3852Exteriores, porque inclusive o Ministério das Relações Exteriores faz parte do CONAMA, no sentido  
3853da gente ter um levantamento e um acompanhamento permanente de todas as normas e padrões  
3854que são utilizados no mundo para que a gente sempre fique estudando, comparando as normas que  
3855nós estamos gerando aqui com as normas que estão sendo utilizadas no mundo. Inclusive estudar  
3856esse levantamento e esses dados que a Petrobrás aqui trouxe, no seu parecer com relação à postura  
3857que existe no mundo e discutirmos nos fóruns, na Organização Mundial do Comércio e outros fóruns  
3858que existam por aí, vejo agora o Ministério da Indústria e Comércio, de que esses padrões e essas  
3859discussões que a gente coloca e levanta e aprova aqui no CONAMA sejam também objeto de nossas  
3860discussões, de nossas negociações a nível internacional. Ora, vamos tentar mudar o mundo, vamos  
3861colocar o mundo e os outros países de maneira também mais ambientalmente sustentável. Agora, o  
3862que a gente não pode é tão somente termos o nosso padrão e dizermos que esse é o melhor padrão,  
3863quando nós estamos inseridos no mundo. Nós não poderemos viver sem as relações que a gente tem  
3864com os outros países. Por isso a importância da gente discutir esses padrões, a continuidade das  
3865suas pesquisas e qual é o futuro, por exemplo, pegando aqui a questão de mérito do boro. Então,  
3866concluindo, Sr. Presidente, o que foi levantado e o relato que foi apresentado não me permite, pelo  
3867menos com responsabilidade, li tudo, fiquei atento a tudo, a decidir neste momento, as alterações que  
3868estão sendo propostas. Por isto peço que o senhor encaminhe, não sei do ponto de vista regimental,  
3869que a gente tenha um parecer do órgão ambiental federal com relação às mudanças que estão sendo  
3870aqui propostas.

3871

3872

3873O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) – Só para esclarecer o  
3874seguinte, essa matéria já foi objeto de pedido de vista, aliás, os que solicitaram vista já apresentaram  
3875inclusive seus pareceres, portanto, é uma matéria que está na ordem do dia, regimentalmente, não  
3876pode haver pedido de vista e nós estamos em procedimento de análise da matéria. Foi solicitado uma  
3877manifestação do IBAMA, gostaria de saber se o pessoal de qualidade ambiental do IBAMA se  
3878encontra aqui. A Adriana vai apresentar a manifestação do IBAMA nos termos que o Rosalvo solicitou  
3879e vamos, na seqüência, passar a palavra ao Secretário Adjunto do Meio Ambiente do Estado de São  
3880Paulo, Dr. Pedro Ubiratan.

3881

3882O Sr. PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO (Governo do Estado de São Paulo) –  
3883Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou procurar ser muito objetivo com relação a esse assunto, até porque  
3884quem provocou o retorno desse assunto na Câmara de Qualidade fui eu, na primeira reunião que eu  
3885participei da Câmara, primeira ou segunda reunião da Câmara de Assuntos Jurídicos. Objetivamente,  
3886a mim me parece que nós temos duas questões aqui. Uma primeira questão que, a meu juízo,  
3887falando como membro da Câmara de Assuntos Jurídicos também, não me parece que seja possível  
3888votar a questão do boro, com todo respeito, não tenho nada contra nem a favor do boro, mas pelo  
3889que eu entendi, esse assunto não foi discutido na Câmara de origem e tampouco foi discutido na  
3890Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, em nenhuma oportunidade ano passado. Eu tenho para mim  
3891que existe essa prejudicial, em relação ao boro, especificamente. A segunda questão que aí é mais  
3892de mérito e numa pequena parte em relação à legalidade, é a questão do limitador dos sistemas de  
3893tratamento de esgoto para o parâmetro nitrogênio amoniacal. Eu participei também da reunião da  
3894Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que tratou disso, o José Cláudio estava presente, e naquela  
3895oportunidade a Câmara de Assuntos Jurídicos entendeu que não era conveniente nem adequado  
3896você distinguir por porte essa questão, porque isso podia dar ensejo a outros tipos de  
3897questionamentos jurídicos pós a publicação da resolução: “Por que é 30 mil? O que nós vamos fazer  
3898com município que tem 30 mil e 100 habitantes?” Enfim, essa questão é algo complexa sob o ponto  
3899de vista da efetividade da aplicação da norma, muito embora a gente reconheça que é preciso tratar  
3900os desiguais desigualmente para se ter isonomia, mas no caso a Câmara de Assuntos Jurídicos  
3901entendeu que não seria conveniente e seria problemático no pós edição da resolução, que se  
3902trabalhasse com esse limitador de 30 mil habitantes. Então, eu queria fazer esse pequeno  
3903esclarecimento até porque o José Cláudio mencionou aqui que esse parâmetro não tem sido atingido  
3904nem em sistemas mais de grande porte, não sei em que medida seria conveniente, Sr. Presidente,  
3905estabelecer essa distinção, já que em nenhum cenário, pelo que parece, se atinge esse patamar.  
3906Objetivamente é isso que eu queria colocar.

3907

3908

3909O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) – Tudo bem. Nós temos  
3910agora o grande *Chico Blue*, mas antes disso, só para esclarecer o seguinte, do ponto de vista da  
3911questão do boro, nós precisamos de fato avaliar isso, mesmo que o assunto não tenha sido debatido,  
3912nós podemos deliberar sobre ele no Plenário. É uma questão de conveniência, eu digo que o Plenário  
3913pode, regimentalmente, ele é soberano para fazê-lo, se é conveniente ou não fazê-lo sem uma  
3914discussão prévia, aí é o assunto. O segundo ponto é com relação à decisão sobre uma separação por  
3915porte, regras diferentes de acordo com o porte. Nós também podemos fazer isso, também é uma  
3916questão de avaliação de conveniência. As questões que você coloca são muito importantes para a  
3917reflexão, mas no meu entendimento, e peço que alguém até possa se manifestar em relação a isso,  
3918não há o impeditivo de evoluir na análise, apesar do argumento ser muito importante e exigir uma  
3919reflexão do Plenário sobre o encaminhamento a partir dele.

3920

3921

3922O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH) – Bom dia a todos. Eu gostaria  
3923de colocar algumas observações sobre a questão do boro. Nós sabemos da grande proficiência da  
3924Petrobrás, participando com bastante relevância nos vários Grupos de Trabalho, com a presença  
3925maciça de técnicos, isso eu acho relevante e tenho a liberdade para fazer isso, acho importante,  
3926lógico que sempre procura atender os seus interesses. Realmente qualquer um de nós pode propor  
3927alteração de matérias, sugerir emendas de matérias aqui no Plenário, independente do que seja a  
3928discussão, se ela foi ou não foi discutida anteriormente, mas acredito que nessa questão desses  
3929valores que influenciam em muito a questão de contaminação de seres vivos, nós deveríamos ter  
3930uma preocupação maior das conseqüências de decisões que tomaremos aqui no Plenário. Então,  
3931acho que nessa discussão deve ter um aprofundamento no processo dos Grupos de Trabalho e nas  
3932Câmaras Técnicas, antes do assunto chegar no Plenário. Eu vejo, por exemplo, a Petrobrás fez a  
3933apresentação e já propôs um valor menor do que tinha proposto inclusive no relatório que ela  
3934apresentou para essa matéria, que no relatório está 230 miligramas por litro e apresentou 105 gramas  
3935por mililitro. Nós tivemos uma discussão muito acalorada, todo mundo deve lembrar, da água de

3936 processo, que é a preocupação da Petrobrás, acho que a preocupação procede, mas ela tem que ser  
3937 feita de uma forma mais detalhada, mais técnica. Os parâmetros apresentados inclusive para  
3938 justificar, a única justificativa que se teve dos 230 foi a legislação japonesa e depois existe, no próprio  
3939 relatório da Petrobrás ela coloca um padrão de estudos da Organização Mundial de Saúde de 105  
3940 miligramas por litro a resistência dos organismos aquáticos a boro, mas ela não mostrou aqui, eu não  
3941 vi nenhuma questão, por exemplo, que a gente discutiu muito, que agora acho que é 500 metros a  
3942 área de diluição, que a gente diminuiu, que era 1 quilômetro, essa coleta para haver a redução em  
3943 águas salinas, não vi. De repente poderia até mostrar que você despejar até 500 miligramas, não sei,  
3944 poderia não ter tanta consequência com a capacidade de diluição do mar, que foi um dos argumentos  
3945 usados lá. Eu vejo com preocupação até essa mudança, parece que existe um jogo de: “Ah não,  
3946 vamos diminuir porque o CONAMA pode aprovar”. Então, fico preocupado. Acho que pode propor  
3947 qualquer coisa, só que nós temos que ter a preocupação de uma discussão técnica, detalhada, maior,  
3948 para poder tomar uma decisão, que é o caso que vem com a questão do nitrogênio, apesar que o  
3949 nitrogênio, na realidade, a discussão não é nem do volume, é da capacidade técnica dos nossos  
3950 instrumentos de tratamento de tratar ele e o custo que isso representa para as prefeituras e para o  
3951 País. Então, eu gostaria de solicitar ao Plenário que a questão da discussão do boro, me desculpem,  
3952 mas acho um certo oportunismo de entrar com essa discussão agora, aproveitando essa questão da  
3953 mudança da tabela, que ele fosse discutido num outro Grupo de Trabalho, que fosse rever esses  
3954 parâmetros para podermos realmente ter os parâmetros realmente para decidir, podemos até decidir  
3955 por 300 miligramas, mas não dessa forma que está sendo colocada aqui no Plenário. Era isso que eu  
3956 queria colocar.

3957

3958

3959 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – A sua proposta vai ao  
3960 encontro da posição do Dr. Ubiratan, especificamente sobre a questão do boro. Muito bem. O próximo  
3961 inscrito é o Mário.

3962

3963

3964 **O Sr. MÁRIO JOSÉ GISI (Ministério Público Federal)** – O que pude observar das diversas  
3965 manifestações que foram trazidas é a dificuldade de nós conseguirmos fechar ou abarcar todas as  
3966 questões hoje no Plenário. Me parece que há questões que foram deixadas de fora e que precisariam  
3967 ser contempladas, há outras questões que são bastante polêmicas e são mais graves, como essa do  
3968 nitrogênio amoniacal, que também é bastante relevante, embora a resolução preveja a possibilidade  
3969 de flexibilização desses parâmetros, vejo que hoje seria muito conveniente que se voltasse à Câmara  
3970 Técnica essa matéria para que se fizesse uma reavaliação dessas equações e que se trouxesse  
3971 novamente, com mais amadurecimento essa matéria para uma nova deliberação. Essa é a proposta  
3972 que eu trago à mesa. Obrigado.

3973

3974

3975 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Sérgio Aníbal, FBCN.

3976

3977

3978 **O Sr. SÉRGIO ROBERTO PEREIRA ANNIBAL (FBCN)** – Eu também trabalho no Departamento de  
3979 Biologia Marinha da UFRJ. O Departamento de Biologia Marinha tem tanto laboratórios de bio-  
3980 ensaios, de avaliação de elementos tóxicos, como também com avaliação ambiental do principal pólo  
3981 de exploração de petróleo, a USP, a UFRJ e outros institutos trabalham de forma a ficar avaliando  
3982 os sistemas de impacto do sistema de petróleo e da eventual contaminação. Essa questão do boro  
3983 parece, por tudo que foi dito e pela apresentação das próprias análises, inclusive os pareceres da  
3984 própria Petrobrás e pela lógica de que nenhum País, a não ser o Japão, tem um padrão para boro,  
3985 obviamente eu acho fantástico o que o colega ali apresentou, da gente ter que pesquisar tudo, fazer  
3986 ciência, fazer tecnologia, só que isso a gente tem que supor que outros países também  
3987 fazem. Então, supor que Estados Unidos não tem padrão para boro, que a França não tem padrão  
3988 para boro, que Portugal não tem padrão para boro, quer dizer, que ninguém está preocupado ou  
3989 aconteceu alguma coisa de relevante, ou que os cientistas e químicos e físicos relacionados a isso  
3990 avaliaram que o boro não é um elemento circunstancial nesse problema de efluentes e, é óbvio, acho  
3991 que fica claro que boro foi colocado ali naquele valor por circunstâncias de estar na água do mar com  
3992 um padrão de 4.5, por isso se optou por aquele 5, mas como foi demonstrado aqui e pela própria  
3993 demonstração de “ignorância” nossa, ninguém tem condição nenhuma de avaliar o valor do eventual  
3994 boro e o único País que tem padrão boro é o Japão. E aí quando a gente olha a conjuntura do Japão  
3995 e o cenário do Japão, o Japão é um país que tem uma preciosidade com relação a controle de  
3996 qualidade de água, a desenvolvimento de agricultura, a agricultura dele não pode ser brincadeira, ele  
3997 não pode cometer erros de agricultura, ele não pode cometer erros de contaminação dos rios deles e  
3998 eles também não podem cometer erros de poluição no mar porque eles têm uma economia do mar

3999muito mais pungente do que a maioria dos países do mundo, ou seja, eles dependem de pesca,  
4000dependem de aquacultura, eles dependem de uma série de insumos de produtos biológicos do mar.  
4001Então, considerando esses aspectos, o padrão Japão, no meu entendimento e no entendimento de  
4002uma análise de avaliação do que a gente tem de melhor em termos de prospecção científica e  
4003tecnológica sobre um determinado elemento, o padrão japonês é um padrão razoavelmente que a  
4004gente estaria entrando, exigindo um padrão que o resto do mundo não exige, exigindo um padrão de  
4005um país que tem uma tecnicidade, de uma ciência efetivamente avançada. A proposta eventualmente  
4006da Petrobrás reduz isso em 50%, mais de 50%. E aí eu acho que tem um paralelo muito oportuno  
4007entre a questão do nitrogênio e a questão do boro, que são elementos diferentes, mas um é que a  
4008gente está querendo fazer uma conformidade diante da situação tecnológica das estações de  
4009tratamento de esgoto e nós temos que fazer uma conformidade também em relação à indústria e à  
4010coisa do petróleo, que não é uma questão da Petrobrás, é uma questão de necessidade nacional, não  
4011é uma questão de beneficiar a empresa A, B ou C, porque quando a gente estiver fazendo esse  
4012padrão, hoje não está fazendo só para a Petrobrás, a gente está fazendo para todas as indústrias e  
4013todas as empresas. Realmente ficou claro ali que qualquer avaliação, a gente tem que ser aqui a  
4014favor do meio ambiente. Se você vai ter que ter um tipo de análise para extrair o boro que vai gastar  
4015mais energia e vai produzir muito mais impacto do que a emissão de um boro que efetivamente  
4016ninguém tem concretamente o impacto tóxico e efetivamente não existe, no mundo inteiro, nenhum  
4017outro País, Japão tem um padrão. Agora, outra sugestão, concordo efetivamente que se possa tirar o  
4018boro dessa tabela, se achar que tem que ter uma resolução técnica específica, leva o boro para uma  
4019discussão aparte para ter uma resolução específica sobre o boro, se caso a Plenária achar que isso é  
4020conveniente. Encaminho nos dois sentidos.

4021

4022

4023**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Eu queria pedir para  
4024que nós sejamos mais concisos nos argumentos porque já são 12 horas e daqui a pouco a fome  
4025começa a incomodar o Rosalvo e o Rosalvo com fome, ninguém segura.

4026

4027

4028**A Srª. ADRIANA MAXIMINIANO (IBAMA)** – Bom dia a todos os Conselheiros, a todos os presentes.  
4029Usando do bom humor da mesa, eu vou brincar que justamente na minha vez é para ser mais  
4030concisa? Mas vou procurar fazer isso para que a gente encaminhe. Bom, não vou me ater aos  
4031parâmetros de boro e nitrogênio amoniacal que precederam as minhas falas, vários argumentos já  
4032foram apresentados, mas em função até da manifestação anterior do Conselheiro Rosalvo, que pediu  
4033uma crítica do IBAMA à matéria que está em prática, vou fazer uma abordagem um pouco mais  
4034ampla e venho neste momento me manifestar à Plenária com muito conforto porque todas as falas  
4035que me antecederam me parecem convergentes. Acho que essa Plenária alcança, neste momento,  
4036no tratamento dessa matéria, uma maturidade, uma abordagem e uma sugestão de  
4037encaminhamentos que sem dúvida nenhuma virão a fortalecer muito a Política Nacional de Meio  
4038Ambiente. O IBAMA já esteve aqui em outros momentos, em particular na discussão de efluentes de  
4039óleos e graxas, solicitando à Plenária que observasse a questão de efluentes de uma maneira mais  
4040ampla, onde outros parâmetros viessem a ser discutidos, onde outras abordagens, além da questão  
4041exclusive de controle de lançamento viessem a ser discutidas. O nosso entendimento é que quando o  
4042Grupo de Trabalho se constituiu em 2005, era um cenário, era uma abordagem. Nesses dois anos  
4043nós crescemos na interpretação e no entendimento de que mais do que parâmetros e padrões,  
4044precisamos ter uma gestão de processos. Hoje o impasse que se faz no que diz respeito a efluentes  
4045talvez seja a necessidade de uma política e diretrizes na gestão de efluentes no País. Se nós  
4046olharmos de uma maneira mais ampla, se é 200, se é 205, se é 50, o número em si não deixa de ter a  
4047mesma irrelevância que hoje nós estamos abordando. Dentre todas as falas que me precederam, eu  
4048acho que é importante que na discussão dessa resolução, lógico a Plenária discutirá se ela será  
4049concluída ou se outras direções, outros encaminhamentos se farão, mas eu acho que fica bastante  
4050claro, peço desculpa à mesa de fazer uma conclusão, não é o intuito de fazer uma conclusão, mas a  
4051mim me parece claro a necessidade de que esse tema prossiga sua discussão dentro desse Fórum e  
4052que na discussão desse Fórum nós venhamos a discutir não só efluentes por si, mas efluentes de  
4053lançamento em águas doces, salobras e salinas, porque merece um tratamento diferenciado, que  
4054tenha-se como mote qualidade ambiental, proteção e preservação de águas superficiais e  
4055subterrâneas, que os parâmetros e padrões de efluentes estejam vinculados a lançamentos conforme  
4056as suas atividades e suas particularidades, que a relação de parâmetros esteja vinculado a suas  
4057características como persistência, bioconcentração no meio ambiente, potencial de mutagênese e  
4058carcinogenicidade, as tolerâncias frente a essas peculiaridades de contaminantes devem ser  
4059distintas. Nós avançamos, na 357, com uma relação enorme de parâmetros de qualidade para fins de  
4060classificação e nós não estamos discutindo a fonte desses parâmetros, há poluentes com fontes  
4061muito bem identificadas que um trabalho de discussão de melhores tecnologias, tanto

4062ambientalmente saudáveis quanto economicamente viáveis poderão minimizar muitas preocupações  
4063de seus lançamentos, temos que discutir cálculo de vazão e carga de poluentes, não só parâmetros e  
4064padrões e trabalhar num modelo de análise de capacidade de suporte dos corpos hídricos. Acho que  
4065o IBAMA reitera sua linha, coerentemente com as discussões que já trouxe a essa Plenária, confirma  
4066a necessidade de se ampliar o número de parâmetros que estão hoje em discussão como fontes de  
4067emissões e efluentes, acho que em suma essa é a questão, reiterar que a matéria, tanto efluentes  
4068que tragam cargas tóxicas de substâncias antrópicas, bem como as de emissões de estações de  
4069tratamento de esgoto, sejam discutidas, a partir deste momento, em fóruns específicos, em câmaras  
4070específicas para continuidade do tema.

4071

4072

4073**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado Adriana. O  
4074próximo é o Volney. Do ponto de vista de entendimento da mesa para aferir, e gostaria que os  
4075próximos intervenientes pudessem comentar se concordam com a interpretação que visa construir  
4076uma forma de encaminhamento, nós temos um debate, não diria nem que é uma divergência, mas eu  
4077diria que é uma manifestação já reiterada de que mudanças nos valores envolvendo boro e o  
4078nitrogênio amoniacal, há várias manifestações de que seriam necessários mais elementos, há  
4079argumentações inclusive que alegam que o assunto não foi discutido, não deveria ser discutido agora  
4080nem aprovado agora. Então, nós temos claramente colocado em relação à resolução, um problema  
4081que vem sendo repetido em relação ao boro e ao nitrogênio. E também temos algo que já foi objeto  
4082de vários comentários, acho que Adriana agora sintetizou isso de forma mais precisa, que é o  
4083entendimento de que é necessário discutir melhor a questão de processos de monitoramento, ampliar  
4084a questão dos parâmetros, o Agostinho trouxe isso logo no início também. Então, estou entendendo  
4085que nós temos aqui, em relação a esta resolução especificamente, uma dificuldade em relação a dois  
4086parâmetros, nitrogênio e boro, mas que seria praticamente restrito a isso e também uma necessidade  
4087de que a questão do saneamento, dos parâmetros, dos procedimentos seja aprofundado, ou seja,  
4088aparentemente há possibilidade de se evoluir nesta resolução, excluindo esses pontos de  
4089divergência, desde que haja um compromisso de continuidade da discussão, envolvendo novos  
4090parâmetros, ou seja, que o assunto evolua no CONAMA de forma permanente, a partir de agora,  
4091continue o debate. Ou seja, aparentemente para a mesa começa a se configurar uma possibilidade  
4092de uma proposta que possa ser objeto de um acordo dos senhores aqui presentes. Gostaria que o  
4093Volney... O Volney não está. O próximo seria o Maurício Mendonça. Passa para outro também?  
4094Quando passa para outro assim, é sinal de que há acordo, aquela coisa do Papa, pode sair fumaça.  
4095Então, vamos ouvir a Cristina de Minas e Energia e depois o Marcelo da SEAP, temos o José Cláudio  
4096e depois o Rodrigo Agostinho e o Clarismino.

4097

4098

4099**A Sr<sup>a</sup>. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (Ministério de Minas e Energia)** –  
4100Obrigada. Eu gostaria de ratificar aqui as palavras do Dr. Capobianco no sentido que esses dois  
4101elementos estão necessitando realmente de mais debate. Então, a minha sugestão é que nessa  
4102questão de águas salinas, aplicação para o boro, houvesse um destaque que não se aplicaria para  
4103águas salinas e que posteriormente esse assunto pudesse ser trabalhado no âmbito do CONAMA  
4104para que a gente chegasse aqui e os senhores tivessem mais conforto em ter esse debate entendido.  
4105Agora, mais uma coisa que eu queria deixar claro, que esse número que a Petrobrás colocou hoje  
4106aqui, de 105 miligramas, é um número mais restritivo que o padrão que o Japão aplica, que é 230. É  
4107quase 50% mais restritivo, e outro detalhe, no Japão, a localização desse parâmetro tem uma  
4108atividade que é a pesca, é uma cadeia alimentar na área. Então, ele lida com esse parâmetro de 230  
4109e com uma questão de diluição de 43 e nós aqui estamos num parâmetro de 5, igual para todo tipo de  
4110água e com uma questão de diluição 0. Então, é nesse sentido que eu acredito que o Dr. Capobianco  
4111está colocando o encaminhamento correto, que tanto o nitrogênio quanto o boro, que a gente possa  
4112discutir isso por meio de um GT, não sei, mas acho que seria o melhor caminho para a gente ter  
4113esses níveis entendidos e colocados, como eles devem ser.

4114

4115

4116**O Sr. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da**  
4117**Presidência da República)** – Em parte gostaria de acompanhar o encaminhamento proposto pela  
4118mesa e me pronunciar dados as características peculiares da atividade da Secretaria Especial de  
4119Aqüicultura e Pesca, que a nossa proposta é de que seja observado o limite de 105 e não o padrão  
4120japonês, obviamente que isso será discutido à frente, mas a gente observa que existe sim um estudo  
4121que delimita como um parâmetro já de efeitos deletérios sobre ictiofauna, a partir dos 105 miligramas  
4122por litro. Então, essa é uma das propostas que a gente gostaria de estar encaminhando e em relação  
4123a nosso questionamento principal, é como faz daqui para frente. Nos preocupa também a quantidade  
4124de resíduos que é gerada no tratamento do boro, de forma mais genérica, o que fazer até que o

4125CONAMA defina os encaminhamentos, ou seja, os teores definitivos para o tratamento do boro?  
4126Então, a minha pergunta, o que eu deixo aqui para saber o encaminhamento da mesa é, até que seja  
4127definido, nesse Grupo de Trabalho e seja votado aqui nessa Plenária, como serão os padrões que  
4128serão utilizados?

4129

4130

4131**O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Eu pediria à  
4132mesa, assim mesmo, que não fizesse reunião paralela na mesa, a reunião deve ser no Plenário.  
4133Primeiro eu quero discordar radicalmente do Presidente Capobianco, não vamos colocar o boro e o  
4134nitrogênio amoniacoal no mesmo saco, absolutamente não. O boro, depois estava vindo a ata,  
4135anteriormente à minha participação na Câmara Técnica, ele foi discutido e foi negado, a Câmara  
4136Técnica, por unanimidade, indeferiu a mudança do padrão do boro. Se agora temos novos elementos,  
4137aí sim, acredito que o procedimento é voltar à Câmara Técnica, o nitrogênio amoniacoal não, ele foi  
4138discutido e aprovado e não há discordância aqui, não há discordância quanto à liberação do padrão  
4139do nitrogênio amoniacoal. Há discordância se libera até 30 mil habitantes ou se libera para todos.  
4140Então, são duas coisas completamente diferentes, vamos pôr as coisas nos devidos lugares.  
4141Portanto, eu peço à mesa imparcialidade para que trate essas coisas da maneira como elas são. Com  
4142relação ao nitrogênio amoniacoal, eu admiro essa discussão, e aí queria até chamar a discussão mais  
4143especificamente o Dr. Maurício Andrés da ANA, porque na verdade, para qualidade das águas não  
4144importa se a cidade tem 30 mil, 50 ou 1 milhão, não é isso que importa. O que importa é a qualidade  
4145das águas. Nós vemos que o padrão de nitrogênio amoniacoal inclusive na resolução 357, inclusive na  
4146classe 2, varia o padrão em função do ph e depois, lá no artigo acho que 38 fala que os Comitês de  
4147Bacias Hidrográficas deverão estabelecer metas progressivas e intermediárias até atingir aquele  
4148padrão. É esse que é o dever de casa que os Comitês de Bacia têm que fazer. Não temos que ficar  
4149discutindo se tem que ter 30 mil habitantes, 50 ou 100 mil. Que os Comitês de Bacias funcionem e  
4150estabeleçam as metas porque em função da carga e da capacidade de suporte daquela bacia  
4151hidrográfica ele vai determinar as fontes que mande 5, 10, 15, 20, 50 ou 1000 de nitrogênio  
4152amoniacoal, porque o que interessa é qualidade da água. Se discutiu tanto isso aqui nesse CONAMA,  
4153que nós temos que sair do controle para a gestão, por que agora ficamos falando que é 30 mil, 100  
4154mil? Ora, nós temos que avançar no saneamento garantindo a qualidade das águas e a proposta que  
4155está aí em momento algum prevê que seja desrespeitada a qualidade das águas.

4156

4157

4158**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Passar para o próximo  
4159inscrito, só queria dizer o seguinte, a mesa aqui está a serviço do Plenário. Se tem Conselheiro com  
4160outra agenda aqui, que não seja a agenda ambiental, aí é um problema do Conselheiro. Aqui a mesa  
4161está a serviço do Plenário. O que a mesa buscou fazer foi organizar o debate e pedindo inclusive que  
4162fosse manifestado se essa organização refletia o entendimento do Plenário. Portanto, a mesa, ao  
4163mesmo tempo que aceita qualquer crítica, rechaça insinuação inadequadas de parcialidade.  
4164Calarismino, por favor.

4165

4166

4167**O Sr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (ANAMMA Nacional)** – Sr. Presidente, senhoras e  
4168senhores Conselheiros, a minha posição diante de uma determinada perplexidade de todos os  
4169setores que compõem esse Plenário vem a manifestar o meu apoio em parte ao entendimento da  
4170mesa em relação à questão do boro. Acho que sem a contundência e outros adjetivos usados pelo  
4171ilustre Conselheiro José Cláudio, acho que nós poderíamos chamar esse processo à ordem e colocá-  
4172lo e distingui-lo de dois enfoques diferentes. Acho que nós encontramos esse denominador. Eu  
4173entendo que a questão do amoniacoal teve um processo, um rito diferente, em que pese também não  
4174posso deixar de externar a minha preocupação pessoal, principalmente com a imagem do CONAMA,  
4175esse maior conselho da República, quando nós nos deparamos ou estudamos ou trabalhamos com a  
4176resolução 357, ela tão recente, evidentemente que nós não podemos persistir no erro, mas sem  
4177dúvida nenhuma causa estranheza à sociedade nós alterarmos algumas questões tão próximas.  
4178Agora, em relação ao boro, eu entendo que não há uma posição, pelo menos eu faço essa leitura,  
4179assim como a mesa, acredito, de nenhum segmento aqui, nenhum dos segmentos representados  
4180aqui dentro do CONAMA, com a veemência e a plena convicção dessa questão, tirando,  
4181evidentemente, os proponentes em alguns casos isolados, nós não temos essa plena convicção e  
4182nós não queremos cometer erros nem injustiças ou até inviabilizarmos o próprio processo de  
4183produção petrolífera no País. Então, a ANAMMA endossa essa proposta de remeter a questão do  
4184boro, fazer um *vacatio legis* dos parâmetros do boro até que seja definida com urgência urgentíssima  
4185essa questão, que ela seja colocada numa próxima reunião, até, se for o caso, se possível  
4186economicamente, uma reunião extraordinária para discutir eminentemente esse assunto até que o  
4187Plenário, todos os componentes, estejam devidamente convencidos e convictos qual é a melhor

4188 proposta para se fazer. Quanto ao amoniaco, acho que nós podemos prosseguir a discussão. Era  
4189 esse o encaminhamento, presidente.

4190

4191

4192 **O Sr. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua)** – A  
4193 solicitação de encaminhamento que eu faço é que eu entendo que nós não temos hoje condição em  
4194 Plenário de discutir parâmetro, apesar de inclusive ter uma emenda das entidades ambientalistas  
4195 nesse sentido. Acho que seria conveniente que esse assunto pudesse voltar à Câmara Técnica de  
4196 origem e aprofundar essa discussão, até porque o boro não foi discutido na Câmara Técnica de  
4197 origem, uma discussão que a gente ponderou aqui agora há pouco com o Dr. Pedro Ubiratan de São  
4198 Paulo, é um assunto que não foi discutido na Câmara Técnica de origem e agora a gente começa o  
4199 debate aqui em Plenário. Eu acho que valeria a pena talvez voltar para a Câmara de origem, que  
4200 pudesse aprofundar a discussão, inclusive entrar num acordo em relação a essa questão do  
4201 amoniaco, que a gente sabe que é problema para muitas estações de tratamento de esgoto, mas não  
4202 é aqui definindo 30 mil habitantes, 50 mil habitantes que a gente vai resolver o problema, pelo  
4203 contrário. A gente vê a dificuldade muito grande que os órgãos ambientais estão tendo de licenciar  
4204 estações de tratamento de esgoto. Então, a gente precisava talvez aprofundar essa discussão. Acho  
4205 que o mais conveniente fosse que ele retornasse à Câmara Jurídica. Esse é o apelo que eu faço ao  
4206 presidente da Câmara Técnica.

4207

4208

4209 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – A sua proposta é que a  
4210 resolução toda volte para a Câmara de origem, é isso? Muito bem. O próximo inscrito é Francisco  
4211 Iglesias.

4212

4213

4214 **O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu queria fazer uma proposta  
4215 de encaminhamento. Nós temos, nessa tabela, nessa discussão, duas questões, que é o boro e o  
4216 nitrogênio. Acho que para a gente encaminhar e também sempre prezei muito o direito de cada  
4217 Conselheiro aqui, tanto no pedido de vistas, em emendas, que a gente não pode tirar esse direito,  
4218 acho o que Plenário tem que garantir esse direito, mesmo que a gente não goste do que o outro  
4219 Conselheiro está propondo. Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento em dois sentidos,  
4220 primeiro, votar se a gente vai estabelecer ou não um parâmetro para o boro aqui. Primeiro, se vamos  
4221 discutir ou não o boro aqui. A questão que a Petrobrás colocou é só para água salina, ela não  
4222 levantou para água doce. Água doce continua os 5 miligramas. Primeiro, se discutimos isso ou não.  
4223 Se discutimos, aí vamos discutir o padrão proposto pela Petrobrás e vamos estabelecer o padrão  
4224 para água salina. Segundo, aí nós passamos para o nitrogênio amoniaco, porque senão nós não  
4225 vamos conseguir. Já houve uma convergência e divergência de idéias aqui dentro. Já está claro as  
4226 posições. Acho que tem que ser encaminhado. Aí o segundo item seria o nitrogênio. No nitrogênio,  
4227 quais as propostas que tem? Proposta de não haver controle, controle do padrão do rio que até  
4228 estava falando com José Cláudio porque tem duas, vamos dizer assim, dois pontos de vista  
4229 diferenciados, pessoas que colocam que o que tem que ser controlado é a qualidade do rio, e  
4230 pessoas que acham que tem que ser controlado a emissão também. Então, tem duas divergências, aí  
4231 nós discutiríamos, primeiro, se votaríamos a liberação total do nitrogênio ou não. Bem objetivo, libera  
4232 ou não? Fica isso que é a proposta que veio do Grupo de Trabalho. Se libera a proposta do Grupo de  
4233 Trabalho, já encerrou a discussão, se não, quais seriam os parâmetros, 30 mil, o que seria de  
4234 parâmetro? Essa é a proposta de encaminhamento que eu estou fazendo, porque afunila, já decide e  
4235 acho que em termos de posturas e posições já foram colocadas. Acho que facilita para o Plenário  
4236 tomar a decisão nesse sentido aqui.

4237

4238

4239 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Nós temos aqui ainda 3  
4240 inscritos, Maurício Andrés, Bertoldo e a Zuleica. Temos uma proposta de encaminhamento  
4241 apresentada pelo Francisco Iglesias. Eu gostaria de, no primeiro momento, ouvir propostas nessa  
4242 linha, imagino que o que vai ser tratado pelo Maurício, Bertoldo e Zuleica seja na linha de  
4243 encaminhamentos, está se criando um consenso aqui bastante importante. Vamos ver se a gente  
4244 pode encaminhar a partir da Zuleica uma primeira decisão nossa do Plenário.

4245

4246

4247 **O Sr. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (Agência Nacional das Águas)** – O Dr. José Cláudio nos  
4248 provocou a falar novamente sobre esse assunto. Eu gostaria de lembrar o seguinte, primeiro,  
4249 concordando plenamente que a questão são os padrões de qualidade da água que interessam, mas  
4250 isso é tratado lá no enquadramento de corpos d'água e nas metas progressivas que são acordadas

4251 nos Comitês de Bacia para poder atingir aqueles padrões de qualidade. Agora, eu queria lembrar que  
4252 a proposta de distinguir entre 30 mil e todos, partiu do próprio Conselheiro José Cláudio na Câmara  
4253 Técnica de Controle e Qualidade Ambiental. O que nós fizemos foi apenas retomar aquela proposta  
4254 original da Câmara Técnica e dar uma roupagem a ela que atendesse também as considerações da  
4255 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, que verificava que não era pertinente separar em municípios  
4256 de pequeno, médio porte, grande porte e nós demonstramos que o CONAMA próprio, na resolução  
4257 377, já adotou esse tipo de procedimento. Então, que não é nenhuma novidade aqui dentro do  
4258 CONAMA essa distinção também. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é para dizer que a ANA,  
4259 está previsto aqui na reunião Plenária de hoje, um informe sobre um Programa Nacional de Avaliação  
4260 da Qualidade da Água, que é exatamente para mostrar o que a ANA está propondo aos Estados, aos  
4261 demais agentes sobre esse tema que tem tudo a ver com essa resolução que a gente está discutindo  
4262 aqui hoje. A ANA tem também um outro programa, que é o PRODES, que foram apoiados nesse  
4263 programa, o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas, chamado de Programa de Compra  
4264 de Esgotos Tratados, 40 projetos de estações de tratamento de esgoto foram financiadas através  
4265 desse programa e eu tenho aqui a lista, 6 dessas estações são de tratamento terciário, Lençóis na  
4266 Bahia, Campinas em São Paulo, Vinhedo São Paulo, Hortolândia São Paulo, São Luis do Paraitinga  
4267 São Paulo, Almirante Tamandaré no Paraná. O próprio Dr. José Cláudio disse também que a ETE do  
4268 Arrudas atinge anualmente 12 microgramas de nitrogênio, não é nenhuma coisa impossível de ser  
4269 atingido com tratamento terciário. Agora em termos de encaminhamento, o que eu gostaria de fazer é  
4270 na linha talvez do que o Francisco Iglesias colocou. É colocar em votação a proposta, ela tem coisas  
4271 muito positivas, a gente está esquecendo aqui, mas tem avanços em relação à 357 muito bons e  
4272 talvez recolher as emendas em relação ao boro e ao nitrogênio amoniacal e colocar essas emendas  
4273 uma contra a outra e ver qual o Plenário decide. Talvez seja um encaminhamento que eu gostaria de  
4274 sugerir.

4275

4276

4277 **O Sr. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Fazendo uma reflexão de tudo que nós ouvimos,  
4278 pegando o ponto do Maurício Andrés, onde você se âncora na 377. Essa resolução foi feita, inclusive  
4279 estava na época na presidência da Câmara Técnica, discutimos isso dois anos, o José Cláudio  
4280 participou dela, Zuleica, e ela tem o espírito diferente do que você está colocando. Quando nós  
4281 colocamos para pequeno porte, 30 mil habitantes, foi para o objetivo do licenciamento simplificado,  
4282 não para tipo de estação de tratamento. Em momento nenhum a resolução trabalhou a questão se  
4283 era primário, secundário ou terciário. Ela trabalhou porte para agilizar o processo de financiamento  
4284 para as estações. Então, você tem um processo mais simplificado, de licenciamento ambiental, não  
4285 na qualidade do processo. Nós em nenhum momento discutimos que para pequeno porte nós vamos  
4286 abrir mão de sistema primário, secundário e terciário. Nós não trabalhamos esse ponto. Existe uma  
4287 divergência muito clara no espírito e como é que essa resolução 377 é aplicada, do que você está  
4288 propondo, são naturezas diferentes. Por isso eu entendo que a Câmara Jurídica, inteligentemente,  
4289 disse que essa proposta de criar um corte acima de 30 mil não é aplicável juridicamente. Ela já se  
4290 manifestou juridicamente que essa proposta é aplicada, a nossa resolução passou pelo processo  
4291 porque ela não tem esse intuito. Primeiro ponto. A análise, uma leitura que eu quero que você reflita é  
4292 no espírito do processo, é para simplificação do processo, não para simplificação de processo de  
4293 tratamento. Segundo ponto, você falou do processo de tratamento terciário. Veja, eu trabalho com  
4294 esgoto há 25 anos, já projetei inúmeras estações de tratamento de esgoto, já operei, já trabalhei, já  
4295 construí. Quando falamos em tratamento de esgoto a nível terciário, ela pode ter focos diferentes, eu  
4296 posso ter uma estação terciária para coliformes. A estação de tratamento a nível terciário hoje tem um  
4297 objeto não de remover nitrogênio, tem o objeto principal de diminuir coliformes fecais para evitar  
4298 desinfecção com cloro. Então, tem o objeto de atingir balneabilidade. Muitas estações de nível  
4299 terciário hoje teriam que adequar-se para atender níveis de nitrogênio. Nós não podemos generalizar  
4300 processos de tratamento terciário que todo terciário vai chegar a atender nitrogênio a esse ponto. Ela  
4301 tem objetivo e parâmetros definidos para atendimento. Quero deixar claro isso. Concluindo, quero  
4302 dizer o seguinte, que esse assunto do nitrogênio, do nosso ponto de vista, está bem evoluído,  
4303 entendo que a proposta do José Cláudio é uma proposta mais ponderada, ela foi analisada  
4304 juridicamente, passou na Câmara Técnica, tem respaldo jurídico, legal, tem respaldo técnico, acho  
4305 que a situação que está hoje põe a grande maioria do sistema irregular nesse País, a proposta de 20  
4306 miligramas, nós estamos na ilegalidade e a proposta do José Cláudio acho que é a proposta, no  
4307 momento, mais aplicável para o País. Peço o encaminhamento nesse sentido.

4308

4309

4310 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Pediria que a Zuleica e  
4311 depois a Christina e depois vamos encaminhar.

4312

4313

4314 **SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu queria lembrar que tem um pedido para a volta para a  
4315 Câmara Técnica, a gente pesquisou aqui, existe a possibilidade dessa resolução não precisar  
4316 necessariamente, como diz o Regimento Interno, voltar já na próxima plenária, a pedido do  
4317 presidente, se ele achar que a matéria não está madura, ele vem aqui, solicita à Plenária, informa, a  
4318 Plenária concede mais um prazo, isso é perfeitamente possível, voltar para a Câmara Técnica toda  
4319 essa questão porque a questão não é só o boro e o nitrogênio. O Chico *Blue* esqueceu que uma das  
4320 questões principais é o cumprimento do art. 44 que originou a criação desse GT, que já tinha até o  
4321 nome equivocado, era GT de Revisão da Tabela 10, não é, é “GT de complementação da tabela 10”,  
4322 porque ele está atendendo o art. 44 da 357. Então, são 3 questões, a complementação, como é que  
4323 vai ser discutido aqui agora, nós vamos apresentar um tabela e vamos para o leilão, acho que não é  
4324 assim. É assunto de saúde pública, de proteção da biodiversidade. Então, a minha proposta de  
4325 encaminhamento é que as propostas aqui não sejam esquecidas. O Dr. Mário Gisi pediu a volta para  
4326 a Câmara Técnica, o Vidágua pediu e a APROMAC também solicita.

4327

4328

4329 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Só para  
4330 esclarecimento, a volta para a Câmara Técnica depende do presidente da Câmara Técnica e nós  
4331 estamos tratando aqui do que compete ao Plenário. Portanto, nós não temos pedido de volta para a  
4332 Câmara Técnica, passo a palavra à Cristina.

4333

4334

4335 **A Srª. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (Ministério de Minas e Energia)** – Mais  
4336 vou menos dentro do que tem sido colocado aqui, mas a minha preocupação é que seja dado um  
4337 destaque em relação ao parâmetro do boro e que esse destaque seja criado uma excepcionalidade  
4338 até que esse assunto seja melhor discutido no âmbito do CONAMA. Aí vem a condição que o Dr.  
4339 Capobianco está colocando, é necessário que o nosso presidente da Câmara Técnica de Qualidade  
4340 Ambiental faça essa solicitação de que esse assuntos, esses parâmetros retornem à Câmara Técnica  
4341 para serem melhor estudados tecnicamente. Então, é nesse sentido que eu reforço que haja essa  
4342 solicitação para que a gente possa, a partir dessa discussão, ter o padrão efetivamente adequado  
4343 para sua aplicabilidade porque hoje ele está inadequado e é isso que eu solicito.

4344

4345

4346 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado. A Christina é  
4347 a última inscrita para encaminhamentos. Vou pedir que o presidente da Câmara Técnica se manifeste  
4348 e na seqüência vamos encaminhar.

4349

4350

4351 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Tentando só esclarecer  
4352 algumas questões que apareceram aqui na nossa discussão na Plenária. Nosso entendimento,  
4353 falando mais como Ministério do Meio Ambiente, procurando já ajudar nesses encaminhamentos,  
4354 essa resolução está apresentada muito mais como uma correção do que uma revisão propriamente  
4355 da resolução. Sob esse prisma, acho muito importante aprovar a resolução com essas correções que  
4356 estão apresentadas e nós temos duas grandes questões que estão sendo discutidas no Plenário, a  
4357 primeira questão é do boro e me parece que o encaminhamento da discussão vem nessa direção da  
4358 não aplicabilidade desse parâmetro para águas salinas, se destaque esse parâmetro e se retorna à  
4359 Câmara Técnica a discussão específica da questão do boro em águas salinas e tem uma outra  
4360 discussão aqui que está apresentada em relação ao nitrogênio amoniacal, onde parece que existe, de  
4361 uma forma geral, uma grande concordância nessa questão dessa flexibilização até 30 mil e acima de  
4362 30 mil haveria a aplicação do parâmetro, existe uma visão também no sentido de que a flexibilização  
4363 total desse nitrogênio e aí outras discussões aparecem, como as próprias questões de metas  
4364 progressivas. Então, eu acho que um pouco nessa linha, gostaria de registrar a importância de  
4365 aprovar essas correções, de a questão do boro em águas salinas a ser destacada e retorna para uma  
4366 discussão na Câmara Técnica que fará a sua contribuição a essa Plenária e nos resumiríamos a fazer  
4367 essa discussão mais de mérito sobre a questão do nitrogênio amoniacal. Obrigado.

4368

4369

4370 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Superado a questão da  
4371 proposta de que o assunto volte à Câmara, já que o presidente da Câmara considera adequado o  
4372 avanço do processo desde que se tenha um debate mais específico em relação ao boro e ao  
4373 nitrogênio, eu queria fazer um resumo aqui dos encaminhamentos, com base no que foi colocado e  
4374 peço que qualquer Conselheiro que discordar do encaminhamento faça isso, esclareça, sem qualquer  
4375 adjetivo inaceitável e indelicado nesse Plenário, em respeito à minha pessoa, inclusive. O que eu  
4376 estou entendendo de encaminhamentos, na linha do que o Francisco Iglesias colocou? Que nós

4377votaríamos aqui se concordamos em retirar o parâmetro específico do boro para água salina,  
4378portanto, ele vale excetuando para água salina e esse assunto seria remetido à Câmara Técnica  
4379específica para tratamento, no menor prazo possível, e aí voltar aqui, cotejando as informações de  
4380todos, inclusive a informação da Petrobrás. Esse seria um primeiro passo, uma vez superado este  
4381passo, caso o Plenário confirme essa orientação, que parece ser o sentimento da maioria, nós  
4382entraríamos na discussão do nitrogênio amoniacal e o assunto envolveria essa proposta, são duas  
4383propostas na realidade, uma se libera o parâmetro para todas as dimensões de estações de  
4384tratamento de esgoto, ou se nós faremos um corte até 30 mil e acima de 30 mil há propostas de que  
4385se aplique o parâmetro, que se faria uma aplicação progressiva, aí há um terceiro debate que se faria.  
4386E também, o entendimento da mesa é que independente dessa decisão que envolveria esta  
4387resolução, há um sentimento do Plenário, que eu pude entender e quero verificar se correto, de que  
4388há o interesse de que nós façamos um esforço adicional de avançar na discussão para tratar de  
4389outros parâmetros que não estão aqui tratados e também de processos de monitoramento,  
4390aprimoramento de processos de monitoramento inclusive a questão que aqui está sendo debatida de  
4391corpos d'água versus fonte emissora ou ambos e como é que isso deveria ser tratado no futuro, a  
4392partir de uma resolução também do CONAMA. Há alguma proposta divergente de encaminhamento  
4393em relação à que eu fiz? Em não havendo... Pois não, Zuleica.

4394

4395

4396**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Quero saber qual é a agilidade disso porque a gente está  
4397esperando até hoje que se crie o GT de Padrão...

4398

4399

4400**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Você gostaria de incluir  
4401prazo no boro em águas salinas?

4402

4403

4404**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Sim porque plataformas marítimas a gente acordou numa  
4405Plenária e até hoje não vi esse GT funcionar. Então, meu receio é esse, ou a gente apresenta hoje  
4406uma proposta de complementação, que nós temos uma proposta já, podemos apresentar na Plenária  
4407ou vamos remeter a um GT, mas esse GT tem que ter um prazo.

4408

4409

4410**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então, a Conselheira  
4411gostaria de que a decisão de retirar ou excetuar o parâmetro de boro para água salina seja  
4412acompanhado de um prazo para que isso volte ao CONAMA para deliberação.

4413

4414

4415**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Não, estou me referindo ao cumprimento do art. 44 que previa  
4416a complementação dessa tabela.

4417

4418

4419**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então, para os outros  
4420parâmetros também, você está se referindo.

4421

4422**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Junto, vai voltar para a Câmara Técnica o boro para discutir,  
4423para voltar para um Grupo de Trabalho, imagino.

4424

4425

4426**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Para a Câmara  
4427Técnica, a Câmara Técnica vai tratar isso da forma mais adequada.

4428

4429

4430**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – E como vamos encaminhar a complementação da tabela? As  
4431novas substâncias serão tratadas como?

4432

4433

4434**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Vamos abordar isso no  
4435momento em que o Plenário for se manifestar a respeito desse ponto, vamos tratar desse ponto na  
4436seqüência. Então, o primeiro encaminhamento que eu gostaria de fazer para formalizar a decisão do  
4437Plenário é em relação ao boro, especificamente ao boro. A proposta que nós vamos apresentar é se o  
4438Plenário aprova a proposta de que os parâmetros para boro não serão aplicáveis para águas salinas,  
4439até que a Câmara Técnica analise o processo e remeta novamente ao Plenário para uma decisão

4440específica. Está claro qual é a proposta? Aqueles que forem favoráveis a esse encaminhamento, por  
4441favor, se manifestem. Obrigado. Quem é contrário a esse encaminhamento, por favor? 3 votos contra.  
4442Quem se absteve? Então, está aprovado com 3 votos contrários. Com relação ao prazo, Volney, você  
4443poderia fazer uma proposta de prazo para esse ponto, por favor?

4444

4445

4446**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Com relação específico ao  
4447boro, acho que a Câmara consegue trabalhar em 6 meses uma proposta de retornar a essa plenária.

4448

4449

4450**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Razoável? É possível  
4451fazer um esforço para a próxima Plenária?

4452

4453

4454**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu acho que o ideal, nós  
4455podemos fazer um esforço de trazer, aprontarmos essa reavaliação do parâmetro boro até, vamos  
4456dizer assim, a próxima Plenária. O que não sei é se conseguimos fazer todas as tramitações. Por isso  
4457que eu gostaria de...

4458

4459**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então, fica uma  
4460recomendação do Plenário, que a Câmara Técnica priorize esse tema no sentido de buscar viabilizar  
4461o retorno da matéria na próxima reunião ordinária. Evidentemente que o Plenário, ao fazer isso,  
4462entende que podem surgir dificuldades no processo que impeçam isso, mas nós teríamos o prazo de  
44636 meses aqui acordado, com o esforço adicional de que o assunto possa ser resolvido na próxima  
4464Ordinária. Você está com fome? Você quer comer boro ou nitrogênio amoniacal? (*Risos!*) Nós vamos  
4465prosseguir até à 1 hora, como de praxe. O próximo trata da questão do nitrogênio amoniacal. Nós  
4466temos, fundamentalmente, duas propostas, digamos que podem ser trabalhadas uma contra a outra,  
4467digamos assim. A primeira proposta que veio encaminhada ao Plenário de que no caso do nitrogênio  
4468amoniacal, ele seria considerado não aplicável a sistemas de tratamento de esgoto sanitário. Essa é  
4469uma proposta. A segunda proposta é de que haveria, proposto pela ANA, mas que foi defendido por  
4470vários aqui, que haveria um corte, ou seja, esta isenção se aplicaria para sistemas de tratamento de  
4471esgoto sanitário de pequeno porte, até 30 mil habitantes e acima daí haveria a aplicação dos  
4472parâmetros. Portanto, temos esse primeiro ponto. Na seqüência, dependendo da decisão, se a  
4473decisão do Plenário for de que haverá essa excepcionalidade apenas para os sistemas de pequeno  
4474porte, há uma proposta de gradação, de que haja um processo gradativo para que as pequenas  
4475tenham também esse horizonte de aplicação disso.

4476

4477

4478**O Sr. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Presidente, proponho no encaminhamento seguinte.  
4479Primeiro votamos a questão da aplicabilidade do nitrogênio ou na, mas não definimos corte agora. A  
4480proposta da ANA, primeiro vamos definir o seguinte, vamos aplicar no saneamento ou não. Se o  
4481Plenário definir “não”, acabou a discussão. Se o Plenário discutir “sim”, nós vamos discutir quais são  
4482os critérios, se vai ser corte ou não corte. Se houver corte, está liberado para baixo, se não houver  
4483corte, vamos tratar total.

4484

4485

4486**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Entendi. A proposta do  
4487conselheiro Bertoldo me parece mais apropriada, é se o parâmetro para nitrogênio amoniacal se  
4488aplica ou não para sistemas de tratamento de esgoto sanitário. Caso o Plenário decida que se aplica,  
4489aí nós entraremos nos critérios de aplicabilidade disso, onde a proposta da ANA será cotejada. Pode  
4490ser assim? Questão de ordem precede qualquer outra, por favor.

4491

4492

4493**O Sr. FRANCISCO L. DA ROCHA SIMÕES PIRES (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)** –  
4494Presidente, esses dois encaminhamentos me parecem que enfrentam o mérito e não é o momento de  
4495tratamento do mérito. Acho que esse encaminhamento ou corta ou não corta, ou se elimina, isso é  
4496mérito, inclusive até já havia comentado com o Conselheiro Bertoldo, primeiro, a inadequação da  
4497redação, uma questão que eu trago à consideração do Plenário. Me parece que é mérito esse tipo de  
4498colocação que o senhor está fazendo porque, primeiro, há uma inadequação até na técnica legislativa  
4499de querer excluir padrão por asterisco, isso fere qualquer noção de técnica legislativa de uma  
4500resolução ou de um ato legislativo. Então, me parece dizer assim: “Aplica-se ou não aplica-se?” é o  
4501mérito que está sendo apreciado na resolução. Aí se fica prejudicado a proposição de emenda, como  
4502já foi discutido aqui, que tem a própria Lei do Saneamento que não está sendo nem considerada

4503nisso. A minha proposta é não seja feita essa divisão, elimina o padrão ou se aplica o padrão para  
4504depois negociar, porque me parece que isso é mérito da apreciação da resolução. Nós estamos com  
4505o momento de eliminar a questão do boro pelo princípio da oportunidade e depois passar à análise da  
4506proposta que foi encaminhada e da proposta encaminhada pelo José Cláudio, e foi inclusive dito a  
4507situação do enfrentamento. Se elimina o parâmetro ou se não elimina, é mérito, se se faz o corte ou  
4508não de municípios de 30 ou mais, ou segue a ordem constitucional de 20 mil, a referência para fins de  
4509questões urbanísticas do Plano Diretor, é mérito. Me parece que a proposição...

4510

4511

4512**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – A Câmara Técnica  
4513aprovou, esse é um assunto que veio aprovado pela Câmara Técnica.

4514

4515

4516**O Sr. FRANCISCO LUIZ DA ROCHA SIMÕES PIRES (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)**

4517– Então o senhor vai botar em apreciação o julgamento da resolução, se se aprova a resolução como  
4518está, levando em consideração a proposta do conselheiro José Cláudio, aí nós agora não teríamos o  
4519momento nem a oportunidade de emendar, porque na questão do parâmetro do nitrogênio amoniacal,  
4520por exemplo, está sendo desconsiderada a Lei do Saneamento.

4521

4522

4523**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Desculpe, o meu  
4524entendimento, o entendimento que a mesa está tendo, que pelo jeito está inadequado, peço que o  
4525senhor me ajude, é o seguinte, existem, basicamente em relação ao nitrogênio amoniacal, como foi  
4526dito aqui por vários Conselheiros, inclusive o Conselheiro José Cláudio, foi objeto de um debate nas  
4527câmaras, o assunto foi tratado, diferentemente do boro que não foi tratado, o Conselheiro Pedro  
4528Ubiratan trouxe aqui essa questão, nós aqui excluimos e vamos tratar desse assunto para voltar de  
4529forma mais adequada. Este assunto foi tratado, do ponto de vista do conteúdo e o resultado a que se  
4530chegou e que veio ao Plenário é uma proposta de que especificamente, para o caso do nitrogênio  
4531amoniacal total, que ele não se aplicaria para sistemas de tratamento de esgotos sanitários. Essa é a  
4532proposta que veio da Câmara. Claro que é mérito, essa é a proposta. Há uma manifestação, aliás,  
4533várias manifestações de vários Conselheiros que discordam disso, que consideram que deve se aplicar  
4534e que ele deve se aplicar de forma que haja um corte e foi proposto numa primeira proposta que nós  
4535temos aqui, de excetuar os municípios até 30 mil habitantes.

4536

4537

4538**O Sr. FRANCISCO LUIZ DA ROCHA SIMÕES PIRES (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)**

4539– Então, nós vamos enfrentar no mérito. Então tá, era só para ficar esclarecido, até porque o senhor  
4540falou do adiantado da hora, pensei que poderia ser remetido para depois, mas não. Só essa  
4541intervenção porque eu entendi que nós já estaríamos enfrentando o mérito da resolução. Aprovando  
4542ela, aí nós temos que pensar naquela metodologia que é usada, aprova no texto originário e depois  
4543aprova a proposta que deveria ser emendada e a oportunidade do Plenário fazer emenda. Essa é a  
4544minha curiosidade, até porque nós estamos discutindo a possibilidade de emenda com a ABES.

4545

4546

4547**O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Questão de

4548ordem. Sr. Presidente, a minha questão de ordem é em relação a mesa. O Sr. me desculpe, mas eu  
4549quero insistir, o senhor está insistindo que várias pessoas se manifestaram se deve ou não deve ser  
4550aplicável. Eu não vi uma única manifestação aqui discutindo se não deve ser aplicável, na questão  
4551específica do nitrogênio amoniacal. A Zuleica falou para todos. A divergência que houve aqui é se dá  
4552o corte em 30 mil ou não dá. Eu acredito que o que deve ser colocado em votação é se ele é não  
4553aplicável para todos ou se ele é não aplicável apenas para 30 mil. É nesse sentido que eu sugiro que  
4554encaminhe a votação.

4555

4556**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Está correto, é que o  
4557Bertoldo foi na linha se era ou não aplicável, mas está correto. O seu encaminhamento é mais muito  
4558mais adequado.

4559

4560

4561**A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Confesso que eu fiquei um pouco confusa quando eu vi ali  
4562que o boro não será aplicável para água salina. Não estávamos discutindo se será ou não aplicável  
4563para água salina.

4564

4565

4566 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Isso já é voto vencido,  
4567 isso já foi esclarecido e votado.  
4568  
4569  
4570 **A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Mas eu estou achando estranho isso porque voltamos à  
4571 discussão, se a discussão iria...  
4572  
4573  
4574 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Nós não vamos reabrir  
4575 a discussão, Zuleica. Isso foi votado, claramente especificado e foi votado dessa forma.  
4576  
4577  
4578 **A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Quer dizer que está fora de vigência o boro para água salina?  
4579  
4580  
4581 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Até que a Câmara  
4582 Técnica apresente, no prazo máximo de 6 meses, desejavelmente na próxima reunião ordinária, essa  
4583 foi a decisão do Plenário, para água salina especificamente. Então, vamos fazer o encaminhamento  
4584 na linha do que o José Cláudio propôs, que é exatamente na formulação que eu pediria que ele  
4585 refizesse a formulação porque na seqüência nós vamos votar esse processo.  
4586  
4587  
4588 **O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – As duas  
4589 propostas que existem, uma é que veio ao Plenário pela Câmara de Assuntos Jurídicos, que esse  
4590 parâmetro não seja aplicável a tratamento de esgotos sanitários geral, sem nenhum limite e a outra  
4591 proposta, que é da ANA, que ele não seja aplicável apenas aos sistemas de tratamentos, e na  
4592 verdade ele põe vazão, até 50 litros por segundo. A questão do 30 mil é só para o pessoal ter uma  
4593 referência, mas a proposta da ANA é que esse “não aplicável” se restrinja aos sistemas de tratamento  
4594 até 50 litros por segundo.  
4595  
4596  
4597 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Vamos fazer na linha  
4598 do que foi proposto de encaminhamento. Faríamos, na linha do que foi proposto pelo conselheiro do  
4599 Rio Grande do Sul, fazer a aprovação do texto base sem prejuízo de emenda e aproveitamos o  
4600 intervalo de almoço para as conversas e a preparação de emendas, voltamos em seguida do almoço  
4601 para a análise das emendas, pode ser assim? Então, repetindo, vamos votar o texto base, sem  
4602 prejuízo de emendas. Aqueles que forem favoráveis à aprovação do texto base, sem prejuízo de  
4603 emendas, por favor, se manifestem. Podem baixar. Quem é contrário? 4 votos contrários. Quem se  
4604 absteve? Uma abstenção. Está aprovado o texto base. Vamos interromper para o almoço e após o  
4605 almoço, de barriga cheia e cabeça fria, emendas. Retorno às 14 horas, por favor.  
4606  
4607  
4608 *(Intervalo para o almoço)*  
4609  
4610  
4611 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Podemos começar  
4612 senhoras e senhores Conselheiros? Bom, vamos reiniciar a reunião. Então, nós temos aí um conjunto  
4613 de emendas que foram elaboradas. A Secretaria Executiva preparou essas emendas. Agora existe  
4614 uma questão, com relação à nossa deliberação, antes do almoço, a respeito do Boro, que houve uma  
4615 solicitação de que fosse... Que nós votamos e aprovamos, mas sem uma redação que todos  
4616 pudessem ver e acompanhar. Então, a proposta é que nós possamos ver essa redação, para verificar  
4617 se o acordo é aquele mesmo, para não surgir nenhuma dúvida de entendimento. A própria Zuleica, na  
4618 hora, levantou um questionamento, outros levantaram alguma dúvida. Então, a idéia seria nós,  
4619 rapidamente, referendarmos aí aquela votação olhando o texto, que foi o texto que define lá... Não,  
4620 não é isso não, nós estamos falando do Boro, o Boro do Chico Bruno. Não, não é isso. Tem que  
4621 separar está tudo misturado. Tem que separar a emenda relativa ao Boro. Separar a questão do  
4622 nitrogênio. Por favor, separar o nitrogênio amoniacal. São duas. Esta seria o texto que traduziria a  
4623 votação havida antes do almoço, que seria um novo parágrafo. Que faria exclusão, excetuaria a  
4624 questão para a água salina do parâmetro do Boro até a apresentação de um padrão a ser  
4625 apresentado pela Câmara Técnica. E aí foi feita, inclusive, uma recomendação de que, de  
4626 preferência, na próxima Reunião Ordinária ou, caso não possível, no prazo máximo de seis meses.  
4627 Esse foi o acordo feito com o presidente da Câmara. Há alguém contrário à redação como está ali,  
4628 por favor?

4629

4630

4631 **A Sr<sup>a</sup>. CRISTINA KISTEMANN CHIODI (AMDA)** – Eu queria fazer uma observação. As entidades  
4632 ambientalistas, quando votaram, sem que houvesse um texto desse parágrafo, elas não tinham  
4633 entendido que não haveria padrão para Boro até que houvesse a definição final do grupo de trabalho.  
4634 Para águas Salinas, exatamente, nós não concordamos que, até que haja uma definição final, não  
4635 haja nenhum padrão para Boro. Nós entendermos que até que haja essa definição vigore o padrão  
4636 atual.

4637

4638

4639 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Olha, aí surge um  
4640 problema, porque isso foi claramente explicitado, de forma clara, que excepcionalmente para águas  
4641 Salinas que nós não definiríamos um padrão. Então, foi claramente explicitado esse conteúdo, essa  
4642 intenção.

4643

4644

4645 **A SR<sup>a</sup>. CRISTINA KISTEMANN CHIODI (AMDA)** – Considerando que a redação foi proposta  
4646 posteriormente à votação, nós entendemos que deveria ser feita uma nova votação, que essa  
4647 votação...

4648

4649

4650 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então, nós podemos  
4651 recuperar a ata da reunião e por aí, podemos transcrever a ata, e verificar o que foi votado também.  
4652 Há um pedido de redação para esclarecer, não esse ponto, não é especificamente com relação a  
4653 isso. O que nós podemos fazer é recorrer à transcrição da votação onde foi, claramente, apresentado  
4654 um encaminhamento com voto, inclusive voto contrário. Muita gente votou contra, justamente, porque  
4655 discordava da exclusão. Inclusive o Pedro Ubiratan mesmo, foi um que votou contra, porque não  
4656 considerava adequado excluir nesse período, está certo. Então, isso foi claramente colocado. E nós  
4657 não podemos agora, atendendo um pedido de que isso fosse explicitado com clareza para não restar  
4658 nenhuma dúvida, abrir, na verdade, uma discussão sobre o conteúdo básico da medida. Esse é que é  
4659 o problema. Então, nós podemos fazer isso, podemos solicitar a transcrição da ata desse trecho e  
4660 fazer a gravação e manter então, portanto, com base na gravação, o que foi aprovado. Certo?

4661

4662

4663 **A Sr<sup>a</sup>. ADRIANA MAXIMINIANO (IBAMA)** – É apenas uma sugestão de alteração da redação, não  
4664 do seu conteúdo. Onde se ler: “O Parâmetro Boro não será aplicado”, eu sugiro um parágrafo...  
4665 Então, retomando, onde se ler o parágrafo “Boro não será aplicado para águas salinas”, a minha  
4666 sugestão é fazer um texto mais completo onde diga o valor máximo do padrão de lançamento de  
4667 efluentes para o parâmetro Boro. Desculpe. Acho que não foi isso, votado em plenária no turno da  
4668 manhã, acho que fazendo referência à última fala da Conselheira...

4669

4670

4671 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Você quer concluir a  
4672 sua fala? Conclua a sua proposta, por favor!

4673

4674

4675 **A Sr<sup>a</sup>. ADRIANA MAXIMINIANO (IBAMA)** – Bom, só na tentativa de esclarecer. A última fala que me  
4676 antecedeu, tenta retomar a discussão, de que o parâmetro se mantém até haja disposição em  
4677 contrário, mas o entendimento que a mesa aprovou, com base em todos os Conselheiros presentes,  
4678 é que se excepcionaliza o lançamento de efluentes em águas Salinas. O padrão para o parâmetro  
4679 Boro não é aplicável para águas salinas, até que se tenha uma disposição específica sobre a matéria.  
4680 Então, a minha sugestão era apenas complementar...

4681

4682

4683 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Posso pedir a sua  
4684 sugestão, então? Nós estamos pedindo aqui, para fazer a verificação da fita para que todos, não  
4685 reste nenhuma dúvida em relação ao que foi votado, porque novamente alguém propôs aí, que se e  
4686 aplicaria. Eu pediria que você fosse, ali, ao pessoal da equipe e redigisse essa proposta, enquanto  
4687 você redige a proposta, enquanto nós vamos buscar o trecho da votação para que não sobre  
4688 nenhuma dúvida sobre o encaminhamento dado, nós então, faremos... Enquanto isso, nós vamos  
4689 tratar da questão do nitrogênio e avançar na reunião, depois voltamos para a aferição precisa da  
4690 votação havida pela manhã. Muito bem. Vamos então... Você poderia redigir isso daí, mas eu não  
4691 queria interromper a reunião enquanto redige este trecho porque nós vamos avançar na questão do

4692hidrogênio e depois voltamos na questão do Boro, já com a verificação lá da fita. E sobre o boro. Nós  
4693vamos voltar no assunto. Nós vamos voltar, Zuleica. Estamos interrompendo essa discussão, neste  
4694momento, só para tranquilizar o Plenário em relação à votação havida de manhã e vamos tratar então  
4695da questão do parâmetro do nitrogênio amoniacal, lembrando que nós votamos de manhã o texto  
4696base sem prejuízo de emendas. Agora vamos Analisar as emendas. Então, seria importante que nós  
4697pudéssemos verificar as emendas apresentadas e eu pediria então que a equipe de apoio tivesse, a  
4698esse momento da reunião... Não é o momento, agora, de fazer... A ANA tem duas emendas, é isso  
4699mesmo? Maurício, a ANA tem duas emendas? Entendi, está certo. Então essa é a proposta da ANA,  
4700então como é que a gente faz? Então, a ANA propõe um Novo parágrafo explicitando que o  
4701parâmetro nitrogênio amoniacal total no prazo máximo de 180 dias complementará condições e  
4702padrões de lançamentos de efluentes para o setor de saneamento. Essa é a emenda da ANA.  
4703Vamos ver as outras emendas antes, viu Chico, pode ser? Tem mais alguma emenda? Por favor,  
4704próxima emenda, a sim, emendas das entidades ambientalistas um novo artigo. O CONAMA, num  
4705prazo máximo de 180 dias, através da criação de grupos de trabalho, incluirá novos parâmetros para  
4706substâncias inorgânicas e orgânicas na tabela dez da resolução CONAMA 357. Temos mais  
4707emenda? Mas ela não está redigida? Temos mais uma emenda, aqui, do Pedro Ubiratã. Coletiva,  
4708uma emenda coletiva de todo o Plenário. Então está aprovada. Caros Conselheiros, enquanto o  
4709pessoal redige as emendas, eu queria reproduzir para os senhores aqui o trecho da votação. Eu  
4710queria pedir atenção especial da Zuleica e da Cristina, para ouvirem aqui aquilo que foi votado. Eu  
4711peço desculpas porque a minha voz realmente é horrível. Ela já é ruim sem microfone, na gravação  
4712pior ainda. Não reparem na voz, mas, por favor, só um minuto de silêncio para que nós possamos  
4713ouvir aqui, e que no meu entendimento, está claramente colocado e a votação foi clara, nesse  
4714sentido, apesar da minha voz fanhosa. Vamos lá. Gravação: “A proposta que nós vamos apresentar é  
4715se o Plenário aprova a proposta de que os parâmetros para Boro não serão aplicáveis para água  
4716salinas até que a Câmara Técnica analise o processo e remeta novamente ao Plenário para uma  
4717decisão específica. Está claro qual à proposta? Então, aqueles que forem favoráveis a esse  
4718encaminhamento, por favor, se manifestem. Obrigado. Quem é contrário a esse encaminhamento, por  
4719favor? Temos três votos contra. Quem se absteve? Então, está aprovado, com três votos contrários”.  
4720Muito bem. Eu acho que não há dúvida de fato que nós votamos isso. Uma dúvida que eu queria  
4721pedir apoio aqui do Plenário e da Secretaria Executiva para esclarecer. No meu entendimento, é que  
4722nós aprovamos essa deliberação nessa linha e que, com relação aos prazos, no meu entendimento é  
4723que nós... Foi uma recomendação, portanto, ela não deveria estar, em tese, no texto. É isso? É esse  
4724entendimento? Parece que o texto, de fato, é com relação à questão do parâmetro. Agora o prazo,  
4725foi uma recomendação a Câmara Técnica, que inclusive já incorporou essa recomendação para  
4726presidente da Câmara se manifestou dizendo que fará um trabalho intensivo na busca de trazer os  
4727parâmetros para a próxima ordinária em junho, mas que pediu um prazo de seis meses, caso não  
4728seja possível concluir até junho. O prazo total de seis meses. Você defende que esteja escrito lá, o  
4729prazo. É esse o entendimento? Pode ser? Sim, não, sim, não. Pelo menos não tem problema. É o  
4730que consta também. Para não criar um cavalo de batalha em cima dessa questão.

4731

4732

4733**A Sr<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Não, a questão é a seguinte, já que está liberado o  
4734lançamento do Boro *ad infinitum* até que o CONAMA se manifeste é preciso o que CONAMA se  
4735manifeste, é preciso que o CONAMA tenha um prazo para fazê-lo, senão não haverá nenhuma  
4736motivação.

4737

4738

4739**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Não está liberado. Para  
4740efeito de gravação para esclarecer às futuras gerações, que não está liberado o Boro *ad infinitum*  
4741para tudo. É especificamente para águas Salinas num período máximo de seis meses, para que o  
4742CONAMA analise. Agora, tudo bem, eu concordo, podemos escrever, não há nenhum problema. É  
4743que, como essa fita poderá ser ouvida pelos nossos netos no futuro, só para entender que não foi só  
4744aprovado. Vamos incluir isto: “O prazo máximo de seis meses, recomendando o esforço para que  
4745seja discutida na próxima Ordinária”. Vamos definir aí, para precisão do texto, nós temos duas  
4746propostas aí, está certo? Um parágrafo que diz “o parâmetro de Boro não será aplicado para águas  
4747salinas até o que CONAMA defina novo padrão”, o IBAMA “O valor máximo do padrão de lançamento  
4748de efluentes para o parâmetro Boro não se aplica às águas salinas, até que o CONAMA defina a  
4749regulamentação específica no prazo de seis meses a contar da publicação desta Resolução”.

4750

4751

4752**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Nós perguntamos ao Plenário, em  
4753relação a essa proposta do IBAMA que está mais específica. Se alguém no Plenário é contrário ao  
4754texto proposto pelo IBAMA, Minas e Energia, SEAP... Uma correção? Diga aí. Devendo a proposta da

4755SEAP “não se aplica a águas salinas, em lugar, até que o CONAMA... Devendo o CONAMA definir  
4756regulamentação específica no prazo de seis meses. Ok? Fica melhor mesmo a... Não, nós temos  
4757casos de resoluções que definem prazos de 180 dias, sim. Aliás, nós estamos com algumas agora  
4758para cumprir esse prazo. Ok? Minas e Energia. A CNI quer encaminhar contrariamente ao prazo  
4759definido no texto?

4760

4761

4762**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Desculpe. Com licença.  
4763Há emenda contrária, seria isso? Não, o prazo já foi acordado, a questão é só: se entra no texto ou  
4764não entra no texto. Já fizemos um acordo em relação ao prazo. Portanto, o que abunda não prejudica.  
4765Dr. Maurício. Antes o Chico, depois Maurício.

4766

4767

4768**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Ontem eu fiz uma reclamação  
4769nesse Plenário, de um prazo de 2004, de regulamentação que caberia ao IBAMA. E o IBAMA não se  
4770pronunciou até agora. Eu espero que ele se pronuncie na próxima Reunião Ordinária que nós temos  
4771em junho sobre essa regulamentação e apresente a regulamentação. Nós... Eu acho que o prazo tem  
4772que ficar escrito até para ser cobrado. Nós estamos com um problema que inclui a Petrobrás também,  
4773o Ministério de Minas e Energia também. Que é com aquele Grupo de Trabalho que ficou acordado  
4774de ser criado, dos parâmetros do ano passado. Nós discutimos, foi em agosto ou outubro... Foi  
4775agosto não é Zuleica? E ficou de ser criado o Grupo de Trabalho e tinha um prazo de um ano. O GT  
4776não foi criado, um, até hoje. Então, nós já temos oito meses. Então, eu fico preocupado com essas  
4777questões porque, realmente, nós precisamos de um empenho, principalmente dessas... São questões  
4778de parâmetros que influenciam em qualidade da vida, qualidade da vida aquática. Então, nós  
4779precisamos cumprir esses prazos. Eu fico preocupado porque não tem prazos que são estabelecidos  
4780e que, eu não sei, na agenda, não só agenda do CONAMA, mas a agenda dos Ministérios que  
4781precisam ser colocados dentro dos cronogramas de trabalho para poderem ser cumpridos. Eu acho  
4782que se ficar sem prazo é uma situação pior. Então, eu acho que o prazo tem que caber aí dentro.

4783

4784

4785**O Sr. MAURÍCIO OTÁVIO MENDONÇA JORGE (CNI)** – A título de colaboração, eu acho que nós  
4786precisamos só deixar claro o posicionamento. Nós entendemos que o CONAMA, e aqui já foi feito  
4787essa recomendação de que acelere os trabalhos, e isso consta na ata do CONAMA, o que dá a nós  
4788Conselheiros todo o direito de cobrarmos do CONAMA e da sua diretoria com relação a prazo. O que  
4789nós sempre mencionamos é que primeiro, existe uma incongruência entre essa redação e a própria  
4790redação do Regimento Interno do CONAMA que, ao se criar um Grupo de Trabalho, ele tem lá os  
4791prazos vigentes para a Câmara Técnica analisar, que são de seis meses prorrogáveis, muitas vezes,  
4792por seis meses, três meses, etc. Que é uma deliberação da Câmara Técnica em função dos trabalhos  
4793e dos andamentos. Colocar prazo em Resolução dessa forma, sem Nenhum o ônus para o não  
4794cumprimento do prazo é inócua, sempre é nós falamos isso, quer dizer se o CONAMA não for cumprir  
4795não vai acontecer nada. Então, a recomendação para evitar o desgaste justamente de publicizar algo  
4796que é inócua. Nós recomendamos que não haja a descrição de prazos na Resolução e sim, na ata,  
4797como já foi feito. Inclusive, menção para que se acelere o processo é meramente uma recomendação  
4798da CNI.

4799

4800

4801**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Sei que é uma questão mais  
4802específica aqui, mas a maior preocupação minha é justamente... Nós já temos uma Resolução que  
4803trata da questão de óleos e graxas na questão de plataformas. E ali nós já temos uma série de  
4804parâmetros que terão que ser trabalhados e, nós temos um prazo também, que se não me engano,  
4805eu acho que está previsto era um ano eu acho que até a própria Dr<sup>a</sup>. Zuleica cobrou aqui. E a minha  
4806idéia articulado, talvez, fosse a questão de se trabalhar um pouco articulado a essa questão do Boro  
4807com esses outros parâmetros, uma vez que todos tratam de parâmetros de emissão em águas  
4808Salinas. Então, assim eu pediria que nós procurássemos não criar tantas dificuldades para o trabalho  
4809da Câmara Técnica depois, onde nós tentamos conduzir, vamos dizer assim, uma discussão um  
4810pouco mais articulada em temáticas, que, às vezes, saem desta casa aqui, mas que quando chegam  
4811na Câmara Técnica, nós temos que tratar no, caso, a caso. Então, a minha proposta é que nós não  
4812colocássemos o prazo especificamente aí, e nós assumiríamos o compromisso de trabalhar isso  
4813conjuntamente com a outra resolução que já trata da questão das emissões em águas salinas.

4814

4815

4816 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Para encaminhar essa  
4817 questão, eu acho que já está bem claro para todos. Poderia voltar ao Boro? Vamos, rapidamente,  
4818 para poder encaminhar, por favor. Eu acho que o Plenário está bem informado a respeito.

4819

4820

4821 **O Sr. CELSO KNIJNIK (MME)** – É só para tentar ajudar no encaminhamento. Eu acho que o  
4822 parágrafo como está ali ele não compromete o andamento, mas como... Apoiando a colocação da  
4823 CNI e da própria Câmara Técnica, se o prazo é uma recomendação então, realmente, eu acho que  
4824 seria mais lógico retirar ele do parágrafo. Então, eu acho que ficaria uma colocação mais objetiva e  
4825 definida.

4826

4827

4828 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Por favor, volta ao  
4829 Boro, por favor. Veja bem, eu estou entendendo o seguinte: pelo que eu... Só para uma checagem.  
4830 Entre as duas redações, eu não sei, é necessário votar? Mas a sensação que tenho, é que a redação  
4831 que passa pelo IBAMA dependendo do prazo é a melhor. O que nós deveríamos votar então seria se  
4832 inclui a última frase, após a vírgula, se inclui o prazo ou não, se ela termina em resolução específica”.  
4833 Existem duas possibilidades: A redação “até definir uma resolução específica”. Ou “até definir uma  
4834 resolução o específica, num prazo de seis meses apontada pela resolução”. Portando, seriam as  
4835 duas opções, pode ser assim? Então, por favor, quem for favorável ao texto... É bom, só para nós  
4836 garantirmos copia e corta, senão depois vão querer ouvir a gravação de novo. Com todo direito. É só  
4837 para evitar confusão, porque de fato, nós deveríamos ter redigido, na hora, para evitar confusão. Está  
4838 correto a colocação e, inclusive, aqui eu conversei com Nilo para que nós sempre tenhamos a  
4839 redação na tela antes de decidir, porque de fato, pode gerar um mal-entendido. Para evitar isso aí,  
4840 vamos lá. Não faremos mais esse erro peça para vocês que sempre estejam atentos para não deixar  
4841 a mesa incorrer nesse erro. Então nós temos aí as duas formas: a primeira forma – que inclui, a única  
4842 diferença é essa, inclui no prazo de seis meses, a contar da obrigação dessa resolução a e segunda  
4843 forma é sem essa frase final, portanto, mantendo apenas o texto referente ao parâmetro Boro. Então  
4844 quem for favorável... Pois não. Não, é só a redação. Não, já foi votado, já foi votado. Na realidade...  
4845 Ah! Eu entendi a sua colocação, você está... Nós não estamos... Não existe uma alternativa diferente  
4846 de que não haverá o texto principal do Boro está garantido nas duas. É igual. Está certo? A única  
4847 diferença é a questão do prazo está certo? Então, por favor, aqueles que forem favoráveis à primeira  
4848 redação, tal como está explicitado, incluindo o prazo, se manifestem, por favor. Podem baixar.  
4849 Aqueles que forem favoráveis à segunda redação “sem prazo”. A primeira redação ganhou por  
4850 contraste, e vamos então, há abstenções? Duas abstenções. Então, está aprovada a forma, a  
4851 primeira forma, que inclui o prazo de seis meses para que o CONAMA receba a proposta da Câmara  
4852 Técnica. Vamos então, voltar para o tópico anterior, por favor. Nitrogênio amoniacal. Vamos lá. Ainda  
4853 está em redação, essa é a última? Como fazemos, uma leitura? Cada um vem e defende a sua  
4854 proposta? Fazemos uma leitura primeiro e depois a defesa? Como é que... Leitura primeiro, não é?  
4855 Vamos lá então. A proposta da ANA são duas emendas, uma está no novo parágrafo e a outra no  
4856 novo artigo. O parâmetro do nitrogênio amoniacal total não será aplicado às unidades de tratamento  
4857 de esgotos de pequeno porte em sistemas públicos de tratamento de esgoto conforme definido na  
4858 Resolução CONAMA 377/06 estabelece 50 litros por segundo. Novo artigo, também da ANA, o  
4859 CONAMA no prazo de 180 dias complementar condições e padrões de lançamento de efluentes  
4860 para o setor de saneamento. Próxima. Vamos, no próximo aqui, vamos ao próximo. Entidades  
4861 ambientalistas. Dá para você subir a tela, por favor, ANA, Entidades Ambientalistas, proposta novo  
4862 artigo – “O CONAMA, no prazo máximo de 180 dias complementar condições e padrões do  
4863 lançamento de efluentes para o setor de saneamento, portanto, é igual. Ah! Não. Desculpe, eu estou  
4864 ficando louco aqui. Essa tela sobe e desce. Entidades Ambientalistas, novo artigo – “O CONAMA, no  
4865 prazo máximo de 180 dias através da criação de Grupo de Trabalho incluirá novos parâmetros para  
4866 as substâncias inorgânicas e orgânicas não contemplando a Tabela 10 da Resolução do CONAMA  
4867 357”. É outro assunto, de fato. Um minutinho. Qual é a outra? A segunda da ANA. Vai lá para cima,  
4868 por favor. Essa segunda da ANA também, não é isso? Vai lá para baixo, junto com aquela outra que  
4869 você passou para baixo, dos ambientalistas. Eu acho bonito, a ANA com os ambientalistas, é uma  
4870 coisa... Tem outra? Vamos ver. Agora proposta ABES – Governo de São Paulo e Governo de Minas.  
4871 Isso é que é uma emenda ampla, café com leite com... “Para sistemas de tratamento de esgotos  
4872 superiores a 50 litros por segundo o CONAMA, no prazo de 180 dias, definirá critérios de  
4873 progressividade para o padrão de nitrogênio amoniacal total, sendo que, durante este período este  
4874 parâmetro não é aplicável. Muito bem. Próxima, emenda aditiva das entidades ambientalistas: na  
4875 tabela dez... É outro assunto, passa para baixo. É outro assunto, é verdade. Essa é sozinha, coitada.  
4876 Então, a proposta do EMAR: “Não será aplicado nas estações de tratamento de esgoto sanitário, para  
4877 até 30 mil habitantes, ficando o CONAMA... Realmente aí, eu não sei se eu estou com problema nos  
4878 meus óculos ou tem um problema... Eu vou por a culpa na tela, que fica mexendo. Repetindo, não

4879será aplicável o quê? O quê que não será aplicável? Ah! Seria o asterisco! Ele está propondo então,  
4880que não faça nenhum artigo, nenhum parágrafo, seria a substituição do texto, do asterisco que é: não  
4881é aplicável ao sistema de tratamento de esgoto sanitário. A proposta é: Não aplicável às estações de  
4882tratamento de esgoto sanitário para até 30 mil habitantes, ficando o CONAMA... Devendo o CONAMA  
4883estabelecer os prazos, em que essas estações de tratamento de esgoto sanitário terão que se  
4884enquadrar para atender a este padrão estabelecido. Bom, digamos que nós captamos qual é a idéia  
4885do proponente, agora, em termos de português eu diria que precisaria de um certo banho de loja aí,  
4886porque está meio confuso. Não dá para votar assim. Muito bem. Então, vamos por similaridade aí,  
4887nós temos três emendas, não é isso? Pelo que eu entendi, uma da ANA... Vamos votar primeiro esse  
4888bloco? Qual é o encaminhamento? Primeiro esse bloco, não é? Pois não, Bertoldo. Ajude aí, ao  
4889encaminhamento, por favor.

4890

4891

4892**O Sr. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Presidente, tentando ajudar o encaminhamento. Nós  
4893temos hoje... Nós temos aprovado já... Já está aprovada a “não aplicação”. Nós estamos aprovando  
4894emenda, certo? De restrição. Nós temos a emenda da ANA, que libera só até 30 mil. E acima de 30  
4895mil, que nós estamos discutindo essas variedades todas de emendas, e seria, caso essa emenda da  
4896ANA, fosse aprovada, eventualmente fosse aprovada, essa outras emendas estariam para a faixa  
4897acima de 50 mil. Então, a minha proposição é a seguinte: nós votamos a proposta – manter a  
4898Resolução hoje, como está aprovada hoje de manhã, ou a proposta de emenda da ANA, mas sem  
4899levar em consideração a questão do que fazer ainda com 50 mil. Acima de 50 mil, porque as outras  
4900emendas são todas acima de 50 mil. Entendeu? Eu vou tentar repetir: o quê que nós temos agora  
4901aprovado? Nós temos aprovada a liberação do lançamento do nitrogênio, ou seja, não aplicável ao  
4902saneamento, é o que nós temos aprovado hoje. Nós aprovamos que nós íamos fazer agora  
4903destaques para emendas. Tem emenda da ANA que propõe a seguinte linha: que essa restrição de  
4904deliberação seja abaixo de 30 mil habitantes. Acima de 30 mil habitantes, tem uma série de emendas,  
4905tem a emenda da ABES e do Governo do Estado de Minas Gerais e São Paulo que, caso... Que caso  
4906essa proposta da ANA fosse aprovada valeria... Ou não. Então tá. A minha proposta é a seguinte: é  
4907que votamos apenas... Se vamos liberar para 30 mil ou vamos manter a liberação total? Se  
4908liberarmos acima de 30 mil, vamos ter que fazer critério, acima de 30 mil, porque eu falo a proposta  
4909da ANA como está...

4910

4911

4912**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Desculpa, olha, por  
4913favor, esse é um momento muito delicado aqui. Nós temos que achar a melhor forma de encaminhar  
4914essa votação, então eu queria pedir a atenção ao Bertoldo que está tentando um fazer uma proposta  
4915do encaminhamento. As três estão aí. São as três propostas. Está certo? A proposta da ANA exclui  
4916abaixo de 50 litros por segundo ou 30 mil habitantes, aproximadamente. Está certo? É mais preciso,  
491750 litros por segundo é mais preciso. E depois, lá, cria uma outra emenda que cria a obrigatoriedade  
4918de estabelecer parâmetros para isso. Agora, vocês estão propondo o tratamento de quem não  
4919estariam excluídas. Então são complementares, na verdade. Então, não é uma contra a outra. Está  
4920certo?

4921

4922

4923**O Sr. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – É exatamente, vocês agora vão definir o nível de  
4924liberação, se vão liberar total ou se vão liberar só parte, mas não vai definir se nós aprovamos 30 mil  
4925habitantes. Vamos na seqüência, definir o que fazer acima dos 50. Se é a proposta da ANA, se é a  
4926proposta da...

4927

4928

4929**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então a sua proposta é  
4930que primeiro se vote se nós vamos estabelecer uma faixa de exclusão de até 30 mil, é isso? E depois,  
4931se o CONAMA aprovar isso, discutirmos as condições que nós faremos ou trataremos a situação dos  
4932acima de 30 mil.

4933

4934

4935**O Sr. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Exatamente presidente, eu só vou pedir mais uma coisa.  
4936A abertura da possibilidade de uma defesa para cada proposta.

4937

4938

4939**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Tudo bem. Com  
4940relação ao encaminhamento eu tenho aqui o Rio Grande do Sul. É com relação ao encaminhamento

4941o que você quer falar? Não? Por favor, no microfone! Olha, aqui no CONAMA para ser o objetivo, só  
4942com o microfone. É uma questão de objetividade. Com relação ao encaminhamento, que o Bertoldo...  
4943  
4944  
4945**O Sr. FRANCISCO LUIZ DA ROCHA SIMÕES PIRES (Governo do Estado – Rio Grande do Sul) –**  
4946Só uma correção. Ali fala só em capacidade de produção de efluentes, não fala dos 30 mil. Não são  
4947excludentes, como o senhor disse, são complementares, que falar de 30 mil é demais. Então, votando  
4948esse texto está bom, porque nem se fala em população. É só usar esse rigor do lançamento, volume.  
4949Ali está falando do volume. Tanto a da ANA como a da ABES, Governo de São Paulo e de Minas só  
4950fala de volume de produção efluente. Pronto! Não se fala em 30 mil.  
4951  
4952**O Sr. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua) –** É que a  
4953Resolução 377, ela fala em 30 mil habitantes ou 50 litros. Então, fazendo referência à Resolução,  
4954obviamente, está entendido às duas situações: 30 mil habitantes ou 30 mil litros por segundo.  
4955  
4956  
4957**O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais) –** Eu não sei  
4958se está claro para todo mundo, mas a proposta da ABES, do governo do estado de São Paulo e do  
4959governo de Minas Gerais, ela vem com uma salvaguarda. Ela só tem sentido se a proposta da ANA  
4960for vencedora, porque o que está votada no texto base é que não se aplica para nada. Agora, se a da  
4961ANA for vencedora e limitar até 30 mil, tem uma proposta para tratar, alternativamente os (...).  
4962  
4963  
4964**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –** Desculpe, eu tenho  
4965inscrições aqui, eu estou pedindo... É sobre encaminhamento. Por favor, Clarismino, depois Chico.  
4966  
4967  
4968**O Sr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR (ANAMMA Nacional) –** Presidente, eu estou falando  
4969na condição de vice-presidente da CTAJ – da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos a nossa  
4970presidente está em licença maternidade, e a Câmara técnica de assuntos jurídicos que está aqui, o  
4971outro membro titular que é o Doutor Pedro Ubiratan, nós fizemos observações, quanto a essa questão  
4972de 30 mil habitantes. E é nosso dever de ofício alertar a este Plenário que poderia haver  
4973questionamentos de toda ordem nesse sentido e que a Resolução poderia ser fragilizada e é  
4974vulnerável sob o ponto de vista legal. A isonomia, uma série de princípios Constitucionais, ela é  
4975totalmente, frontalmente contrária. Então, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos não entrou no  
4976mérito, reserve-se bem essa questão, não entrou e analisou sob o aspecto eminentemente jurídico e  
4977já é essa questão que nós alertamos. Agora, se for derrubar a orientação da Câmara Jurídica o  
4978Plenário evidentemente é soberano tem todo direito, mas nos cabe como dever de ofício fazer esse  
4979alerta.  
4980  
4981  
4982**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH) –** Eu vejo o seguinte... Eu vejo  
4983que existe uma complementaridade entre a proposta da ANA, da ABES e do Governo de São Paulo e  
4984Minas. Eu acho que teria que trabalhar para formar uma coisa só. Eu vou retirar a minha proposta de  
4985emenda, por quê? Porque, na realidade, na nossa proposta, nós já estávamos colocando que os 20  
4986miligramas já eram para as outras cidades. E deveríamos estabelecer para aquelas pequenas, um  
4987prazo para as pequenas. Na realidade, da forma como está aí, nunca vão ter. Dentro, hoje, do  
4988contexto colocado, que a ABES já levantou, todo mundo já colocou o pessoal do setor de  
4989saneamento. Então, vejo que se nós conseguirmos pelo menos que atendam as duas lá em cima  
4990trabalhando as duas em conjunto, poderemos ter algum avanço nesse sentido. Agora, a questão que  
4991eu vejo básica, e aí pode se contrapor as duas, é que, na realidade, por um período de seis meses,  
4992você estão praticamente liberando o nitrogênio. Até estabelecer um parâmetro, não é isso? Então,  
4993eu gostaria de... Porque esse esclarecimento, nesse sentido, dessa contraposição, deveria ter. Então,  
4994eu estou abrindo mão da... Tirando a... Porque eu estou entendendo que quando nós atingíssemos  
4995um padrão, não sei quanto, porque, para mim, o dinheiro que já se aplicou em saneamento, neste  
4996País, nesses últimos 50 anos, dava para sanear duas ou três vezes o Brasil, mas tudo bem, isso é  
4997outra discussão. Mas como nós ainda não temos o saneamento, o percentual ainda é baixo, de  
4998saneamento. Essa discussão que eu gostaria de ter, talvez nós vamos ter daqui a dez, quinze anos,  
4999não agora.  
5000  
5001  
5002**O Sr. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça) -** Só para deixar bem clara, o  
5003que o Clarismino falou aqui: a posição da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, eu não faço parte

5004da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, mas tenho conhecimento da posição. A posição é que na  
5005avaliação deles, dos membros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, seria melhor não haver  
5006essa distinção, porque eventualmente, poderia haver questionamentos jurídicos. Não há um  
5007impedimento legal para que nós possamos fazer isso. Eu acho que isso é que nós temos que deixar  
5008bem claro. É apenas, uma posição da Câmara Técnica de avaliação dentro do Sistema Jurídico  
5009Brasileiro. Que é diferente da minha avaliação, especificamente, que eu acho que nós temos  
5010exemplos, inclusive, em Resolução do CONAMA fazendo essas distinções. Nós temos exemplos em  
5011outros programas governamentais que fazem essa distinção, inclusive, de renda etc. E nós também  
5012temos a própria obrigatoriedade dos municípios, acima de 20 mil habitantes, que tem uma obrigação  
5013diferente. Então, eu acho que essa avalanche de questionamentos jurídicos que a Câmara Técnica  
5014de Assuntos Jurídicos teme, muito dificilmente vai se concretizar. Não há impedimento legal para que  
5015nós façamos essa distinção.

5016

5017

5018**O Sr. ANDRÉ GERALDO SOARES (CAETÉ)** - Boa-tarde, Senhoras e Senhores. Bem, estávamos  
5019encaminhando para encaminhar proposta, mas haja vista que diversas outras intervenções anteriores  
5020levantaram questão de mérito. Eu tenho que alertar os colegas para meu ponto de vista. E chamar  
5021atenção para que as propostas tenham problemas quanto à efetividade da proteção. Sem demérito da  
5022proposta do nobre companheiro da ANA, me lembro que na sua exposição, ele ainda utilizou o termo  
5023unidades de tratamento, porque eventualmente uma cidade com mais 30 mil habitantes, ou seja, qual  
5024seja o porte, por questões geológicas e de relevo tenha que talvez dividir essas suas estações de  
5025tratamento em mais de uma. Então, nesse caso, estaríamos correndo o risco de uma cidade,  
5026teoricamente, com 300 mil habitantes ter a necessidade de ter dez unidades de tratamento sendo que  
5027estaria fora dessa nossa norma de proteção, porque a sua quantidade de emissão por unidades não  
5028ultrapassa esse valor estabelecido. Então, nós eu acho que é um vício que já vem lá dessa 357 que  
5029deixam aberto ou 30 mil habitantes ou 50 litros por segundo. E nós, não deveríamos adotá-la aqui e,  
5030se nós pretendemos fazer com que os municípios progressivamente que venham instalar a sua  
5031estação de tratamento de esgoto atendam aos padrões mais rigorosos e, até o próprio colega da  
5032ANA, disse, talvez até nem tenha sido ele, que é mais fácil para município maiores que têm mais  
5033recurso de arrecadação construir estações de tratamento que atendam a padrões mais rigorosos  
5034então enfim. Recapitulando temos o risco de cidades grandes terem várias estações de tratamento de  
5035esgoto, com pequena capacidade, lançando todos os seus dejetos num padrão maior, dentro de uma  
5036mesma bacia hidrográfica dentro de um mesmo rio. Dessa forma eu acho que nós utilizarmos essa  
5037expressão “unidade de tratamento de esgoto” não vale, deveremos retomar então, a expressão de  
5038cidades até 30 mil habitantes. E também. Ainda, a questão de sistemas públicos de tratamento como  
5039estão colocados pela ANA, eu acho bastante arriscado nós estarmos deixando empreendimento  
5040privados, loteamento fechados sejam de condômino verticais ou horizontais de fora desse tratamento  
5041de esgoto. Obrigado.

5042

5043

5044**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Você poderia sentar na  
5045sua equipe para fazer a sua emenda. A emenda que você propôs.

5046

5047

5048**O Sr. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (Agência Nacional das Águas)** – Eu estou entendendo, pelas  
5049discussões do Plenário, que não existe discordância em relação a isentar os municípios as estações  
5050de tratamento de esgoto abaixo de 30 mil habitantes dessa questão desse parâmetro. Apesar, de ter  
5051sido levantada aqui à questão jurídica, eu vou à linha do representante do Ministério da Justiça. De  
5052que existem precedentes até no CONAMA de que essa distinção foi feita em outras resoluções. Eu  
5053não vejo nenhuma incompatibilidade entre a proposta da ANA, que se trata de estações de  
5054tratamento abaixo de 30 mil habitantes, e a proposta da ABES o Governo de São Paulo e a Minas  
5055Gerais que trata de sistema de tratamento acima de 50 litros por segundo, exceto... Acho que a única  
5056questão que fica para ser votada é aquela parte final da formulação da proposta da ABES e do  
5057Governo de São Paulo e de Minas Gerais que é “sendo que durante esse período esse parâmetro  
5058não se aplica”. Eu acho que nesse ponto é que, talvez, o Plenário possa discutir se vale à pena  
5059aplicar ou não, esse parâmetro durante esse período, mas no resto uma complementa a outra. Não é  
5060excludente. Essa é a minha proposta, observação.

5061

5062

5063**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – O meu entendimento:  
5064primeiro que você se referiu várias vezes a 30 mil habitantes, mas na sua proposta estão 50 litros por  
5065segundo. Mas, teria... Na opinião de outras pessoas não é a mesma coisa. Nós temos mais de um  
5066Conselheiro pedidos que colocasse os dois parâmetros. Então a pergunta é, se você acatada essa

5067 questão da incluir 30 mil habitantes ou 50 litros por segundo só para tranquilizar, digamos assim,  
5068 aqueles que se manifestaram. Esse um ponto. O segundo ponto é que me parece, se não estiver  
5069 completamente equivocado, que pode ser também. É que aprovada a da ABES, Governo de São  
5070 Paulo e Minas Gerais exceto por esse final, que você destacou, ela tem o mesmo efeito do da ANA. É  
5071 o mesmo efeito, exceto pelo... Porque a ANA está dizendo que até 30 mil habitantes ou 50 mil litros  
5072 por segundo é isento. Aí, o que é que está dizendo a ABES? Que acima de 50 litros, por segundo, vai  
5073 ter que definir critérios específicos de progressividade. Até porque depois a ANA propõe isso numa  
5074 segunda emenda, numa linha parecida. Então, de fato, a ANA dividiu em duas emendas o que na  
5075 realidade, poderia ser um texto único uma técnica de redação. Então, na realidade, eu queria pedir  
5076 uma orientação mesmo, qual é o melhor encaminhamento. Votamos a ANA, proposta da ANA na  
5077 linha do que foi colocado pelo José Cláudio, por exemplo, e depois discutimos a proposta da ABES.  
5078 Qual é a proposta de encaminhamento que você sugere?

5079

5080

5081 **O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Senhor  
5082 presidente vou repetir o que disse que aqui. A nossa proposta ela só tem sentido se a da ANA for  
5083 aprovada, porque se a da ANA for rejeitada, e eu espero que sim, vou defender isso. A nossa  
5084 também não precisa ser discutida. A nossa é uma salvaguarda, caso a da ANA seja aprovada. É bom  
5085 lembrar que o texto original diz que ele caiu para tudo. O texto original, base que nós já votamos não  
5086 se aplica os 20 miligramas para ninguém. E aí, a ANA vem dizendo: vamos limitar isso. Bom, se ela  
5087 limitar isso. Bom se ela limitar, nós temos uma complementação para os que estão acima.

5088

5089

5090 **O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Esclarecimento. É o seguinte:  
5091 na proposta da ANA O que eu quero saber é o seguinte: se nós votarmos a proposta da ANA até 50  
5092 litros por segundo, está liberado o parâmetro correto? Se ela é aprovada, significa que o que é  
5093 superior a 50 litros por segundo, tem que cumprir os 20. Estou entendendo errado? Espera aí, espera  
5094 aí. Eu estou falando só da ANA. Eu estou falando da ANA. É porque está todo mundo raciocinando já  
5095 com a outra como complementação. Aí, eu vou na da ABES. Pronto, analisei da ANA, então eu  
5096 entendo o que for acima de 50 litros por segundo vai ter que aplicar o parâmetro em 20 miligramas,  
5097 só da ANA. O da ABES, já libera os 50 litros, já está liberado, e aí vai o estabelecer, não tem  
5098 parâmetro, até o CONAMA estabelecer parâmetros progressivos que deverão ser atingidos. Não é  
5099 isso?

5100

5101

5102 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Como encaminhamento  
5103 a proposta do José Cláudio foi clara. A proposta dele é que se vote a da ANA. Caso a da ANA não  
5104 seja aprovada, está resolvido o assunto acabou o problema, o problema não, acabou a discussão.  
5105 Caso a da ANA seja aprovada, nós vamos entrar na segunda fase, que é discutir a proposta da  
5106 ABES, do Governo de São Paulo e Minas Gerais que vai tratar dos acima dos 50 litros por segundo,  
5107 ou 30 mil habitantes, é isso. É isso?

5108

5109

5110 **O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – EU vou colocar o meu  
5111 entendimento. Podemos até fazer isso, mas o meu entendimento é que da ABES avança, não é que  
5112 avança, ele coloca um outro elemento que é dá novos parâmetros para as unidades de tratamento de  
5113 esgoto acima de 50 litros. É isso que eu quero entender. No da ANA o parâmetro já fica estabelecido.  
5114 Aí é porque aí isso é diferente veja bem porque é diferente. Só esclarecer por quê? Porque eu  
5115 defendo que parâmetro permaneça em 20. Aí não tem necessidade de votar o da ABES, pode até  
5116 contrapor as duas.

5117

5118

5119 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Veja bem só para  
5120 chegar lá, o meu entendimento, repito é só checar se esse é o entendo correto. É que uma vez  
5121 aprovado o da ANA nós vamos discutir a emenda da ABES e o do Governo de São Paulo e Minas  
5122 Gerais, que você, provavelmente, votará contra. Mas poderá ser aprovada, se for aprovada, definirá  
5123 um critério para acima de 50 litros por segundo ou 30 mil habitantes. Então, na realidade, é isso  
5124 mesmo. Por outro lado o inverso é diferente, porque se a ANA não for aprovada não tem o que se  
5125 discutir mais. Aí se mantém como o José Cláudio disse aqui. Então, na realidade, a questão que está  
5126 sobre a Mesa, agora, para o Plenário decidir é: se haverá uma diferenciação para estações de  
5127 tratamento, de até 30 mil habitantes ou 50 litros por segundo, ou se mantém o texto base aprovado, é  
5128 exatamente. E segundo eu queria pedir para o André e para o Maurício para ver se juntam as duas  
5129 coisas, não é isso? Porque a não, o CAETÉ avançou numa proposta. A proposta o que Nilo está

5130fazendo aqui e a seguinte: primeiro nós votaríamos se o Plenário do CONAMA é favorável... O que o  
5131Nilo está sugerindo aqui como encaminhamento é o seguinte: Porque surgiu uma emenda nova da  
5132CAETÉ, que se observe que ela tem um tratamento diferenciado também. Então seria a votação: se o  
5133Plenário mantém o texto base ou aprova um corte, está certo, de tratamento diferenciado. Essa seria  
5134a primeira votação. Em se mantendo o texto base acabou a discussão. Aprovando que haverá um  
5135corte, aí nós vamos discutir a da ANA com o do CAETÉ, porque a do CAETÉ é diferente da ANA.  
5136Correto? Podemos votar? Antes.

5137

5138

5139**O Sr. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da**  
5140**Presidência da República)** – O encaminhamento da Mesa é perfeito, a nossa intenção era votar a  
5141proposta que veio de Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que pelo que eu estou entendendo é  
5142parte do encaminhamento da Mesa. E lembrar que, muitas vezes, nós tentamos ser mais realista que  
5143o rei e ocorre o que nós chamamos de efeito rebote. E nós acabamos tornando a coisa tão criteriosa  
5144que a gente não consegue, realmente, implantar as unidades não permite que licenciamento  
5145ambiental...

5146

5147

5148**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – O entendimento da  
5149Mesa é que já há suficientemente entendimento e convicção para já ir para votação. Ou vocês  
5150querem fazer uma defesa para a cada uma das propostas?

5151

5152

5153**O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Eu quero  
5154fazer uma defesa do texto vez contra a proposta da ANA.

5155

5156

5157**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então, o José Cláudio  
5158está pedindo que haja uma defesa. Então, vamos abrir para a defesa do texto base e abriremos para  
5159defesa da proposta, de que haja um corte de diferenciação de acordo com a capacidade de corte dos  
516030 mil habitantes ou 50 litros por segundo.

5161

5162

5163**O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – E antes de  
5164fazer a minha defesa eu vou dizer que o que eu vou falar aqui eu aprendi foi com o Maurício Andrés,  
5165portanto, tenho certeza que, filosoficamente, ele pensa como eu ou eu penso como ele. A discussão  
5166jurídica o Hugo já colocou. Eu não vou nem, evidentemente, discutir a parte jurídica, porque que o  
5167corte não deve ser dado? O que é mais importante na questão das águas e isso a 357 avançou muito  
5168é à qualidade das águas. Não é quanto se está lançando. É quanto o corpo receptor tem capacidade  
5169de suporte para aquele lançamento. Essa questão do corte de 30 mil habitantes nós poderemos ter,  
5170isso com certeza está acontecendo no País, de nós termos uma pequena cidade de dez, quinze mil  
5171habitantes que, pela condição do corpo receptor por ser um córrego um Ribeirão pequeno, dele não  
5172ter não ter capacidade de suporte nem que o tratamento lance 15 miligramas por litro, não é nem 20.  
5173E aí, por aquele corpo receptor não ter aquela condição, esse tratamento de esgoto será o obrigado a  
5174se adequar, de repente, no padrão de dez nem é de vinte, porque o que é determinando é o corpo  
5175receptor. E por outro lado, eu posso ter casos, por exemplo, como a cidade da Pirapora em Minas  
5176Gerais, na beira do São Francisco que poderá lançar de repente 50 miligramas por litro e o corpo  
5177receptor, lá, enquadrado na classe dois, que padrão é 3,5 miligramas por litro, vai ficar um, um e  
5178meio. E aí eu pergunto, qual o sentido de eu e exigir que uma estação de tratamento de esgoto de  
5179100 mil a habitantes vá fazer tratamento terciário, num custo e como foi bem colocado aqui nem todo  
5180o terciário atende, em um custo elevadíssimo para atender um padrão de lançamento se o corpo  
5181receptor tem capacidade de suporte para aquilo. É isso que nós precisamos repensar o país, é o  
5182que? Para satisfazer uma posição ou é essa necessidade do País? Tem sentido eu fazer tratamento  
5183terciário onde o corpo receptor não demanda, quando nós temos quase todo o país sem esgoto  
5184tratado. Só para defender uma posição porque eu acho bonito. Eu também gostaria, eu gostaria que o  
5185padrão fosse zero, eu gostaria que não se lançasse nada, mas nós temos dinheiro para isso? Cadê o  
5186dinheiro do PAC para saneamento. É isso que nós temos que pensar. Cadê o dinheiro para  
5187saneamento neste País? Então, nós temos que ter essa responsabilidade aqui no CONAMA se nós  
5188não estamos criando mais uma regra, como centenas que já criamos, que nunca foram adotadas.  
5189Algum cemitério existente neste País está cumprindo a norma de cemitério? Já perguntei isso ao  
5190CONAMA no ano passado, porque eu falei quem tiver cumprindo me chame lá, porque eu quero ver  
5191como é que ele está cumprindo, por que em Minas Gerais não conseguimos cumprir até hoje.  
5192(*Palmas*).

5193

5194

5195 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu gostaria de defender a  
5196 proposta da ANA até, sentido muita tranquilidade, porque na própria Câmara Técnica eu votei  
5197 contrário a essa proposta inicial de uma visão... Então, o que eu queria chamar a atenção é que eu  
5198 sou totalmente favorável a essa visão da gestão que temos que trabalhar com metas de qualidade. E  
5199 isso é o que nós vemos na nossa própria legislação e que já está sendo implementada em vários  
5200 lugares. Agora, fica difícil de nós fazermos uma discussão só pelo lado da qualidade. Há uma  
5201 necessidade de nós definirmos alguns parâmetros mínimos, que vão significar um certo paradigma  
5202 tecnológico, para que a gente venha a avançar e possa fazer essa discussão a partir de dois pólos: o  
5203 pólo de qualidade, que eu tenho total acordo com Dr. José Cláudio nós temos que avançar e é,  
5204 realmente, o ponto que garante, vamos dizer assim, a questão da gestão ambiental como um todo,  
5205 mas nós não podemos também descolar de uma visão de controle de fontes. Eu acho que esse  
5206 aspecto é um aspecto que eu, quando fui contrário a essa de discussão lá na Câmara Técnica, fui  
5207 contrário não, à discussão, mas contrário a esse encaminhamento na Câmara Técnica foi,  
5208 justamente, porque nós temos que trabalhar uma reconciliação desses dois pólos. Eu acho que,  
5209 muitas vezes, aqui nessa casa nós temos olhado muito para o lado simplesmente do controle, mas o  
5210 fato de nós termos a necessidade da recuperar essa dimensão da qualidade não pode fazer com que  
5211 nós esqueçamos um aspecto importantíssimo é que define aspectos tecnológicos que são  
5212 fundamentais, para o avanço não só, da política de meio ambiente, mas à política de meio ambiente  
5213 tem que estar realmente articulada com a política de saneamento. Então, esse processo, eu acho,  
5214 que a proposta da ANA ela não se esgota somente nessa questão do parâmetro do de linha de corte,  
5215 50 litros por segundo, mas ela vai além. Ela pega e coloca ali adiante a criação de um grupo de  
5216 trabalho que deverá discutir não só o parâmetro amoniacal, mas também, outros parâmetros que  
5217 tenham a ver com a questão do saneamento. E eu acho que é posição o que Ministério do Meio  
5218 Ambiente tem a defender em apoio a ANA.

5219

5220 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então, vamos votar.  
5221 Vejamos, a votação seria, nós temos uma posição, que seria a manutenção do texto base tal como  
5222 aprovado preliminarmente, antes do almoço. E a proposta de que haja o corte, que haja uma linha de  
5223 corte que seria a linha de 30 mil habitantes ou 50 litros por segundo para um tratamento diferenciado.  
5224 Esse é o encaminhamento concordam? Está claro? Então, aqueles que forem favoráveis à  
5225 manutenção do texto base, por favor, se manifestem. Aqueles que forem favoráveis à proposta de  
5226 que haja uma linha de corte, baseada em 30 mil habitantes ou 50 litros por segundo para um  
5227 tratamento diferenciado. Levante a mão, por favor. Está aprovado o texto base da Resolução.  
5228 (*Palmas*). Temos agora, com a aprovação. Checando: a primeira, a segunda... Cai à emenda da ANA,  
5229 cai CAETÉ e cai a da ABES, não é isso? Então caem essas emendas todas aí, por favor... Agora, nós  
5230 temos as emendas, temos a emenda... Temos três emendas, nós temos três emendas aqui, que...  
5231 Então, nós temos que votar uma a uma. É a proposta aqui do Rodrigo Agostinho.

5232

5233

5234 **O Sr. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua)** – Apenas  
5235 para informar que são três emendas diferentes. Primeiro das entidades ambientalistas propondo a  
5236 criação do Grupo de Trabalho para tratar de novas substâncias. A segunda é uma proposta da ANA  
5237 para questão de uma regulamentação melhor para a questão do setor de saneamento. E uma terceira  
5238 proposta, aí, das entidades ambientalistas que diz respeito à questão dos metais pesados. Que é  
5239 uma proposta que foi feita no âmbito ainda no Grupo de Trabalho pela Sociedade Química.

5240

5241

5242 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – A primeira e a segunda  
5243 não são complementares. Ou é impressão minha? Ah! A outra é geral!

5244

5245

5246 **O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu venho solicitar a contagem  
5247 do quorum... Tenho certeza. Só isso. Se tiver quorum está ótimo. Qualifica as discussões que nós  
5248 estamos tendo aqui. Se não tiver para mim não qualifica. Eu sempre defendi que o Plenário tem que  
5249 qualificar as discussões aqui.

5250

5251

5252 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então, conforme  
5253 solicitado pelo Conselheiro Francisco Iglesias, faremos a contagem do quorum. Por favor, todos  
5254 levantem seus crachás de votação. Mantenham levantados, para que a gente possa contar. O  
5255 pessoal foi ao banheiro, foi muita gente ao banheiro. Então, vamos lá. 61, que beleza, vamos chegar

5256até a noite pessoal. Está tão legal. Muito bem, então vamos lá. Como encaminhamento eu tenho a  
5257impressão de que a emenda da ANA, que tem relação direta com o tema que acabamos de votar,  
5258poderia ser a primeira, talvez por uma ordem lógica. Que trata especificamente de saneamento, e  
5259depois tratamos as seguintes, pode ser? Vamos por em votação. É necessária a defesa? Primeiro o  
5260da ANA.

5261

5262

5263**O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Se bem  
5264que o que eu vou falar vale para a outra também. Quando fala o CONAMA complementar, e eu fico  
5265perguntando e se a Câmara Técnica achar que não tem que complementar? Tanto para essa, como  
5266para a outra eu acho que o que pode dizer é o seguinte: será criado um Grupo de Trabalho para  
5267apresentar proposta, eu estou falando isso porque eu sou de Câmara Técnica, então se chega lá na  
5268Câmara Técnica e nenhum de nós quiser propor nada como é que fica? Então, eu acho que para  
5269ambas seria. Olha! Será criado um Grupo de Trabalho para apresentar proposta de inclusão para  
5270isso, seja para saneamento ou não seja. Agora dizer o CONAMA complementar. Então está  
5271brincando com a Zuleica, que a outra norma ali é ela que tem que propor, porque se a Câmara  
5272Técnica nós ficamos discutindo isso, não apareceu nenhum e se não aparecer? Então você está  
5273criando uma obrigação de complementar quando você não tem proposta concreta para isso. Então o  
5274mais razoável seria. Criar Grupo de Trabalho para apresentar propostas de inclusão nisso aí. E aí a  
5275Câmara Técnica vai analisar e o CONAMA também, não necessariamente complementar, porque  
5276pode ser que não seja aprovado.

5277

5278

5279**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Me parece razoável a  
5280argumentação do Conselheiro.

5281

5282

5283**O Sr. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (Agência Nacional das Águas)** – É nessa mesma linha, talvez  
5284já mudando a redação ali “o CONAMA criará grupo de trabalho para, no prazo máximo de 180 dias,  
5285apresentar propostas complementares sobre condições e padrões de lançamento de efluentes para o  
5286setor de saneamento”. Eu acho, que é uma redação o que talvez atenda.

5287

5288

5289**A Sr<sup>a</sup>. CRISTINA YUAN (CNI)** – Boa-tarde. Eu gostaria só de ponderar, em relação às sugestões que  
5290foram feitas, a menos da questão dos parâmetros do saneamento, é que essa Resolução 357, as  
5291tabelas com os padrões de lançamento, foram discutidas exaustivamente por muito tempo. Primeiro  
5292pelo Grupo de Trabalho e depois, sucessivamente, pelas Câmaras Técnicas. É evidente, que se nós,  
5293daqui a duas reuniões plenárias, apresentarmos uma proposta haverá quem considere que novos  
5294parâmetros deverão ser incluídos. O processo de melhoria contínua é esse mesmo. Então, eu acho  
5295assim, que isso se traduz em extrema insegurança, principalmente, para o setor que eu represento,  
5296que está investindo em projetos. A sinalização de que nós estaremos, de forma contínua e, em  
5297períodos muito curtos, mudando padrões estabelecido por este Conselho. Então, eu gostaria de  
5298ponderar, aos pares, senhores Conselheiros que nós avaliássemos isso. A questão é que isso  
5299demanda meses de estudo e, aí, já sinaliza em relação à terceira emenda que propõe um valor de  
5300concentração para a soma dos metais, sem que isso, na mesma argumentação que foi usada para o  
5301Boro, isso não tenha sido estudada adequadamente. Isso tem sérias implicações e isso deve ser  
5302precedido por um estudo pela academia e instituições de pesquisas reconhecidas. Então, eu já trago  
5303esse posicionamento da indústria, nesse sentido. E ponderar que se pode avaliar, se pode se ter  
5304Grupo de Trabalho. Agora dentro da linha que José Cláudio colocou, quer dizer, determinará, incluirá,  
5305eu acho, que isso traduz insegurança para o sistema.

5306

5307

5308**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Sua proposta seria na  
5309linha... Se for aprovada, na linha do José Cláudio. Não é isso? Eu só queria, antes de passar a  
5310palavra ao Rodrigo, eu queria resgatar aqui, que nós não estamos falando apenas de parâmetros.  
5311Nós estamos falando também, das pessoas que foram recolocadas, sistema de monitoramento,  
5312avaliação e a questão da fonte, curso hídrico... Quer dizer, corpo hídrico. Ou seja, na verdade, seria  
5313mais amplo do que a questão de parâmetros, para essa questão. A redação é mais ampla do que  
5314parâmetros. Rodrigo, por favor.

5315

5316

5317**O Sr. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua)** – Apenas  
5318para dizer que as entidades ambientalistas em relação à sua proposta concordam com a sugestão

5319apresentada pelo José Cláudio, de modificar a redação. Que não é o CONAMA, mas, assim, que será  
5320estudada através da criação de um trabalho, a possibilidade de novos parâmetros. Até porque, hoje,  
5321nós temos 11 substâncias inorgânicas e 27 orgânicas, listadas na 357, que nós não temos valor  
5322nenhum para lançamento de efluentes.

5323

5324

5325**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Mas você mantém a  
5326segunda emenda?

5327

5328

5329**O Sr. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua)** –  
5330Mantemos a emenda, mas com mudança de redação.

5331

5332

5333**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então vamos tratar da  
5334primeira emenda. A emenda da ANA, Nós vamos colocar em votação. Se o Plenário acolhe, aprova a  
5335emenda da Agência Nacional de Águas, o novo artigo que trata de: “o CONAMA criará Grupo de  
5336Trabalho para que, no prazo máximo de 180 dias, apresentar propostas complementares sobre  
5337condições e padrões de lançamento de efluentes para o setor de saneamento”. Está em votação.

5338

5339

5340**A Srª. PATRÍCIA BONZON (CNI)** – É só um esclarecimento, porque a fala do Conselheiro José  
5341Cláudio foi ao sentido de que, a Câmara Técnica pode, nessa sua avaliação, achar que nem precisa  
5342de complementação. É só porque na redação que ANA deu, acatando a proposta do Conselheiro  
5343José Cláudio Junqueira, ficou do mesmo tamanho. Quer dizer, de qualquer forma tem que apresentar.  
5344E não, avaliar a necessidade de apresentar. É só porque a redação não acatou, a própria fala, do  
5345próprio Conselheiro. Simplesmente mudou do CONAMA para o Grupo de Trabalho, mas a certeza de  
5346que vai apresentar permaneceu. “Avaliará a necessidade de uma complementação, estudar a  
5347validade” que foi o que eu entendi, que José Cláudio colocou. O José Cláudio pode até esclarecer  
5348que não foi isso, mas pelo que o José Cláudio colocou, e que a ANA acatou, a redação ficou do  
5349mesmo tamanho. Vai apresentar se a certeza de uma apresentação está posta. E pode ser como o  
5350José Cláudio disse, que nos estudos da avaliação chega-se à conclusão de que não é o momento  
5351para apresentar novos parâmetros agora, nesse momento.

5352

5353

5354**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu queria passar a palavra à  
5355Drª. Adriana do IBAMA.

5356

5357

5358**A Srª. ADRIANA MAXIMINIANO (IBAMA)** – Bom, eu gostaria de me manifestar em nome do IBAMA  
5359sobre as propostas que estão sendo apresentadas. Primeiro, fazer uma defesa proposta da ANA. Eu  
5360acho extremamente pertinente, não discutimos pontualmente, mas o conjunto do que representa os  
5361efluentes do setor sanitário... No setor de saneamento, desculpe-me. E no que diz respeito à outra  
5362proposta, sobre a inclusão de parâmetros, uma coisa que eu discuto com os nossos pares, nossos  
5363colegas que compõem o Grupo de Trabalho e os senhores Conselheiros das Câmaras Técnicas é  
5364que, muitas vezes, no trabalho da Câmara Técnica, no momento de constituição de um Grupo de  
5365Trabalho não há um fato motivador para a constituição desse Grupo de Trabalho. Então, nesse  
5366interim, o IBAMA vem à Plenária, se comprometer a elaborar uma proposta de inclusão de novos  
5367parâmetros, padrões, e orientações de gestão de qualidade das águas considerando a capacidade de  
5368carga e volume de efluentes, para ser apresentada à Câmara Técnica de Controle e Qualidade  
5369Ambiental, e aí, sobre mérito dessa Câmara Técnica, avaliar ou não a composição de um Grupo de  
5370Trabalho para o seu refinamento e discussão.

5371

5372

5373**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então, podemos votar?

5374

5375

5376**A Srª. ZULEICA NYCZ – (APROMAC)** Eu só queria lembrar que o art. 44 da 357, que originou essa  
5377discussão, ela exige a complementação da Tabela 10. Apenas, se está estabelecendo aqui, como é  
5378que vai ser feita essa complementação, que não foi feita. Não é isso que eu falei desde o início? O  
5379art. 44 exige, nem pediu, nem solicitou, nem nada, ele requer, que no prazo de um ano, se eu não me  
5380engano, eu acho que era isso. Que CONAMA tivesse estabelecido a complementação da Tabela 10,  
5381não fez isso. Tiveram três reuniões de GTs – Grupos de Trabalho e não fizeram. Então agora, não é

5382essa discussão, se vai apresentar, se vai avaliar, se quer, se não vai querer é... Tem que fazer. A  
5383Plenária decidiu quando aprovou a 357. Então, a questão é quando vamos fazer, e quando que isso  
5384vai chegar aqui de novo, e quando isso vai ser resolvido. É claro, que existe uma série de outros  
5385elementos, que tinha um que estar, porque não é só o setor de saneamento. Eu entendo que a tabela  
5386dez é padrões de lançamentos de efluentes para o saneamento e industrial, não é isso? O setor  
5387industrial também. Então, eu não entendo porque também, essa, eu queria que a ANA me explicasse  
5388porque só vai apresentar propostas complementares para tabela dez, cumprindo o artigo 44.

5389

5390

5391**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Sim, mas há uma  
5392emenda específica, nós vamos votar nessa emenda. Nós temos que primeiro votar a emenda, depois  
5393votaremos nas outras, portanto, vamos votar, por favor? Em votação, aqueles Conselheiros que lhe  
5394forem favoráveis à aprovação da emenda da ANA, a primeira emenda que aparece na tela em que o  
5395CONAMA criará um Grupo de Trabalho para o prazo máximo de 30 dias, apresentar propostas  
5396complementares sobre condições e padrões de lançamento de efluentes para o setor de saneamento,  
5397por favor, se manifestem. Contrários à aprovação dessa emenda? Não desculpe. Então, me  
5398desculpem, desculpe, desculpe. É da ANA contra a da CNI é outra, de fato. Então, voltando.  
5399Favoráveis à redação tal como proposto pela ANA, se manifestem, por favor. Muito obrigado. Agora a  
5400redação tal como a CNI propõe. Pelo contraste o entendimento, é que ganhou a primeira, é isso?  
5401Ganhou a primeira. Abstenções, por favor. Duas abstenções. Então, aprovada a redação da ANA.  
5402Vamos agora para... Vamos avançar, por favor. Emenda das entidades ambientalistas. Novo artigo o  
5403CONAMA, no prazo máximo de 180 dias, através da criação de Grupos de Trabalho, incluirá novos  
5404parâmetros para substâncias inorgânicas e orgânicas não contempladas na Tabela 10 da resolução  
5405257. Rodrigo já incorporou a proposta do José Cláudio que você falou que ia incorporar? Está  
5406correto? É isso mesmo a emenda? CONAMA, no prazo máximo de 180 dias, através da criação de  
5407Grupos de Trabalho e... Ah! Sim, é porque nós estamos falando de novos parâmetros e não em  
5408redução de parâmetros. Muito bem. Está claro? Podemos votar? Há esclarecimentos a fazer. Não é  
5409posição é esclarecimento?

5410

5411

5412**A Srª. FERNANDA BOCORNY MESSIAS (MDIC)** – Parece-me um pouco complicado a  
5413obrigatoriedade novamente, de que incluirá novos parâmetros. Eu proponho que a redação fique  
5414“proporá a inclusão de novos parâmetros... A serem votadas na Plenária do CONAMA, aprovadas  
5415pela Plenária”. Dá a entender que o próprio grupo inclui. Ou seja, poderá propor a inclusão de novos  
5416a serem deliberados em Plenária.

5417

5418

5419**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Porque que não coloca  
5420que – “o CONAMA criará Grupo de Trabalho para, no prazo máximo de 180 dias... Não fica mais  
5421correta a redação? Propor, apresentar ao Plenário propostas... Não é isso? Não é melhor? O  
5422CONAMA criará... Tem que ter uma técnica específica para isso. Quem propôs-se essa emenda? Ou  
5423o soneto, quem foi? Quem foi? Ninguém propôs emenda? Entidades ambientalistas... É porque o  
5424CONAMA, já inclui, grupo de trabalhos, Câmara técnica, são instrumentos do CONAMA, portanto,  
5425colocar o CONAMA subentende-se que será utilizado o melhor... Então, o CONAMA, no prazo máximo  
5426de 180, através do Grupo de Trabalho apresentará... Não é? Apresentará propostas de novos  
5427parâmetros para substâncias... E isso. Proposta de novos parâmetros, em vez de “incluirá”,  
5428“apresentará” proposta de novos parâmetros para substâncias orgânicas e inorgânicas... É isso. Está  
5429correto agora? Senhores ambientalistas proponentes. Por favor, Conselheira é a respeito de  
5430esclarecimento.

5431

5432

5433**A Srª. CRISTINA YUAN (CNI)** – É só um esclarecimento, porque como a língua portuguesa permite  
5434várias interpretações e como eu integro a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, onde  
5435esse assunto possivelmente irá ser debatido após passar pelo Grupo de Trabalho. Eu gostaria de  
5436saber se, no caso, até porque, nós que já participamos do Grupo de Trabalho e da Câmara Técnica, e  
5437já tínhamos feito uma análise exaustiva das substâncias orgânicas e inorgânicas que poderiam  
5438compôr esta tabela e, consideramos que, para o momento, essa lista era adequada. No caso desse  
5439Grupo de Trabalho chegar à conclusão que a lista para o momento, para a situação e a realidade do  
5440País, tanto ressaltada quando nós discutimos a questão situação do nitrogênio amoniacal para o setor  
5441de saneamento, se essa mesma realidade valerá na avaliação dessa tabela. Então o que eu quero  
5442perguntar é, se da forma como a redação está feita, está posta, o grupo tem obrigação de inventar  
5443parâmetros a serem incluídos nesta lista ou podem chegar à conclusão de que a lista está adequada.  
5444É um esclarecimento que eu gostaria de ter.

5445

5446

5447 **O Sr. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua)** – Eu já  
5448 falei aqui uma vez na reunião de hoje, mas vou dizer de novo. Quando foi feita a Resolução 357  
5449 deixaram de lado inúmeros parâmetros que constam da Resolução, mas constam da Resolução para  
5450 fins de classificação dos corpos d'água. Um exemplo, cloro. O cloro é emitido em indústrias de papel.  
5451 Ele existe nas tabelas, o cloro existe nas tabelas para avaliar a qualidade do corpo d'água, mas foi  
5452 deixado de lado, não foi incluído na tabela de efluente. O que nós queremos é que o Grupo de  
5453 Trabalho avalie a possibilidade de incluir, não só o cloro... Alumínio não está na tabela, antimônio não  
5454 está incluído na tabela, benzeno não está na tabela. Agora, eu não sou químico, eu não sou  
5455 especialista, eu sou advogado.

5456

5457

5458 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Rodrigo, só para ajudar  
5459 então não há dúvida a questão que está sendo colocada é se a palavra correta é, em vez de  
5460 apresentar, é “avaliar” propostas de novos parâmetros. Essa é que é a questão.

5461

5462

5463 **O Sr. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua)** – Pode  
5464 ser. Eu já disse aqui que eu concordava com a proposta do Doutor Cláudio Junqueira no sentido de  
5465 melhorar a redação.

5466

5467

5468 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Pelo que estou  
5469 entendendo, a manifestação da Conselheira, se for “avaliar” a proposta de novos parâmetros, estaria  
5470 confortado para Conselheira e para todos nós. É isso? Então, a proposta é isso “avaliar” a proposta  
5471 de inclusão de novos parâmetros. Em votação, aqueles que forem favoráveis, a essa belíssima  
5472 emenda de consenso, vote agora ou cale-se para sempre. Aqueles que forem contrários. Aqueles que  
5473 se abstiveram. Conseguimos uma unanimidade hoje. Muito bem, perfeito. Última emenda, por favor.  
5474 Então, a última emenda. Essa emenda trata de um limite máximo para a soma de efluentes e metais  
5475 pesados. Eu não estou conseguindo ler porque saiu aqui do computador. Aqui, na realidade... A  
5476 proposta é essa que está aí colocada, ou seja, que na Tabela 10, a soma das concentrações dos  
5477 parâmetros dos metais pesados: arsênio total, cádmio total, chumbo total, cobre dissolvido, cromo  
5478 hexavalente, cromo trivalente, estanho total, mercúrio total, níquel total e zinco total, não poderá  
5479 ultrapassar cinco miligramas por litro. Proponentes, poderia esclarecer?

5480

5481

5482 **A Sr<sup>a</sup>. CRISTINA KISTEMANN CHIODI (AMD)** – Bom, nós adotamos essa proposta de que a  
5483 emenda, em função da contribuição do Conselho Regional da Química da Quarta Região, eles  
5484 consideraram que seria pertinente, inclusive, esse foi o próprio texto que eles propuseram. E eu vou  
5485 ler a justificativa técnica que, eu acho que é bastante relevante. Com base em algumas estações de  
5486 tratamento de efluentes industriais que tinham que atender ao art. 18, do Decreto de 8.468 de 76 da  
5487 CETESB de São Paulo; Observamos que, quanto maior era a somatória dos valores dos metais  
5488 pesados mais ineficientes se comportavam as instalações para a remoção de DBO e DQO. Ou seja,  
5489 os metais eram inibidores da atividade biológica. A partir de 96, nossas estações passaram a pré-  
5490 tratar os efluentes industriais que continham metais pesados e o rendimento das estações de  
5491 tratamento de efluentes melhorou, significativamente, o que confirma a nossa proposta de limitar a  
5492 somatória de 05 miligramas por litro. Acompanhando os valores do art. 19A do Decreto de 8.468 de  
5493 76, número adotado pela CETESB – São Paulo. Então, a justificativa técnica é essa. E nós achamos  
5494 relevante que o Plenário tenha conhecimento dessa questão, que a princípio não teve nenhuma  
5495 repercussão dentro do Grupo de Trabalho e a somatória dos valores atualmente constante na tabela  
5496 ultrapassam a 14 miligramas.

5497

5498

5499 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Em discussão,  
5500 Conselheira...

5501

5502

5503 **A Sr<sup>a</sup>. CRISTINA YUAN (CNI)** – Eu gostaria de ponderar por se tratar de um assunto complexo e até  
5504 porque já houve uma magnífica convergência em relação à emenda anterior, de se concordar que  
5505 com um Grupo de Trabalho avaliará a inclusão de novas substâncias. Eu sugeriria que essa hipótese  
5506 já sugerida pela Conselheira fosse contemplada por esse Grupo de Trabalho e aí haveria uma, muito  
5507 maior, consistência de que viesse a ser proposto em termos de soma de materiais pesados.

5508

5509

5510 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Se eu entendi, a  
5511 Conselheira está propondo que esta possibilidade seja avaliada pela Câmara técnica. É isso?

5512

5513

5514 **A Srª. CRISTINA KISTEMANN CHIODI (AMDA)** – Nós concordamos com isso desde que, até que o  
5515 Grupo de Trabalho chegue a uma definição, permaneça o valor menos permissivo em função da  
5516 necessidade de cumprimento ao princípio da precaução.

5517

5518

5519 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Senhoras e senhores o  
5520 debate está um curso. Então, nós temos uma emenda modificativa que busca o consenso de que o  
5521 Grupo de Trabalho, não sei como faria, o mesmo Grupo de Trabalho criado pela emenda anterior,  
5522 avaliaria a pertinência de estabelecer esse limites de 05 miligramas por litro, de acordo com aqui...  
5523 Isso a proposta de que foi aqui colocada. E agora temos uma nova proposta de que até que esta  
5524 análise proceda, e haja uma decisão, prevaleceria esse limite. Como nós encaminhamos então? Aqui,  
5525 na verdade, nós temos duas emendas. Duas emendas. Uma que, é... Ela é amarrada com a emenda  
5526 anterior. Seria então o parágrafo... Como é que nós poderíamos fazer? Cadê a emenda que foi  
5527 aprovada?... Não está embutida, na medida em que ela e especifica... Sim, mas ela define uma  
5528 proposta, existe um documento que estabelece uma proposta. O que a Conselheira, com essa  
5529 emenda, pretende que o Grupo de Trabalho analise essa proposta do Conselho Regional de Química  
5530 e verifique a possibilidade de incorporar isso... Então, ela é específica, nós não podemos dizer que  
5531 ela estaria incluída, em tese. Qual seria a proposta de redação, para...?

5532

5533 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Sim, eu só queria levar em  
5534 consideração que essa proposta ela apareceu na discussão do Grupo de Trabalho, pelo menos, ela  
5535 está registrada nos documentos do CONAMA e houve, como se diz, uma posição do Grupo de  
5536 Trabalho que foi não acatar essa emenda. Então, assim, o que acho é que realmente essa é uma  
5537 questão que tem que ser considerada e que tem que ser incorporada na discussão anterior. Nós não  
5538 temos elementos, hoje, também aqui. Como nós não conseguimos discutir os outros parâmetros para  
5539 definir. Até porque, eu, por exemplo, sou químico e também acho que esse tipo tem sérias diferenças  
5540 entre essas substâncias aí, para nós fazermos um *pool* delas, e dizer que é 05. Eu acho que nós não  
5541 temos elementos aqui, realmente, para poder... Até porque, isso também foi trabalhado na Câmara  
5542 técnica é claro que a Plenária é soberana para isso, mas eu acho que ela ficaria muito melhor tratada  
5543 na questão, na proposta que já foi aprovada anteriormente.

5544

5545

5546 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Isso já é um consenso  
5547 Dr. Volney. O problema é o seguinte: como é que nós fazemos essa... Remetemos essa proposta  
5548 para o Grupo de Trabalho, é isso? Como fazemos isso? Como fazemos isso formalmente, essa é a  
5549 pergunta?

5550

5551

5552 **A Srª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Esses são um dos problemas que nós tínhamos previsto  
5553 quando nós começamos. Eu falei que ai ser assim, dramático, nós discutimos questões complexas  
5554 que, agora, eles reconheceram que esse documento chegou, lá, na primeira reunião do grupo de  
5555 trabalho e que até hoje eles não têm elementos para discutir. Então, que essa Resolução chegou  
5556 aqui? É uma boa pergunta, não é? A proposta de Resolução chegou aqui na Plenária, sendo que o  
5557 grupo tem várias coisas lá que não conseguiram resolver. Então, isso é um problema. Nós temos a  
5558 justificativa Técnica do Conselho Regional de Química... Não, eu primeiro eu estou defendendo a  
5559 emenda da Cristina, da Anda, porque ela tem uma justificativa técnica, por um órgão que  
5560 compareceu, em tempo, no Grupo de Trabalho, participou e não viu esses argumentos serem  
5561 discutidos. Agora, se nós vamos, de novo, mandar tudo de volta, lá para o Grupo de Trabalho. Então,  
5562 que se faça uma emenda, e nós discutamos em conjunto todos aqui, deveria ter vindo já na proposta  
5563 original, mas não veio. Então, vamos redigir essa proposta. Não simplesmente “mandar para o Grupo  
5564 de Trabalho”, porque não está claro naquela emenda que essa questão também vai ser discutida lá.  
5565 Não está clara a questão da somatória de metais pesados, não está claro, lá. Então, nós temos que  
5566 fazer uma redação. Ou altera aquele artigo que criou... Porque aqui é um problema da somatória do  
5567 efluente.

5568

5569

5570 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Eu acredito no seguinte, Zuleica,  
5571 pessoal da CNI e Plenário, eu entendo o seguinte: a recomendação deste Plenário para que o Grupo  
5572 de Trabalho a aprecie, analise também avalie o somatório, a soma das concentrações de parâmetros  
5573 dos metais pesado, não acredito que tenha ninguém, aqui nesse Plenário, que seja contra que grupo  
5574 avalie, certo, essa soma dos metais correto? Então, ninguém é contrário. Então, não vejo  
5575 necessidade da votar aqui Capobianco essa recomendação ao Grupo de Trabalho. O que nós  
5576 precisamos votar aqui é se a emenda, ela vai para resolução ou não, na forma como as entidades  
5577 estão propondo. É só isso que eu estou vendo, que tem que votar aqui, porque se ela for aprovada no  
5578 texto, de qualquer forma o Grupo de Trabalho pode continuar avaliando uma forma melhor de  
5579 regulamentar esse preceito. Se não for aprovada, também, o grupo pode ainda, assim, avaliar essa  
5580 soma também no seu trabalho. Então não tem duas propostas aqui. Eu acho que é uma proposta só  
5581 das entidades ambientalistas, que precisa ser defendida e votada aqui, no Plenário. E só isso.

5582

5583

5584 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Nós temos uma  
5585 proposta concreta que até lá vale.

5586

5587 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – É isso que precisa ser votado. O  
5588 Plenário quer que inclua isso já na Resolução ou se deixa, apenas, para o grupo de trabalho apreciar  
5589 posteriormente.

5590

5591

5592 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Vamos fazer um  
5593 esforço para fechar, porque realmente nós estamos no limite.

5594

5595

5596 **A Srª. CRISTINA YUAN (CNI)** – Eu gostaria de propor, para sugerir como resolver essa questão, é  
5597 que essa questão da proporção da avaliação pelo Grupo de Trabalho do somatório, das  
5598 concentrações enfim, e se chegar a um parâmetro, valor de concentração para esse somatório, que  
5599 isso fosse registrado em ata. Na ata, que tem um valor oficial documental. Então, que o Grupo de  
5600 Trabalho terá já como parte a sua ação avaliar isso e propor o limite. E aí eu concordo conta o  
5601 Volney, eu sou membro do Conselho Regional da Química, porque também sou engenheira química  
5602 e, também, não tenho essa segurança disse estabeleciam, agora, hoje nesse Plenário, como bem  
5603 ressaltou, o Conselheiro Rosalvo na parte da manhã aprovar com responsabilidade se cinco é bom,  
5604 ou é ruim ou se será três, ou se será vinte. Então é isso que nós estamos argumentando que esse  
5605 Grupo de Trabalho possa avaliar a questão, isso ficará registrado em ata, e é um compromisso já do  
5606 Grupo de Trabalho nesse sentido.

5607

5608

5609 **O Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** – Sr. Presidente, eu  
5610 vou tentar um consenso aqui. Eu acho que essa emenda aditiva poderá ser um parágrafo do artigo já  
5611 aprovado, com a seguinte alteração. Dentre outras proposta a serem analisadas pelo referido Grupo  
5612 de Trabalho citado no caput estará a soma das concentrações... Parando, em selênio total, eu não  
5613 estou vendo a última frase, ou seja, não retira, retira aquela expressão não deverá ultrapassar a 5  
5614 miligramas/litro. Com isso eu garanto o espírito da emenda feita, dizendo que eu vou analisar as  
5615 concentrações, sem agora, definir que o limite é... Pronto, é isso aí, e essa emenda será parágrafo do  
5616 artigo que já foi a aprovado. Desta forma Cristina, eu acredito que atende ao que você colocou, o que  
5617 a CNI colocou e, ao mesmo tempo, atende a questão das entidades ambientalista onde o que eles  
5618 querem, na realidade, é a intenção da emenda salvo entendimento diferente é de que aquelas  
5619 questões que a soma das concentrações sejam contempladas. Então, eu acredito que transformando  
5620 a emenda a apresentada num parágrafo, com as alterações que eu sugeri, retirando o valor. Eu acho  
5621 que, nós atendemos a gregos e troianos, salvo entendimento diferente.

5622

5623

5624 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Avaliará a  
5625 aplicabilidade da soma de concentração do limite, para a soma, tem que ser uma coisa assim, certo?  
5626 Haverá o estabelecimento de limite para a soma das concentrações. É isso? Avaliará o  
5627 estabelecimento de limite para soma da concentração dos seguintes metais pesados. Não é isso? O  
5628 Grupo de Trabalho dentre outros parâmetros avaliará o estabelecimento de limite para a soma das  
5629 concentrações dos parâmetros de metais pesados. Pronto, é isso? Pode ser? Pode ser assim? Quem  
5630 for favorável à inclusão desse parágrafo novo na redação proposta... Desculpa... É que tabela dez da  
5631 Resolução do CONAMA já está dizendo disso, entendeu? Há uma dúvida da Conselheira pergunta se  
5632 não é necessária a concentração em efluentes de... Já está na Resolução, na Resolução da tabela

5633dez, está subtendido. Não é isso, podemos votar? Então, por favor, quem for favorável à aprovação  
5634desta emenda na forma redigida pelo Ministério da Integração, que deu sua grande contribuição neste  
5635momento, por favor, que se manifeste agora ou cale-se para sempre. Aqueles que forem contrários  
5636ao Ministério de Integração, por favor, se manifestem. Ninguém contra o Ministério da Integração,  
5637ninguém se absteve. Aprovado. Agora a última emenda, que cabe, é se a emenda, de que, proposta  
5638pela Conselheira da AMDA de que até que o grupo conclua esta avaliação se vale o limite de cinco  
5639miligramas por litro, não é isto? Vocês mantêm proposta, mantêm a emenda ou retira a proposta?  
5640Retira a proposta. Então, está retirada a proposta e com isso encerramos, obviamente, no  
5641entendimento da Mesa o debate em torno da Resolução, aprovando Resolução na forma aqui  
5642definida. Então, aprovada a Resolução de efluentes. Parabéns a todos nós, por este feito, mais este  
5643feito, do CONAMA. Muito bem, o que temos agora para a alegria dos Conselheiros.

5644

5645

5646**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Rapidamente, nós temos aqui, uma  
5647proposta de alteração da ordem de votação do item moções, proposta pela Zuleica Nicks e também  
5648temos um Requerimento de Informação apresentado pelo MAPA – Ministério da Agricultura com  
5649várias assinaturas. O requerimento, eu acho que, é mais rápido. Nós podemos votar ele logo e depois  
5650apreciamos a alteração da ordem das moções. Requerimento diz o seguinte: o assunto é  
5651regulamentação do art. 44b do Código Florestal. Venho solicitar ao Ministério do Meio Ambiente  
5652informação sobre a proposta de regulamentação do art. 44b, do Código Florestal que trata sobre as  
5653cotas de reserva legal e já discutido e aprovado por Grupo de Trabalho Técnico formado pelos:  
5654Ministérios da Fazenda, Agricultura, Meio Ambiente, IBAMA entre outros, no qual formatou um  
5655documento. Atualmente a proposta em questão encontra-se no Ministério de Meio Ambiente para  
5656avaliação que, até o presente momento, não emitiu posicionamento sobre o mérito e forma do  
5657mesmo. Assinam aqui vários Conselheiros, dez Conselheiros. Então, nós temos que por decisão  
5658desse Plenário avaliar se o Plenário entende como procedente que a informação seja prestada aqui  
5659na próxima Reunião Ordinária, ou não. Ao poder votado hoje. Perdão, perdão a Dominique está me  
5660lembrando aqui, Elvison que o Requerimento de Informação o Plenário definiu, eu não estava me  
5661lembrando, que ele sempre será disponibilizado 15 dias antes, para que os Conselheiros tomem  
5662ciência do teor do requerimento para ser aprovada na Plenária então seguinte. Então, nós vamos  
5663disponibilizar o requerimento para a próxima reunião do CONAMA para que os Conselheiros então  
5664votem num próximo Plenário. Desculpa, foi falha aqui a essa altura.

5665

5666

5667**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu venho solicitar, como é que  
5668eu poderia, interpor um procedimento verbal contra essa questão do Requerimento de Informação já  
5669que isso não foi modificado do Regimento Interno. Veja bem, eu ontem por causa dessa questão do  
5670Requerimento de Informação, não foi solicitado, de acordo, que essa modificação fosse feita uma  
5671mudança no Regimento para que os requerimentos fossem feitos dessa forma. Quando foi feita essa  
5672modificação. Vou explicar por que, porque toda vez que nós viemos, isso e eu não estou falando só  
5673das entidades ambientalistas não, com alguma coisa que alterasse o Regimento Interno você tem que  
5674ter, se não me engano, quinze ou vinte assinaturas para fazer essa modificação. Ontem, analisando o  
5675Regimento não isso não foi apresentado dessa forma. Então, não cabe à mesa mesmo que tenha  
5676sido votado pelo plenário por ter sido formatado de maneira inadequada o Plenário não modificou o  
5677Regimento. E uma das atribuições de qualquer Conselheiro aqui é a requer informações ao  
5678Presidente e ao Secretário da Mesa. Sem nenhum Requerimento de Informação dirigido a vocês.  
5679Então, eu não vejo como a Mesa interpor, esse tipo, nem de votação é para ter, de requerimento  
5680informação. Compreensível?

5681

5682

5683**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** - É mais tem uma falha de pressuposto  
5684aí, que é o seguinte Francisco, nós acertamos com o Plenário esse procedimento de consulta ao  
5685Plenário sobre o Requerimento de Informação porque o... Vou tentar explicar, se eu estiver errado,  
5686você me corrija. O Regimento do CONAMA não prevê Requerimento de Informação, a não ser para  
5687licenciamento ambiental de empreendimentos que são (é a única previsão que existe no Regimento)  
5688informações para análises de processos de licenciamento ambiental, que o Plenário do CONAMA tem  
5689por competência o direito de reavaliar processo do licenciamento, não só da esfera Federal como de  
5690qualquer esfera municipal o estadual, desde que solicitado pelo Conselheiro. Mas Requerimento de  
5691Informação, em genérico, para qualquer tipo de assunto isso não tem previsão no nosso Regimento.  
5692Então, nós acertamos com o Plenário Francisco, que, como nós estávamos recebendo muito  
5693Requerimento de Informação que faríamos uma consulta sempre ao Plenário, para que plenário  
5694avalia-se o que seria procedente, ou não, atender na forma de requerimento. É só isso. É porque não  
5695está previsto no Regimento e, também, porque nós estamos recebendo muito Requerimento de

5696 Informação ocupando, excessivamente, a nossa pauta. Até o plenário queria ter o direito, alguns  
5697 Conselheiros levantaram o direito, de avaliar se a informação precisa ser apresentada em Plenário ou  
5698 se pode ser simplesmente encaminhado à Secretaria Executiva do CONAMA para ela informar por  
5699 escrito, no papel, sem precisar ocupar espaço de tempo da Plenária, entende? É só por isso que foi  
5700 feita essa decisão do Plenário.

5701

5702

5703 **O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Veja bem, o Requerimento de  
5704 Informação ele pode também não ser apresentado no Plenário, atos os textos porque não existe  
5705 obrigação regimental, mas que a pessoa pode solicitar e tem obrigação de responder tem. Aos  
5706 Conselheiros incube artigo 43, e não está limitado, item 4 – requer informações providências e  
5707 esclarecimentos ao Presidente e o Secretário Executivo. Pronto, não significa aí eu entendo, que é  
5708 outra discussão. Apresentar ao Plenário pode até se discutir se deve apresentar pela pertinência.  
5709 Agora que pode requer a informação pode e tem. Eu acho, que tem até obrigação de responder  
5710 como qualquer cidadão brasileiro fazer qualquer requerimento a qualquer autoridade. Então, eu só  
5711 coloco essa questão porque não pode se limitar votar, se cabe ou não, a pessoa pedir ou não  
5712 informação. Agora, se vai apresentar ou não, eu acho até que pode se discutir isso no Plenário. No  
5713 Regimento não se obriga a apresentar as informações ao Plenário, não existe. Agora, o que nós  
5714 estamos fazendo é votando se a pessoa pode pedir ou não informação. É isso que está errado.

5715

5716

5717 **O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Nós estamos entrando  
5718 numa seara complexa. Talvez, essas questões que foram levantadas, nós pudéssemos tratar, já que  
5719 há um impedimento, independente da procedência ou não do impedimento, tal como o Chico levanta.  
5720 Nós podemos tratar na próxima reunião Plenária, no sentido, de tratar isso com mais tranquilidade,  
5721 porque, de fato, a essa altura nós não chegaremos a um bom termo, portanto, a proposta é que nós  
5722 não tratemos desse assunto aqui, agora, e que siga essa orientação que foi apresentada e analise o  
5723 pleito o Chico Iglesias para verificar se essa orientação procede, ou não. E aí, a partir daí, ter um  
5724 novo procedimento... É sobre este assunto que você queria tratar, nós não podemos deixar isso uma  
5725 próxima reunião?

5726

5727

5728 **O Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** - Podemos, se você  
5729 me permitisse só um minuto, um minuto e meio, eu ajudaria e não mais que isto. Eu acho que nós  
5730 temos que compreender que são duas questões diferentes. Uma é o direito qualquer órgão ou  
5731 qualquer cidadão requerer a informação e quem define isso, quem regulamenta isso é uma Lei  
5732 Federal. Ponto, assunto morto. Segundo: É que aquelas entidades que assinaram, esse  
5733 Requerimento de Informação, elas querem transformar, um Requerimento de Informação que ela  
5734 poderiam protocolar, como um requerimento de informações do Conselho Nacional de Meio  
5735 Ambiente, ou seja, do CONAMA. São duas coisas distintas, no meu entendimento, e nos meus  
5736 poucos conhecimento jurídico, mas sempre tentando estudar e aprender mais, não cabe a votação.  
5737 Eu acho que foi apresentado, automaticamente, no meu entendimento, até porque o poder público a  
5738 Mesa não pode recusar o recebimento desse documento e, automaticamente, ele se transforma num  
5739 requerimento informação. Em vez de ser daquelas entidades que a assinaram, mas do Conselho  
5740 Nacional de Meio Ambiente. Chico, eu não sei se eu me fiz compreender. São duas coisas distintas  
5741 que não é a mesma coisa.

5742

5743

5744 **O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – Ok. Como é um encaminhamento  
5745 diferente, uma sugestão diferente do que está sendo feito. Eu vou encaminhar conforme o presidente  
5746 da Mesa está propondo. Na próxima reunião plenária nós reavaliaremos esse encaminhamento, até  
5747 porque isto está previsto também na revisão do Regimento Interno. E de qualquer forma esse  
5748 Requerimento de Informação, nós vamos receber esse requerimento e atender, senão na reunião  
5749 extraordinária, na próxima Reunião Ordinária. Ok? Nós temos aqui uma proposta de alteração da  
5750 ordem da votação das moções. A Conselheira Zuleica apresentou a proposta de que as Moções  
5751 referentes à... Que pede a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Restinga de  
5752 Maricá no Estado do Rio de Janeiro e que foi apresentada aqui no início dessa plenária, entrando na  
5753 pauta. E a Resolução que trata da criação do Dia do Pantanal, também uma expectativa das  
5754 entidades que atuam no bioma pantanal, bem como aquela Resolução que trata do tema da  
5755 maricultura. Vamos localizar aqui na agenda. São as moções de número 7.10, que trata de  
5756 licenciamento ambiental de projetos de maricultura a moção 7.13 e essa nova que entrou ontem, que  
5757 trata da reserva de desenvolvimento sustentável da restinga de Maricá. A conselheira Zuleica pede  
5758 que nós coloquemos essas Resoluções para serem votadas hoje, ainda nesse tempo que nós temos,

5759e as demais moções que fiquem para as próximas plenárias. Essa é a proposta que ela está fazendo,  
5760porque inclusive as outras moções são de interesse da APROMAC, e a APROMAC já se ausentou.  
5761Não é isso? A Zuleica já se ausentou do Plenário. Essa é a justificativa que ela apresentou para  
5762essa proposta ao plenário.

5763

5764

5765**O Sr. CELSO KNIJNIK (MME)** – Só uma questão de ordem, presidente, porque me parece que a  
5766proposta de inversão de pauta tem que ser feita no início dos trabalhos. Então, me parece que agora  
5767não cabe mais a proposta de inversão de pauta, que nós devamos seguir a pauta na ordem em que  
5768se encontra.

5769

5770

5771**O Sr. CARLOS ANDRÉ OSÓRIO CARNEIRO (BICUDA)** – Eu gostaria de lembrar que não se trata,  
5772pelo menos na Restinga de Maricá, de inversão de pauta, foi votado ontem no início da sessão  
5773regime de urgência para essa moção. Isso nesse caso não é inversão de pauta e as outras o  
5774problema é porque ela, que vai defender as moções, ela não está presente por conta do horário do  
5775vôo que o próprio Ministério marcou. A questão é essa. Mas, no caso da Restinga de Maricá foi  
5776votado e a aprovado aqui pelo CONAMA, que foi aceito o regime de urgência.

5777

5778

5779**O Sr. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (Diretor do CONAMA)** – A moção para a Reserva de  
5780Desenvolvimento Sustentável de Maricá não foi votado em regime de urgência. Isso eu posso  
5781assegurar. Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Maricá? Não foi votado urgência, tenho  
5782absoluta certeza. Foi apenas admitida a inclusão na pauta das moções. Foi admitido isso, mas não foi  
5783votada a urgência.

5784

5785

5786**O Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** - Presidente, nós  
5787poderíamos, o companheiro, nós podemos ter um acordo, que é seguinte: nós nos comprometemos  
5788aqui a não pedir verificação de quorum e segundo, nós nos comprometemos a votarmos no mínimo a  
5789questão de Maricá e a questão da Petrobrás. Topa esse acordo ou não? Eu estou tentando uma  
5790combinação, um consenso.

5791

5792

5793**A Sr<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Então, analisando o Regimento Interno, eu posso retirar nesta  
5794plenária de pauta a matéria que eu propus. Então, eu retiro as duas moções de Mauá de pauta nesta  
579589<sup>a</sup> Reunião Ordinária, retiro a moção de recomendação à Petrobrás, porque infelizmente eu tenho  
5796que me retirar e eu sou a única pessoa que pode defender essa moção nesse momento. Sou a única  
5797pessoa qualificada, então a matéria ficaria prejudicada se eu não agisse dessa forma. Eu acredito que  
5798os senhores compreenderão e tem também uma outra moção, se não me engano, sobre a questão  
5799do posto ecológico que era do Miguel Scarcello que também, eu estou com incumbência de defender  
5800e como estou me retirando... E também tem as dos pneus do STF que eu acredito que o Ministério do  
5801Meio Ambiente pode me ajudar. Eu deixaria se for necessário.

5802

5803**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Pela ordem. A próxima  
5804é do Chico Iglesias.

5805

5806

5807**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Gente, que a Petrobrás tem  
5808medo de discutir isso? Só uma questão. A autora tem o direito de retirar de pauta, ela tem, e  
5809apresentar novamente a matéria. Não, eu sei. Veja bem, Essa proposta foi apresentada, não estou  
5810falando da Petrobrás estou falando do prédio do CONAMA, se vocês estão acompanhando o que  
5811está acontecendo. A proposta foi apresentada no intuito de garantir um espaço melhor para este  
5812Conselho que têm mais de 25 anos, está inteirando 26 de vida, 25 anos foi o ano passado. Um  
5813espaço que nós pudéssemos ter condições de usar os computadores, os *notebooks* ter, inclusive,  
5814talvez uma assessoria melhor, ter muita gente, por exemplo, o Ministério de Minas e Energia  
5815normalmente vem com três quatro assessores. Nós ambientalistas, dificilmente trazemos assessores.  
5816Então, que garantisse um espaço comportável, mínimo, para que pudéssemos atuar como  
5817Conselheiros e que esse espaço não servisse somente para o CONAMA, mas que pudesse servir  
5818para outros Conselhos, como o Conselho Nacional da Saúde tem vários outros Conselhos, porque  
5819infelizmente eu não vi em Brasília nenhum espaço destinado, inclusive para reuniões tipo das  
5820Organizações das Nações Unidas. Quem conhece os espaços das Nações Unidas, são espaços

5821extremamente... Eu gostaria de pedir respeito porque eu estou falando de um assunto e vocês  
5822estão... Por favor, esclareça qual é o assunto que está em pauta. Para eles.  
5823  
5824  
5825**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Proposta de moção que solicita  
5826a construção de um espaço para o funcionamento do CONAMA.  
5827  
5828  
5829**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Vocês deveriam prestar  
5830atenção, me desculpem.  
5831  
5832  
5833**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Só um minuto. Deixe-  
5834me esclarecer. O que houve foi o seguinte. Foi feito um acordo, a Zuleica retirou várias moções para  
5835que subisse então, as moções que se pretendem trabalhar, garantir a sua discussão hoje. No entanto,  
5836na seqüência tirando as quatro moções que a Zuleica propôs, a primeira na seqüência é do Francisco  
5837Iglesias, por ordem. Nós então consultamos se ele retiraria a moção dele para a próxima reunião. E  
5838ele está mantendo a moção dele.  
5839  
5840  
5841**O Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** - Questão de Ordem.  
5842Presidente, nós tentamos fazer um acordo no seguinte sentido. Queremos votar questão de Maricá e  
5843a questão da Petrobrás aí a Zuleica então parece que foi a autora de Maricá, tirou de Maricá, mas nós  
5844queríamos, é ele lá, mas nós queríamos votar a questão da Petrobrás. Aí ela pegou e fez o seguinte  
5845também retirou a da Petrobrás e aí eu pedi a assessoria técnica do CONAMA, por isso nós ainda  
5846estamos naquele primeiro tema Petrobrás/Marica, que a assessoria do CONAMA verificasse da  
5847possibilidade, se o Regimento permite, de que mesmo ela sendo autora retirasse, nós, algum  
5848Conselheiro viesse e mantivesse a proposta da Petrobrás. Por quê? Porque já é a segunda vez que  
5849essa moção entra e sai, entra e sai, e eu tenho uma empresa, seu presidente, que é do Brasil, do  
5850País que está em evidência há mais de dois anos e meio com essa questão e até agora não  
5851resolvemos. Não é possível o que Regimento não tenha alguma coisa que a pessoa põe, sai no site  
5852do CONAMA, chega aqui e tira, lá põe no site do CONAMA, tira, e ficamos anos e anos colocando  
5853uma empresa que é patrimônio do País em evidência que está aí competindo no mercado  
5854internacional e absolutamente importante para o desenvolvimento deste País (Palmas).  
5855  
5856  
5857**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – A Petrobrás é evidente pelos  
5858crimes que pratica. Perdoe-me. Só um minutinho.  
5859  
5860  
5861**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Rosalvo, por que vocês  
5862não sentam? Por que vocês não se sentam e ficam comportáveis? Como todos estamos. Queria pedir  
5863que todos se sentassem, por favor. Vocês poderiam se sentar, ou ficar em pé no fundo. Vocês estão  
5864fazendo uma guerrilha? Trabalhamos dois dias com grandes resultados. Fizemos aqui das tripas  
5865coração para avançar e agora o que está acontecendo? Calma, pessoal! Veja bem, o proponente da  
5866moção retirou a moção pauta, está certo. Muito bem, a nossa equipe está analisando a possibilidade  
5867de que o assunto permaneça em pauta apesar da iniciativa do proponente. Muito bem, enquanto isso,  
5868o nosso Conselheiro Júlio Iglesias (risos), ele está tratando de uma moção de seu interesse que está  
5869na pauta. Ele foi abruptamente interrompido enquanto fazia a sua colocação. Portanto, veja bem,  
5870enquanto a nossa equipe de juristas analisa o Regimento para que nós possamos discutir se mantém  
5871ou não. Eu pediria que todos com calma permitissem que o Francisco Iglesias concluísse a sua  
5872defesa da moção e na seqüência informaremos se é possível mantemos a Petrobrás nos termos do  
5873Regimento. Pode ser?  
5874  
5875  
5876**O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Primeiro, eu quero fazer um  
5877esclarecimento. Eu já tive a oportunidade do Rosalvo me fazer uma pressão muito grande aqui no  
5878plenário, e falar: “Os acordos não serão cumpridos”. E parece que aqui não funciona. A autora veio  
5879aqui explicar. Explicou por que ela estava fazendo a proposta. Vocês não levaram isso nem em  
5880consideração. Então, é importante ter o comportamento, nós temos que ter um comportamento  
5881coerente com aquilo que nós pregamos. Se nós não temos, é complicado. Só um minutinho. Tem por  
5882que foi a mesma coisa, uma cobrança. Outra coisa que eu quero aproveitar. O esclarecimento que foi  
5883pedido, não foi pedido ao microfone. Ele não veio pedir que se consultasse o regimento antes de

5884mim. Tanto que eles não prestaram atenção que entrou outra matéria. Então, complementando, eu  
5885estava colocando que nós não temos um espaço que faça jus ao nosso CONAMA. Mesmo as nossas  
5886divergências, que faça jus a essa questão aqui dentro do Plenário. Então, eu gostaria, eu coloquei até  
5887em função de tentar ajudar que esse espaço, porque esse espaço aqui que nós temos é um espaço  
5888extremamente antiecológico. Nós podemos discutir aqui por vários fatores. Mas, aí eu gostaria que a  
5889moção fosse aprovada, porque, na realidade, é só uma moção de apoio ao próprio MMA para que se  
5890reforce as condições de trabalho deste Conselho. Muito obrigado.

5891

5892

5893**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado. Eu queria  
5894aproveitar para informar a todos os senhores que as providências nessa linha estão sendo tomadas.  
5895Existe já um processo de instalação em um prédio próprio, próprio não, um prédio especialmente  
5896alugado para esse fim, de uma área grande do Ministério, incluindo o CONAMA nas condições que o  
5897Francisco propõe. Então, não há nenhum problema de aprovar a moção. Estão em votação. Quem for  
5898favorável à moção do Francisco Iglesias, por favor, se manifeste. Muito bem. Quem for contrário à  
5899moção. Abstenções? Aprovado a moção. Uma abstenção. Agora com relação ao Regimento Interno.  
5900Eu queria informar aos senhores aqui do plenário o seguinte: art. 16 – é facultado a qualquer  
5901Conselheiro requer vista uma única vez devidamente justificada de matéria ainda não votada ou  
5902solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria. E não há nenhuma previsão de que um outro  
5903Conselheiro mantenha em pauta matéria retirada por Conselheiro proponente. Não há previsão  
5904regimental. Nesse sentido a Conselheira Zuleica terá assegurado o seu direito e a matéria não será  
5905deliberada nesta reunião. É sobre o regimento? Nós todos concordamos que a Petrobrás é um  
5906patrimônio nacional, não precisa repetir isso.

5907

5908

5909**O Sr. ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR (Ministério da Integração Nacional)** - Presidente, então  
5910veja bem. Vamos só tentar o raciocínio. Por similaridade, se eu posso uma única vez, como o senhor  
5911colocou, pedir vista. Entendo também, evidente que isso não está num português muito claro, de que  
5912também apenas uma única vez eu posso tirar determinada matéria de pauta. Deixa-me concluir meu  
5913raciocínio. Mas eu tenho outros cursos também. Então, uma única vez eu posso retirar de pauta.  
5914Agora eu acho que a mesa, a condução e direção do CONAMA deve analisar então a questão que  
5915está ocorrendo. Qual é? É que um mesmo tema, um mesmo conteúdo com outras palavras está  
5916sendo protocolado, sai no site, fica em evidência e é retirado. E na reunião seguinte apresenta e é  
5917retirado. Então, eu acho que isso desmoraliza não só o Conselho, porque parece uma brincadeira,  
5918embora essa última retirada não foi por um problema de vôo. E segundo eu acho que prejudica e  
5919deve ser preocupação de todos os conselheiros o prejuízo que poderá causar a imagem de uma  
5920empresa, que é uma empresa nacional. Eu requeiro então que a direção da mesa de que analise este  
5921fato concreto.

5922

5923

5924**O Sr. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Caro Conselheiro, nós  
5925não podemos esquecer o que Regimento Interno está em revisão. Portanto, nada impede que o  
5926senhor Conselheiro pleno deste Conselho conjuntamente com outros proponha no âmbito da revisão  
5927do Regimento um dispositivo na linha do que o senhor pretende, limitando ou condicionando, ou  
5928como o senhor achar melhor, isso vai ser votado aqui, um mecanismo de que impeça, digamos  
5929assim, que um Conselheiro proponente de matéria possa retirá-la mais de uma vez ou da forma que o  
5930senhor achar melhor. Então, por favor, proponha que esse assunto seja remetido para a revisão do  
5931regimento. Eu espero que o senhor aí conduza. Não é algo que a mesa fará. Isso compete aos  
5932Conselheiros e podemos então encaminhar. Existe um Grupo de Trabalho trabalhando a revisão?  
5933Então, o grupo assessor receberá a incumbência de analisar esse aspecto aqui levantado pelo  
5934Rosalvo e nós passaremos agora. Eu peço desculpas. Eu já fui chamado cinco vezes pela Ministra  
5935aqui. Como eu corro o risco de, ao não sair agora, não presidir mais nenhuma reunião do CONAMA.  
5936Então, eu peço desculpas aos senhores agradeço a reunião extremamente produtiva que tivemos  
5937hoje, apesar de difícil, mas foi muito importante e peço então que representante do Ministério do Meio  
5938Ambiente, o Volney assuma aqui a presidência, na perspectiva de que nós possamos avançar na  
5939aprovação de moções há muito pleiteadas. Muito obrigado e nos vemos na próxima reunião do  
5940CONAMA ou em qualquer outro momento durante esse período.

5941

5942

5943**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado, Sr. Presidente.  
5944Então, dando andamento a nossa pauta, passamos então ao ponto 7.10 que trata da proposta de  
5945moção que solicita da definição sobre a competência para emissão de licenciamento ambiental para  
5946projetos de maricultura em águas da União. O proponente é o Governo do Estado de Pernambuco e

5947outros. Quem é o responsável pela defesa dessa proposta? Por favor, se dirigir à tribuna. Eu pediria  
5948que pudesse se ater a cinco minutos.

5949

5950

5951**O Sr. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da**  
5952**Presidência da República)** – Será bem menos do que isso, presidente. Trata essa moção aqui, na  
5953verdade, foi um encaminhamento feito pelo Governo do Estado de Pernambuco. Havia um consenso  
5954naquele momento em relação à ABEMA de que o licenciamento ambiental da maricultura deveria ser  
5955realizado pelos órgãos estaduais, órgãos ambientais estaduais. Esse consenso foi estabelecido em  
5956função de dois pareceres da CONJUR, do Ministério do Meio Ambiente que me manifestaram dizendo  
5957que dominialidade do bem não é o fator preponderante para a definição da atribuição de licenciar, ou  
5958seja, a função de licenciar, a atribuição de licenciar ela é, sim, em função da dimensão do impacto  
5959ambiental decorrente do empreendimento. Como esses empreendimentos da maricultura são  
5960empreendimentos de baixíssimo impactos já há vários casos em que os Estados estão licenciando,  
5961porém em outros casos os Estados estão num sobressalto em relação à possibilidade de licenciar ou  
5962não. Eu ressalto aqui a situação dos empreendimentos no Estado de Santa Catarina onde nós temos  
5963aí cerca de mil produtores, maricultores, produtores de mexilhão que se encontram hoje na  
5964ilegalidade. São pequenos produtores, a maioria deles oriundos da pesca artesanal. Pessoas que  
5965dependem dessa atividade para sobreviver e que estão há quase vinte anos buscando se regularizar  
5966e essa oportunidade. Eu vejo aqui o Dr. Rômulo, naquela oportunidade houve um acordo entre a  
5967SEAP, o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente que nós verificamos que realmente em função da  
5968dimensão do impacto desses empreendimentos, eles tinham toda a possibilidade de serem  
5969licenciados pelos Estados. E essa moção, na verdade, aqui ela é a nada mais nada menos do que  
5970uma sinalização política para os Estados dizendo: Olha! Vocês realmente vocês podem fazer o  
5971licenciamento ambiental. Apesar disso já ser uma prerrogativa legal. Eles já têm cobertura legal para  
5972fazer esse licenciamento, mas como houve em alguns momentos uma série de discordâncias em  
5973relação a isso e é para isso que está vindo aí à regulamentação do artigo 23, eu acho que para dirimir  
5974qualquer dúvida. Então, essa moção ela se faz necessária nesse momento para que nós possamos  
5975estar regularizando esses empreendimentos e dando condições a esses empreendedores de se  
5976regularizarem e ter acesso às políticas públicas implementadas pelos governos estaduais, pelos  
5977governos municipais e pela Secretária Especial de Aqüicultura e Pesca representando o Governo  
5978Federal. Eu agradeço.

5979

5980

5981**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu agradeço o representante  
5982da SEAP. O Doutor Ubiracy membro honorário do CONAMA pediu a palavra.

5983

5984

5985**O Sr. UBIRACY CRAVEIRO DE ARAÚJO (Membro Honorário)** - Bem, eu só queria encaminhar  
5986exatamente ao contrário do que foi encaminhado pelo meu antecessor, porque além da invocar o art.  
598720 da Constituição que trata o mar territorial como bem da união, o CONAMA ratificando uma  
5988proposta dessa, uma moção dessa, está indo contra a sua própria Resolução 237, que ela fala no que  
5989mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica exclusiva toda competência para  
5990licenciar é do IBAMA. E a proposta de moção fala em águas da União. Então, nós não estaríamos  
5991infringindo só a constituição. Estaríamos infringindo uma própria Resolução do CONAMA que é 237  
5992no seu art. 4º. Eu conheço o parecer do Dr. Gustavo Trindade, mas um parecer do Doutor Augusto  
5993Trindade dizendo que a dominialidade não fixa a competência, ele foi aprovado pela Ministra Marina  
5994como parecer normativo, mas nesse caso isso é um entendimento administrativo. Isso pode ser  
5995questionado em juízo. E no caso trata-se de uma moção do CONAMA e é o CONAMA que diz na 237  
5996art. 4º que essa competência é do IBAMA. Então, eu voto pelo encaminhamento da não aprovação da  
5997moção.

5998

5999

6000**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu vou abrir mais duas  
6001inscrições para o esclarecimento. Uma a favor e a outra contrária, porque eu acho que o nosso  
6002objetivo aqui é esclarecer a Plenária. Depois nós passamos para a votação.

6003

6004

6005**O Sr. SÉRGIO ROBERTO PEREIRA ANNIBAL (FBCN)** - Considerando nessa controvérsia, foi ótima  
6006a palavra dos dois. Houve um pedido nosso de vistas dessa moção de modo e fizemos então uma...  
6007Essa vista foi feita, já foi feito o parecer, o parecer está no CONAMA já disponível para todo mundo,  
6008justamente essa questão é uma questão que envolve não só as águas da União para a ocupação da  
6009aqüicultura, da maricultura no caso, como também para outros elementos como áreas para marinas,

6010 áreas de portos e uma série de outras sobre o uso do espaço marinho e oceânico esse espelho  
6011 d'água, que realmente tem essa controvérsia da União ser considerada Governo Federal, a União  
6012 como sendo representante o Governo Federal e tem uma outra lógica que a União é a integração dos  
6013 três níveis estadual, municipal e federal. Então, nós solicitamos, eu acho que essa... De certa forma  
6014 do ponto de vista prático para a SEAP, eu acho que... Marcelo! Do ponto de vista prático a SEAP já  
6015 fez para resolver essa questão, pode ser que eu esteja enganado, mas já existe uma portaria da  
6016 SEAP que regulamenta no nível estrutural administrativo a forma como se estabeleceram os parques  
6017 aquícolas, isso está na SEAP também. Então, é uma norma, um critério que normalmente faz uma  
6018 consulta do IBAMA, consulta para as entidades estaduais e até para as entidades municipais e aí  
6019 estabelece o licenciamento dos parques aquícolas. Então, de certa forma o andamento de urgência,  
6020 não para a moção, mas até para a atividade aquícola dar andamento a SEAP já tem instrumento  
6021 normativo técnico que está em andamento e funcionando. O que nós solicitávamos que a conclusão  
6022 do nosso parecer é que se faça, que a moção inclua, e aí que nós colocamos em votação, a  
6023 necessidade de um grupo técnico. Nós fazemos aqui grupos técnicos super específicos para vários  
6024 fatores. Então, é um grupo técnico para fazer um estudo do gerenciamento da zona costeira e  
6025 oceânica desse País, que representa um terço do território nacional são quatro milhões e quinhentos  
6026 mil quilômetros quadrados que não estão cobertos por sistema nenhum de gerenciamento. Existe  
6027 uma lei básica que é o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro que prevê uma faixa terrestre, uma  
6028 faixa marinha, mas essa faixa marinha é costeira e a zona oceânica que é zona econômica exclusiva  
6029 brasileira, que vai hoje a alguns setores até 350 milhas mar a fora, onde estão estabelecidas reservas  
6030 de óleo, gás e o desenvolvimento da maricultura e da pesca possa ser gerenciado da mesma forma e  
6031 aí nós colocamos uma minuta está no parecer, uma minuta, uma proposta de minuta que nós fizemos  
6032 uma interpretação de um sistema na mesma lógica do Sistema Nacional de Política de Recursos  
6033 Hídricos se fez uma avaliação de uma Política Nacional de Gerenciamento Costeiro e oceânico,  
6034 inclusive nós teríamos uma estruturação semelhante à estruturação democrática e de gestão do  
6035 Sistema Nacional de Recursos Hídricos para esse Sistema Nacional de Recursos Costeiros e  
6036 Oceânicos das Águas Marinhas e Salinas. E como nós vimos aqui, nós tivemos nesses dois dias de  
6037 CONAMA várias discussões em várias questões em que foram claras as demonstrações de que  
6038 existem diferenças muito grandes entre corpos d'água de rios pequenos, grande e médios e águas  
6039 salinas, marinhas e oceânicas. Então, é fundamental, a conclusão é encaminhar a moção não  
6040 simplesmente de licenciamento estadual, da deliberação quanto ao licenciamento estadual porque  
6041 também teria que regulamentar isso, se caso houvesse, porque não pode deixar cada Estado  
6042 Nacional fazer um licenciamento do que prover. Então, no sentido de dar um sentido, de estudar uma  
6043 regulamentação para essa tripartite, dessa ação tripartite do gerenciamento costeiro e oceânico. Nós  
6044 encaminharíamos da necessidade de um em GT específico sobre isso onde já a FBCN se coloca  
6045 como possibilidade a própria Marinha, eu acho o Ministério da Defesa também participaria  
6046 obviamente, a SEAP também. Então, um grupo de Grupo de Trabalho, a proposta é essa, que nós  
6047 aprovássemos aqui a idéia de um GT para tratar sobre um gerenciamento dos espaços costeiros e  
6048 oceânicos brasileiros que são 4 milhões e 500 mil km<sup>2</sup>. Obrigado

6049

6050

6051 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu queria só tentar. Eu gostaria  
6052 que nós tivéssemos ao objetivo da moção e discutisse o mérito da moção uma vez que eu acho que  
6053 não é pauta nesse momento criação de GT. Eu acho que seria um pouco avançar um pouco nessa  
6054 discussão, porque eu acho apareceu aqui um ponto. Quer dizer, tem dois pontos aqui. Tem a questão  
6055 do gerenciamento costeiro que eu acho que podemos trazer para a parte de informes algumas  
6056 questões sobre, uma próxima reunião sobre gerenciamento costeiro para nós problematizarmos um  
6057 pouco essa discussão e informar melhor até a Plenária. Eu acho que para nós tomarmos uma  
6058 decisão sobre os melhores encaminhamentos em relação a essa discussão, mas o Conselheiro  
6059 honorário Ubiraci, ele apontou aqui uma clara incompatibilidade dessa proposta de moção com o que  
6060 está previsto na própria a resolução 237 do CONAMA. Então, me parece que esse um ponto  
6061 importante de ressaltar e eu consulto se esse é o entendimento da SEAP, uma vez que, a não ser  
6062 que ponto ela estava ciente dessa discussão. E se mantém a moção.

6063

6064

6065 **O Sr. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da**  
6066 **Presidência da República)** – A proposta de moção, ela está mantida. Como eu salientei antes, há  
6067 dois pareceres do Ministério do Meio Ambiente que se manifestam à cerca disso e, inclusive nós já  
6068 estabelecemos um procedimento administrativo junto ao IBAMA, junto ao Ministério do Meio  
6069 Ambiente que tramita da seguinte forma: Em se tratando de regularização de empreendimentos em  
6070 águas de domínio de União, com base no Decreto 4895 e na instrução normativa interministerial  
6071 número 6, assinada por seis Ministros de Estado, mais o presidente do IBAMA, mais o presidente da  
6072 ANA, todos de acordo em relação a isso, o processo tramita da seguinte forma. Ele vai ao IBAMA

6073 para consulta, está aqui o Ângelo que é um dos técnicos que analisa esse processo quando chega  
6074 aqui, vem aqui para consulta e o IBAMA diz: Está de acordo. Encaminha-se para o estado. Em função  
6075 do porte do empreendimento, ou seja, é analisado o porte. Esses empreendimentos são  
6076 empreendimentos de maricultura, são empreendimentos de baixíssimo impacto. São  
6077 empreendimentos de cultivo de mexilhão. De organismos filtradores, isso aqui não é camarão em  
6078 manguezal como algumas pessoas falaram. Não tem nenhuma correlação. E obviamente é tramitado  
6079 como eu falei antes no IBAMA. O que está se dizendo aqui é que ao final, o licenciamento ambiental  
6080 acontece nos estados, porque óbvio, como existir que o IBAMA tenha estrutura para licenciar dois  
6081 tanques rede ou duas linhas de mexilhão. Não existe isso. E aí o que acontece? Passam-se vinte  
6082 anos e nós como Estado sempre excluindo cada vez mais as pessoas que cada vez mais precisam  
6083 do Estado, porque o grande, aquele que tem condições, ele se regulariza, porque ele contrata uma  
6084 empresa de consultoria e vai conseguir se regularizar. Agora o pequeno, nós sempre temos óbice.  
6085 Então, e não é a questão do efeito se somar, não, porque essas questões estão todas sendo feitas  
6086 com planejamento da zona costeira. Foi citado aqui pelo Sérgio o PLDM, os Planos Locais de  
6087 Desenvolvimento da Maricultura, onde é avaliada a capacidade suporte, onde é avaliada a  
6088 possibilidade de dispersão dos efluentes. É feita hidrodinâmica do local. É feita a avaliação, tem um  
6089 percentual máximo de disposição de ocupação das áreas. Isso tudo acordado, tem audiência pública.  
6090 Pelo amor de Deus! Então, às vezes, as pessoas desconhecem o procedimento e aí simplesmente se  
6091 posicionam desconhecendo o procedimento. Então, esse procedimento é um procedimento que está  
6092 estabelecido no âmbito do Governo Federal ajustado com os estados. Não é nada que não se esteja  
6093 fazendo aqui que seja ilegal. E muito pelo contrário, os estados já se sentem habilitados a licenciar,  
6094 eles já entendem que é uma competência constitucional e a Política Nacional do Meio Ambiente  
6095 define que a prerrogativa para o licenciamento ambiental é a dimensão do impacto. É isso que está  
6096 na Política Nacional do Meio Ambiente. Se houve em algum momento, alguém contrariou a Política  
6097 Nacional de Meio Ambiente, aí está errado aí de contrariar a Política Nacional do Meio Ambiente  
6098 nenhuma resolução, nada, pode contrariar uma Lei ordinária votada no Congresso Nacional que deve  
6099 obviamente demonstrar a vontade do povo brasileiro.

6100

6101

6102 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado. Dr. Ubiraci, e depois  
6103 encaminharemos então a votação.

6104

6105

6106 **O Sr. UBIRACY CRAVEIRO DE ARAÚJO (Membro Honorário)** - Eu já falei na minha primeira  
6107 intervenção como membro honorário, que isso aqui é um Conselho Nacional de Meio Ambiente. Não  
6108 é o Conselho Nacional da indústria, nem do comércio e nem dos transportes. Cada segmento tem os  
6109 seus membros, seus defensores e seus críticos. Eu apenas estou me atendo ao aspecto jurídico. O  
6110 nobre Conselheiro que me antecedeu que isso um baixíssimo impacto. Eu duvido muito que vá ser  
6111 aquele pescador de anzol que vá fazer um projeto desses em maricultura. É o mesmo exemplo da  
6112 transposição que vai levar água para quem está com sede. São argumentos falaciosos. Então, o que  
6113 eu só queria o seguinte: um parecer normativo, que o parecer do Ministério do Meio Ambiente. Ele  
6114 tem o seu poder administrativo. Nós vivemos numa república que tem três poderes que são  
6115 independentes e harmônicos. Várias vezes o IBAMA abriu mão do licenciamento e perdeu em juízo,  
6116 porque o que a Lei fala é que quando for um significativo impacto de âmbito nacional ou regional.  
6117 Então, o IBAMA, em se tratando de mar territorial, e a própria Lei 6938 citada pelo nobre Conselheiro,  
6118 que deu competências para o CONAMA no artigo oitavo de fixar vários índices e padrões e na 237  
6119 quando o CONAMA fixou que isso é do IBAMA. Agora, isso não é uma questão que vai ser levada a  
6120 ferro e fogo. A resolução foi tão inteligente, que ela já previu que em casos de impacto local ou  
6121 regional o IBAMA pode delegar para o estado. Estaria se cumprindo a Lei legalmente. Então, eu não  
6122 tenho dúvida de que essa competência é do IBAMA, dada pelo CONAMA que este Conselho aqui.  
6123 Então, seria uma controvérsia, uma contradição desculpe, do próprio CONAMA se ele dizia isso e  
6124 dizer que para mandar para o estado. Você pega 8 mil quilômetros de costa, como é que você vai  
6125 dizer que isso é um pequeno impacto. E o impacto como cumulativo e cinético? Então, primeira  
6126 coisa, o IBAMA até pode delegar para o estado, mas que isso é competência dele não tenho dúvida.  
6127 Que isso seria uma contradição nós aprovamos uma moção dessas.

6128

6129

6130 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Bom, eu acho que Plenária  
6131 está esclarecida. Então, eu gostaria de encaminhar a votação. Por favor, atenção. Então, aqueles  
6132 Conselheiros que estiverem a favor da moção apresentada pelo Governo do Estado de Pernambuco  
6133 e é defendida aqui pelo SEAP, por favor, levantem seus crachás. Quem é contrário, por favor, levante  
6134 seus crachás. Foi aprovada a moção. Bom, a próxima moção também era da APROMAC, eu acho  
6135 que a 7.11 nós pulamos. Então, a do pantanal. Quem é o proponente? O Ministério do Meio

6136Ambiente. Essa moção então que o Ministério do Meio Ambiente, eu que vou apresentar a moção.  
6137Ela justamente já vem de várias discussões no âmbito do Ministério. Se propuser aqui que se crie,  
6138encaminhe a presente moção a Casa Civil que apóia a iniciativa do Ministério meio ambiente no  
6139intuito de criar e esse dia, o dia 12 de novembro, o Dia Nacional do Pantanal, que é o dia da... Então,  
6140a idéia seria de justamente fazer o Dia do Pantanal o dia 14 de novembro e não dia 12 de novembro  
6141como está aí, que é o dia do Rio Paraguai. Esse é dia do Rio Paraguai. E a proposta de moção que  
6142se apresenta aqui, eu acho que ela tem que ser corrigida, que seja no dia 14 de novembro. A  
6143proposta de moção que seja no dia 14. Houve uma modificação na proposta de moção que a idéia é o  
6144dia de morte do Anselmo, que se imolou. E houve toda uma discussão, e se achou que seria muito  
6145mais adequado em vez de dedicar esse momento tão triste para como dia, mas que se resgatasse o  
6146dia do Rio Paraguai que é justamente o dia 14 de novembro que é o rio principal que compõe essa  
6147bacia.

6148

6149

6150**O Sr. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Instituto Ambiental Vidágua)** – Nós  
6151consultamos ontem à noite as entidades da região do pantanal, que atuam no pantanal em especial a  
6152ECOIA e a data que elas defendem é o dia 12 de novembro. Então, aqui nesse sentido nós fazemos a  
6153defesa da data do dia 12 de novembro. Apresentamos como uma proposta para a manutenção do  
6154texto original do dia 12 de novembro que é a data de falecimento do ambientalista Franselmo, um  
6155ambientalista que lutou a vida toda pelo pantanal.

6156

6157

6158**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Mais alguém gostaria de...  
6159Então, vemos encaminhar a votação? Quem é a favor do texto original que define o dia 12 de  
6160novembro como o Dia Nacional do Pantanal, por favor, levantem seus crachás. Aqueles que são  
6161favoráveis à proposta do 14 de novembro que seria a proposta que o Ministério está promovendo. Foi  
6162aprovada então a manutenção o texto base. Abstenção do Doutor Rosalvo. Obrigado. Bom, estamos  
6163avançando, então. O próximo ponto é moção de Maricá, por favor, representante da Bicuda.

6164

6165

6166**O Sr. CARLOS ANDRÉ OSÓRIO CARNEIRO (BICUDA)** – Boa-tarde a todos, a princípio eu gostaria  
6167de agradecer o esforço de todos por estarem aqui. Eu acho que essa plenária vai ficar para história  
6168porque há muito tempo que não se consegue nada de parecido de produtivo. Algumas votações a  
6169favor, outras contra, porém conseguimos chegar a um denominador comum. Eu acho que a  
6170democracia se faz a partir disso. No caso dessa moção nós estamos tratando da APA de Maricá, um  
6171APA que foi criada em 1984 e no final do ano passado o Governador do Rio de Janeiro, ele votou um  
6172Decreto alterando, tornando permissivo algumas alterações na APA no sentido de fazer algumas  
6173construções, sendo que pelo SNUC é necessário que se constitua um conselho gestor para que seja  
6174aprovado o zoneamento da região. E a princípio essa atitude do Governador está sendo questionada  
6175no ministério público e eu venho aqui trazendo a voz da população local em um manifesto onde  
6176existem 26 entidades assinando, solicitando a representação deles, aqui através da minha pessoa,  
6177em que eles propõem para o Ministério do Meio Ambiente criar uma reserva de desenvolvimento  
6178sustentável na restinga de Maricá. Essa região, ela é visitada por aves migratórias, ela é uma área de  
6179mata atlântica, tem restinga, enfim. Tanto é que foi criado uma APA, uma área de proteção ambiental  
6180importante para a região. Existe também uma comunidade de pescadores que vivem da pesca e a  
6181partir desse Decreto que foi aprovado, assinado pelo governador no final do ano passado. Essa APA,  
6182a primeira coisa que vai acontecer é um empreendimento turístico de um grupo espanhol, já existe  
6183projeto feito e elaborado, praticamente aprovado e que vai alterar totalmente a região. Obrigado.

6184

6185

6186**O Sr. LUIZ EDUARDO SORAGGI (ANAMMA Sudeste)** - Presidente, devido à alta complexidade  
6187dessa matéria, é uma APA a CECA, Comissão Estadual de Controle Ambiental aprovou o Plano  
6188Diretor, o representante do estado não está presente. Eu gostaria de fazer o pedido de vistas para  
6189nós estudarmos melhor a matéria.

6190

6191

6192**O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Nós temos o pedido o vistas do  
6193representante da ANAMMA Sudeste Dr. Soraggi, nós estamos então, registrando o pedido de vistas e  
6194retorna a próxima reunião. Bom, nós gostaríamos então de agradecer. Os informes já foram  
6195realizados. Não? Só foi o primeiro. Passamos para o Informe. O primeiro que foi do Rio Tibagi, eu  
6196tenho aqui já registrado como, ok. Então, passaremos ao próximo que é o Requerimento de  
6197Informação sobre licenciamento do Distrito do Industrial de Jeceaba, que é Minas Gerais, Cristina.  
6198Por favor, Cristina. É o Governo do Estado de Minas Gerais que dará este informe?

6199

6200

6201 **O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Eu até  
6202achei oportuno você chamar a Cristina porque à época que foi solicitado isso aqui, talvez pairasse  
6203algumas dúvidas. Mas eu acredito até que a Cristina que acompanha e até tenha mais informações  
6204do que eu próprio sobre o licenciamento de Jeceaba. É um distrito industrial que foi licenciado, na  
6205época em função da licença prévia, agora até já foi concedida a licença de instalação na região  
6206metropolitana de Belo Horizonte e realmente houve uma grande polêmica no processo de  
6207licenciamento, pelo porte, pelo potencial impacto que isso representa, principalmente em uma área  
6208densa, como é o caso da área metropolitana de Belo Horizonte. Mas o licenciamento, como vocês  
6209sabem, no estado de Minas Gerais o licenciamento é feito por uma Câmara do Conselho de Política  
6210Ambiental. Evidentemente, há prós e contras, e o Conselho assim o decidiu licenciar. E agora até já  
6211foi dada a licença de instalação, as entidades ambientalistas, mais especificamente a AMDA  
6212realmente colocou uma série de questões. E eu acredito que elas foram incorporadas no  
6213licenciamento. Quando Cristina, e aí eu peço para ela confirmar ou não, quando Cristina fez a  
6214demanda aqui era porque estava na polêmica ainda, mas no meu entendimento essa polêmica lá no  
6215estado foi superada. Então, se tiver mais alguma dúvida... E dizendo que lá o próprio Conselho está  
6216disposto a dar todas as informações.

6217

6218

6219 **A Srª. CRISTINA KISTEMANN CHIODI (AMDA)** – De fato o empreendimento já conseguiu inclusive  
6220licença de instalação, mas o problema de mérito persiste, porque é um caso de um grande  
6221empreendimento quem for e instalado em áreas de preservação permanente com fragmentos de  
6222Mata Atlântica, inclusive em estágio avançado de regeneração. Trata-se de um empreendimento de  
6223parcelamento do solo para fins industriais e, portanto, a Resolução 369 do CONAMA, assim como a  
6224Lei da Mata Atlântica não permitem esse tipo de intervenção para esse fim. O Estado de Minas  
6225Gerais que é interessado direto no empreendimento, já que é um empreendimento da CODEMIG, que  
6226é a companhia de desenvolvimento do estado, encomendou um parecer para Advocacia Geral do  
6227Estado defendendo a legalidade dessa licença. Entretanto, nós não concordamos com essa posição  
6228da Advocacia Geral do Estado, uma vez que ela fundamentada em uma Lei Estadual que é do ano de  
62292002, anterior, portanto, a Resolução 369 e mesmo que não fosse, ainda que não houvesse  
6230Resolução 369, ainda assim essa Lei está em desacordo com o código florestal, porque ela cria  
6231novas hipóteses de utilidade pública para fins de intervenção em área de preservação permanente.  
6232Então, o intuito nosso a trazer esse caso para o CONAMA, e apesar de ser um caso pontual, é  
6233justamente trazer ao conselho o problema que está acontecendo no estado, porque da mesma forma  
6234como ele em um caso pontual, autorizou uma intervenção, que no meu entendimento é irregular, em  
6235área de preservação permanente e área de Mata Atlântica. Ele pode fazer isso novamente. Então,  
6236meu intuito é trazer isso aqui a atenção do conselho, que ele tivesse conhecimento do  
6237descumprimento de uma Resolução que foi aprovada aqui depois de uma discussão bastante longa e  
6238aprofundada entre todos os setores interessados.

6239

6240

6241 **O Sr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Eu só  
6242quero complementar confirmando tudo que Cristina disse. A única coisa que eu discordo é que não  
6243encomendou, solicitou. Houve uma polêmica dentro do próprio órgão ambiental, então foi solicitado a  
6244autoridade máxima de advocacia do estado, para que ela dirimisse a dúvida entre os próprios  
6245analistas que estavam analisando o processo, para subsidiar o Conselho e esclarecer os próprios  
6246conselheiros. E a autoridade máxima nos estados, a Advocacia Geral do Estado, ela teve essa  
6247opinião. Mantém essa opinião e enfim, pelas questões jurídicas, legislação que existe lá, o estado  
6248teria competência para autorizar, alegando aí o interesse social, a ocupação do terreno com APP. E  
6249ela tem toda razão. Esse não é o único caso. No mesmo mês aconteceu mais um que foi do aterro  
6250industrial em Ribeirão das Neves, exatamente na mesma linha. E que vai acontecer, aliás, já está  
6251acontecendo no estado, porque o estado de Minas Gerais tem municípios que 70% da área do  
6252município estão em APP. O e a posição então jurídica da Advocacia Geral do Estado a essa aí.

6253

6254 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado, pelo esclarecimento  
6255Dr. José Cláudio. Eu acho que Doutora Cristina Conselheira está contemplada com o espaço, aqui  
6256para esclarecimento. O próximo ponto que é sobre a política de mercúrio, já foi tratado pela parte a  
6257manhã e o último ponto que nós teríamos seria esse informe sobre o Programa Nacional de Avaliação  
6258da Qualidade de Água, que a ANA faria o informe. Eu fui informado... Sobre mercúrio? Já foi feito  
6259esse informe pela manhã.

6260

6261

6262 **O Sr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu tenho quase certeza que  
6263 Zuleica pediu para o encaminhamento da Resolução. Volta lá para mim só ver o caput. Propõe... Ela  
6264 está citando a moção aí de novo, senhor presidente. Por quê? Porque essa moção foi aprovada aqui  
6265 é uma das coisas que ela solicitou fosse que Câmara Técnica de Saúde e Saneamento e Resíduos  
6266 implementasse um GT de mercúrio. Já ficou decidido na própria moção e o que aconteceu é que a  
6267 Câmara Técnica não implementou na última reunião é eu acho que o pedido da Zuleica quando ela  
6268 reencaminhou fosse de reforçar, porque eu conversei com ela. Eu, inclusive era para estar presente  
6269 nessa reunião da Câmara Técnica. Eu acho que nós tivemos até um problema técnico de vôo. Houve  
6270 uma confusão e eu não pude ir participar. Então, é só nesse sentido de esclarecimento. Eu acho que  
6271 não deva ser discutido porque ela pode voltar a esse questão aqui, mas é que a Câmara Técnica  
6272 acabou não cumprindo a decisão do Plenário de se criar o GT.

6273

6274

6275 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Certo, nós encaminharemos a  
6276 moção para a Câmara Técnica para alertar sobre esse aspecto. Então, retornando só aquele ponto  
6277 sobre o Informe o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água. Eu acho que é um ponto  
6278 extremamente relevante, e vis-à-vis toda discussão que nós tivemos hoje aí que outros do nitrogênio  
6279 amoniacal. Eu fui informado pelo Conselheiro Maurício Andrés da ANA que o nosso responsável pelo  
6280 Informe não pôde ficar até esse horário e está se disponibilizando a apresentar esse Informe na  
6281 nossa próxima Reunião Ordinária. Então, tendo cumprido com a nossa pauta. Eu acho que foi uma  
6282 reunião extremamente produtiva, eu... Por favor, Doutora Cristina.

6283

6284

6285 **A Srª. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (Ministério de Minas e Energia)** – Eu  
6286 queria registrar que o MME lamentou todo o episódio ocorrido no momento da decisão de retirada de  
6287 pauta da moção da Petrobrás no Equador. Lembrando-se que com esta vez somam-se duas retirada  
6288 da Conselheira Zuleica da referida moção. Este fato, como bem lembrou o representante do  
6289 Ministério da Integração, causa desgaste para a imagem da companhia. Que tem sempre adotado a  
6290 postura de dar esclarecimentos devidos à sociedade. Também sentimos pelo fato colocado pelo  
6291 Conselheiro Francisco Iglesias quando no uso da palavra citou que a Petrobrás tem que pagar pelos  
6292 seus crimes. Acusação grave e inoportuna. Como Conselheira deste Conselho, sugiro à Mesa que  
6293 exija dos Conselheiros observância de princípios que garantam a dinâmica e de respeito mútuo.  
6294 Obrigada (*Palmas*).

6295

6296

6297 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Por favor, conselheira Cristina.  
6298 Eu só queria fazer um registro aqui a nossa posição da mesa foi pelo cumprimento do Regimento.  
6299 Nós fomos totalmente aderentes ao art. 16 do Regimento Interno do CONAMA e está na  
6300 competência, no direito de todo Conselheiro retirar de pauta a sua proposição.

6301

6302

6303 **A Srª. CRISTINA KISTEMANN CHIODI (AMDA)** – Eu só queria fazer uma recordação, que ontem  
6304 quando a Conselheira Zuleica estava aqui disposta para discutir a Resolução, foi o Ministério de  
6305 Minas e Energia que impediu a contagem de quorum e ela teve que sair mais cedo hoje em função do  
6306 horário do vôo dela. Então, eu acho que mesma medida para as duas partes. Quem está alegando  
6307 que está havendo algum tipo de deficiência no processo em função da atuação da Conselheira  
6308 Zuleica deve olhar para sua própria atuação.

6309

6310

6311 **O Sr. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado. Eu queria então  
6312 mais uma vez agradecer ao empenho de todos nessa reunião, que aprovamos duas resoluções,  
6313 extremamente relevante esse trabalho e ficamos com uma série de tarefas aí para serem  
6314 encaminhadas no âmbito das Câmaras Técnicas e que essa Secretaria Executiva do CONAMA irão  
6315 providenciar. Então, mais uma vez eu queria agradecer a todos e desejar um bom retorno àqueles  
6316 que vão para seus estados e lembrando que a nossa próxima Reunião Ordinária será no Ceará, em  
6317 Fortaleza e deverá tratar da questão de mudanças climáticas em Caatingas. Obrigado. Encerrada  
6318 esta Reunião Ordinária.